

Fazendas
do sul de Minas Gerais
Arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX

Cícero Ferraz Cruz



Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Cultura
João Luiz Silva Ferreira (Juca Ferreira)

Presidente do Instituto do
Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Coordenador Nacional do Programa Monumenta
Luiz Fernando de Almeida

Coordenador Nacional Adjunto do Programa Monumenta
Robson Antônio de Almeida

Coordenação editorial
Sylvia Maria Braga

Edição
Caroline Soudant

Copidesque
Ana Lúcia Lucena

Revisão e preparação
Denise Costa Felipe / Maíra Mendes Galvão / Gilka Lemos

Projeto Gráfico
Edson Fogaça (direitos cedidos pela Unesco)

Capa e diagramação
Cristiane Dias

Fotos e desenhos
Cícero Ferraz Cruz

Capa
Antiga sede da fazenda Santa Cruz, município de Carmo de Minas (acervo do autor)
Planta e fachada da fazenda do Mato, município de Três Pontas (desenhos do autor)

www.iphan.gov.br | www.monumenta.gov.br | www.cultura.gov.br

Fazendas
do sul de
Minas Gerais

Arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX

MONUMENTA | IPHAN

C957f Cruz, Cícero Ferraz.

Fazendas do Sul de Minas / Cícero Ferraz Cruz. – Brasília, DF: Iphan / Programa Monumenta, 2010.

354 p.: il. color.; 23 cm.

ISBN: 978-85-7334-140-9

1. Fazendas. 2. Minas Gerais - História. I. Título.

CDD 981.51

© Programa Monumenta/Iphan/Minc - junho/2010.

Sumário

Apresentação 6

Prefácio 7

Introdução 11

Capítulo 1. Sertão e território 12

Capítulo 2. Arquitetura das fazendas: um panorama 38

Capítulo 3. Sítio, implantação e conjunto arquitetônico 52

Capítulo 4. Técnica construtiva 68

Capítulo 5. Programa de necessidades e esquemas de plantas 94

Capítulo 6. Intenção plástica e preceitos estéticos 108

Considerações finais 122

Anexo 1 - Inventário das fazendas 124

- Grupo de Cruzília 133
- Grupo de Carrancas 177
- Grupo de Varginha 193
- Grupo de Carmo de Minas 243
- Grupo de Itajubá 267
- Grupo de São Gonçalo do Sapucaí 305
- Grupo de Machado 312
- Grupo de Guaxupé 319
- Grupo de Poços de Caldas 319

Anexo 2 - Fazendas de outras regiões de Minas 320

Notas 350

Bibliografia 353

Apresentação
Fazendas do sul de Minas Gerais

Acaso são estes
os sítios formosos (...)?
São estes; mas eu
o mesmo não sou.
Tomás Antônio Gonzaga

Com o lançamento deste livro, o Programa Monumenta/Iphan vem enriquecer sua *Coleção Arquitetura*, uma entre as oito linhas editoriais em que se distribuem os 47 títulos que já publicou desde 2005.

Essa série editorial propõe obras voltadas especialmente para análise, observação e inventário dos mais importantes conjuntos culturais brasileiros. O presente volume contempla o estudo das tipologias das sedes de fazendas encontradas na região sul de Minas Gerais, estado cujo acervo arquitetônico rico e diversificado era sempre eclipsado pela onipresença da arquitetura colonial do século XVIII.

Nesse sentido, o professor Cícero Ferraz Cruz analisa a ocupação de nosso território desde a colonização, os modos de fixação do homem na terra e a implantação e evolução das diversas tipologias regionais. Para ilustrar o estudo e permitir a observação dos conjuntos arquitetônicos, o autor empreendeu o esforço de reunir um inventário, dividido por microrregiões, reunindo plantas em escala, centenas de fotos e a descrição minuciosa de mais de setenta sedes de fazendas sul-mineiras. O autor também cuidou de juntar uma coleção de tipologias usadas em fazendas de outros lugares, permitindo oportuna comparação.

É, portanto, com prazer que publicamos mais este trabalho inédito, um instrumento que consolida e incentiva a preservação do nosso patrimônio cultural.

Luiz Fernando de Almeida
Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Coordenador Nacional do programa Monumenta
Junho 2010

Prefácio
Fazendas do sul de Minas Gerais

O Brasil não passa de um arquipélago de ilhas culturais onde, ao longo do tempo, brancos, índios e africanos encontraram-se num até certo ponto aleatório processo de miscigenação, pois a mestiçagem resultante do contato entre colonos dominantes e dominados nunca foi regida por normas ou determinações imutáveis.

Esse encontro entre etnias distintas naquele panorama insular foi um fato social dependente de algumas variáveis inseridas numa cronologia sem datas precisas na divisão do tempo; variáveis como as diferentes densidades demográficas envolvendo singulares proporções entre brancos e os demais comparsas, como o isolamento de territórios de difícil acesso ou como a economia agrária monocultora ou a extrativista. Enfim, pelo Brasil afora, em suas subdivisões ilhadas, encontramos ontem e ainda hoje as áreas da bacia Amazônica e do Grão-Pará com nítido viés indígena na cultura popular. Enquanto caminhamos para o leste até chegarmos ao Nordeste canavieiro, esse viés aos poucos esmaece para dar lugar ao predomínio do negro escravo na configuração do dia a dia do povo em geral. Da Bahia para baixo, em direção ao sul, deparamo-nos com a área territorial à volta do Rio de Janeiro, a segunda capital colonial, posição assumida em razão da proximidade das minas auríferas descobertas no século XVIII. Sua cultura popular foi modestamente marcada pela presença negra sediada nos canaviais da baixada sedimentar onde corre o rio Paraíba do Sul. Maior contingente negro, porém, ali surge com a chegada do envolvente café, época em que nossa ilha carioca, já com os cafezais de serra acima, é qualificada como a Capital do Império brasileiro. Navegando para o sul, deparamos com Parati, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Santos. Essas localidades de pescadores, em nossa linguagem metafórica, no tempo de Colônia, nunca passaram de ilhotas desimportantes. Desde o sul de Santos, nos primórdios de nossa história pátria, encontramos um imenso litoral abandonado até o rio da Prata. Nele, a partir dos finais do século XVIII, observam-se progressos em alguns pontos de fixação de pescadores e abastecimento de víveres de barcos com destino às terras de Castela e às minas de Potosi. Embora portuguesa, a marinha é frequentadíssima por gente com destino a Buenos Aires ou vinda de lá para desafiar a posse lusitana. Daí, a causa maior do planejado povoamento com migrantes açorianos, que prepararam o terreno para a imigração alemã da segunda metade do século XIX. No sul, praticamente ilhas de população branca à beira-mar.

Houve, no entanto, uma ilha mameluca plasmada na solidão de serra acima: São Paulo. Nascida de um colégio jesuítico à beira do rio Tamanduateí, apropriou-se das terras da bacia do alto Tietê e do alto e médio Paraíba. Com o açúcar produzido com regularidade visando à exportação, a partir do último quartel do século XVIII, tem incremento a população escrava, mas a cultura caipira já estava perfeitamente definida, inclusive, com o dialeto próprio, tão bem estudado por Amadeu Amaral[1]. Daí a constatação do arguto contador de estórias, Cornélio Pires, a respeito do surgimento em São Paulo do caipira negro[2]. Nem a escravatura imensa trazida pelo café a partir da segunda metade do século XIX conseguiu romper com as tradições caboclas da vida cotidiana dos paulistas. A fenomenal imigração branca provocada pela rica produção cafeeira é que deu início à "europeização" dos paulistas. Na passagem do século, em 1900, mais de 50% da população eram imigrantes – só os italianos passavam de 40%. A ilha mameluca de Piratininga entrou cosmopolizada no século XX. Aliás, a partir dessa época, todo o arquipélago verde-amarelo, de um jeito ou outro, vê-se em contato com a Europa e todos procuram esquecer o mundo antigo, ainda presente entre as paredes das velhas casas, para encarar a modernidade.

A última ilha a surgir na história de nossa cultura material foi Minas Gerais, ilha *sui generis*, antes de tudo, porque apareceu de repente. De uma hora para outra, milhares e milhares de portugueses ali arribaram ao mesmo tempo em que muitos outros milhares de negros escravos chegaram da costa africana, todos espantando para as suas plagas de origem os mamelucos descobridores de ouro dos aluviões. E surgiu uma nova sociedade compartimentada em brancos, mulatos e negros, em decorrência sobretudo de decisões governamentais e de breves papais e posturas religiosas que passaram a reger o exercício da fé no "continente" do ouro e do diamante. Fator primordial: a proibição das ordens religiosas no vasto território policiado com mão de ferro. Ali, somente padres seculares. Resultado: o surgimento das irmandades resguardando os interesses e a religiosidade dos três matizes básicos do novo grupo social segregado entre as dobras das montanhas vincadas por córregos, ribeirões e rios, não só piscosos, mas atulhados de pepitas e areia de ouro puro. Brancos, pardos e negros frente a frente; porém, os primeiros tinham a cultura dominante, que logo prevaleceu sobre a africana. Aquilo que ocorrera no litoral, o lento convívio entre todos se definindo à medida que a produção açucareira crescia, não ocorreu em Minas. No Nordeste, a cultura preponderante dos brancos não foi capaz de impedir que usos e costumes da África entrassem furtivamente dentro das casas senhoriais. Sinhozinhos e sinhazinhas, desde crianças, impregnavam-se através de suas mucamas e pajens de tolerâncias às africanidades, o que jamais aconteceu em Minas. O negro mineiro veio a se assemelhar bastante com o negro caipira paulista.

O português recém-chegado nas terras incultas de Minas, mal devassadas pelos paulistas e praticamente sem construções de algum significado, logo tratou de implantar nos arraiais em formação toda a cultura material de sua terra, ou melhor, de sua sociedade, ou melhor ainda, de suas "ilhas

culturais", que ele também as teve. Não nos esqueçamos da divisão do geógrafo Orlando Ribeiro, que partiu o país em dois: o Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo, embora essa área de cultura arabizante esteja pelo lado de fora de Gibraltar[3]. No norte, arquitetura de pedra; no sul, construções de terra – taipa de pilão ou alvenaria de tijolos.

Na prática, o aventureiro português assumiu, de uma maneira geral, uma técnica construtiva na qual compareciam os materiais básicos de seu país: a pedra, nas fundações, baldrames, embasamentos, cunhais e aros de portas e janelas; a terra, isto é, o adobe para a alvenaria das paredes, principalmente nos preenchimentos dos vãos estruturais das armações de madeira, técnica aperfeiçoada a partir da reconstrução de Lisboa destruída pelo terremoto de 1755. Ao contrário do bandeirante, que aplainava o chão para construir sua casa de taipa de pilão, o português e seus descendentes sempre trataram de respeitar as inclinações acentuadas dos terrenos pedregosos de difícil aplainamento. Daí, construções de meia encosta com partes necessariamente assobradadas.

Sem dúvida, podemos afirmar que essas casas de fazenda mineiras do século XVIII e do início do século XIX não passam de retalhos da vida portuguesa trazidos diretamente pelos "aventureiros" que, aos milhares e em pouco tempo, se apossaram das terras auríferas descobertas pelos paulistas (devidamente expulsos em 1708). Famílias brancas se instalando nos terrenos incultos e distantes das vilas e arraiais. Adaptaram-se ao meio ambiente. Pela primeira vez, por exemplo, nos ermos da Colônia, usaram a força motriz da água corrente de córregos ou a canalizada para, inicialmente, tocar moinhos e depois, sucessivamente, abastecer cozinhas, lavadouros de roupa, irrigar canteiros das "couves" e, por último, passar por baixo de latrinas suspensas. Hoje, praticamente todos esses agenciamentos estão alterados, fora de uso ou destruídos por motivos óbvios, mas através de seus vestígios encontráveis aqui e ali e que se completam podemos reconstituir essa velha prática repartidora das águas vinda dos árabes.

A vida cotidiana intramuros, nas roças como nos arraiais e vilas mineiras, definiu-se tanto quanto fosse possível de acordo com a tradição das famílias dos variados lugares de Portugal. Quando acima nos referimos à adaptação ao meio ambiente, queríamos mencionar a tentativa de substituir procedimentos locais por aqueles da terra de origem. Por exemplo, até então, os teares usados em São Paulo e levados para Minas eram verticais, conforme a usança indígena. Destinavam-se não só à manufatura de redes, mas também a abastecer os arraiais de tecidos em geral, sobretudo panos rústicos para o vestiário dos negros dos garimpos. O português logo tratou de introduzir o tear horizontal, de maiores recursos nos urdimentos de fios coloridos.

Na cozinha, houve alterações significativas. A cozinheira mameluca, em São Paulo ou no sertão, sempre cozinhou de cócoras, tendo a panela à frente apoiada em três blocos de cupim bem ajeitados para aquela função; era o "fogão de tucuruva". Em Minas, a prática caipira foi esquecida com o fogão alto,

provido de chaminé, algo impensável na cultura material paulista porque ninguém saberia fazer aquele duto de fumaça a partir da taipa de pilão. E o cardápio ali programado foi o mais lusitano possível. O império da carne de porco e derivados. O milho foi eleito o alimento principal e os novos moinhos passaram a produzir em quantidade o fubá para o angu diário de todos. Da mandioca, o mineiro descobriu o polvilho, cuja existência o índio e o mameluco mal perceberam. Ali, a farinha de mandioca foi realmente subsidiária daquele ingrediente do pão de queijo e da goma das rendas e das camisas dos brancos donos da situação. Enfim, Minas definiu-se como a ilha "branca" do Brasil Colônia, apesar do quiabo africano, o intruso querido na comida diária.

Este bem cuidado livro do arquiteto Cícero Ferraz Cruz, gabaritado pesquisador da nossa arquitetura antiga, produto de demorado e paciencioso esquadrinhamento do vasto Sul de Minas, mostra um acervo de fazendas que constituem uma tipologia própria da região dita da Comarca do Rio das Mortes, situada a partir da vertente norte da serra da Mantiqueira, onde nascem os afluentes do rio Grande. Tais sedes de fazendas, como o leitor irá perceber, têm como partido generalizado uma planta quase sempre quadrada e elevada do solo, guarnecida de um apêndice para os cômodos de serviço doméstico que acaba definindo uma implantação na forma da letra *L*. Fazendas surgidas do retalhamento de inúmeras sesmarias, onde os herdeiros simplesmente copiaram seus anteriores, sendo raras as novidades tecnoconstrutivas. Foi essa a arquitetura matriz das sedes das fazendas de café da região capitaneada por Campinas, praticamente devassada no início do século XIX por mineiros, como todos sabem.

O leitor há de saber, também, que a região dos primeiros arraiais aparecidos após o estabelecimento de Sabará, Ouro Preto e Mariana, nas regiões hoje chamadas de metropolitanas e da Zona da Mata, teve fazendas diferenciadas entre si, construídas por personagens ainda não aclimatados nas alterosas e autores de soluções inspiradas em variada tipologia arquitetônica, como se vê no final deste livro. Sedes de alpendres entalados no centro das fachadas, que os apressados julgavam ser de origem bandeirista, sedes portando vastos pátios internos e casas de compridos alpendres ao longo da construção, com sua capela no final, como podemos ver nas páginas finais desta publicação.

Este livro, a partir de agora, há de ser de leitura obrigatória e servir de guia a futuras pesquisas, porque os exemplares aqui levantados são verdadeiramente mineiros, tipificados durante o século XIX a partir daquelas soluções vernáculas trazidas nas bagagens dos aventureiros. Dessa maneira, nossa bibliografia ficou enriquecida.

Carlos A. C. Lemos
São Paulo, dezembro de 2009.

Introdução
A arquitetura rural

As informações aqui apresentadas baseiam-se em pesquisa que envolveu visitas a mais de cem fazendas do Sul de Minas. Além dos levantamentos de campo, nos apoiamos em trabalhos semelhantes de pesquisadores como Sylvio de Vasconcellos, Ivo Porto Menezes, Helena Teixeira Martins, Carlos Lemos, Daici Ceribelli Antunes Freitas, Antônio Luís Dias de Andrade, Vladimir Benincasa, entre outros.

Embora a arquitetura seja o foco central de nosso trabalho, esmiuçamos o material levantado em todos os seus aspectos, de modo a oferecer uma fonte segura para futuros pesquisadores e demais interessados.

Em primeiro lugar, tratamos da conquista do território desde os primórdios, com as entradas e bandeiras, até sua ocupação efetiva, com a fixação do homem na terra através da abertura das fazendas. Em seguida, apresentamos um panorama da arquitetura naquela época, na região estudada e nas regiões vizinhas, indicando as características que identificam o conjunto das fazendas. Aprofundamos então a descrição começando de fora para dentro, ou seja, analisando primeiro o conjunto arquitetônico composto pelos diversos edifícios periféricos à casa principal e sua implantação na topografia do território. Depois, descrevemos e explicamos a técnica construtiva que se desenvolveu na região, buscando mostrar suas origens, diferenças e semelhanças em relação à das regiões vizinhas. O processo evolutivo das tipologias regionais, principalmente o dos esquemas de plantas, é então analisado, focalizando-se desde as primitivas fazendas que serviam de apoio para os primeiros núcleos exploratórios de ouro até as fazendas da virada do século XIX para o XX. Discutimos os conceitos estéticos inerentes às construções em questão e, por fim, agrupamos por afinidades territoriais as fazendas levantadas e apresentamos um anexo com fazendas de outras regiões de Minas.





1. Sertão e território



Fazenda Santa Clara



Sertão e território

O sertão está em toda parte.
Guimarães Rosa

Para compreender a conquista e consolidação do território brasileiro, não se pode perder de vista o contexto colonial em que se insere o império português. As forças que atuavam em uma ponta do império, fosse na Ásia, na África ou na metrópole, influenciavam decisões na outra ponta, na América portuguesa, e interferiam nos rumos da ocupação territorial. A conquista de novas fronteiras, processo constante no desenrolar da história do Brasil, se deu pela transformação de sertão em território, no período colonial.

Nos dois primeiros séculos de colonização da América portuguesa, segundo Sérgio Buarque de Holanda (1983), a ocupação restringiu-se à faixa litorânea. Não havia qualquer preocupação em fincar raízes nos sertões povoados por indígenas, pois, para o colonizador português, povoamento significava apenas criação de feitorias na costa, para assegurar o escoamento de mercadorias de fácil e rápida extração.

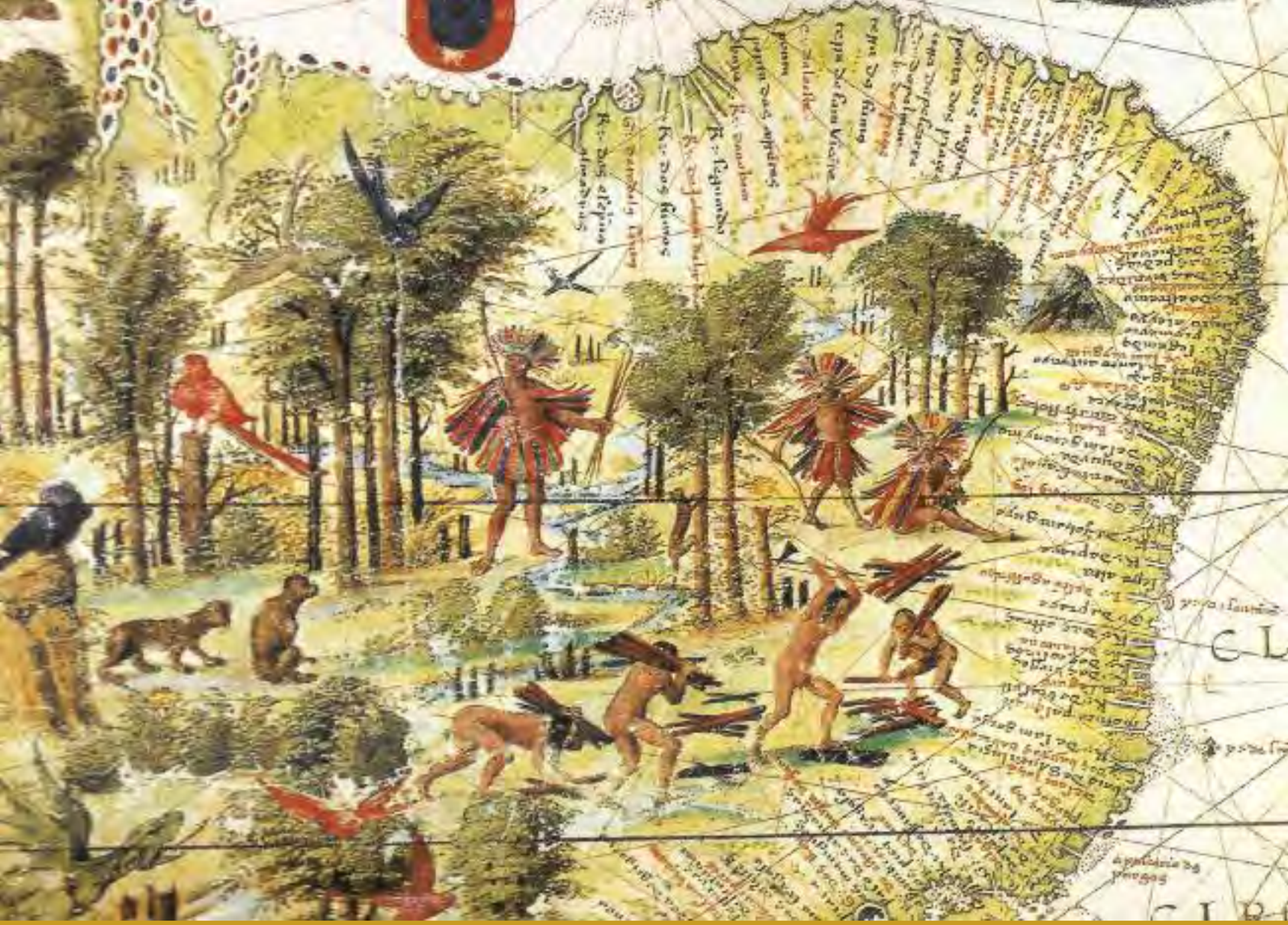


Figura 1 - O Território da América Portuguesa em parte da 4ª folha do Atlas Miller, manuscrito sobre pergaminho que pertence à Biblioteca Nacional de Paris. Lopo e Homem 1519. Fonte: Costa (2007) p. 88.

Os colonizadores, entretanto, sempre alimentaram a esperança de encontrar ouro e metais preciosos nos sertões, como já acontecera na América espanhola. Tal esperança era cultivada no imaginário do povo ibérico por mitos como o da lagoa Dourada. Em diversos mapas dos primeiros séculos, embora bastante vagas, há referências a uma lagoa no centro do Brasil. Essa lagoa aparece ora localizada nas cabeceiras do rio São Francisco, ora nas cabeceiras do complexo do rio da Prata, no rio Paraguai e no rio Paraná. Às vezes também aparece na bacia do Amazonas.

Assim, embora a população tenha se fixado na faixa litorânea, os colonizadores varreram os sertões ainda nos primeiros séculos, criando rotas, vias de penetração. O mapa do Brasil começa a ser desenhado por esses aventureiros que penetravam sertão adentro e, já nos séculos XVI e XVII, muito antes da descoberta do ouro, a configuração dos limites de nosso território já estava bastante parecida com a atual. Os caminhos abertos, contudo, eram desconexos entre si, ligando pontos longínquos do sertão ao litoral. A única maneira de conectá-los era por via marítima.



Figura 2 - Mapa geral, 1706 / Brasil (Norte), 1706 / Guiana, 1706. Note a notação Parime Lacus ao sul das Guianas. Fonte: Biblioteca Nacional.

Figura 3 - Mapa geral, 1726 / Brasil, 1726. Ver a notação Great Lake na nascente do Rio São Francisco. Fonte: Biblioteca Nacional.



O desenvolvimento do sistema de vias de comunicação acompanhou o povoamento que, em sua incipiente interiorização, gerou um padrão basicamente homogêneo caracterizado pela ausência de conexões intermediárias expressivas e constituído por vetores autônomos na forma de vias terrestres ou fluviais, com duas extremidades básicas – o sertão e o litoral – e tendo a via marítima como único eixo capaz de conferir-lhes unidade[1].

Muito do desenho desses caminhos foi definido pelas condições físicas da geografia brasileira, especialmente o relevo e a hidrografia. As penetrações no interior da América portuguesa, em várias partes do território, foram feitas sobretudo através dos grandes rios, nomeadamente o Amazonas, o São Francisco e o complexo do Prata. Os mapas da época evidenciam essas penetrações por via fluvial: há mais informações e dados ao longo dos cursos dos rios do que nas áreas intermediárias.

Também contribuiu para a penetração no interior do continente a existência de rotas milenares estabelecidas por povos indígenas. Por causa de sua posição de isolamento em relação ao litoral e, consequentemente, à metrópole, os paulistas desenvolveram no planalto um modo de vida próprio, diverso do que se observou nas demais regiões da colônia, bastante mesclado com a cultura indígena. Com os índios aprenderam a andar em fila, descalços, e assim assimilaram seu milenar conhecimento da terra. Muito mais do que a força de trabalho, os índios foram transmissores de conhecimento, essenciais à empresa paulista.

Algumas das rotas indígenas percorridas por paulistas foram a trilha dos Tupiniquins, de São Paulo até o sertão dos Patos; a trilha Guarani, de Cananeia a Iguaçu, e o caminho do Peabiru, do litoral ao rio Paraná e, de lá, ao Peru[2]. A existência de trilhas pré-cabralinas explica a rapidez da penetração na América portuguesa.

Além dos conhecimentos indígenas assimilados pelos paulistas, outro fator facilitou as entradas no sertão: na capitania de São Vicente, ao contrário das demais, há rios que correm no sentido interior e não no sentido litoral. Após vencer as escarpas da serra do Mar, a poucos quilômetros do litoral, os paulistas penetraram no interior descendo os rios Tietê e Paraíba do Sul. A "paulistânea", como batizou o professor Antonio Candido (1979), abrangia grande parte do Sul, Sudeste e Centro-Oeste brasileiro.

As áreas que mais tarde viriam a ser chamadas de Minas Gerais foram percorridas desde o primeiro século após o descobrimento do Brasil, como mostram alguns registros de incursões territoriais.

> *A tradição também nos informa que por aquela região teria passado, em 1596, o bandeirante João Pereira de Souza Botafogo, sem, no entanto, ficar bem estabelecida a sua rota. Outros que se aventuraram, ainda no século XVII, foram Jerônimo da Veiga, em 1643; Sebastião Machado Fernandes Camacho, entre 1645 e 1648, em busca das minas de prata, e o próprio Fernão Dias Paes, em 1674*[3].

Os primeiros ranchos e roças eram estabelecidos em posições intermediárias de penetração e permitiam aos bandeirantes o descanso e a obtenção de alimentos, dando apoio aos grupos que avançavam mais sertão adentro. Essas empreitadas, porém, não contribuíram para o povoamento da região, nem por paulistas e muito menos pelos indígenas, que migraram para áreas mais distantes.

> *Várias entradas foram feitas naquelas paragens: pelo Norte, vindos da Bahia; pelo Leste, do Espírito Santo; e pelo Sul, oriundas do Rio de Janeiro e principalmente de São Paulo. Nenhuma dessas incursões que andavam em busca de riquezas minerais ou caçando indígenas promoveu o povoamento do território. Pelo contrário, esta última atividade concorreu para o seu despovoamento com o deslocamento dos silvícolas aprisionados como escravos para as fazendas de São Paulo ou para a criação de gado e/ou engenhos do Nordeste açucareiro*[4].

Essa primeira fase da conquista territorial praticamente não deixou vestígios de arquitetura; sabe-se, entretanto, que os pequenos abrigos chamados "ranchos" eram muito precários, como descreve Sylvio de Vasconcellos:

> *O rancho era uma peça única e servia de abrigo coletivo. Nele moravam o chefe e seus servidores. Havia ranchos com cobertura de uma água ou de duas águas. Os de uma água, geralmente, tinham um de seus lados apoiados sobre barrancos altos e, o outro, sobre esteios rústicos, de forma cilíndrica. Os ranchos maiores eram de duas águas. Todo o madeiramento era roliço e tosco. A cobertura feita de fibras vegetais como o sapé, folhas de palmeiras ou outros tipos de fibra. O piso era de terra batida; no centro, havia uma trempe sobre braseiro; nos cantos, eram colocados os jiraus para dormir. Quando havia muitos ocupantes, esses se espalhavam pelo chão sobre esteiras e couros, pois em Minas não foi muito difundido o uso da rede*[5].



Figura 4 - Mapa geral, 1735 / Brasil, 1735. Note a representação de uma lagoa na nascente do Rio Paraguai. Fonte: Biblioteca Nacional.

Figura 5 - Mapa geral, 1704 / Brasil, 1704. Note a representação de lagoa na nascente do Rio São Francisco e alagado no Pantanal. Fonte: Biblioteca Nacional.



Somente no final do século XVII, com a descoberta de ouro, é que teve início o primeiro movimento expressivo e definitivo de interiorização da população na América portuguesa. As vilas paulistas sofreram adensamento populacional e em Minas foram criadas diversas outras vilas.

> *Não foi por acaso que duas das três cidades erigidas na colônia no século XVIII foram São Paulo (1711) e Mariana (1745), sendo criadas ainda treze vilas em território mineiro, e mais duas até o fim do período colonial.*
>
> *Responsáveis pela descoberta do ouro, após inúmeras incursões aos sertões mineiros, desde meados do século XVII, os paulistas foram os primeiros a se deslocarem para a região dos achados. Ainda que precários, não passando de picadas, os acessos utilizados foram aqueles já abertos pelos bandeirantes em suas incursões ao território mineiro. Muitos desses caminhos são de difícil reconstituição, com seus percursos sofrendo alterações e ampliando-se em inúmeras variantes*[6].

Com a descoberta do ouro no fim do século XVII, desencadeou-se uma revolução sem precedentes surtindo efeitos de ordem política, econômica e sociocultural. Do ponto de vista político-administrativo, o eixo deslocou-se para o Sudeste: em 1763, a capital do vice-reino foi transferida para o Rio de Janeiro. Um verdadeiro rush migratório trouxe pessoas de várias partes de Portugal e de outras províncias brasileiras. Surgiu uma complexa rede urbana que atou o Brasil disperso dos dois primeiros séculos, ligando a região das minas de ouro ao Sul, através do comércio de tropas, e ao Nordeste, através do rio São Francisco. Ao mesmo tempo, serviu de ponto de partida para a ocupação dos sertões de Goiás e Mato Grosso e conectou a própria região das minas ao centro-sul, criando uma complexa malha viária.

Do dia para a noite surgiram cidades, vilas, arraiais. A população brasileira saltou de 300 mil habitantes em 1690 para 3,25 milhões em 1798. No plano econômico, esse crescimento fez surgir um mercado interno e estimulou a produção agrícola e de manufaturas para atender à nova demanda populacional. Estimulou também a criação de gado para corte e carga em vastas áreas no sul do país, ocupando com isso a região para além do Tratado de Tordesilhas. O porto do Rio de Janeiro transformou-se no maior porto de escravos e de exportação de ouro do país. Nunca se importou tantos africanos como entre 1730 e 1750 (Boxer, 1969): o contingente de escravos chegou a corresponder a 48,8% da população do país. E, finalmente, a quantidade de ouro obtida no planeta dobrou naquele século. Social e culturalmente, a população ganhou uma maior diversidade de estratos e surgiu uma classe média formada por artesãos, mestres, funcionários do governo, militares, profissionais das minas e artistas.

Logo os paulistas se tornaram minoria em Minas Gerais, suplantados, em primeiro lugar, por uma população predominantemente portuguesa, proveniente do continente e das ilhas; em segundo lugar, por pessoas vindas do Rio de Janeiro e depois da Bahia (Lemos, 1999). Chegaram à região das minas negros de diversas regiões da África e também de outras partes do Brasil, mão de obra excedente, oriunda da oscilação cíclica da produção canavieira da Bahia e de Pernambuco. As aglomerações humanas floresceram rapidamente junto às datas de mineração e ao longo dos caminhos. A sociedade ali formada era portuguesa em sua essência, diferentemente da paulista, já miscigenada em sua origem.

O ouro, que promoveu toda essa revolução, durou pouco e logo na primeira metade do século XVIII estava em plena decadência. Contudo, deixou uma herança duradoura: a vasta rede de caminhos, o comércio, as trocas, a agricultura, a pecuária e, sobretudo, os assentamentos humanos. "Minas não nasceu do ouro, a despeito de seu nome, nasceu dos caminhos, dos lugares, das trocas" (Moraes, 2005).

Em 1709 foi criada a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, desmembrada do Rio de Janeiro. Em 1714, foram criadas as comarcas do Rio das Mortes, Vila Rica e Rio das Velhas. Em 1720, como consequência da revolta de Vila Rica, D. João V desmembrou a capitania em duas, a capitania das Minas Gerais e a capitania de São Paulo, e criou na primeira mais uma comarca, a de Serro Frio. As comarcas em Minas marcaram a regionalização de seu território, dividindo-o em áreas com características próprias. A comarca do Rio das Mortes, objeto de nosso estudo, equivale hoje ao sul do estado de Minas Gerais.

O sul da capitania foi rota de penetração para as minas do ouro, por sua posição entre a região aurífera e o ponto de partida, que era a cidade de São Paulo. Os caminhos mais usados pelos paulistas foram três: o primeiro, que teria sido percorrido por Fernão Dias, ficou conhecido como caminho de Fernão Dias; o segundo era chamado caminho de São Paulo ou caminho Velho, e o terceiro, caminho dos Guaianases (Moraes, 2005). Reconstituímos esses caminhos baseados em descrições e em antigos mapas, sobrepondo-os aos novos mapas e cotejando informações e toponímia.



Figura 6 - Mapa da Comarca do Sabará levantado por Bernardo Jozé da Gama, 1782-1854. Mostra a comarca de Sabará e as outras quatro comarcas que a circundam. Fonte: Biblioteca Nacional.

Figura 7 - Carta Cartográfica de parte da Capitania de S. Paulo que confina com Capitania de Minas Geraes, em que se mostram as diversas divisões que em diferentes tempos se tem feito entre estas duas Capitanias. Cópia de 1874. Fonte: Costa (2004) p. 61. Neste mapa estão representados os caminhos Velho e de Fernão Dias com sua variante oeste.









Figuras 8 e 9 - Mapa da Comarca de Minas 1821 / Mapa da Comarca do Rio das Mortes. Fonte: Arquivos Históricos e Documentais da UFSJ.

Figura 10 - Mapa de Regionalização de Minas Gerais no século XVIII que, grosso modo, corresponde às antigas comarcas. Fonte: Cunha (2008).

Figura 11 - Aquarela de Thomas Ender 1817. Uma parte da Serra da Mantiqueira na Vila de Lorena. Fonte: Costa (2004) p. 94.

O caminho de Fernão Dias partia de São Paulo em direção a Atibaia, passava por Bragança Paulista e pelo registro de Jaguari, na altura de rio homônimo, transpunha a serra da Mantiqueira, na altura de Camanducaia, seguia ao norte passando pela serra de Araquamaba (atual Canguava), pelo rio do Peixe, pelo topônimo Três Irmãos, pelo povoado de Mandu (atual Pouso Alegre) e rio homônimo e seguia até o povoado de Santana do Sapucaí (atual Silvianópolis). Dali, em direção nordeste, transpunha-se o rio Sapucaí em local chamado passagem do Sapocaí (antiga grafia) chegando-se a São Gonçalo e depois à Campanha do Rio Verde. De Campanha seguia-se novamente em direção nordeste passando pelos rios São Bento, Verde (em local denominado Ponte do Rio Verde), do Peixe, Angaí e Capivari, chegando-se ao local denominado Curralinho (não encontrada correspondência nos mapas atuais), de onde se encontrava com o caminho Velho na passagem do Rio Grande.

O caminho Velho foi pormenorizado nos relatos de Antonil de 1711.

> *No primeiro dia, saindo da vila de São Paulo, vão ordinariamente a pousar em Nossa Senhora da Penha, por ser (como eles dizem) o primeiro arranco de casa, e não são mais que duas léguas. Daí, vão à aldeia de Itaquaquecetuba, caminho de um dia. Gastam, da dita aldeia, até a vila de Moji, dous dias. De Moji vão às Laranjeiras, caminhando quatro ou cinco dias até o jantar. Das Laranjeiras até a vila de Jacareí, um dia, até as três horas. De Jacareí até a vila de Taubaté, dous dias até o jantar. De Taubaté a Pindamonhagaba, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, dia e meio. De Pindamonhagaba até a vila de Guaratinguetá, cinco ou seis dias até o jantar. De Guaratinguetá até o porto de Guaipacaré, aonde ficam as roças de Bento Rodrigues, dous dias até o jantar. Destas roças até o pé da serra afamada de Amantiqueira, pelas cinco serras muito altas, que parecem os primeiros muros que o ouro tem no caminho para que não cheguem lá os mineiros, gastam-se três dias até o jantar. Daqui começam a passar o ribeiro que chamam Passavinte, porque vinte vezes se passa e se sobe às serras sobreditas, para passar as quais se descarregam as cavalgaduras, pelos grandes riscos dos despenhadeiros que se encontram, e assim gastam dous dias em passar com grande dificuldade estas serras, e daí se descobrem muitas e aprazíveis árvores de pinhões, que a seu tempo dão abundância deles para o sustento dos mineiros, como também porcos monteses, araras e papagaios. Logo, passando outro ribeiro, que chamam Passatrinta, porque trinta e mais vezes se passa, se vai aos Pinheirinhos, lugar assim chamado por ser o princípio deles; e aqui há roças*

de milho, abóboras e feijão, que são as lavouras feitas pelos descobridores das minas e por outros, que por aí querem voltar. E só disto constam aquelas e outras roças nos caminhos e paragens das minas, e, quando muito, têm de mais algumas batatas. Porém, em algumas delas, hoje acha-se criação de porcos domésticos, galinhas e frangões, que vendem por alto preço aos passageiros, levantando-o tanto mais quanto é maior a necessidade dos que passam. E daí vem o dizerem que todo o que passou a serra da Amantiqueira aí deixou dependurada ou sepultada a consciência. Dos Pinheirinhos se vai à estalagem do Rio Verde, em oito dias, pouco mais ou menos, até o jantar, e esta estalagem tem muitas roças e vendas de cousas comestíveis, sem lhes faltar o regalo de doces. Daí, caminhando três ou quatro dias, pouco mais ou menos, até o jantar, se vai na afamada Boa Vista, a quem bem se deu este nome, pelo que se descobre daquele monte, que parece um mundo novo, muito alegre: tudo campo bem estendido e todo regado de ribeirões, uns maiores que outros, e todos com seu mato, que vai fazendo sombra, com muito palmito que se come e mel de pau, medicinal e gostoso. Tem este campo seus altos e baixos, porém moderados, e por ele se caminha com alegria, porque têm os olhos que ver e contemplar na prospectiva do monte Caxambu, que se levanta às nuvens com admirável altura.

Da Boa Vista se vai à estalagem chamada Ubaí, aonde também há roças, e serão oito dias de caminho moderado até o jantar. De Ubaí, em três ou quatro dias, vão ao Ingaí. Do Ingaí, em quatro ou cinco dias, se vai ao Rio Grande, o qual, quando está cheio, causa medo pela violência com que corre, mas tem muito peixe e porto com canoas e quem quer passar paga três vinténs e tem também perto suas roças. Do Rio Grande se vai em cinco ou seis dias ao rio das Mortes, assim chamado pelas que nele se fizeram, e esta é a principal estalagem aonde os passageiros se refazem, por chegarem já muito faltos de mantimentos. E, neste rio, e nos ribeiros e córregos que nele dão, há muito ouro e muito se tem tirado e tira, e o lugar é muito alegre e capaz de se fazer nele morada estável, se não fosse tão longe do mar. Desta estalagem vão em seis ou oito dias às plantas de Garcia Rodrigues. E daqui, em dous dias, chegam à serra de Itatiaia. Desta serra seguem-se dous caminhos: um, que vai dar nas minas gerais do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e do Ouro Preto, e outro, que vai dar nas minas do rio das Velhas, cada um deles de seis dias de viagem. E desta serra também começam as roçarias de milho e feijão, a perder de vista, donde se proveem os que assistem e lavram nas minas[7].







Figura 12 - Carta Geográfica de Minas Gerais. Anno de 1804 por Caetano Luis de Miranda (AHEx). Fonte: Costa (2007) p. 153. Nesta imagem estão representados o Rio Verde, o Sapucaí e seus afluentes.

Figura 13 - Mapa da Capitania de S. Paulo em que se mostra tudo o que ella tinha antigamente(...), Ca. 1773. Fonte: Costa (2004) p. 6. Nesta imagem está representado, além do Caminho de Fernão Dias, um caminho paralelo que passa por Ouro Fino e deriva para o oeste em Lucas Borges.

Esse caminho, juntamente com o caminho de Fernão Dias, foi cotejado por nós entre as diversas fontes para reconstituir, em um novo mapa sobre as bases atuais, as velhas rotas. Concluímos que o caminho Velho passa, grosso modo, por rotas conhecidas. Saindo de São Paulo, segue o rio Paraíba até a altura de Guaratinguetá, dali subindo a serra da Mantiqueira para atravessá-la na garganta do Embaú. Dali passa por Pinheirinhos (não encontrada referência em mapas atuais) e depois pela Estalagem do Rio Verde, às margens do rio homônimo (provavelmente, atual Pouso Alto), seguindo até Boa Vista (atual Caxambu). Da Boa Vista vai-se a Ubaí (não é encontrada referência em mapas atuais), dali até o Ingaí, atualmente rio Angaí e fazenda homônima. Segue-se sem maiores descrições até o rio Grande. Nesse trecho, embora Antonil não tenha dado maiores referências, encontramos em mapas da época a passagem pelo Favacho, depois por Carrancas, dando-se o encontro com o caminho de Fernão Dias na passagem do rio Grande. Após a passagem do rio Grande, os caminhos não são mais tão claros e definidos; surge um emaranhado de

caminhos junto à zona mineratória de São João del-Rei e São José, que se liga a outras zonas mineratórias e à região da Zona da Mata.

Segundo Moraes, o terceiro caminho de São Paulo a Minas Gerais era o caminho dos Guianases, que seguia pelo vale de Mogi-Guaçu, vindo a desenvolver variantes que passavam por Jacuí e Cabo Verde. Essa rota foi usada pelos sertanistas Mathias Cardozo, Domingos Jorge Velho, Manuel Álvares Navarro e Francisco Dias Siqueira em suas incursões ao Nordeste (Moraes, 2005).

Mas talvez o caminho mais antigo fosse o caminho Geral do Sertão que, segundo Moraes, "articulava São Paulo aos Sertões Nordestinos, saindo de Pinheiros rumo ao norte, passando ao leste de Jundiaí, atravessando o Rio Grande até o São Francisco, daí se desenvolvendo ao longo de suas margens" (Moraes, 2005. p. 135). Esse caminho, ao contrário dos anteriores, não tinha como destino as minas, mas o Nordeste. Sua descrição é bastante vaga, principalmente quanto à travessia do rio Grande, podendo coincidir em suas variantes com o caminho dos Guaianases na passagem por Jacuí e Cabo Verde, especialmente Jacuí, porque logo após se dava a passagem pelo rio Grande na altura de Piuí, chegando às cabeceiras do rio São Francisco. Nesse mesmo sentido seguia também a estrada de Goiás, onde o rio Grande "podia ser atravessado entre Igarapava e Miguelópolis, a jusante da ilha de Roberto ou do Pepino, após as corredeiras da Escaramuça e da Espinha"[8].

Nos fins século XVII foi iniciada por Garcia Rodrigues Pais a abertura do caminho Novo, que ligava o Rio de Janeiro diretamente à região de Ouro Preto. Esse caminho reduzia em aproximadamente 15 dias o tempo de viagem do caminho Velho da cidade do Rio de Janeiro, que seguia pelo mar até Parati e, dali, até o Vale do Paraíba, onde se encontrava com o caminho Velho de São Paulo. Há, contudo,

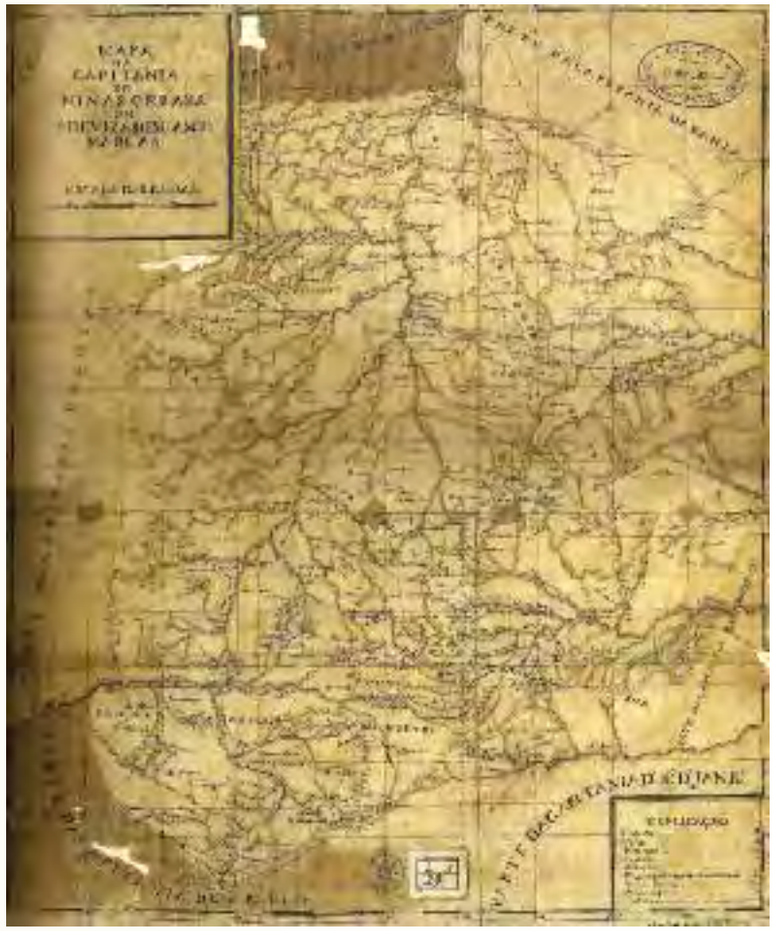


Figura 14 - Mapa da Capitania de Minas Gerais com suas divisas. Produzido por José Joaquim da Rocha em 1778. Fonte: Costa (2004) p. 147.



Figura 15 - Parte sul do Mapa Geral da Capitania de Minas de 1800. Fonte: Costa (2004) p. 189.





Figura 16 - Mapa da Comarca do Rio das Mortes de 1809 com a divisão das freguesias e termos. Fonte: Costa (2004) p. 224.

Figura 17 - Mapa da divisa entre as Capitanias de Goiás e Minas Gerais 1780 (IEB-USP). Fonte: Costa (2004) p. 63.

certa confusão nas nomenclaturas, porque em meados do século XVIII foi aberto o caminho Novo de Piedade, que ligava as cidades do Vale do Paraíba à cidade do Rio de Janeiro por terra, tornando desnecessário descer até Parati e concluir o caminho por via marítima. Este não deve ser confundido com o caminho Novo de Garcia Pais. Com base nessas informações, desenhamos um panorama geral dos principais caminhos que cruzavam a comarca do Rio das Mortes.

Durante o período colonial, a política administrativa do Estado visava ao controle das minas e, por isso, coibia-se a abertura de novos caminhos, o que facilitava o controle e a cobrança de impostos e evitava a fuga de riquezas. Assim foram estabelecidos, ao redor das minas, postos de controle do fisco, os chamados registros. Nas divisas do território da comarca do Rio das Mortes com a capitania de São Paulo, estabeleceram-se os registros da Mantiqueira, de Jaguari, de Toledo e de Caldas.

A postura de controle e coibição iria se reverter após 1808, com a vinda da família real para o Rio de Janeiro. Ao invés de coibir, o Estado passa então a incentivar a abertura de novos caminhos, a fim de facilitar o escoamento da produção para abastecimento da corte. São dessa época a estrada do Comércio e a estrada da Polícia que, passando pelo Vale do Paraíba fluminense e mineiro, acabavam por ligar a região de São João del-Rei ao caminho Novo, o que encurtava em muitos dias o tempo de viagem ao Rio de Janeiro. Da terceira década do século XIX é a estrada do Picu, esta propriamente em território sul-mineiro. Ligando a região de Baependi/Aiuruoca ao Vale do Paraíba, num ponto abaixo de Areias, mais próximo ao Rio de Janeiro, servia como alternativa mais curta ao caminho Velho. Essa estrada foi aberta por proprietários de Baependi, Campanha e Pouso Alegre em 1822, encurtando em cinco dias o caminho para a corte.

Mesmo durante o século XVIII, porém, a política de controle não evitou, de todo, a abertura de novos caminhos e a dispersão da população, que ocupava novas áreas. Foi o caso da ocupação dos "sertões da Mantiqueira".

> *Com a intenção de coibir o contrabando do ouro pó, caminhos "não oficiais" e a existência de lavras imemoriais, o governo metropolitano mandou que se fechassem quaisquer trilhas e logradouros existentes nas imediações das áreas mineratórias, tornando algumas regiões "áreas proibidas" à ocupação. Foi o caso, por exemplo, dos sertões da Mantiqueira/sertões do Leste, na fronteira sul da capitania de Minas Gerais*[9].



Figura 18 - Mapa de 1801 da divisa da capitania de Minas Gerais com São Paulo na Serra da Mantiqueira. Note que a região estava cortada por diversos caminhos e picadas além do Caminho Velho e ocupada com a presença de fazendas. Fonte: Costa (2004) p. 44.

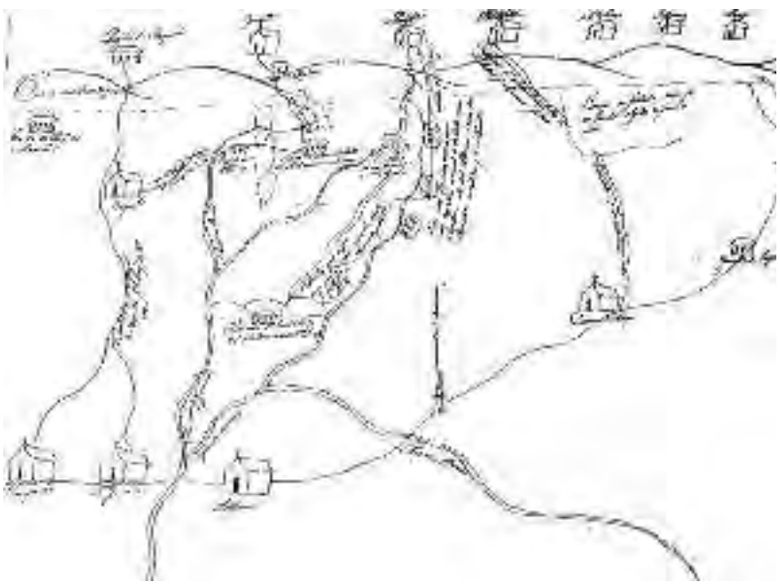


Figura 19 - Mapa apresentado às autoridades de Minas Gerais por um habitante do julgado de Itajubá mostrando os limites imbricados das duas capitanias. Segundo as inscrições do documento, certos fazendeiros instalados ao norte da Serra da Mantiqueira declaravam pertencer à capitania de São Paulo. Doc. Arquivo Público Mineiro (APM). Fonte: Fonseca (2003).

A denominação "áreas proibidas" foi criada em 1736 pelo Bando de Aditamento ao Regimento de Minerar, que proibia que se lançassem posses de terras situadas nas extremidades não povoadas da capitania. Ao impossibilitar a abertura de novos caminhos e picadas nos matos, em áreas onde inexistiam registros e vigilância das patrulhas, tentava-se evitar extravios do ouro. Contudo, as áreas proibidas continuaram a ser ocupadas tanto por atividades agrícolas quanto mineradoras, a tal ponto que o governador dom Rodrigo José de Meneses enviou àquela região o intendente da comarca do Rio das Mortes, Félix Vital Nogueira, a fim de verificar se "interesses particulares sobrepunham-se aos dos povos do império português".

Em 1780, o governador encaminhou uma expedição comandada pelo tenente coronel Francisco Antônio Rebelo para os mesmos fins; finalmente, em 1781, o próprio governador percorreu as supostas "áreas vedadas dos sertões", constatando a efetiva ocupação realizada "furtivamente" através de anos, sem que os governadores anteriores desconfiassem dela. Diante disso, promoveu oficialmente a ocupação daquela região através da busca de novos veios auríferos e da doação de sesmarias. Instalou secretaria provisória naquele sertão, onde recebeu "mais de oitocentos requerimentos solicitando a repartição de terras agrícolas e minerais da Mantiqueira". O ordenamento da região "enquadra-se num contexto maior de política colonial portuguesa, que não era somente povoar as terras devolutas, mas transformar seus habitantes em bons vassalos, pagadores de tributos e laboriosos, conforme os interesses do Estado" (Rodrigues, 2003).

Não foi a primeira e nem teria sido a última vez que a Coroa lançaria mão desse procedimento ao longo da colonização. O reduzido poderio econômico e o pequeno contingente populacional português, diante da extensão do império e, principalmente, frente aos demais impérios europeus, fizeram com que o Estado agisse com astúcia ao delegar a particulares o que deveria ser de sua alçada, concedendo-lhes, em contrapartida, doações de terras, títulos nobiliárquicos e facilidades. O sertão era algo que se movia continuamente; era empurrado cada vez mais para longe, cedendo lugar ao território devidamente tributado. Assim, transformava-se sertão em território.

> *Numa colônia cujas fronteiras ainda eram móveis e provisórias, cujos limites só seriam traçados em 1777 – mas que, até o século XX, seriam redefinidos –, a expansão e as frentes de povoamento eram extremamente importantes*[10].

O sistema de concessão de sesmarias data dos primórdios da fundação do Estado Português. Criado em 1375, perdurou até 1827, sendo extinto no reinado de D. Pedro I. Essa era a maneira pela qual se obtinham oficialmente as terras no Brasil. As sesmarias eram concessões que o Estado fazia aos sesmeiros, que não eram proprietários da terra e sim concessionários. O sistema passaria a ser o de propriedade privada da terra a partir de 1850, com a chamada Lei de Terras (lei nº 601 do Império). As sesmarias tinham área definida, mas um mesmo fazendeiro poderia obter a concessão de várias sesmarias contíguas, caracterizando grandes latifúndios. Em sua segunda viagem ao Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, Saint-Hilaire (1974) tece considerações a esse respeito:

Retalhou-se o solo pelo sistema de sesmarias, concessões que só se podiam obter depois de muitas formalidades e a propósito das quais era necessário pagar o título expedido. O rico, conhecedor do andamento dos negócios, tinha protetores e podia fazer bons favores; pedia-as para cada membro de sua família e assim alcançava imensa extensão de terras[11].

Foi fazendo concessões de sesmarias que o Estado, após 1808, incentivou a criação de caminhos e a ocupação de terras ao longo desses caminhos e rotas, principalmente entre a capital e a região das minas, com o objetivo de estimular a produção e facilitar o abastecimento.

Sabemos que, no primeiro momento após a descoberta do ouro, houve grande demanda por alimentos, gerada pelo abrupto aumento da população. As áreas paulistas, já estabelecidas, tornaram-se abastecedoras de gêneros alimentícios para a população das minas. Aos poucos, foram sendo criadas fazendas nas regiões das minas e ao longo dos caminhos. Essas propriedades tornaram-se novas abastecedoras da população mineira. Muitas vezes os proprietários preferiam dedicar-se à atividade agrícola, que era certa e também lucrativa, a arriscar-se nas minas, atividade incerta e em decadência. As terras da comarca do Rio das Mortes, famosas por sua qualidade, atraíram esses proprietários. No Mapa da Regionalização (figura 10), foram chamadas de "Campos do Sul".

O gado dos arredores do Rio Grande tem justificada fama, graças ao tamanho e força. Alimentadas em ótimos pastos, as vacas dão leite quase tão rico em nata quanto o das nossas montanhas. Com ele se faz grande quantidade de queijos exportados para o Rio de Janeiro[12].

Inicia-se, assim, a efetiva ocupação do Sul de Minas, agora não mais com ranchos efêmeros, mas com fazendas dedicadas ao abastecimento, algumas delas existentes até hoje. Note-se que as atividades agropecuárias e mineratórias não eram antagônicas; ao contrário, complementavam-se e coexistiram num mesmo período.

De acordo com uma visão corrente, a ocupação rural em Minas estaria ligada à decadência, à ruralização.

Antigos mineradores e negociantes se transformam em fazendeiros; artesãos e empregados se fazem posseiros de terras devolutas. Citadinos ruralizados espalham-se pelos matos, selecionando a terra já não pela riqueza aurífera, mas por suas qualidades para moradia e cultivo. [...] muitas parentelas antes ricas, mas de bens minguantes, emigraram com sua escravaria para sesmarias conseguidas em territórios ermos. Aí reconstituem núcleos de vida autárquica, novamente orgulhosos de só dependerem do comércio para o provimento do sal, mal escondendo, atrás dessa vaidade, a sua penúria[13].

Ora, somente se ruraliza aquele que é da cidade: a nova população rural seria assim a população urbana em decadência. Ao contrário, sabemos hoje que a atividade rural se expande à medida que a demanda por alimentos aumenta, e foi exatamente o que promoveu uma maior ocupação das terras do Sul de Minas. A população da região não era formada apenas por citadinos ruralizados, mas também por portugueses que chegavam em ondas de migração constantes. Essas ondas eram absorvidas pela população local e em muitos casos pela classe proprietária – inicialmente, porque abasteciam a população urbana da própria capitania,

sobretudo das comarcas em que a atividade mineratória era mais intensa e o solo não apresentava maiores qualidades para o cultivo. Em um segundo momento, porque, após 1808, a demanda foi estimulada pelo desequilíbrio populacional provocado pela transferência da corte para o Rio de Janeiro e pelo consequente aquecimento da economia brasileira. Em seguida, com o advento da cafeicultura, o Sul de Minas reforça novamente sua vocação, abastecendo não só a corte, mas também as regiões produtoras de café no Vale do Paraíba.

Não podemos excluir de todo a questão da decadência, tratada por Souza (2004) em *O falso Fausto*. Houve casos, sim, como citado por Ribeiro, mas essa não é a única face da moeda. A partir da década de 1980, essa visão da história mineira passa a ser revisada. O marco dessa revisão é a obra *As tropas da moderação*, na qual Alcir Lenharo explica como o Sul de Minas tornou-se o principal polo abastecedor da corte e suas relações com o império. A partir daí, muitos trabalhos contemporâneos, como o de F. B. Moraes, vêm corroborar a idéia de que o eixo econômico da capitania de Minas Gerais deslocou-se para a porção sul já no fim do século XVIII, ali se consolidando durante o século XIX.

> *Em fins do XVIII, já é visível o deslocamento do eixo econômico da capitania das áreas mineradoras centrais para a região da Comarca do Rio das Mortes que, em razão da fertilidade de suas terras e figurando como centro de comércio em expansão, acabava por incorporar a mão de obra escrava excedente oriunda das áreas auríferas em processo de exaustão. [...] Das sete vilas erigidas do último quartel do século XVIII até o fim do período colonial, seis pertenciam à Comarca do Rio das Mortes – São Bento do Tamanduá (1789), Queluz (1790), Barbacena (1791), Campanha da Princesa da Beira (1798), Baependi e São Carlos do Jacuí (1814)*[14].

Note-se que a população da comarca se concentrava na parte leste da região; das seis vilas, apenas uma, São Carlos do Jacuí, fica a oeste do rio Sapucaí. Apesar do aumento da atividade econômica no sul da capitania e da fundação de vilas e arraiais, esses núcleos tinham vida intermitente, recebendo grande população apenas por ocasião das festas e acontecimentos religiosos. Como notou Saint-Hilaire ao passar pelas vilas de Juruoca e de Taubaté:

> *Não é habitada durante a semana senão por mercadores, operários e prostitutas. Mas aos domingos e dias de festa, torna-se um lugar de reunião para todos os agricultores da comarca.*
>
> *[...]*
>
> *Como em todas as cidades do interior do Brasil, a maioria das casas fica fechada durante a semana só sendo habitada nos domingos e dias de festas*[15].

À medida que a demanda por novas terras aumenta, a expansão se dá no sentido leste-oeste, seguindo o sentido dos rios Grande, Verde e Sapucaí, em território mineiro, e dos rios Mogi e Pardo, que nascem em território mineiro e correm para São Paulo. Esses vetores de ocupação seguem até encontrar velhas rotas, como a estrada de Goiás e o caminho Geral do Sertão. Ao mesmo tempo, aprofunda-se também a ocupação de antigas áreas, com o desdobramento de antigas fazendas dando origem a fazendas mais novas. A chegada

da população mineira à estrada de Goiás, na região nordeste de São Paulo, vai marcá-la profundamente, como bem descreve Freitas (1986) em *Arquitetura rural do Nordeste Paulista*. Outra zona, fora da capitania de Minas Gerais, que também sofreu influência mineira foi o Vale do Paraíba, no período de desenvolvimento de sua lavoura cafeeira, como veremos a seguir.

Indício de que a ocupação do Sul de Minas deu-se preferencialmente de leste para oeste é a maior concentração de fazendas antigas no leste. Isso não exclui, de todo, a existência de fazendas do século XVIII na porção oeste. Devemos lembrar que alguns fatores pontuais influenciaram a abertura de fazendas, entre eles, a existência de minas de ouro – como as minas de Itajubá, São Gonçalo e Ouro Fino –, a ocupação ao longo de antigas rotas e a fundação de vilas. Por exemplo, Jacuí, situada no extremo oeste da região, foi fundada antes de muitas cidades localizadas no centro ou no leste da região. Portanto, pode haver em Jacuí fazendas mais antigas do que em Três Pontas.

Os sertões a oeste do rio Sapucaí eram desabitados até meados do século XVIII e somente a partir da década de 1740 começam a ser povoados, como mostram os documentos do *Abecedário de moradores da província de Minas Gerais* – Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

> *Década de 1740: José Pires Monteiro, natural de Jacareí, descobre ouro na margem esquerda do Rio Sapucay dando início ao povoamento a oeste do rio.*
>
> *2 de março de 1746: o português Francisco Martins Lustoza, vindo da freguesia da Campanha do Rio Verde, é nomeado Guarda Mor Regente do novo descoberto e da região do Sapucaí.*
>
> *Agosto de 1748: o Rei de Portugal ordena ao Governador mineiro, Gomes Freire de Andrade, que fizesse nova definição das linhas divisórias das capitanias "como melhor lhe aprouvesse".*
>
> *19 de setembro de 1749: o Ouvidor Geral do Rio das Mortes, Dr. Tomaz Rubim de Barros Barreto do Rego, atravessando o Rio, foi ter ao Arraial de Santana do Sapucay, onde fez a divisão e posse ordenadas por Gomes de Freire Andrade.*
>
> *1755: Pedro Franco Quaresma, vindo do Arraial de Ressacatú, descobre ouro na região de São Carlos do Jacuy, cuja posse é tomada pela Câmara de Jundiaí. Fundamenta-se neste fato a questão da posse mineira ou paulista na região.*
>
> *4 de março de 1755: o padre Inácio Paes de Oliveira é provido, como capelão curado, pelo Bispado de São Paulo.*
>
> *5 de setembro de 1764: o Governador da Capitania de Minas Gerais, Luiz Diogo Lobo da Silva, resolve fazer uma viagem de inspeção pelas regiões limítrofes com a Capitania de São Paulo. Partindo de Vila Rica, dirigiu-se a comitiva a São João del Rey, tomando rumo noroeste pela margem do Rio Grande, passando por Oliveira, Tamanduá, Piunhi, e atravessando o Rio Grande, junto à barra do Sapucay, penetrou na região sul-mineira. Chegando ao arraial de São Pedro de Alcântara e Almas do Jacuí, o General Luiz Diogo destituiu as autoridades paulistas e publicou um Bando, em 24 de setembro de 1764, pelo qual regulou a posse mineira naquela localidade. 1775: as paróquias mineiras eram restituídas ao Bispado de São Paulo*[16].



Figura 20 - Mapa de toda a extensão da Campanha da Princesa e limites entre São Paulo e a capitania das Minas do Ouro, 1799. Note que o Bispado de São Paulo vai até o limite do Rio Sapucaí enquanto a capitania termina na linha representada ligando os diversos registros. Fonte: Costa (2004) p. 60.

Os fatos arrolados nesse documento mostram como a região foi sendo regulamentada ao longo da segunda metade do século XVIII. No fim do século, os limites administrativos já estavam definidos. A região do oeste do Sapucaí era governada por Minas Gerais, mas no que diz respeito ao poder eclesiástico, ainda em 1799, a região pertencia à diocese de São Paulo, como mostra o mapa acima (figura 20).

No fim do século XVIII, a região hoje conhecida como Sul de Minas, recorte espacial de nossa pesquisa, já estava perfeitamente desenhada. Essa parte da comarca do Rio das Mortes, que exclui a região ao norte do rio Grande, possui características culturais próprias que buscamos identificar neste trabalho, através de sua arquitetura.

Se observarmos os mapas do fim do século XVIII e início do XIX, notaremos um emaranhado de caminhos logo ao norte do rio Grande, região das fazendas

analisadas pela pesquisadora Helena Martins, hoje denominada Campo das Vertentes. A região por nós analisada, ao sul do Rio Grande, não possui a mesma profusão de caminhos. Ao se referir aos caminhos que ligavam a região de São João del-Rei ao caminho Geral do Sertão, a pesquisadora descreve:

> *Todos esses caminhos eram desertos, áridos, perigosos e variantes, sujeitos a assaltos e piratarias. Os meios de transporte eram tropas de burro, carros de bois, comboios e liteiras conduzidas por escravos ou por animais, sendo comuns os percursos a pé. Foram instalados ranchos de tropeiros ou pousadas, que além de dar abrigo a viajantes, tornaram-se também postos de abastecimento, de negócios e de produção de algum alimento, podendo ser considerados como precursores das fazendas*[17].

Como relata a citação acima e numerosos registros de viajantes, os percursos e o transporte de mercadorias eram feitos em tropas de burros, carros de bois, comboios, liteiras, a cavalo ou a pé e suas medidas eram dadas em léguas. Segundo o diário de viagens de Saint-Hilaire, as distâncias percorridas em um dia não passavam de seis léguas, sendo comuns percursos menores em regiões montanhosas. Isso pode nos dar a ideia da densidade da ocupação no ano de 1822. A região percorrida pelo viajante já estava regularmente ocupada nessa data, pois não se passavam mais de uma a seis léguas sem se deparar com habitantes e pouso, seja em fazendas, vendas, registros ou vilas.

> *Pelo menos a cada quarto de légua se encontrava uma venda, um rancho, assinalam os viajantes. [...] Observa-se, não raro, um caráter de complementaridade entre fazenda, rancho, venda, pastagens, postos em serviço de modo integrado*[18].

Em relação à população que ocupou a região, conta-nos a historiografia tradicional, especialmente a paulista, que houve um refluxo dos paulistas, que teriam voltado das minas em direção a São Paulo. Foi o que Luís Saia (1999) chamou de "paulistas de torna viagem". Mas esse tipo de migração foi demasiadamente restrito e pontual em relação ao montante de colonizadores daqueles sertões, pois a grande maioria de paulistas já havia sido expulsa das minas na Guerra dos Emboabas ou teria sido absorvida pela esmagadora maioria da população branca, portuguesa em sua essência. O caso mais conhecido de "paulista de torna viagem" é o do fundador da fazenda do Rosário, em Itu, mencionado por Carlos Lemos em Casa Paulista:



Figura 21 - Mapa Original dos Itinerários de Saint-Hilare. Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.



Figura 22 - Croqui do itinerário feito por Saint-Hilaire em sua segunda viagem a Minas, São Paulo e Rio. Fonte: Saint-Hilaire (1938).



Figura 23 - Mapa da Comarca do Rio das Mortes. Neste mapa estão representados com precisão os caminhos, rios, passagens, registros e vilas da comarca. Fonte: Arquivo Museu Regional de São João del-Rei - cedido pela Fundação João Pinheiro. Fonte: Costa (2004) p. 148.

Isso realmente aconteceu com os sucessos de guerra dos Emboabas e com o regresso de gente de São Paulo vinda para aplicar em lavouras o ouro economizado nos anos passados em Minas, como Roque Soares de Almeida, como aquele Pacheco fundador do engenho do Rosário, em Itu, e poucos outros. Esses paulistas de volta ao seu berço, fixados na bacia do Tietê, nada têm a ver com esses mineiros em busca de novas pastagens para o seu gado no nordeste de São Paulo[19].

Também é muito comum na historiografia tradicional a versão de que antigos mineradores tornaram-se agricultores, como já mencionado em citação de Darcy Ribeiro (1995). Ao longo de nosso trabalho, mostramos não ser essa a única versão. Analisando a história de cada fazenda, seja através de inventários, seja através de livros de genealogia, constatamos que a maioria das famílias teve como primeiro patriarca-embrião um português vindo diretamente de Portugal ou das Ilhas para a região sul, sem que tivesse necessariamente passado pela região ou atividade mineradora. Geralmente, esses imigrantes portugueses, recém-chegados a partir de meados do século XVIII, casavam-se com uma mulher branca da terra, também de origem portuguesa, mas já há muito em Minas. Como observa Lemos, mesmo os proprietários mineiros, ditos "da terra", eram, em última instância, portugueses.

> *Aliás, quando falamos de mineiros, é certo que nos referimos também a portugueses, porque na verdade todo mineiro era necessariamente um reinol de formação, pois por essa época haveria no máximo uma terceira geração descendente de imigrados Portugal*[20].

Essa constante corrente migratória talvez tenha contribuído para a diferenciação das fazendas do Sul de Minas das fazendas de outras regiões da capitania, especialmente por causa dos mestres-construtores, que eram, em sua maioria, portugueses.

Além do casamento consanguíneo, que garantia a permanência da propriedade na mesma família, esses mineiros também apreciavam casar as filhas com portugueses, contribuindo para sua assimilação paulatina na sociedade local.

> *Nesse tempo os senhores de Sesmaria e Fazendas destes sertões, quase sempre homens brancos, de boa educação e de famílias honradas e tendo alguma fortuna, lutavam com dificuldade para arranjarem casamentos condignos para as suas filhas, pois havia falta de rapazes nessas condições. O "português" ou "novato" como eram conhecidos, salvavam todas as situações difíceis, contanto que o dote aparecesse com a noiva. O preconceito contra o caboclo e o homem de cor auxiliava muito o colono português, porque esses homens rudes e cheios de si, dispensavam muito o caboclo e o mulato e tinham como honra casar uma filha com europeu*[21].



Figura 24 - Mapa da San Paulo Brazilian Railway mostrando a malha ferroviária de São Paulo e Minas Gerais. Note que a malha ferroviária perfaz antigas rotas como o Caminho Velho e caminhos a oeste, mas abandona completamente o Caminho de Fernão Dias. Fonte: Arquivos da Rede Ferroviária Federal - Regional São Paulo.

Durante muito tempo a historiografia tradicional relacionou certos postulados a propriedades rurais. A produção voltada à exportação e que usava mão de obra escrava estava vinculada à monocultura e a grandes propriedades. A policultura estava vinculada a pequenas propriedades e à mão de obra familiar, sendo sua produção destinada à subsistência. Esses conceitos tão arraigados geram certa dificuldade em compreender a atividade econômica das fazendas do Sul de Minas no período analisado. Estas eram grandes propriedades e possuíam mão de obra escrava, mas produziam uma vasta gama de gêneros destinados ao consumo e também à exportação[22]. As fazendas do Sul de Minas foram uma exceção no cenário nacional, como observou Caio Prado Jr.:

> *E é aqui que encontramos as principais daquelas poucas exceções acima lembradas de grandes propriedades, fazendas, ocupadas unicamente com a produção de gêneros de consumo interno*[23].

Ou ainda em Lenharo:

> *Nem toda economia mineira refluiu para a subsistência. [...] E nem a economia de subsistência – no caso, a do Sul de Minas – estava fechada sobre si mesma, operando com baixo teor de produtividade, uma vez que era de natureza mercantil e voltada para mercados*[24].

Não se pode dizer que eram fazendas ligadas a algum determinado "ciclo econômico", como o ciclo do ouro, do café ou da cana. Esta seria uma visão muito reducionista da história. Tratava-se de fazendas que produziam toda

sorte de gêneros alimentícios e de abastecimento, gêneros que atendiam ao mercado regional e eram exportados para outras praças, principalmente para o Rio de Janeiro. Seus proprietários constituíam uma camada que não pode ser classificada como de agricultores, cafeicultores, senhores de engenho, usineiros, nem mesmo de fazendeiros, porque muitas vezes tinham também outras atividades. Quem melhor definiu essa classe foi Alcir Lenharo ao chamá-los, apenas, de proprietários ou classe proprietária. O termo proprietários envolve também proprietários de escravos, de terras, de gado, de negócios.

As fazendas do Sul de Minas tinham ainda outra face que não se revela nos recenseamentos da produção econômica da província: eram fazendas que, antes de tudo, serviam a si próprias, sustentando sua autarquia ibérica, individualista e personalista. Seus proprietários bravateavam orgulhosos que dependiam do comércio somente para o provimento de sal e querosene. As fazendas assim caracterizadas constituíam mais uma forma de ocupação do território do que meio de produção de algum artigo específico. Os produtos eram vários e variáveis conforme a necessidade de cada período e de cada região. À medida que as famílias iam crescendo, aumentava a necessidade de procurar mais e mais terras. Um afã de transformar sertão em território e arrebanhar mais terras é o que moveu essa gente cada vez mais a oeste, conquistando novas áreas.

Num primeiro momento, a pecuária constituiu a principal atividade. Sendo um bem semovente, a criação de gado foi a maneira mais rápida de penetração e ocupação do território, selecionando preferencialmente as áreas de topografia suave dos campos de altitude. Nos recenseamentos feitos no Segundo Império, há registro da criação de gado vacum, cavalar, suíno e ovino efetivada em larga escala. Do gado se exportavam principalmente a carne, o toucinho, o queijo e a sola. A carne era exportada na forma do "gado em pé", uma complexa cadeia até chegar ao Rio de Janeiro, onde as reses eram abatidas.

Ao se fixar na terra, os proprietários produziam, sim, toda sorte de alimentos, tanto para as necessidades domésticas quanto para exportação. Os principais gêneros agrícolas foram a cana-de-açúcar, destinada à produção de rapadura, pinga e açúcar para doces; milho para fazer farinha e fubá nos moinhos e monjolos e para alimentar animais; café para o consumo e exportação; arroz e feijão para o consumo, e fumo para exportação. Cultivavam-se ainda hortaliças e frutas, gêneros que não se comercializava, para o consumo exclusivo na fazenda.

O fumo teve grande peso na pauta das exportações do Sul de Minas, sendo famoso por sua quantidade e qualidade, imortalizada por Oswald de Andrade no poema Pau Brasil. O leite e os queijos também tinham grande qualidade, como observou Saint-Hilaire que, como bom francês, não deixou de compará-lo aos de sua terra:

> *A fazenda que pernoitei foi edificada por um mineiro; a casa do dono é ampla e construída de pedra, e tem um madeiramento bem bonito [...]. Este homem não se ocupa em minerar ouro como o sogro; aproveita os pastos que rodeiam a habitação para criar animais; possui cerca de mil cabeças de gado e faz muito queijo*[25].

> *Rancho de Traituba, 2 de março, 4 léguas. – Como atrás disse, fecham-se todas as noites os bezerros num curral e as vacas aproximam-se sozinhas da fazenda. Desde a madrugada fazem-nas entrar no terreiro onde são ordenhadas por negros e negras. Despejam então o leite em pequenos barris cintados de aros de ferro e transvasam-no por meio de cuias, cortadas longitudinalmente, pela metade*[26].

O café foi cultivado na região desde os primórdios da cafeicultura no Brasil, no início do século XIX. Essa fase, contemporânea à produção cafeeira no Vale do Paraíba, teve caráter local, não exatamente de subsistência: era voltada ao consumo, ao comércio intraprovincial. Apenas as fazendas de municípios da zona da Mata, como Leopoldina, tinham produção em grande escala, como as propriedades da região de Vassouras.

A partir de meados do XIX, inicia-se uma segunda fase da cafeicultura no Sul de Minas. Com a chegada do trem de ferro, muda-se o caráter da produção, que passa a ser em larga escala e voltada à exportação. Muitas das fazendas analisadas tiveram suas estruturas adaptadas para a produção de café nessa fase. Além da adaptação das antigas instalações, houve também o surgimento de novas fazendas, ou novas casas em antigas fazendas, substituindo-se a velha técnica construtiva pelo uso da alvenaria portante de tijolos a partir da virada do século XIX para o XX.

Na década de 1970 tem início a terceira fase, marcada pelas novas tecnologias de pesquisa, plantio e produção, pelas novas formas de transporte (rodoviário) e de comercialização (porto seco). Nessa fase, o Sul de Minas se consagra como a principal região cafeeira do Brasil.

Em razão de sua trajetória no Brasil, principalmente no Vale do Paraíba, a cultura do café é muito ligada, no imaginário brasileiro, ao fausto e à nobreza. Isso torna muito tentadora a associação desse produto à imagem de qualquer região, mesmo que não tenha tido o café um papel tão relevante nos primórdios da ocupação. No caso das fazendas do Sul de Minas, a associação com o café deve ser feita com muito cuidado, distinguindo-se suas fases. Na sua origem, essas fazendas não eram, em absoluto, "fazendas de café". São raríssimas as propriedades em que os terreiros e demais equipamentos do conjunto cafeeiro datam da mesma época da construção das casas; na maioria, as instalações para a produção e o beneficiamento do café foram feitas depois, adaptando-se à situação existente.

Conforme já dissemos, na passagem do século XVIII para o XIX, o Sul de Minas desponta como centro econômico da província, deslocando-se o eixo econômico da região mineradora para a comarca do Rio das Mortes. A mudança da condição de colônia para sede do império, a partir de 1808, veio consolidar essa tendência e, durante o século XIX, os proprietários do Sul de Minas foram responsáveis pelo abastecimento da capital, estabelecendo inclusive ligações políticas com a corte. Embora não tenha tido influência direta no Sul de Minas, o desenvolvimento da cafeicultura no Vale do Paraíba teve grande importância para a manutenção econômica do Sul de Minas, uma vez que o café foi a base da economia do período imperial. Pode-se dizer que, durante o Império, o Sul de Minas fazia parte da hinterlândia carioca; a população da comarca do Rio das Mortes estava muito mais ligada ao Rio de Janeiro do que a Ouro Preto.

Foi justamente durante o século XIX que surgiu a maior quantidade de fazendas; podemos até supor que em número talvez dez vezes maior do que o das remanescentes encontradas no nosso levantamento. Esse período produziu uma arquitetura própria, diversa da de outras regiões, que passaremos a examinar a seguir.



2. A arquitetura das fazendas: um panorama



Fazenda Boa Vista

A arquitetura das fazendas

um panorama



Está para ser escrita a história desses mineiros sem alternativa a não ser a procura de terras a oeste, rios abaixo.

Carlos Lemos

Neste capítulo vamos analisar as soluções arquitetônicas adotadas nas fazendas da região sul-mineira, apontando as características comuns que permitem identificar uma família tipológica diversa das que se apresentam em regiões circunvizinhas, como a Região Metropolitana, também chamada central ou mineradora, a Zona da Mata, o Campo das Vertentes, o Oeste, o Vale do Paraíba e o Nordeste Paulista.

As fazendas do século XVIII da região mineradora foram objeto de análise dos professores Sylvio de Vasconcellos e Ivo Porto Menezes, cujas obras constituem a principal fonte bibliográfica para os estudiosos da arquitetura rural em Minas Gerais. As fazendas do Campo das Vertentes, por sua vez, foram analisadas pela pesquisadora Helena Teixeira Martins. Elas também compõem uma família diversa da sul-mineira, mais antiga, com aspecto mais irregular e características próximas às descritas por Vasconcellos. Na Zona da Mata encontramos fazendas ligadas à expansão cafeeira em torno do caminho Novo, com tipologias variadas, diversas das fazendas do Sul de Minas: algumas se aproximam, em termos arquitetônicos,



Figura I - Casario da praça central de Vila Rica com o Palácio do Governo, 1780. (IEB-USP). Fonte: Costa (2004) p. 123.

fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, outras, da região mineradora. Sobre o Oeste de Minas não temos muitas referências bibliográficas, mas, a julgar por algumas fazendas do Triângulo, podemos supor que as fazendas daquela área se assemelham mais à tipologia do Campo das Vertentes, de onde são oriundas. No Vale do Paraíba, estudado pelos professores Carlos Lemos, Antônio Luís Dias de Andrade (Janjão) e Vladimir Benincasa, observa-se uma imensa diversidade técnica e tipológica, com algumas construções bastante semelhantes às de nossa pesquisa, e outras bem distintas, estética e tecnicamente. No Nordeste Paulista encontramos também uma arquitetura bastante influenciada pela mineira, sem, contudo, apresentar uma unidade tipológica. Essa região foi estudada por diversos pesquisadores, entre eles, Daici Freitas, Lucila Brioschi, Carlos Bacellar, Lemos e Benincasa.

As regiões do Vale do Paraíba e Nordeste Paulista sofreram influência da arquitetura mineira, e seus pesquisadores recorreram, principalmente, aos

clássicos escritos de Sylvio de Vasconcellos, o primeiro e mais importante pesquisador da arquitetura rural mineira. A pesquisa de Vasconcellos teve o mérito de estabelecer critérios abrangentes de forma concisa e, como todo clássico, precisa ser revista. Nela, o viés modernista está presente no modo de interpretação de nossa arquitetura tradicional, assim como estava presente na obra de Lúcio Costa e seus colegas da primeira geração do Movimento Moderno, que buscavam na arquitetura do período colonial as raízes da arquitetura moderna. Além disso, a pesquisa de Vasconcellos concentrava-se principalmente na região central de Minas, no século XVIII. Muitas vezes, por falta de outros trabalhos mais específicos, a arquitetura descrita por Vasconcellos foi generalizada para todo o estado de Minas Gerais. Como vimos, porém, Minas são muitas e já no século XVIII apresentava uma regionalização que dividia a capitania em zonas: ao centro, as minas; ao longo do São Francisco, a zona curraleira; ao sul, os campos, e, nas extremidades noroeste e nordeste, os sertões. As comarcas também foram, por essa época, muito mais que subdivisões jurídicas. Assim, cada região desenvolveu características culturais próprias a partir de suas atividades econômicas, suas ligações políticas, seus povos formadores, sua estrutura social etc. A partir do fim do século XVIII e início do XIX, como exposto no capítulo anterior, o eixo econômico da província deslocou-se da região central para o Sul de Minas, e a arquitetura ali desenvolvida apresenta algumas características diferentes, e não menos importantes, daquelas da região central no século XVIII. Tendo sido a região sul, nomeadamente a comarca do Rio das Mortes, o centro econômico da província por mais de um século e polo irradiador de emigrantes para diversas regiões vizinhas, suas peculiaridades culturais, incluindo as arquitetônicas, foram difundidas e contribuíram imensamente para a formação da identidade cultural mineira. Há diversos relatos de proprietários procedentes dessa comarca – das vilas de São João del-Rei, Aiuruoca e Baependi – no Vale do Paraíba Fluminense e Paulista, no Nordeste Paulista e também no atual Sul de Minas.

A partir do texto de Vasconcellos, reproduzido a seguir, vamos cotejar, uma a uma, as características de cada grupo, mostrando suas diferenças e semelhanças.

> *Restará abordar a arquitetura rural. Esta, mais do que a urbana, confirma com maior ênfase a tese da peculiaridade das soluções mineiras, quando estas postas em confronto com realizações paulistas ou litorâneas. O tipo comum destas últimas parece ser, no norte, a casa de dois pavimentos, com sua varanda de canto, assinalada por quantos desenhos nos ficaram da época: em São Paulo a casa baixa, de taipa de pilão, construída em terraplenos, com sua varanda toda aberta, entalada entre dois cômodos externos. Em Minas a solução é bem diversa. Ergue-se a construção sobre esteios de madeira, pelo menos na sua parte de frente, ficando a posterior ao nível do terreno, solução permitida pelos aclives naturais que não se corrigem. A varanda interessa a quase toda a fachada, cuja composição se define no ritmo de seus apoios verticais repetidos. De um lado, rematando-a, fica um pequeno cômodo, a capela ou quarto de hóspedes, partido que, em planta, pode ajustar-se ao paulista ou evoluindo destes mas que igualmente participam da tradição portuguesa. Para os fundos aparece o puxado, em L, e aí se instalam os serviços, nomeadamente a cozinha, ampla bastante para servir às refeições de escravaria e mesmo dos senhores rurais. Aliás, as casas de fazendas mineiras são amplas em todos os sentidos, esparramadas nos terrenos, com grandes peças*



largamente ventiladas e iluminadas, sejam quartos, salas ou varandas, a escada de acesso a estas, vestíbulo da construção, nave da capela, cômodo de receber e de estar, se coloca, a princípio externamente, descoberta, em pedra. Depois insinua-se, na própria varanda, cujo piso rasga e penetra, já então de madeira e protegida. Os cômodos distribuem-se em torno da sala central, às vezes duplicada – uma de frente, outra de trás – com corredores de permeio facilitando o trânsito autônomo entre determinadas peças.

A parte baixa da construção não se fecha por paredes. Quando muito com balaústres de seção quadrada postos losangularmente, em gradeado, compondo depósitos de gêneros, pocilgas, currais de bezerros etc. Em frente à porta de saída da cozinha, a bica d'água, trazida de longe em regos, constituindo-se em primeira utilização da água corrente em moradias. Em construção à parte ficam as comuas, cubículos de madeira erguidos também sobre pés de esteios, por cima de regos d'água ou pocilgas.

Algumas destas fazendas compreendem ainda, em apêndices, engenhos de cana, movidos a água ou por animais, paióis, senzalas, casas de purgar, engenhos de óleo etc. Preferem meia encosta, nas proximidades de rios e córregos, voltando-se, de preferência, para o norte. Na frente fica o terreiro cercado onde se prende o gado, circundado de construções secundárias, cavalariças, casas de agregados etc. Terreiro quadrangular que lembra as praças centrais das povoações e que, muitas vezes, com o desenvolvimento do lugar, transformam-se de fato em núcleo central de povoados[1].

Figura 2 - Telhado de prolongo (direita) na F. Bananal, provavelmente cobria a antiga varanda lateral. Atualmente, na fachada frontal, há um alpendre. Foto: CFC.

Figura 3 -Telhado de prolongo na fachada dos fundos da F. Monjolo. Note que seus frechais estão num nível mais baixo que os demais frechais. Foto: CFC.





Figura 4 - Varanda posterior (fundos) sob telhado de prolongo na F. Engenho de Serra. Foto: CFC.

Figura 5 - Varanda entalada na F. Quebra Canoas em Ponte Nova, Zona da Mata. Fonte: Acervo CEMIG.

Figura 6 - Varanda corrida com acesso por escada paralela na F. São Sebastião em Sete Lagoas, Região Metropolitana. Fonte: Acervo CEMIG.

Algumas dessas características se mantêm nas fazendas do Sul de Minas; outras, porém, desaparecem. Em primeiro lugar, deve-se destacar que a peculiaridade da arquitetura mineira em relação à paulista e à litorânea se confirma. Enquanto as fazendas descritas por Vasconcellos são assentadas sobre esteios de madeira e possuem varanda "em quase toda a fachada", arrematada por pequeno cômodo que pode ser a capela ou quarto de hóspedes, nas fazendas por nós levantadas isso não acontece. No Sul, a estrutura autônoma de madeira das fazendas assenta-se diretamente sobre muros ou alicerces de pedra. Estes é que fazem o ajuste aos aclives naturais do terreno. Já não há varandas, e









Figura 7 - Varanda frontal com escada de pedras perpendicular à fachada. F. Martins em Brumadinho, Região Metropolitana. Fonte: Acervo CEMIG.

Figura 8 - Detalhe da escada da F. Martins, mesmo detalhe de voluta de pedra do Solar do Pomarchão em Portugal. Fonte: Acervo CEMIG.

Figura 9 - Solar do Pomarchão em Portugal. Fonte: Amaral (1961).

Figura 10 - Varanda frontal corrida com acesso por escada paralela na F. Cachoeira em Santa Maria de Itabira, Região Metropolitana. Fonte: Acervo CEMIG.

Figura 11 - Varanda frontal corrida com acesso por escada paralela na F. Leitão em Belo Horizonte, Região Metropolitana. Fonte: Acervo CEMIG.

as capelas e quartos de hóspedes estão no interior da edificação. A forma em L é comum aos dois casos, mas aqui não mais como "puxados", e sim como parte integrante da construção desde o início. As cozinhas são bastante amplas, assim como todo o restante, mas as casas já não se apresentam tão "esparramadas no terreno"; tornam-se, no século XIX, mais altivas, talvez por que deixem de ostentar o famoso telhado de prolongo que conferia aquele tom esparramado às casas do XVIII. As escadas se mantêm de pedra e externas e, ao contrário do descrito por Vasconcellos, não se insinuam na própria varanda, de madeira e protegidas. Em planta, nas fazendas acima, "os cômodos distribuem-se em torno da sala central, às vezes duplicada". Em nossa pesquisa há sempre essas duas salas, cada qual com seus cômodos orbitais. A parte baixa da construção, ou seja, o porão, é fechada, sim, por paredes, ora de pedra como alicerces, ora de pau a pique como vedo. Algumas aberturas se fazem nessas paredes e, nesse caso, são gradeadas, como descrito por Vasconcellos.

Quanto ao conjunto, não há grandes mudanças: a água permanece uma constante e outras construções complementares continuam formando terreiros, pátios e currais. Quanto à implantação, sempre são preferidas as meias encostas nas proximidades de rios e córregos, "voltando-se preferencialmente para o norte". Quanto à orientação, que acabamos de reiterar, devemos fazer um alerta: a descrição feita por Vasconcellos aponta que os sítios destinados à implantação estão preferencialmente nas faces norte dos terrenos, ou seja, nas faces soalheiras e não nas faces noruegas. Isso não quer dizer em absoluto que alguma fachada da casa, principal ou não, seja preferencialmente voltada para o norte. Como













Figura 12 - Varanda fronteira em S. Paio de Figueiredo, Guimarães, Portugal. Fonte: Amaral (1961).

Figura 13 - Varanda corrida com acesso por escada paralela à fachada, Quinta do Sabadão em Ponte de Lima, Portugal. Fonte: Amaral (1961).

Figura 14 - Varanda corrida com acesso por escada paralela à fachada, arquitetura popular em Freineda, Portugal. Fonte: Amaral (1961).

veremos no capítulo seguinte, a orientação de fachadas tem mais a ver com o agenciamento do conjunto do que com a orientação solar.

Algumas características descritas por Vasconcellos, nomeadamente as varandas com capelas, são reiteradas por Menezes:

> *A varanda é quase indispensável nas construções rurais do século XVIII e início do XIX, localiza-se fronteira à construção, fazendo parte do corpo da casa, coberta pelo mesmo telhado do conjunto ou como prolongamento deste telhado. Como no exemplo paulista, poderá a varanda ficar embutida entre o quarto de hóspedes e a capela, ou abranger toda a fachada, ocupando parte desta, ou ser ladeada pela capela ou outro cômodo. Estende-se algumas vezes à fachada lateral, onde, ocasionalmente, termina com a capela. Pode-se, ainda, reduzir-se ao patamar superior da escada, deixando mesmo de existir esta varanda*[2].

As varandas posteriores aparecem, em algumas delas, igualmente embutidas, parciais ou em toda a fachada[3].

Os pesquisadores citados apontam três tipos de varanda nas fazendas mineiras: a entalada, a fronteira em toda a fachada e a posterior. Tanto a varanda entalada quanto a fronteira corrida, servida por escada lateral, estão presentes nas Minas setecentistas e em Portugal, tanto em sua arquitetura popular quanto na erudita. Em nosso levantamento, porém, não há varandas fronteiras sob telhados de prolongo em toda extensão da fachada e nem

varandas entaladas; o que aparece normalmente é um pequeno telhado cobrindo a escada de acesso, tanto a fronteira quanto a traseira. Vê-se, entretanto, que esse telhado claramente foi feito depois, porque se inicia sempre abaixo do beiral da cobertura principal e, muitas vezes, transpassa pela frente de frechais, cimalhas, vergas e ombreiras das janelas. A varanda posterior aparece, em alguns casos, coberta por telhados de prolongo. Estes, apesar de raros, ora cobrem varandas posteriores, ora o próprio volume da casa.

A varanda entalada, com capela de um lado e quarto do outro, elemento exaustivamente discutido entre historiadores da arquitetura, também não é uma constante em nosso levantamento. Os dois cômodos, capela e quarto de hóspedes, são, sim, constantes em nosso levantamento, mas não estão situados externamente, na varanda. Ao contrário, passam a integrar o interior da casa, fazendo parte do "setor social", como veremos no capítulo 5. Em apenas uma das fazendas de nosso levantamento, Angahy, pode-se identificar a varanda entalada, apesar das alterações sofridas por reformas sucessivas.

A varanda entalada é uma das principais características do modelo paulista e, de acordo com algumas interpretações, o modelo mineiro teria herdado essa característica. O próprio Sylvio de Vasconcellos chega a aventar essa hipótese: "partido que em planta, pode ajustar-se aos paulistas ou evoluindo destes [...] mas que igualmente participam da tradição portuguesa". Essa hipótese, porém, não se confirma, pois em mais nada o modelo mineiro se assemelha ao paulista.

A esmagadora maioria da população de Minas era portuguesa, contra uma minoria paulista; assim, a tradição portuguesa falou mais alto que a paulista, e em território mineiro restam poucos exemplos do modelo paulista, como a fazenda do Manso. Embora posteriormente tenha havido uma grande penetração do modelo mineiro em território paulista, o que existe entre ambos, parodiando Orlando Ribeiro, é quase uma divisão de mundos – de um lado, a "civilização da pedra", e, de outro, a "civilização da taipa". Sabemos, também, que na arquitetura tradicional portuguesa, tanto na vernácula quanto na erudita, há ocorrência desse tipo de agenciamento de varandas, como se pode verificar no livro *Inquérito da arquitetura portuguesa*, fato já observado por Vasconcellos. A mesma varanda entalada que aparece em Minas e em São Paulo também aparece em Pernambuco, como observa o professor Geraldo Gomes. Ele deixa claro, porém, que só nesse aspecto a casa pernambucana se







Figura 15 - Varanda entalada, Solar de Bertiandos (arq. erudita), Ponte de Lima, Portugal. Fonte: Amaral (1961).

Figura 16 - Varanda entalada, Casa da Lavoura (arq. popular), Guimarães, Portugal. Fonte: Amaral (1961).

Figura 17 - Varanda entalada, casa num largo (arq. popular), Soajo, Portugal. Fonte: Amaral (1961).



Figura 18 - Fazenda Angahy. Embora muito alterada, é possível notar na fachada a varanda entalada ladeada por capela e quarto de hóspedes. Foto: CFC.

Figura 19 - Clássica varanda entalada da casa bandeirista, Sítio do Pe. Inácio, Cotia, SP. Fonte: Lemos (1999).



assemelha à paulista, e mais uma vez aponta a reincidência desse tipo de agenciamento notadamente português.

> *Uma ou duas casas das retratadas por Frans Post têm alpendres entalados no meio da fachada principal e é só nisso que lembram as casas paulistas que são térreas e construídas em taipa de pilão enquanto que as pernambucanas têm dois pavimentos e são construídas em taipa de pau a pique*[4].

A casa pernambucana pintada por Frans Post mais se assemelha à casa mineira primitiva do que ao modelo paulista. Podemos afirmar que, nos três casos, as varandas – pernambucana, paulista e mineira – participam da mesma tradição ibérica, e que dificilmente sofreram contaminação mútua em solo americano. No caso da paulista, amplamente discutido pela historiografia, Lemos acredita que tenha havido uma feliz adaptação de diferentes programas a agenciamentos arquitetônicos semelhantes.

> *Para nós, é bastante viável a hipótese de terem existido em São Paulo personagens cuja memória os levou a repetir aqui a forma de lá, que era apta a convir às necessidades locais. E assim aportou-se aqui, tomando feições próprias, um modelo popular ibérico qualquer*[5].

Em Minas, este agenciamento teria tido vida mais curta, caindo em desuso no século XIX.

Além dos textos dos pesquisadores já citados, tivemos também acesso a imagens de fazendas do século XVIII em outras regiões de Minas e podemos apontar algumas diferenças construtivas não descritas naqueles textos. Todas as fazendas mineiras utilizam-se da mesma técnica construtiva, a estrutura autônoma de madeira, mas com o passar dos anos parece ter havido um apuro técnico, de modo que as casas do século XIX apresentam a estrutura um pouco diferente de suas antepassadas do século XVIII. Nas fazendas do século XVIII, o esteio vai até o chão, onde é enterrado; no século XIX, essa peça para no baldrame, mantendo-se afastada da umidade do solo. Das construções levantadas, apenas a fazenda Bananal apresenta esteios que vão até o chão.

A parte do esteio enterrada no chão é chamada de nabo. Ao ser enterrada, essa peça enrijece a estrutura como um todo, criando uma conexão rígida, hiperestática. A gaiola de madeira do século XIX, em que o esteio vai somente até o baldrame, é uma estrutura que trabalha apenas com vínculos articulados e não com conexões rígidas; trata-se, portanto, de uma estrutura isostática. Isso pode parecer irrelevante, mas aponta um sentido evolutivo decorrente do terremoto de Lisboa, onde a resposta dada foi desenvolver estruturas isostáticas que não ruíssem com futuros terremotos. Segundo Menezes (entrevista, 1999), essa peça de madeira, que tem a função de suportar as cargas verticais, é chamada de pé-direito quando vai do baldrame ao frechal, e de esteio quando vai até o chão. É interessante notar que o uso de pés-direitos se dá preferencialmente no Sul de Minas, não ocorrendo com tanta frequência nas regiões circunvizinhas. Seria essa característica própria das fazendas do Sul de Minas?







Figura 20 - Ao lado, varanda entalada com capela e quarto de hóspedes, F. Boa Esperança em Belo Vale, Região Metropolitana. Fonte: Acervo CEMIG.

Figura 21 - Frans Post, Engenho com capela, 1667, óleo sobre madeira. Fonte: Lago (2006).

Figura 22 - Frans Post, Engenho, casa e capela. Note a casa de estrutura de madeira. Fonte: Lago (2006).

Figura 23 - Frans Post, Engenho em Pernambuco. Note na casa com varanda entalada que os barrotes se apoiam sobre o baldrame. Fonte: Lago (2006).



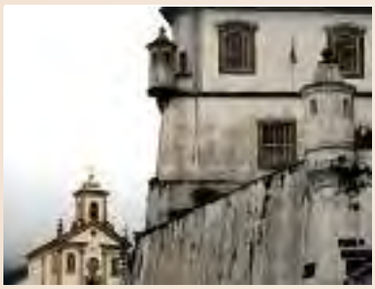


Figura 24 - Palácio dos Governadores de Ouro Preto, projetado pelo eng. militar José Fernandes Pinto Alpoim. Foto: Cristiano Mascaro.

Figura 25 - Casa de estrutura de madeira sobre base de pedras no norte de Península Ibérica. Note que os barrotes apoiam-se sobre o baldrame, deixando o topo aparente na fachada. Fonte: Flores (1973).

Outro elemento que indica um apuro técnico é a posição dos barrotes em relação aos baldrames. Nas fazendas do século XVIII, os barrotes apoiam-se sobre os baldrames, ficando as peças em planos diferentes e deixando o topo do barrote aparecer na fachada. Já no século XIX, os barrotes encaixam-se aos baldrames, ficando com as superfícies de ambas as peças no mesmo plano e escondendo o topo do barrote, que com isso ganha maior proteção. Acreditamos que esse sistema, usado no século XVIII em Minas, seja mais primitivo, pois é encontrado na arquitetura popular na península Ibérica e nos engenhos do século XVII representados por Frans Post.

Os esquemas de planta também sofreram uma "evolução" do século XVIII para o XIX. As fazendas mais antigas de nossa pesquisa, assim como aquelas estudadas por Menezes na região central de Minas e por Martins no Campo das Vertentes, apresentam plantas mais orgânicas, menos claras e menos regulares do que as fazendas do século XIX.

Outra característica bastante marcante nas fazendas do século XVIII são as vergas em canga de boi. Até a primeira metade do século XVIII, as vergas eram retas; a verga alteada que ficou conhecida como "canga de boi" foi usada no Brasil pela primeira vez no Palácio dos Governadores de Ouro Preto, projetado pelo engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim e construído entre 1735 e 1738. Os engenheiros militares portugueses vinham de uma escola maneirista que, como se sabe, teve longa sobrevivência em Portugal, postergando a chegada do Barroco. A verga arqueada de Alpoim conferiu um movimento à fachada, um sopro barroco na arquitetura oficial. Esse tipo de verga tornou-se um modismo e foi reproduzido na arquitetura civil. Segundo Sylvio de Vasconcellos:

> *Por volta de 1730 a 1740, por influência do Palácio dos Governadores, as vergas se alteiam em arco de círculo [...]*[6].

Segundo o mesmo autor, no século XIX, o uso da verga reta volta a ser mais comum, abandonando-se o modismo anterior. Não encontramos em nossa pesquisa propriedades anteriores a 1740, portanto, tudo leva a crer que as fazendas estudadas que possuem vergas retas são posteriores às que usam vergas de "canga de boi".

As fazendas do Sul de Minas constituem, assim, uma família tipológica cujas principais características são o apuro técnico de sua estrutura, plantas mais regulares e telhados que não possuem prolongos a cobrir varandas. Plasticamente, são altivas em suas proporções e regulares em suas fachadas, com aberturas bem ritmadas. Sua estrutura autônoma de madeira é mais apurada tecnicamente que a do período anterior, apoia-se sobre alicerces de pedra e seus vãos são fechados por paredes leves de pau a pique. Os esteios não descem até o chão, os barrotes são arrematados junto aos baldrames e o conjunto, como um todo, é uma estrutura isostática. A planta regular ajusta-se ao programa de necessidades; separa as zonas de convivência no interior da casa, gerando a clássica forma de L e a implantação é feita em meia encosta e o conjunto de seu núcleo é agenciado em torno da casa principal, ao redor de pátios, terreiro e currais. Cada um desses temas será tratado nos capítulos seguintes.





3. Sítio, implantação e conjunto arquitetônico



Fazenda Santo Antônio



Sítio, implantação e conjunto arquitetônico

A água sempre foi necessária tanto para a bateia como para o aproveitamento de alimentos.

Daici Ceribeli de Freitas

A escolha de um sítio para abertura e implantação de uma fazenda tem como principal critério as condições que apresenta para moradia e cultivo. Os fatores envolvidos nessa qualificação vão desde a existência de água, qualidade da terra, topografia, insolação e presença de caminhos, até a oferta de terras, a possibilidade de concessão de sesmarias, existência de conflitos e facilidade de acesso e de escoamento da produção.

A disponibilidade de água é determinante para a implantação da fazenda. Não há fazenda que não seja servida por água corrente, tirada de um córrego ou de rio por um canal, muitas vezes cavado na própria terra. Em alguns casos, a água é levada até dentro da cozinha, como na fazenda Água Limpa de Pedralva, (p. 284). Nas fazendas estudadas, além de garantir a sobrevivência de pessoas e animais e de irrigar pomares, a água foi usada como força motriz de engenhos, monjolos, moinhos e serrarias e, mais tarde, também para tocar máquinas de beneficiar café.



Figura 1 - Desenho de fazenda na região de Ouro Preto. *Fonte: Costa (2004) p.123.*

Os mineiros foram os primeiros a utilizar a água corrente nas moradias. Na frente da porta da casinha havia sempre uma bica d'água, trazida de longe em rego e que servia para uso doméstico; abaixo da bica continuava a correr o rego e, na parte mais baixa do terreno, sobre ele, construíam-se as comuas [latrinas][1].

A terra de boa qualidade passa a ser uma condição para a nova fazenda, voltada para a produção de alimentos e não apenas para a extração do ouro. Por isso a grande expansão em direção aos "campos de sul", a partir da região mineradora, onde as terras são, em geral, de pior qualidade. Em um primeiro momento, especialmente para a atividade pecuária, preferiu-se a topografia suave e a vegetação natural dos campos, em detrimento de regiões montanhosas. A expansão da pecuária percorreu grandes extensões de terra, desde os arredores de São João del-Rei, Aiuruoca e Baependi até o Triângulo Mineiro e o Nordeste

Paulista, ocupando as margens do rio Grande ao longo de todo o percurso. Esse caminho, como vimos no capítulo I, foi um importante eixo de ligação entre o Rio, Minas e o sertão de Goiás.

Para a agricultura, as terras mais férteis eram as preferidas, mesmo que para isso fosse necessária a derrubada de matas. Dessa maneira, os lugares montanhosos também foram sendo ocupados – primeiro, ao longo dos diversos caminhos e descaminhos das serras do complexo da Mantiqueira; depois, por várias rotas, cruzando outras cadeias montanhosas, como as serras do complexo Varginha, de Carrancas até Poços de Caldas.

A serra da Mantiqueira nasce no extremo sul de Minas Gerais, na divisa com o estado de São Paulo, e segue no sentido leste-nordeste, servindo como divisa natural entre os dois estados, até a tríplice fronteira entre Rio, São Paulo e Minas. A serra é o divisor de águas entre a bacia do rio Paraíba do Sul e as bacias dos rios Sapucaí, Verde e Grande. A partir da divisa dos três estados, segue no sentido nordeste para dentro de Minas, diluindo-se lentamente até encontrar outro complexo montanhoso, a serra do Espinhaço.

Desde os mapas mais antigos, a divisa entre São Paulo e Minas Gerais sempre esteve bem definida no trecho em que se estende a serra da Mantiqueira, ao contrário de outras áreas que só tiveram suas divisas definidas mais tarde, adentrando até o século XX. Do lado paulista, a serra da Mantiqueira cai abruptamente até o Vale do Paraíba, desde a cumeada, com altitudes superiores a mil, dois mil metros, até cotas em torno de 500 metros. Do lado mineiro, a serra penetra no interior do território, e o relevo se desfaz mais lentamente em cadeias montanhosas menores, paralelas ao espigão principal. Na divisa dos estados, as cotas das cumeadas da Mantiqueira são mais baixas nas áreas próximas às várzeas dos rios, e mais altas nos seus interflúvios.

Foi justamente nos pontos mais baixos da divisa que se estabeleceram os principais caminhos. Junto ao rio Jaguari, no antigo caminho de Fernão Dias, estabeleceu-se o Registro de Jaguari. Rotas alternativas atravessavam a área das nascentes do rio Sapucaí, onde foram descobertas as minas de Itajubá. Junto às cabeceiras do rio Verde, na garganta do Embaú, foi estabelecido o Registro Mantiqueira, por onde passava o caminho Velho. Principal entrada para as minas, essa via não perdeu de todo sua relevância depois da abertura do caminho Novo, tornando-se, no século XIX, a mais importante ligação do Sul de Minas com o Vale do Paraíba e o Rio de Janeiro. Outras vias foram abertas na área ao longo do século XIX, como a estrada do Picu, mas, no fim desse século, por causa da situação topográfica favorável, estabeleceu-se ali, com um túnel passando pela garganta do Embaú, a estrada de ferro que ligava o Sul de Minas ao Vale do Paraíba.

As terras do leste, junto ao caminho Velho, foram intensamente ocupadas; já o extremo sul do estado, junto ao caminho de Fernão Dias, não teve a mesma ocupação e, por isso, não se encontram fazendas antigas nessa área. Ao longo dos rios também foram estabelecidos povoados, vilas e fazendas, mas sempre nos platôs intermediários, nunca nas cotas mais altas e nas vargens. Tanto é que a maioria das sedes dos municípios do Sul de Minas está em cotas entre 800 a 1.000 metros de altitude.

Para a implantação da casa e do núcleo da fazenda, dava-se preferência às cotas mais baixas, sempre mais próximas aos caminhos, o que facilitava o acesso e o escoamento. Assim, as casas eram construídas em meia

encosta, nunca na vargem inundável dos rios ou no topo desprotegido dos morros. O modo de implantação era cuidadoso, desde a escolha do sítio até as diversas soluções de escadas, muros e patamares. Como resultado, as casas parecem fazer parte da paisagem – seja por sua naturalidade, seja por sua imponência –, e dão a impressão de que nunca poderiam estar em outro sítio. A construção em meia encosta não requer grandes cortes nem aterros no terreno; pode-se dizer que a casa pousa sobre o chão. Quando há arrimos, estes servem para fazer pequenos ajustes no terreno ou para dar maior pé-direito ao porão, e não para criar um platô sobre o qual se assentará a casa, como acontece na arquitetura paulista. Os alicerces de pedra fazem o ajuste entre o terreno natural e o plano de implantação da estrutura de madeira da casa.

Outro aspecto que deveria ser observado em uma região de relevo acidentado era a insolação. As faces noruegas (voltadas para o sul) eram desprezadas, em detrimento das faces soalheiras (voltadas para o norte). Se observarmos as imagens de satélite, veremos que, ainda hoje, as faces noruegas são mais preservadas, enquanto as soalheiras apresentam-se mais devassadas.

A casa da fazenda não é uma construção isolada, mas parte de um conjunto de edifícios dispostos equilibradamente entre si, segundo critérios funcionais e simbólicos. Nas cotas mais elevadas do conjunto, estava sempre a moradia principal, evidente, soberana; no plano médio, ficavam as instalações produtivas e as senzalas e, ao fundo, a vargem. Era imprescindível que a casa fosse o centro e que dela se tivesse o controle de tudo – não do ponto de vista do domínio do território, mas do ponto de vista do domínio do núcleo.

Mesmo fazendo parte de um conjunto maior de construções, a casa da fazenda sul-mineira é sempre uma construção independente, diferentemente de alguns engenhos de açúcar do Nordeste e do litoral paulista, em que o edifício da moradia é o mesmo da fábrica ou do engenho.

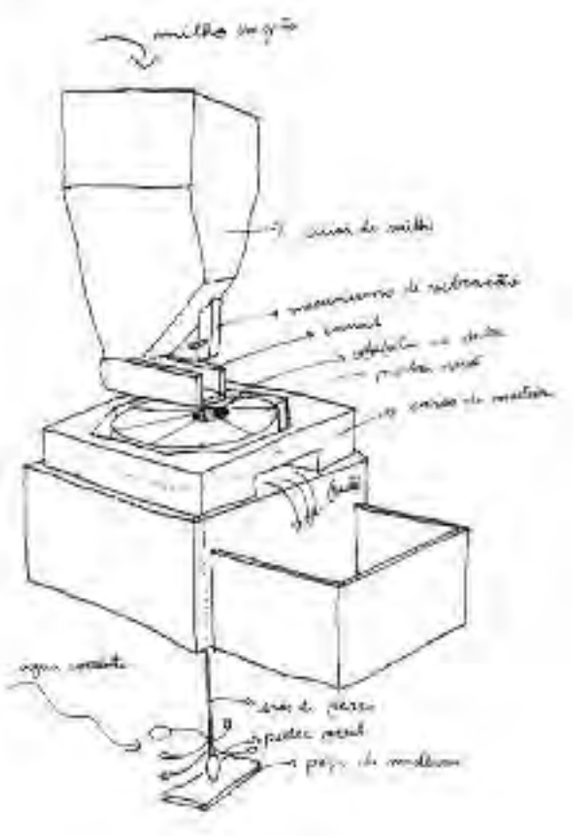
> *As benfeitorias desta fazenda obedecem ao mesmo sistema de todas as outras desta comarca (rio das Mortes). Um muro de pedra seca, mais ou menos da altura de um homem, rodeia em parte um pátio muito vasto, no fundo do qual ficam enfileiradas, umas ao lado das outras, as casas dos negros, as pequenas construções, que servem de depósitos e locais de beneficiamento dos produtos agrícolas, e a casa do dono. Esta, feita de terra e madeira, é coberta por telhas de barro e compõe-se unicamente de um pavimento. A sala é a primeira peça quando se entra. Tem como único mobiliário a mesa, um par de bancos e uma ou duas damas de pau.*
>
> *Acontece raramente que, em volta da sala, não estejam pregados, à parede, vários cabides destinados a dependurar neles selas, rédeas, chapéus etc. Não devo, também, esquecer de dizer que se entra no pátio por uma das portas a que se chama porteira, também empregada para fechamento dos pastos. Constam tais porteiras de dois esteios e algumas tábuas transversais, afastadas umas das outras. Tem-se o cuidado de dar um pouco de inclinação ao mourão sobre o qual giram; caem pelo próprio peso e fecham-se por si*[2].

Ao redor da casa, outras construções compõem o núcleo da fazenda. São currais, senzala, paióis, tulhas, casa do tacho, casa de máquinas (serraria), monjolo, moinho de milho e engenho de cana – os quatro últimos sempre servidos por água corrente. Esse núcleo cria uma área protegida dentro de um

território ermo, cuja conformação pode variar muito conforme a topografia, a insolação, os acessos etc., normalmente gerando pátios ou terreiros à semelhança das eiras portuguesas. As eiras serviam como área de trabalho, como, por exemplo, secar e bater alimentos, para dar segurança e também para prender o gado ou criação, além de funcionarem como circulação. Para cercar esses pátios, além das próprias construções que os compõem, usavam-se muros de pedra ou de adobe. Estes últimos têm sempre sua base feita de pedras e são cobertos por telhas de barro, pois o adobe, não sendo cozido, não oferece resistência à água.

Muros de pedra são uma constante nas fazendas mineiras, usados tanto no alicerce das casas quanto para cercar pátios, terreiros, fazer arrimos ou até mesmo dividir pastos. Isso tem claramente origem no norte de Portugal, como bem observou o historiador português Orlando Ribeiro, em *A civilização da pedra*. Nas fazendas mais novas, o terreiro fechado por muros vai desaparecendo. Em outras, como na fazenda Santa Clara (p. 301) o pomar aparece cercado por muro de adobe.

Figura 2 - Esquema de funcionamento do MOINHO DE MILHO. Desenho: CFC.



Além dos edifícios, a vegetação e os espaços vazios também configuram o conjunto do núcleo da fazenda. Os pomares e hortas são localizados nas partes traseiras da casa e estão geralmente em posição mais baixa em relação a esta, servindo-se de algum curso d'água. Os jardins situam-se na parte fronteira da casa. Os vazios, peças-chave de articulação entre os edifícios, normalmente são terreiros e currais. Em geral pegados à casa, tendo um de seus lados definido pela própria fachada, os currais, muitas vezes, têm o piso de pedras soltas, ou pedrado, como dizem.

Para os terreiros, que são os locais de trabalho, busca-se sempre a melhor insolação, já que servem para secagem. Os grandes terreiros de café, planejados juntamente com a fazenda, como acontece nas grandes propriedades cafeeiras do Vale do Paraíba, não são uma constante nas fazendas do Sul de Minas. Os terreiros nessa região são menores e sempre pegados à casa. Quando as fazendas locais foram adaptadas para a produção de café em larga escala, começaram a surgir os grandes terreiros, mas como precisavam de boa insolação, nem sempre foi possível fazê-los pegados às casas, contrariando a lógica inicial do pleno domínio do conjunto. Há um grande número de fazendas cujos terreiros estão em posição superior à casa e muitas vezes afastados, o que mostra que foram construídos posteriormente.



Alguns dos edifícios que fazem parte do conjunto da fazenda merecem atenção, pois possuem uma arquitetura específica. O moinho de milho, indispensável, é sempre uma pequena construção que abriga em seu interior a engenhoca que movimenta a pedra mó. Moinho vem do latim *molinum*, pedra grande, mó. Ao longo dos séculos, passou a moinho – "munho", na pronúncia caipira. Sempre solta do chão, a construção é apoiada em colunas de pedra. Tem estrutura de madeira, como a casa sede, fechamento de pau a pique e um pequeno telhado de duas águas; não dispõe de janelas. Por baixo dessa casinha passa um pequeno rego que movimenta a roda d'água horizontal; esta transmite, por uma haste central, o movimento à pedra mó, que gira contra outra pedra fixa, moendo o milho entre elas. A vibração da pedra a girar é transmitida por um pequeno pedaço de madeira à calha da caixa em que está depositado o milho, fazendo com que esta também vibre e derrame os grãos no orifício da pedra mó. A regulagem do espaço entre as pedras permite obter diferentes granulometrias da farinha.

Figura 3 - Moinho de milho na F. Pedra Negra em Varginha. Foto: CFC.

Figura 4 - Interior de paiol de madeira na F. Amarela em Cristina. Foto: CFC.



Formalmente, os moinhos de milho lembram muito os sequeiros ou espigueiros do norte de Portugal e da Espanha. Os sequeiros, porém, têm função apenas de guarda, não de fabrico. No Brasil, o edifício com função de guarda é o paiol, que apresenta algumas diferenças em





Figura 5 - Moinho de milho na F. Santo Antônio em Pedralva. Foto: CFC.

Figura 6 - Moinho de milho na F. Barra do Palmela em Varginha. Estrutura de madeira, fechamento de pau a pique sobre colunas de pedras. Foto: CFC.

relação ao sequeiro ibérico. Este geralmente tem sua estrutura feita de pedras e é solto do chão por colunas também de pedras, encimadas por uma espécie de capitel. As pedras são chatas e funcionam como um sistema antirratos, já que roedores não conseguem subir na inclinação negativa. No Brasil, o paiol também é solto do chão, mas não dispõe desse sistema antirratos. Apresenta estrutura de madeira, como as casas, mas não tão elaborada. A junção dos baldrames junto ao cunhal não tem a mesma sambladura que há na casa, é feita apenas em meia madeira. O fechamento compõe-se de tábuas largas, postas na vertical e sem mata-juntas, para que o paiol fique ventilado. O piso também é de tábuas. A cobertura, de quatro águas, às vezes apresenta telhado de prolongo formando uma pequena varanda para abrigar os carros de boi para abastecimento. É um edifício fechado, pois tem a função de guarda. Os outros edifícios de guarda, que aparecem mais tarde, são os armazéns e as tulhas.

A forma do edifício do engenho deriva de sua função. Como o processo de fabrico requer desníveis internos, o piso é escalonado e, consequentemente,

implantado em declive e coberto por um grande telhado que acompanha a inclinação do terreno. Esse telhado é geralmente de quatro águas e uma das águas mestras se prolonga morro abaixo, como nas fazendas Santa Maria e Serra das Bicas. O engenho é necessariamente servido por água para fazer tocar sua roda e moer a cana. Não necessariamente é fechado, basta ser coberto. Não foram localizados muitos engenhos antigos em funcionamento; encontramos apenas seus edifícios, muitas vezes ocupados por funções diversas.

Outras construções cujos equipamentos usam a força motriz da água são o monjolo, a serraria e a casa de máquinas de café, além de pequenas usinas de energia, que passaram a ser implantadas em algumas fazendas no fim do século XIX. O monjolo, na verdade, não é uma construção, mas um equipamento, uma espécie de pilão movido a água. Seu funcionamento implica fazer subir uma pesada peça de madeira até o limite da capacidade de seu reservatório, despejando a água para fora e caindo sobre o produto que se pretende processar, em geral o milho. Esse equipamento não é necessariamente fechado, apenas coberto; por extensão, seu edifício também é chamado monjolo.

Além dos edifícios que abrigam equipamentos de fabrico, há também os que abrigam animais, como currais, retiros, bezerreiros, chiqueiros e galinheiros. Para a complementação dos serviços da cozinha, existem pequenas construções que abrigam tachos, fornos ou fogões toscos para o serviço pesado. Há, em muitos casos, o que chamamos de cozinha de fora; esta pode ser uma construção separada ou estar incorporada ao volume da casa.



Figura 7 - Sequeiro de pedra em Portugal com pedras chatas nas cabeças dos pilares. Fonte: Amaral (1961).

Figura 8 - Sequeiro de madeira na Galícia. Os baldrames se cruzam em meia madeira e são arrematados em peito de pombo. Fonte: Flores (1973).





Figura 9 - Pátio cercado por muros de adobe na F. Traituba. Foto: CFC.



Figura 10 - Senzala da F. Pitangueiras I. Foto: CFC.



Figura 11 - Senzala da F. Bela Cruz. Foto: CFC.

> *Isso era compreensível, pois toda a população da fazenda havia de comer, e o grosso dos alimentos era beneficiado em construções polivalentes, servindo a todos. A gordura, por exemplo, era obtida do derretimento do toicinho dos capados, da banha das leitoas sacrificadas em dias de festa, em fogo baixo, lentamente, em grandes panelões. Na Fazenda Boa Vista, em Bananal, havia mesmo uma "cozinha de Capados". O sabão de cinzas era feito em outros fogões separados. O angu de fubá, a paçoca de carne de sol e de farinha de mandioca, o feijão cozido com tranqueiras ou o charque vindo do Rio Grande praticamente constituíam a comida de todos, e não só dos escravos do eito*[3].

Poucas fazendas conservam ainda hoje o edifício da senzala. São construções estreitas e compridas, de um único pavimento, assentadas ao rés do chão – geralmente com piso de terra batida –, com aberturas apenas para um lado. Não se sabe ao certo se a forma das senzalas foi assim definida em atendimento à necessidade de controle dos escravos, ou se sofreu a influência de algum padrão tradicional de habitação dos negros na África, como analisou Carneiro da Cunha (1985) no livro *Da senzala ao sobrado*.

Nas fazendas que ainda conservam o edifício das senzalas, observam-se algumas formas preferenciais de implantação: as construções podem estar localizadas na lateral de um pátio, como é o caso das fazendas Monjolo (p. 187), Pitangueiras de São Vicente de Minas (p. 156) e Conceição (p.315), alinhadas com a casa, em continuação ao corpo de serviços, como nas fazendas Bela Cruz (p.143) e Amarela (p. 272) ou, ainda, perpendiculares à casa, como na fazenda São José de Vargem. As senzalas em quadra, cercando por inteiro um pátio ou terreiro, como nas grandes fazendas de café do Vale do Paraíba, não são comuns no Sul de Minas. A fazenda Traituba (p. 137) é cercada por muros de adobe, configurando pátios que serviam de local de pouso para tropeiros. Esses pátios, em sua parte inferior, são rodeados por pavilhões térreos que poderiam ter sido as senzalas. Se confirmada tal hipótese, esta seria a única ocorrência de senzalas em quadra no conjunto das fazendas pesquisadas.

Nas demais fazendas não foram encontrados vestígios de senzala; todas, porém, utilizaram o trabalho de escravos. Onde eles eram abrigados, afinal? A maioria dos relatos orais de atuais proprietários revela que o alojamento dos escravos era no porão das casas. "Aqui servia para guardar os escravos", conta o morador. Essa versão, apesar de repetida em numerosos relatos, só parece



razoável para as fazendas que possuíam um número pequeno (de 1 a 3) ou médio (de 4 a 10) de escravos. Segundo dados da estrutura de posse de escravos na comarca do Rio das Mortes, a maioria dos proprietários de fazendas possuía um número grande (de 11 a 49) ou muito grande (mais de 50) de escravos, especialmente aqueles ligados ao setor agropecuário[4]. Deve-se crer, assim, que nessas fazendas havia um bom número de escravos. Entretanto, como se constata bastante heterogeneidade entre as fazendas, não se pode descartar a hipótese de que, em grande parte delas, o porão fosse realmente o local destinado ao alojamento de escravos. Talvez, mesmo nas fazendas com muitos escravos, aqueles mais ligados à casa pudessem ficar no porão e os demais, vinculados ao trabalho no eito, ocupassem outros tipos de alojamento, como senzalas ou choças. Geraldo Gomes (1998), em seu livro *Engenho e arquitetura*, reproduz uma citação de um viajante: "porão era usado como depósito e alojamento dos escravos".

Figura 12 - Senzala da F. Conceição. Foto: CFC.



Figura 13 - F. Retiro em Paraíba do Sul no Vale do Paraíba fluminense. Exemplo de senzala em quadra em torno do terreiro de café. Ref.: Óleo sobre tela, Georg Grimm, 1881, coleção particular.



Figura 14 - Senzala da F. Monjolo. Foto: CFC.

Figura 15 - Base de pedras da antiga senzala da F. Amarela. Foto: CFC.



Na fazenda do Favacho (p. 140), segundo Lefort (1950) foi efetuado em 1825 o primeiro recenseamento, no qual se levantou uma população total de 1.200 pessoas, sendo 196 brancos, 193 pardos livres, 214 pardos escravos, 89 pretos livres e 508 pretos escravos. Não há vestígios físicos de senzala nessa fazenda, mas certamente toda essa população não poderia ser acomodada no porão. Fotografias mais antigas mostram que, em torno da casa, havia outros edifícios que não existem atualmente. Talvez, algum deles tenha sido a senzala. A fazenda Campo Alegre (p. 143) contava 103 escravos em 1839[5]. Na fazenda Bela Cruz (p. 143) onde ocorreu em 1833 a Revolta de Carrancas, também haveria de ter muitos escravos. Tanto a Campo Alegre quanto a velha Bela Cruz já não existem, dificultando ainda mais a interpretação de como eram os alojamentos dos escravos. Na fazenda Água Limpa de Pedralva (p. 284) segundo documento de posse, havia vinte escravos em 1886. Na Barra do Palmela (p. 194), segundo os atuais proprietários (informação verbal)[6], seus avós não possuíam grande número de escravos. Nessas duas fazendas não foram encontrados vestígios de senzala. Há relatos de que, na fazenda Três Barras (p. 259), onde havia senzala "foram erguidos posteriormente garagens, tulhas e um novo paiol":



Figura 16 - Senzala da F. São José da Vargem. Foto: CFC.

> *A senzala era dividida em inúmeros pequenos "apartamentos" para os escravos casados, constando estes basicamente de sala, cozinha e um quarto. Os jovens solteiros moravam separadamente, em uma espécie de dormitório coletivo, enquanto que as moças habitavam outras dependências*[7].

Nessa fazenda, quando da promulgação da Lei Áurea, havia quarenta famílias de escravos e, após a liberdade, apenas uma "abandonou a Três Barras".

Na fazenda Narciso (p. 145) observam-se algumas ruínas de pedras espalhadas pelo mato, junto ao curral; segundo o proprietário, estas seriam as ruínas de pequenas choças que abrigavam os escravos. Trata-se de versão bastante razoável, uma vez que poucas fazendas apresentam vestígios do edifício da senzala. De qualquer maneira, torna-se cada vez mais difícil identificar como eram essas senzalas, pois a grande maioria foi destruída, substituída por outras construções, ou apenas ruiu com o tempo. As construções para abrigar os escravos, quer fossem choças ou senzalas, quer pegadas à casa, ao terreiro ou soltas, eram construções muito precárias.

A relação entre os proprietários e seus escravos, na comarca do Rio das Mortes, e o tipo de serviço executado levavam a uma proximidade entre ambos que prescindia de uma arquitetura específica para controlá-los.





Figura 17 - Conjunto da F. Água Limpa (Pedralva) onde havia 20 escravos em 1886 e não apresenta senzala. Foto: CFC.

Figura 18 - Antiga foto da F. Favacho onde aparecem diversas construções que não existem mais. Fonte: Bastos (1980).

> *Nesta última (Comarca do Rio das Mortes), os habitantes dos campos aplicam-se mais à agricultura. Trabalham com seus negros e passam a vida nas plantações, no meio dos animais, e seus costumes tomam, necessariamente, algo da rusticidade das ocupações*[8].

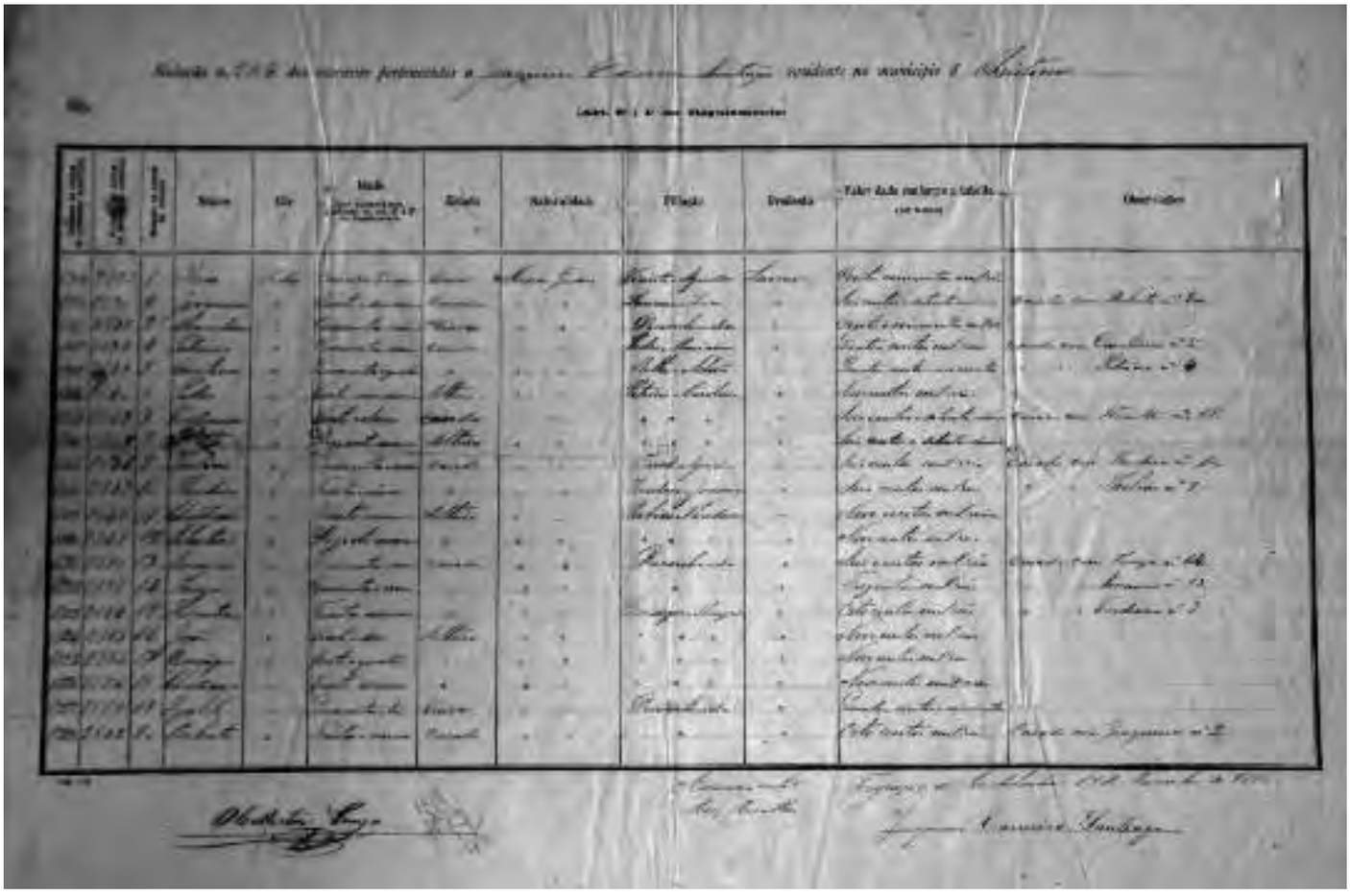
Mesmo em fazendas com grande número de escravos – a maioria, conforme dados estatísticos –, pode-se supor que o tipo de serviço, predominantemente a pecuária e o cultivo de gêneros agrícolas diversificados, promovia essa proximidade. Na fazenda Campo Alegre (p. 143), a Revolta de Carrancas iniciou-se com a morte de Gabriel Francisco de Andrade Junqueira quando inspecionava o trabalho de seus escravos nas roças de milho e feijão. Os escravos também viajavam com os tropeiros nas rotas entre Minas e Rio, convivendo lado a lado com seus proprietários. A estrutura unifamiliar entre os escravos também estava presente no final do século XIX, como vimos no relato sobre a fazenda Três Barras, e muitas famílias permaneceram na propriedade após a abolição da escravatura, provavelmente morando em unidades que, de "apartamentos", passariam a casas isoladas.

A transição do trabalho escravo para o assalariado não necessariamente substituiu o negro pelo imigrante europeu, como é normalmente relatado. As casas isoladas tornaram-se constantes até se transformarem nas colônias de empregados, em geral alocadas sequencialmente ao longo dos caminhos de entrada, afastadas do núcleo original da fazenda. As colônias podiam ser compostas de apenas poucas casas ou de um grande número delas, como nas fazendas Pedra Negra, Santa Maria, Chapada e Mascatinho. Características do século XX, muitas dessas colônias possuem pequenas escolas e igrejinhas; suas casas já foram construídas de alvenaria de tijolos e várias estão ativas até hoje.



Figura 19 - Antigo rancho de tropeiros na F. Barra do Palmela. Foto: CFC.

Figura 20 - Documento de posse de escravos da F. Água Limpa (Pedralva). Fonte: Acervo da Fazenda.





4. Técnica construtiva



Fazenda Tucum

Técnica construtiva

Mas afinal que fim levaram aqueles indivíduos que trabalhavam tão bem o jacarandá, e faziam aquelas camas, aquelas arcas, e cinzelavam aquelas solas? E aqueles mestres anônimos que proporcionavam tão bem as janelas e portas e davam aos telhados, às beiradas, aquela linha tão simpática?

Lucio Costa

Os materiais que compõem a casa da fazenda mineira do período estudado – a pedra, a madeira e o barro – são obtidos no próprio local. A pedra solta é muito farta nessas regiões e deve ser retirada dos campos e matos para limpar o terreno para o plantio. A madeira é recolhida das matas, que, em geral, são desbastadas para a formação da fazenda. O barro é usado para o fabrico de telhas, adobes e para fazer o vedo de pau a pique.

Em todas as casas observa-se o emprego da mesma técnica construtiva, com pequenas variações de acordo com o local e a época, como vimos no capítulo 2. Essa técnica é genericamente conhecida como "estrutura autônoma de madeira", ou "gaiola de madeira". O sistema estrutural, porém, é composto não só pela gaiola, mas por três partes independentes – base de pedras, gaiola e cobertura –, apoiadas uma sobre a outra.

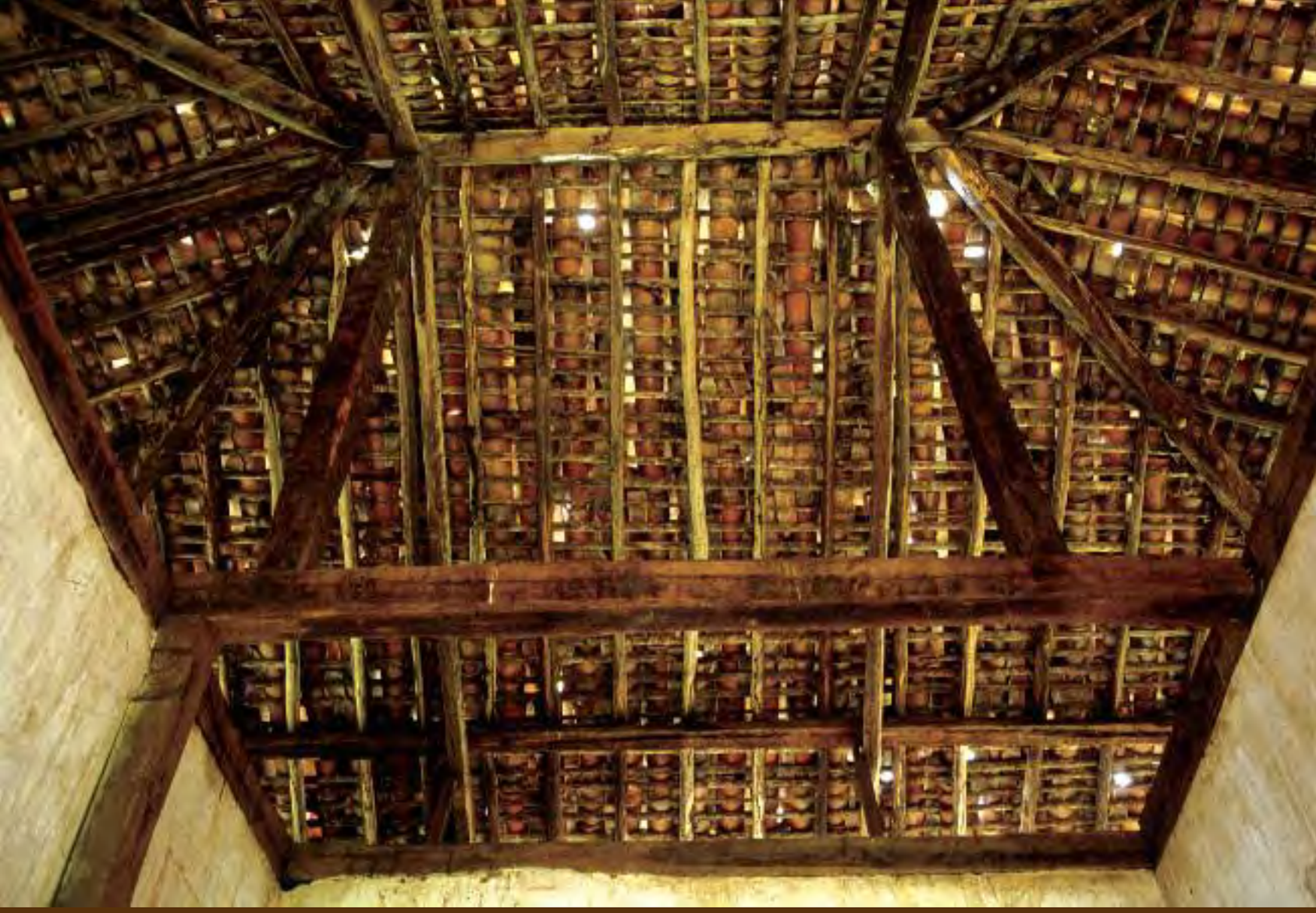


Figura 1 - F. Estância do Mota: estrutura telhado. Foto: CFC.

A base de sustentação da casa são os grandes muros de pedra, que fazem todo o contato com o terreno, deixando a madeira livre de umidade. A essa base corresponde o porão. Em uma topografia montanhosa, os muros servem também para criar um plano em cima do qual se apoiará a gaiola. Em sua construção, as pedras são assentadas sem uso de argamassa, apenas encaixadas umas às outras à maneira de enxilharia – ou encilharia –, com as faces mais planas dispostas para os lados externos e as irregulares constituindo o miolo da parede, como se observa, por exemplo, nas ruínas da fazenda Três Barras (p. 259). Em raros casos, como na fazenda da Anta (p. 200), os umbrais do alicerce de pedras da casa foram feitos com pedras de cantaria, perfeitamente cortadas e encaixadas, inclusive formando um ângulo que se abre para a parte interna do porão; as demais partes da parede foram feitas com pedras e enxilharia. Nos cunhais das casas, as pedras são sempre aparelhadas de modo que as de maior porte se entrecruzem, solidando as faces perpendiculares dos alicerces.



Figura 2 - Cunhal, F. Água Limpa (Pedralva). Foto: CFC.

Em diversas regiões de Portugal, nas casas de alvenaria de pedras da arquitetura popular[1], é comum essa distinção entre o tratamento dado às pedras dos cunhais e das molduras das janelas, e o tratamento dado às demais partes. Nos cunhais e molduras usam-se pedras aparelhadas segundo as melhores técnicas da estereotomia; nas demais, usam-se pedras de mão, por vezes revestidas. Em alguns casos, as pedras das molduras são pintadas, assinalando ainda mais a distinção. Essa marcação dos elementos estruturais se tornaria uma característica da arquitetura portuguesa exportada para as colônias.

As aberturas nas paredes de pedra do alicerce são sempre vãos que se prolongam até os baldrames, de modo que estes funcionem como vergas dessas aberturas, dispensando-se a execução das vergas em pedra, que seria muito mais difícil. Geralmente as paredes de pedra perfazem todo o perímetro da casa. Sua altura varia de meio metro, na parte baixa do porão, a quatro metros ou mais nas partes altas, conforme o necessário ajuste ao terreno. Em porões de grande altura, o fechamento também pode ser feito com vedos de pau a pique e, nesse caso, o baldrame é sustentado por pilares de madeira aparentes em meio à parede. É o que se observa nas fachadas altas das fazendas Chapada (p. 298), Conceição (p. 315), da Serra (p. 205) e do Mato (p. 228). Em outras fazendas, como Água Limpa Pedralva (p. 284), mesmo havendo porões altíssimos, a parede é de pedras até em cima, na altura dos baldrames.

A técnica de construção com pedras, milenar em todo o norte de Portugal e nas ilhas atlânticas, foi trazida para diversas regiões do Brasil. Em Minas, há edifícios do período colonial construídos inteiramente de pedras, especialmente na arquitetura oficial. Na arquitetura civil corrente, as pedras acabaram restritas ao embasamento do edifício. Elas são colocadas direto sobre uma cava rasa no terreno, sem o uso de fundações profundas. Sobre a base de pedras assenta-se a estrutura independente de madeira – a gaiola – e, sobre esta, apoia-se a estrutura do telhado.

Todas as peças da gaiola seguem o mesmo padrão e hierarquia de medidas, variando apenas suas dimensões, de acordo com o tamanho de cada casa. Em fazendas de grandes dimensões, os esteios, por exemplo, podem medir 22 por







Figura 3 - Colunas do porão de pedras de cantaria, F. da Anta. Foto: CFC.

Figuras 4 e 5 - Casario de Idanha a Velha, Portugal: pedras destacadas por caiação. Foto: Alves Costa.

25 centímetros, enquanto nas casas menores medem até 16 por 20 centímetros. Assim como os esteios, todas as peças obedecem a um padrão; as de maior porte são os baldrames e as vigas-madres, depois vêm os barrotes, depois os cunhais, os esteios e assim por diante.

A gaiola de madeira é uma estrutura trabalhada com vínculos articulados e não com conexões rígidas, engastadas. Como se trata de estrutura isostática, e não hiperestática, todas as peças que se encaixam por meio de sambladuras devem estar contraventadas ou trianguladas em seu conjunto. Essa sofisticada estrutura de madeira não depende do fechamento dos vedos para se solidar.

Sabemos que a estrutura de madeira com base de pedras já era usada na arquitetura popular da península Ibérica desde tempos imemoriais. Esse tipo de estrutura não tem relação com o enxaimel da Europa Central, trazido mais tarde, a partir do século XIX, para algumas regiões do Brasil que receberam imigrantes alemães. A estrutura de que estamos tratando, a precursora da gaiola estrutural de madeira, é encontrada em todo o norte da península, desde a Galícia até o País Basco.

No entanto, a estrutura que se observa nas fazendas do Sul de Minas não é similar à da arquitetura popular do norte da península Ibérica, e tampouco se assemelha à gaiola pombalina desenvolvida a partir da reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755. A gaiola das fazendas do Sul de Minas é uma evolução da estrutura de madeira já usada em Minas, desde o início do

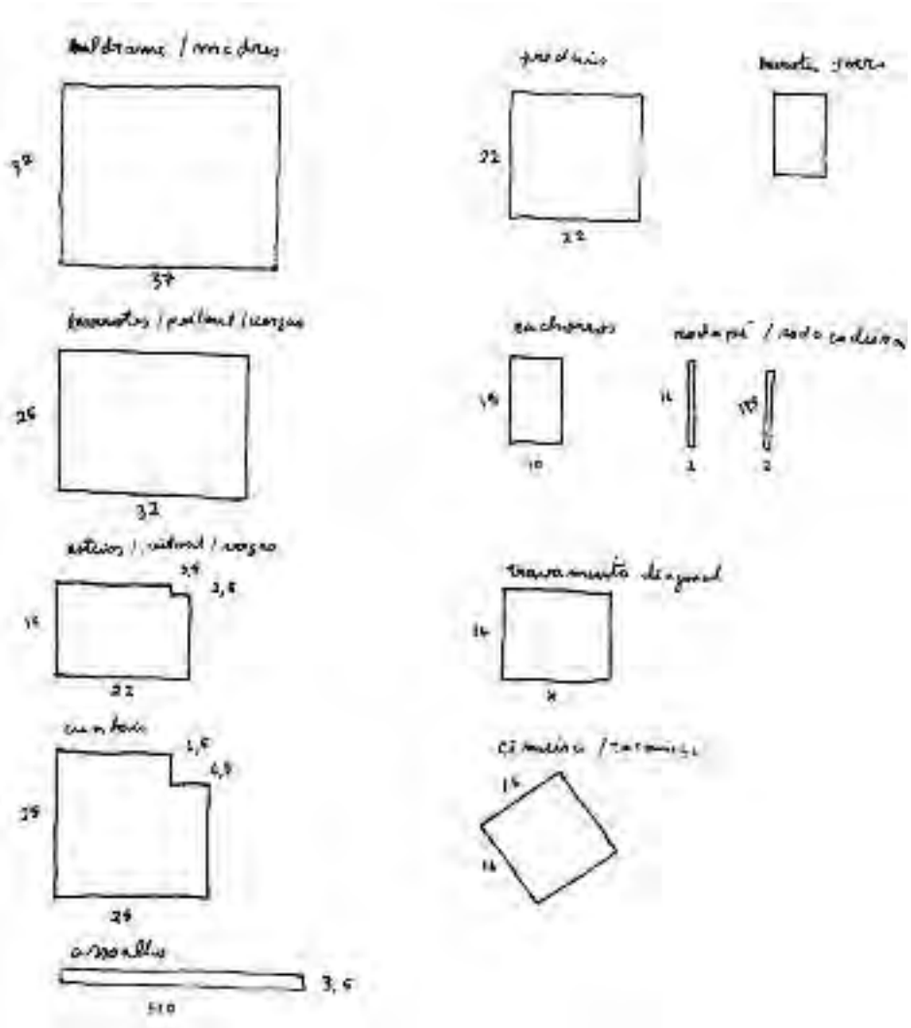


Figura 6 - Ilustração: LISBOA ANTES E DEPOIS DO TERREMOTO de 1755.

Figura 7 - Dimensões das seções das PEÇAS DE MADEIRA da estrutura. Desenho: CFC.

século XVIII, embora tenha sofrido influência das técnicas desenvolvidas por ocasião daquele terremoto. A maior contribuição da gaiola pombalina para a estrutura das fazendas sul-mineiras está na incorporação de conceitos e detalhes construtivos, como vínculos articulados e sambladuras, desenvolvidos em Lisboa para criar uma estrutura antissísmica. Como resumiu Lemos:

> *Em tese, esse novo sistema construtivo se louvava numa estrutura de madeira apta a sustentar os assoalhos dos sobrados e os frechais dos telhados independentemente das alvenarias envoltórias. No fundo tudo não passava de um muro contínuo envolvendo uma estrutura autônoma apoiada ao solo em meia dúzia de pontos. Caso houvesse um terremoto, não ocorreria mais o desabamento de telhados e pisos, esmagando pessoas devido à desagregação das paredes portantes. Agora, mesmo que elas se desmoronassem, a "gaiola", de um jeito ou de outro, haveria de minorar, ou evitar, as compressões repentinas de alto risco*[2].



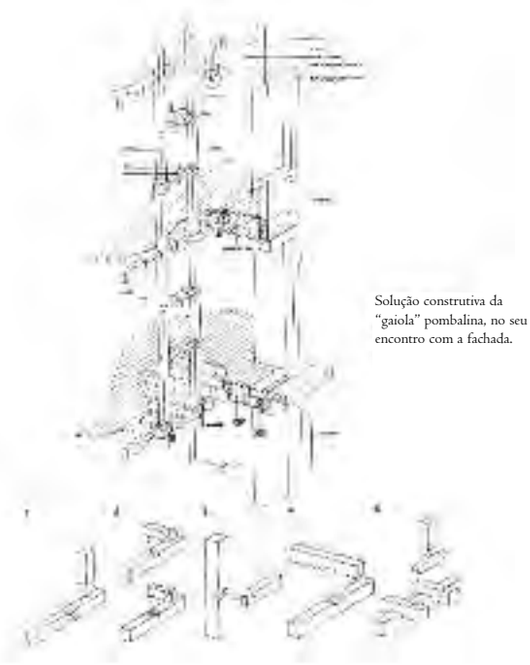


A gaiola pombalina era bastante distinta das estruturas de madeira existentes anteriormente em Portugal, como relata França, seu maior estudioso:

> *Propunha-se então pela primeira vez [...] encontrar resposta a uma questão de tal maneira urgente que punha em causa a própria sobrevivência de sua obra [...]. Eles encontraram, porém, sem demora, uma solução bastante engenhosa: a da "gaiola" [...]. Trata-se de uma investigação empírica que, com certeza, só chegou a um estado de aperfeiçoamento depois de várias tentativas, hesitações e experiências [...]. Não se deve, bem entendido, confundir a "gaiola" com o vigamento tradicional, que tinha um emprego completamente diferente, e que ficava agarrado às paredes, estando vinculado às suas qualidades de resistências*[3].



Figuras 8 e 9 - Casas de estrutura de madeira sobre base de pedras no norte da Península Ibérica. Fonte: Flores (1973).



Solução construtiva da "gaiola" pombalina, no seu encontro com a fachada.

Figura 10 - Esquema da GAIOLA POMBALINA. Fonte: França (1977).

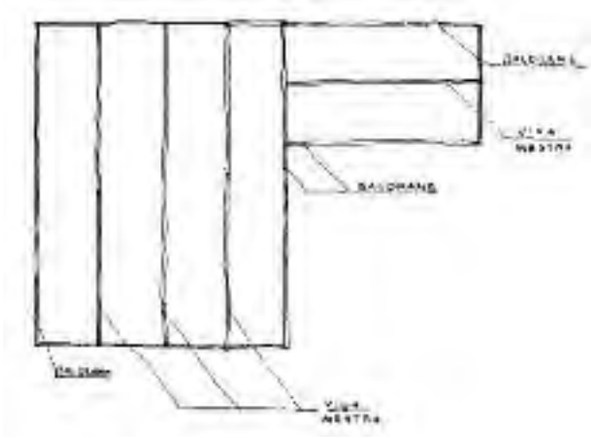


Figura 11 - Planta de BALDRAMES E VIGAS-MESTRAS. Desenho: CFC.

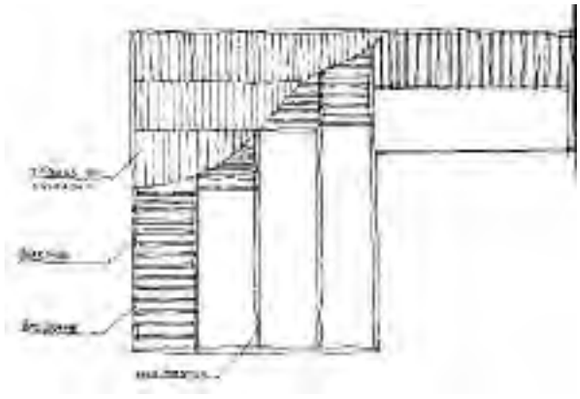
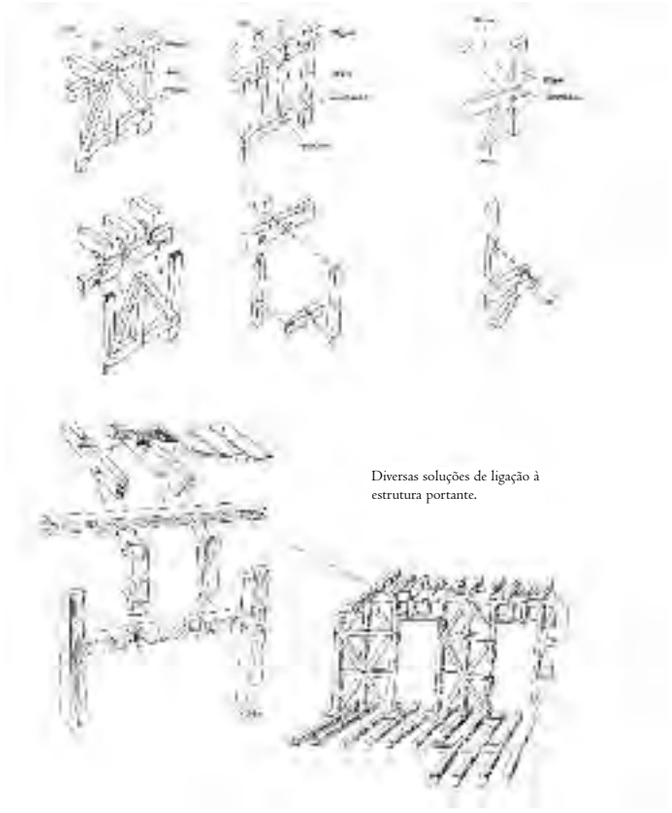


Figura 12 - Planta do ASSOALHO. Desenho: CFC.



Diversas soluções de ligação à estrutura portante.

No Brasil, a primitiva estrutura de madeira, tal como executada no norte da península, encontrou espaço para se desenvolver por causa da fartura e qualidade das madeiras e também da tradição da carpintaria luso-brasileira. Após o terremoto, aos ecos da reconstrução de Lisboa, novas técnicas foram incorporadas à primitiva estrutura, gerando a gaiola que conhecemos, mais regular e planejada.

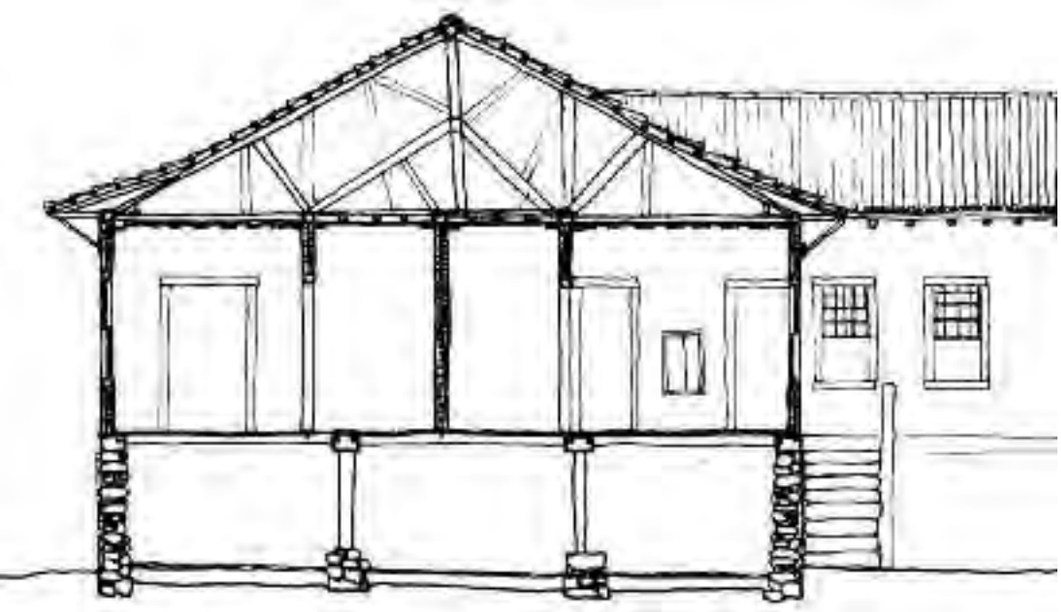
A gaiola começa a ser erguida a partir da construção de um grande piso de madeira, em cima de toda a base de pedras da casa. Em primeiro lugar, são assentados baldrames sobre os muros de pedra, que contornam todo o perímetro da casa, e vigas-mestras (ou madres) na parte interna desse perímetro, sobre alicerces de pedra ou colunas de madeira. Quando as vigas-mestras são apoiadas em colunas de madeira, estas se assentam sobre pequenas bases de pedras, para que a madeira não tenha contato com o solo.

Os baldrames, muitas vezes, não têm comprimento suficiente para atravessar toda a fachada da casa e, por isso, duas peças são unidas por seus topos através da sambladura, chamada na região de "raio de Júpiter". A sambladura impede que as peças se distanciem longitudinalmente umas da outras.



No cunhal da casa, onde os baldrames se encontram perpendicularmente, há uma sambladura complexa que une essas peças. Esse tipo de sambladura tende a unir mais as peças quanto maior for a carga vertical que incide sobre elas. Característico das casas do Sul de Minas, não foi encontrado em regiões vizinhas.

As vigas-mestras e os baldrames têm a mesma dimensão – em média, sua seção é de 40 centímetros de largura por 35 centímetros de altura – e observa-se a mesma função na hierarquia das peças. A diferença é que os baldrames ficam no contorno ou perímetro da casa, embaixo de paredes externas, enquanto as vigas-mestras ficam no interior do perímetro, dando suporte aos barrotes. Na maioria das fazendas do Sul de Minas, com exceção da fazenda do Bananal (p. 181), os barrotes estão no mesmo plano dos baldrames, unindo-se a estes através da sambladura "rabo de andorinha", de modo que o topo do barrote fique protegido e não mais exposto na fachada, como antes. As vigas-mestras, por sua vez, estão ligeiramente rebaixadas em relação ao nível dos barrotes, e estes se apoiam sobre elas.



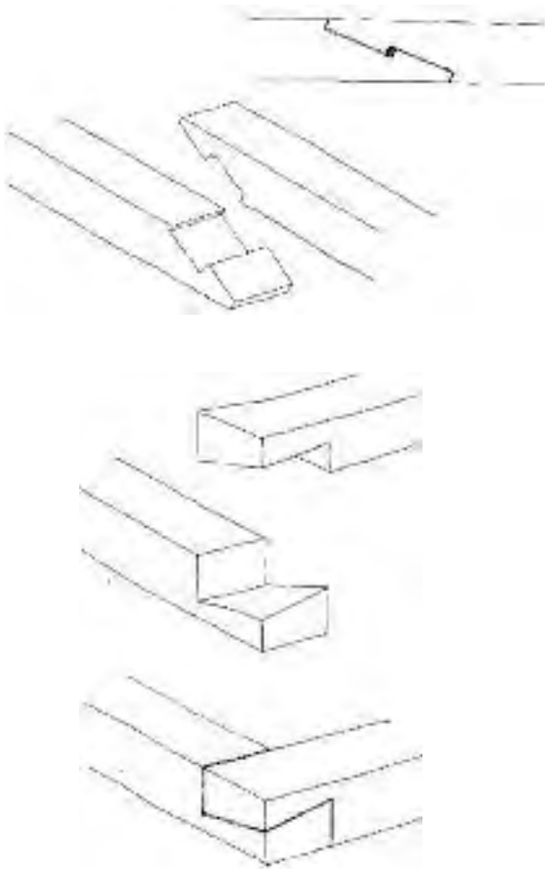




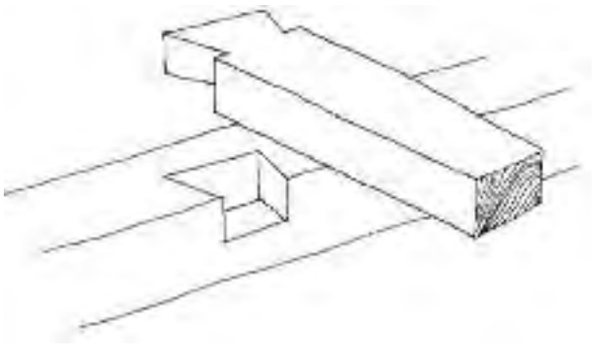
Figura 13 - Sambladura "raio de Júpiter" na F. Chapada. Foto: CFC.

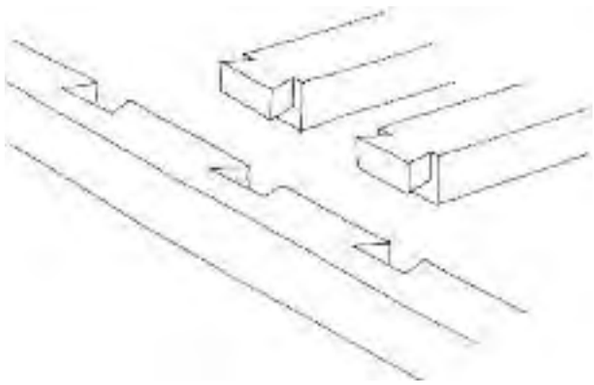
Figura 14 - Sambladura "raio de Júpiter". Desenho: CFC.

Figura 15 - Perspectiva explodida da mesma sambladura. Desenho: CFC.

Figura 16 - Encontro dos baldrames sob o cunhal da F. Monte Alegre. Foto: CFC.

Figura 17 - Corte F. do Mato. Desenho: CFC.





Figuras 18 e 19 - Perspectivas da SAMBLADURA "RABO DE ANDORINHA" no encontro dos barrotes com o baldrame. Desenho: CFC.

Nas fazendas mais antigas, os barrotes simplesmente se apoiavam por cima dos baldrames, deixando seu topo desprotegido na fachada da casa. A adoção do encaixe em rabo de andorinha traz assim mais uma informação: o travamento estrutural. Esse tipo de encaixe impede que o baldrame sofra deslocamento para os lados, o que reforça a tese da mudança de uma estrutura hiperestática para uma estrutura isostática.

Os barrotes são peças que vencem o vão entre vigas-mestras e baldrames. Têm seção média de 30 centímetros de largura por 25 centímetros de altura. O vão varia entre três e quatro metros, o que corresponde, historicamente, à largura mais comum dos lotes das cidades medievais do norte de Portugal, já que nas construções dessas cidades também se utilizavam barrotes de madeira para vencer o vão entre as paredes portantes de pedra. A cada vão vencido por barrotes, há um lanço. A distância entre barrotes é de 30 centímetros entre as peças e de 70 centímetros entre eixos. Esse pequeno vão é facilmente vencido pelas tábuas do assoalho, que têm três centímetros de espessura e recobrem todo o barroteamento da casa. Em cima desse grande assoalho são levantadas as paredes internas, independentemente de onde estejam os barrotes ou as vigas-mestras. Muitas vezes, as paredes são apoiadas apenas em cima das tábuas, sem necessariamente coincidir com a posição do barrote sob elas. Pode-se dizer que é uma casa com a planta livre. Na fazenda Balaio foi encontrada, no piso de tábuas, a marca de uma antiga espiga do esteio (ou pé-direito) que ali se encaixava, demonstrando que não havia necessidade de buscar apoio para o esteio nos barrotes ou vigas.

Note-se que a maior dimensão das vigas e dos barrotes é a largura e não a altura, como seria mais lógico. Isso porque, no período em questão, ainda não havia a preocupação de racionalizar o uso da madeira, o que só viria a ocorrer na virada do século XX. A ideia era criar uma espécie de lajão, em cima do qual seria construída a casa.



Figura 20 - Marcas ENCAIXE DOS PÉS DIREITOS nas tábuas do assoalho na F. Balaio. Foto: CFC.





Sobre esse lajão são apoiados os pés-direitos a uma pequena distância de uma peça a outra, conforme a disposição das portas e janelas. Tal técnica permitia que houvesse janelas – e portas – justapostas umas às outras, caso fosse a intenção. A peça da estrutura chamada de pé-direito tem seu nome derivado do trecho de tronco de uma árvore mais ou menos reto, a que denominavam "direito". Esse trecho, também conhecido como fuste, vai do chão até os primeiros galhos da árvore. Como o pé-direito das árvores era usado como coluna, tendo o comprimento exato da distância do piso ao teto, essa altura passou a ser chamada no Brasil de pé-direito. Os pés-direitos vão do baldrame ao frechal e, em ambas as extremidades, são samblados às peças através de espigas. Constituem, ao mesmo tempo, apoios verticais da estrutura e ombreiras de portas e janelas, o que é possível graças aos entalhes feitos ao longo de sua seção, variando-se a espessura conforme se queira.

Os pés-direitos ou esteios que ficam nos cunhais das casas, por extensão, também são denominados cunhais, e têm seção ligeiramente maior que a dos esteios – em média, 25 por 25 centímetros. Essas peças recebem um pequeno corte ao longo de sua seção para que fiquem da espessura das paredes. Encaixam-se, por meio de espigas, aos baldrames na parte inferior e aos frechais na parte superior.

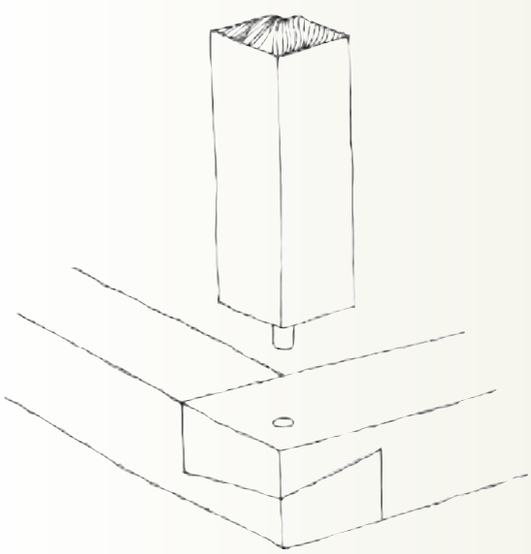




Figura 21 - F. da Anta em RUÍNAS. Foto: CFC.

Figura 22 - F. da Anta: BARROTES simplesmente apoiados na viga madre. Foto: CFC.

Figura 23 - F. Sta. Clara: SAMBLADURA "RABO DE ANDORINHA". Foto: CFC.

Figura 24 - O CUNHAL se encaixa ao baldrame através de uma espiga. Desenho: CFC.

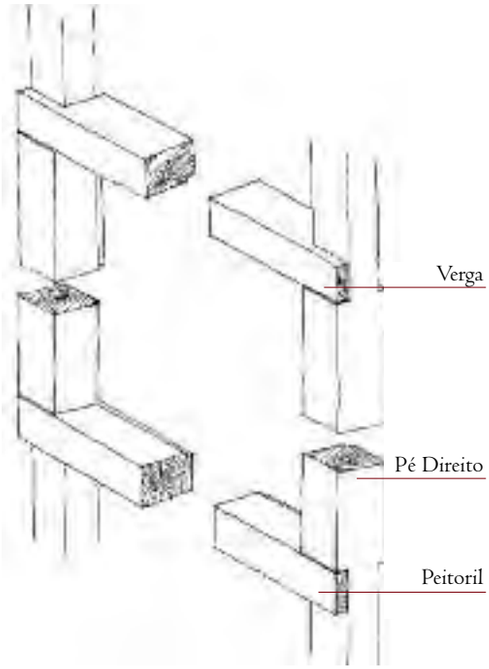


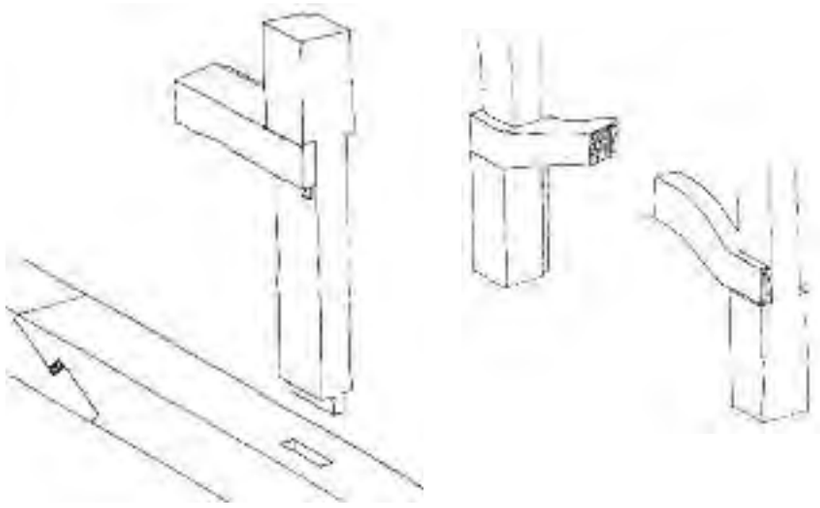
Figura 25 - Detalhe das PEÇAS QUE FORMAM A JANELA. Desenho: CFC.

Figura 26 - Detalhe do encontro do PÉ-DIREITO COM O BALDRAME. Desenho: CFC.

Figura 27 - Detalhe da VERGA CANGA DE BOI. Desenho : CFC.

Figura 28 - À esquerda, F. da Anta: PEÇA DO PÉ-DIREITO caída no chão. Observe os entalhes ao longo da peça. Foto: CFC.

Figura 29 - À direita, F. da Anta: detalhe do ENCONTRO DO PEITORIL COM O PÉ DIREITO. Observe a cunha para sustentação do peitoril. Foto: CFC.



Os frechais ficam em cima dos pés-direitos na posição horizontal, arrematando as paredes. São peças de dimensão aproximada à seção dos esteios e correm sobre todas as paredes, formando no plano de teto uma malha que amarra toda a gaiola. Os frechais se entrecruzam perpendicularmente através de sambladura em meia madeira, impedindo, assim, que a gaiola se abra e as paredes caiam. Isso é necessário porque a estrutura do telhado não possui sistema de tesouras, o que anularia os esforços horizontais. Os caibros, portanto, descarregam suas cargas diretamente sobre os frechais, decompondo os esforços em verticais, que são absorvidos pelos pés-direitos, e horizontais, absorvidos pela malha de frechais. Nessa malha, os frechais perpendiculares às paredes externas trabalham a tração, tensionados. Esses mesmos frechais transpassam os que estão sobre a parede externa, fazendo um balanço que sustenta o beiral, desempenhando as funções do cachorro.







As demais peças horizontais da gaiola são os peitoris e as vergas das portas e janelas. Elas não cumprem função estrutural no conjunto, apenas são sambladas aos esteios.

No último nembro – pano de parede entre aberturas – de cada fachada, entre o cunhal e o pé-direito da última janela, há uma peça diagonal embutida na espessura da parede que dá triangulação à estrutura. Assim se completa a gaiola, a estrutura autônoma de madeira.



Figura 30 - F. Monte Alegre: frechais se entrecruzam acima do cunhal. Foto: CFC.

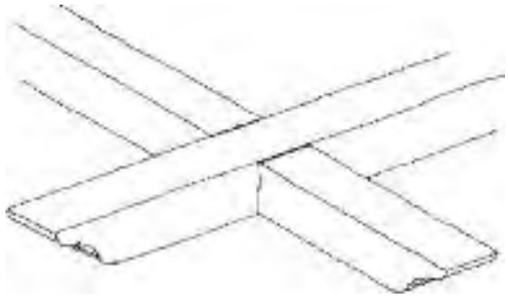
Figura 31 - F. das Posses (casa velha): peça diagonal para contraventamento da estrutura. Foto: CFC.

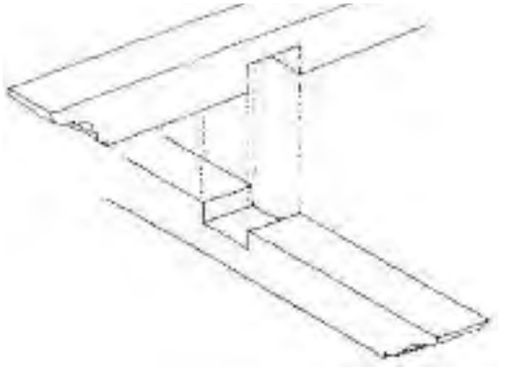
Figura 32 - Maquete da estrutura F. Tucum. Maquete e foto: CFC.

Figuras 33 e 34 - Frechais se cruzam a meia madeira, neste caso, em cima do cunhal. Desenhos: CFC.

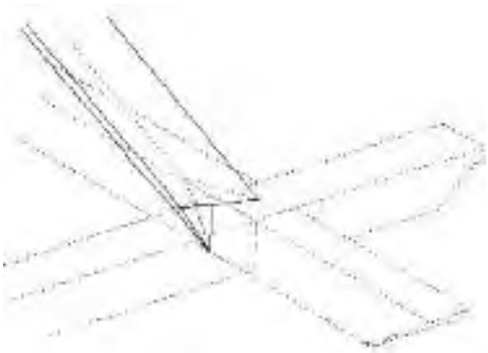












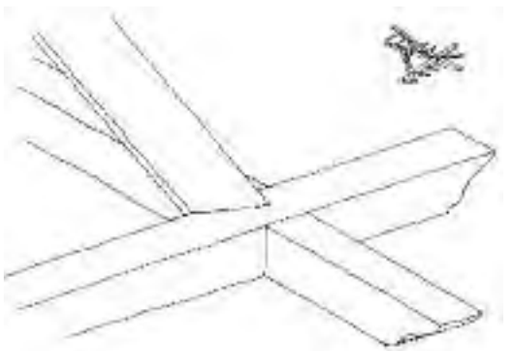


Figura 35 - Formas de telhas. Fonte: acervo Museu de Artes e Ofícios (MAO) de Belo Horizonte.

Figuras 36 e 37 - Encontro da tacaniça com os frechais. Repare sambladura tipo "boca de lobo" em três dimensões. No detalhe: "cruz de santo André" apoiando a tacaniça. Desenhos: CFC.

Figura 38 - F. da Anta: pau da tacaniça samblado à boca de lobo. Foto: CFC.



Sobre a gaiola, um grande telhado de telhas de barro cobre a casa. Sua estrutura de madeira é independente da estrutura da casa: o telhado simplesmente se apoia na gaiola de madeira. A estrutura do telhado é composta por duas peças verticais de madeira apoiadas sobre a malha de frechais. Essas colunas, sambladas a "boca de lobo", sustentam a cimeira – peça horizontal que faz a cumeeira – sempre posta na diagonal, a 45 graus. Da cimeira partem as tacaniças que se lançam sobre o cruzamento dos frechais, acima dos cunhais. Os caibros, por sua vez, têm uma extremidade apoiada sobre a cimeira ou sobre as tacaniças, e outra apoiada nos frechais das paredes externas, samblados a estes à "boca de lobo". Sobre os caibros, apoiam-se as ripas e, sobre elas, as telhas. Em geral fabricadas na própria fazenda, as telhas eram feitas de barro, usando-se fôrmas de madeira para sua moldagem, e não coxas humanas. No Museu de Artes e Ofícios de Belo Horizonte existem algumas dessas fôrmas.

Como as casas são na maioria das vezes em L, formado a partir do encontro de dois retângulos, cada retângulo é coberto por um telhado de telhas capa-e-canal, sempre de quatro águas. A junção entre os telhados é feita por um rincão ou água furtada, que junta as águas provenientes de dois panos de telhado. O rincão era composto por grandes calhas de barro, colocadas por baixo das telhas. Essas calhas são como os canais do telhado de capa-e-canal, só que com maiores dimensões. Hoje em dia, o rincão foi substituído por chapas metálicas, mas na fazenda Pitangueiras em São Vicente de Minas (p. 148) foram encontradas peças com aproximadamente um metro de comprimento em cima

do forro. Isso demonstra que havia tecnologia para solucionar o problema da captação e condução das águas pluviais naquele rincão e que a "perna do L", portanto, era concebida junto com toda a construção e não posteriormente.

Os beirais são sustentados por cachorros colocados na posição horizontal, samblados à meia madeira aos frechais e contraventados por um pau roliço chamado retranca. Há, na parte inferior do telhado, uma inflexão que amacia o ângulo formado pelos caibros no ponto em que interceptam o plano formado pelos cachorros – é o galbo do contrafeito. Tendo a função de projetar as águas provenientes do telhado mais longe das paredes, prolongando os beirais sem prejudicar a iluminação, essa inflexão acaba também suavizando o volume da casa.

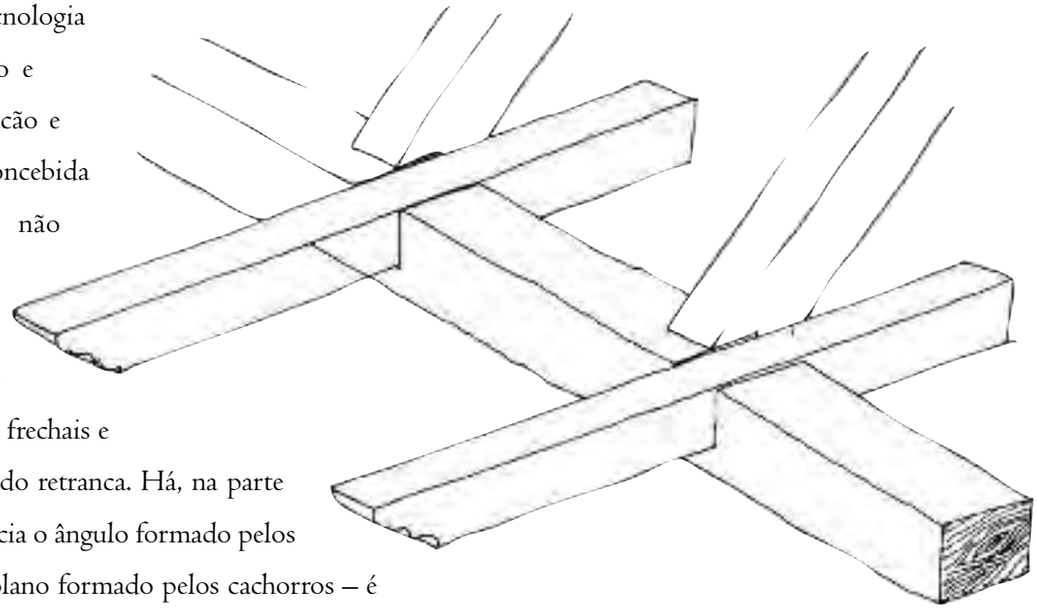


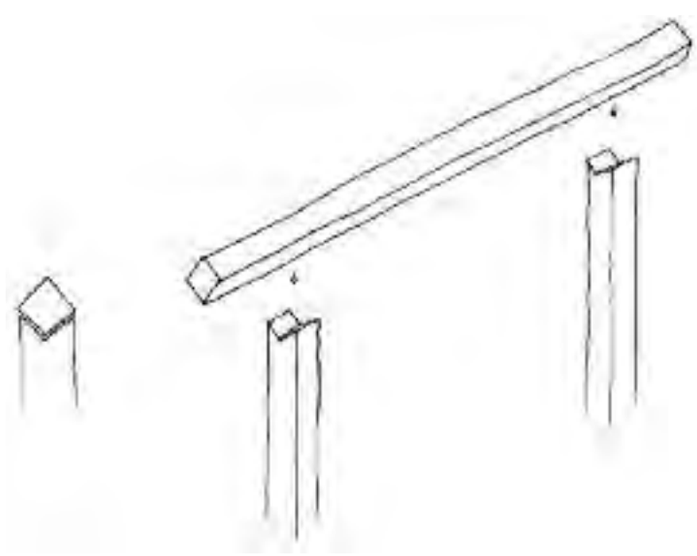
Figura 39 - Perspectiva: encontro do CAIBRO, CACHORRO E FRECHAL: repare que os caibros ficam desencontrados dos cachorros. Desenho: CFC.

Figura 40 - Encontro do PAU DE CUMEEIRA E ESTEIOS da cobertura. Desenho: CFC.

Figura 41 - CORTE NO BEIRAL: caibro, cachorro, frechal e galbo do contrafeito. Abaixo: cachorro frente e lado mostrando entalhe em "peito de pombo". Desenho: CFC.

A dupla inclinação do telhado acabou se tornando uma característica marcante da arquitetura do período colonial. A técnica, trazida ao Brasil pelos portugueses, tem clara influência oriental e foi introduzida em Portugal através do Algarve, difundindo-se preferencialmente nas cidades portuárias. Como notou Orlando Ribeiro:

> *A capital, necessariamente mais ligada à vida europeia do seu tempo, aceitaria com dificuldades um elemento desta origem. Ainda assim, os beirais arrebitados e os ornatos dos ângulos dos telhados, tão frequentes em casas velhas lisboetas, parecem filiar-se a influências orientais. A partir da cidade se teriam difundido no seu termo, tanto em quintas como em humildes casais saloios, que imitavam aquelas construções prestigiosas*[4].



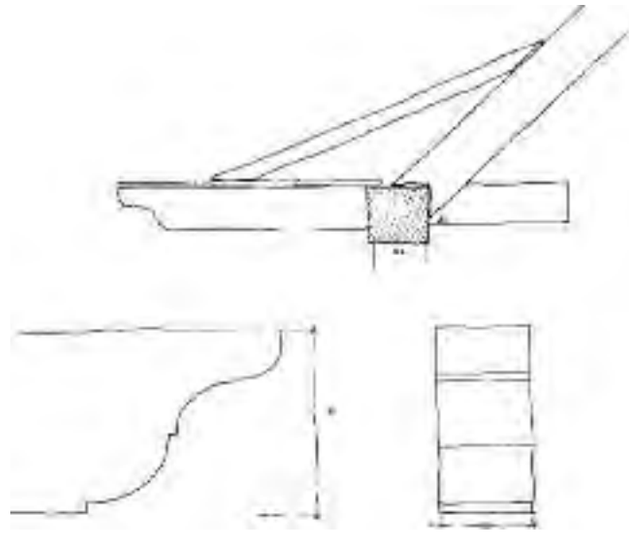










Figura 42 - Cimalha encontrada no porão F. Cachoeira. Foto: CFC.

Figura 43 - Cunhal e beiral da F. Narciso antes da reforma. Fonte: Andrade (2004).

Figura 44 - F. da Barra: arremate de argamassa ente a cimalha e as telhas. Foto: CFC.

Figura 45 - F. do Mato: cimalha no corpo principal e apenas guarda-pó no corpo de serviços. Foto: CFC.

O beiral e os cachorros são totalmente horizontais e, para unir o ângulo horizontal do beiral ao ângulo de inclinação do telhado, usa-se o contrafeito. Portanto, na verdade, há três inclinações diferentes no telhado. A primeira é dada pelo ponto da telha, que é o ângulo máximo a que se pode chegar sem que as telhas escorreguem, uma vez que estas aderem às ripas simplesmente por atrito, não havendo encaixes ou amarrações. Por isso, a distância entre ripas é menor que o comprimento das telhas. A segunda inclinação é o ângulo do contrafeito, também chamado galbo; é determinado pela interseção do ângulo do telhado, o "ponto", com o ângulo horizontal do beiral. A última fiada de telhas é quase plana, inclinada apenas o mínimo necessário para que a água não fique ali parada.

Como vimos, os caibros terminam sobre frechais das paredes externas, samblados à "boca de lobo". Por isso a estrutura do beiral, que não é feita da continuidade dos caibros, precisa ser composta por outras peças. Daí surgirem os cachorros, que são o suporte do beiral. Samblados à meia madeira aos frechais, os cachorros transpassam ligeiramente para dentro, onde são contraventados por peças, chamadas de retrancas, que não permitem que eles girem. Essa sofisticada inflexão de ângulos acaba amolecendo, suavizando, o volume do telhado. Os cachorros e frechais são geralmente arrematados por um delicado entalhe na madeira, o "peito de pombo". Esse arremate confere leveza, tornando a cobertura "arrebitada", como na arquitetura do oriente.

Os beirais são guarnecidos por guarda-pós ou por cimalhas. Os guarda-pós são tábuas colocadas entre os cachorros e as ripas a fim de evitar que as telhas se levantem com o vento, já que estão simplesmente apoiadas. As cimalhas mais comuns são aquelas feitas com tábuas inclinadas, colocadas sob o beiral, escondendo os cachorros; têm a mesma função do guarda-pó e arrematam o encontro do telhado com a fachada, conferindo um ar clássico. Muitas vezes as cimalhas aparecem apenas nas fachadas mais nobres da casa. Na fazenda do Mato (p. 228) vê-se claramente isso: nas fachadas do corpo principal há cimalhas e no corpo de serviços há somente guarda-pós, deixando os cachorros aparentes. Há também cimalhas mais trabalhadas, compostas de várias peças, que mais parecem sofisticadas cantarias, como nas fazendas da Barra (p. 278), Bela Vista de São Vicente de Minas (p. 154), Narciso (p. 145) e Cachoeira de Carmo de Minas (p. 262).

O vão entre a cimalha e as telhas é preenchido com argamassa, para evitar a entrada de bichos. Nas casas de fazenda, sempre que há cimalhas, os

cachorros não aparecem. Apenas no casario urbano de Diamantina observam-se cimalhas que cobrem parcialmente os cachorros, deixando à mostra suas pontas.

Sob o telhado, o forro plano encerra o volume interior. O forro tem a função primordial de resguardar a privacidade de cada cômodo, uma vez que as paredes internas vão somente até a altura dos frechais. Cumpre também a função de guarda-pó, porque que as telhas vãs sempre permitem a entrada de folhas e de poeira. Essa função – guardar o pó –, por extensão, acabou emprestando seu nome às tábuas acima dos cachorros.

Os forros das casas são confeccionados em madeira ou esteira de taquara. Os forros de madeira podem usar o sistema de saia e camisa ou de mata-junta. Nos dois sistemas, as tábuas são afixadas em barrotes superiores que se apoiam nos frechais, samblados à meia madeira. Esses barrotes são samblados aos frechais, mas não em rabo de andorinha, como os barrotes do piso são samblados aos baldrames. Isso porque os frechais já se contraventam e, assim, não é preciso que os barrotes do forro travem os frechais. O encontro do forro com as paredes é arrematado pelos roda-tetos. Ao redor de todo o forro ficam as indefectíveis tabeiras, arrematando as tábuas corridas. Entre as tabeiras e as tábuas corridas pode haver uma infinidade de arremates, como cordas, rendilhados e dentículos.

Há algumas exceções ao tradicional forro de saia e camisa. Na cozinha, usa-se uma treliça larga ou simplesmente não há forro, de modo que a fumaça saia pela telha vã. Em ambientes nobres, os forros são mais ornamentados, formando desenhos concêntricos, como se observa na sala das fazendas Cachoeira de Carmo de Minas (p. 262), Cafarnaum (p. 290) e das Posses (p. 217). Na fazenda Sesmaria (p. 166) há um quarto da ala social que possui forro de gamela. Os forros das capelas também são mais trabalhados e

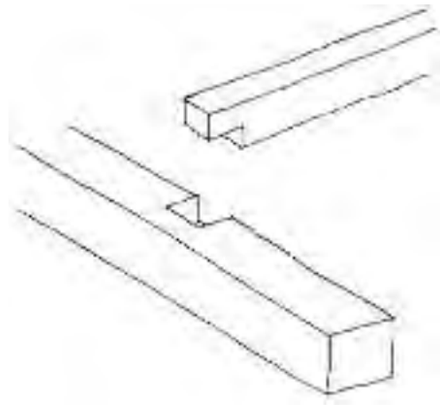








Figura 46 - Detalhe do apoio do barrote do forro no frechal. Desenho: CFC.

Figura 47 - Forro de gamela, F. Cafarnaum. Foto: CFC.

Figura 48 - Barroteamento do forro, F. Estância do Mota. Foto: CFC.

Figura 49 - Forro saia e camisa, tabeira e roda-teto. F. do Mato. Foto: CFC.



Figura 50 - F. Santo Antônio: FORRO RENDILHADO na sala nobre. Foto: CFC.

Figura 51 - FORRO DE GAMELA em quarto de hóspedes na F. Sesmaria. Foto: CFC.



ornamentados. Na fazenda Figueira (p. 214), por exemplo, a capela possui forro abobadado. Em algumas fazendas foram encontrados forros de esteira de taquara, como na Barra do Palmela (p. 194), Grão Mogol (p. 178) e Serra das Bicas (p. 184), provavelmente em substituição aos forros originais de madeira. Algumas fazendas tiveram seus forros substituídos, mais recentemente, por forros do tipo "paulistinha".

Todo o fechamento da estrutura é feito por paredes de pau a pique, também chamado de taipa de mão, de sebe ou de sopapo. Em Minas, o nome usado é pau a pique. Apesar de consistir apenas no preenchimento dos vãos estruturais, essa técnica é tão difundida e tão popularmente conhecida que, muitas vezes, as casas em que é utilizada são conhecidas apenas como casas de pau a pique.

> *[...] nas construções de arcabouço de madeira e da mesma época, as paredes têm, invariavelmente, a mesma espessura dos pés-direitos, e nada mais, exatamente como têm agora a espessura dos montantes de concreto*[5].

O pau a pique é utilizado para fechar os panos internos de parede, os nembros da fachada, os panos de peito e os panos de parede acima das vergas. Para isso, usa-se uma grelha de madeira entre as peças da estrutura, preenchida com barro. O barro é atirado de encontro à grelha de ambos os lados da parede. Preenchida a grelha, aplica-se uma camada de massa grossa de regularização, podendo haver depois sucessivas camadas de revestimento, de granulometria cada vez mais fina, que são somadas à parede para dar acabamento, terminando com uma ou mais camadas de cal. Cada uma dessas argamassas possui uma composição diferente, específica para sua função. A parede acabada atinge, geralmente, a espessura média de 17 centímetros, pouco menos que a espessura dos pés-direitos.

A grelha é formada por paus verticais e horizontais. Os verticais são roliços e se encaixam em orifícios redondos, feitos com pua na estrutura, nomeadamente nos baldrames e frechais. Os furos nos frechais são mais profundos, de tal maneira que paus são colocados primeiro nestes e depois soltos, encaixando-se nos orifícios inferiores. Os paus horizontais são mais finos e ficam amarrados aos verticais de ambos os lados, por fibras naturais como cipó ou embira.

O leitor mais atento irá notar que, em algumas fotos, há tijolos preenchendo os vãos, mas isso é apenas uma substituição posterior do vedo; não significa que houvesse casos de preenchimento de tijolos nessas fazendas, semelhante ao que se observa na região de São João del-Rei ou na fazenda Traituba, onde as paredes são feitas de adobe.

Em Minas Gerais, a taipa de pilão, ou simplesmente taipa, como é mais conhecida, não foi adotada. Não se sabe se por razões técnicas, como a irregularidade do terreno e a falta de terra argilosa, ou se por razões culturais.

> *A taipa caiu em desuso no Brasil, suplantada pela casa de pau a pique, formada por uma grelha de madeira revestida de barro atirado de encontro à armação. Foram os escravos que introduziram e divulgaram esta técnica, de largo emprego na África negra*[6].

A taipa de mão tem origem um pouco controversa, porém indubitavelmente longínqua, ocorrendo no Brasil desde os primeiros séculos, como se observa nas casas de Pernambuco representadas por Frans Post, "construídas em taipa de pau a pique"[7].

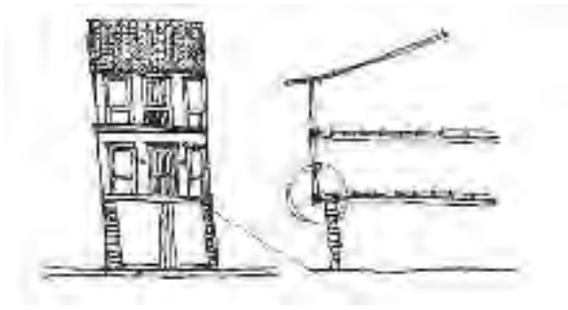
Há quem diga que a taipa de mão também era usada em Portugal, mas, em pesquisa de campo no país e também junto ao órgão de preservação do patrimônio de Guimarães, o Gabinete Técnico Local (GTL), não se encontrou esse tipo de vedo. O tipo de vedo utilizado nas estruturas de madeira consistia de uma grelha de fasquias de madeira, preenchida com cacos de tijolos e entulho, posteriormente revestido.

Saindo da estrutura principal da casa, a gaiola de madeira, vamos tratar agora de outros pormenores que fazem parte do conjunto de técnicas construtivas. Em relação às peças dos vãos das portas e janelas, como ombreiras, peitoris e vergas, estas são as próprias peças da estrutura; não há outras peças, como montantes, aduelas, guarnições. As ombreiras ou umbrais nada mais são do que as próprias peças de madeira dos pés-direitos. Essas peças são entalhadas de maneira que fiquem embutidas nas paredes nos trechos abaixo dos peitoris e acima das vergas; quando na altura das janelas, possuem a espessura total da parede e formam as ombreiras. Nos trechos em que cumprem a função de ombreiras, essas peças recebem um recorte vertical, uma espécie de rebaixo pelo lado interno, onde se encaixam folhas das portas e janelas.



Figura 52 - Forro concêntrico na sala nobre da F. Cachoeira, Carmo de Minas. Foto: CFC.

Figura 53 - Sede do GTL e croquis dos sistemas construtivos mais usados em Guimarães. Desenho: CFC.



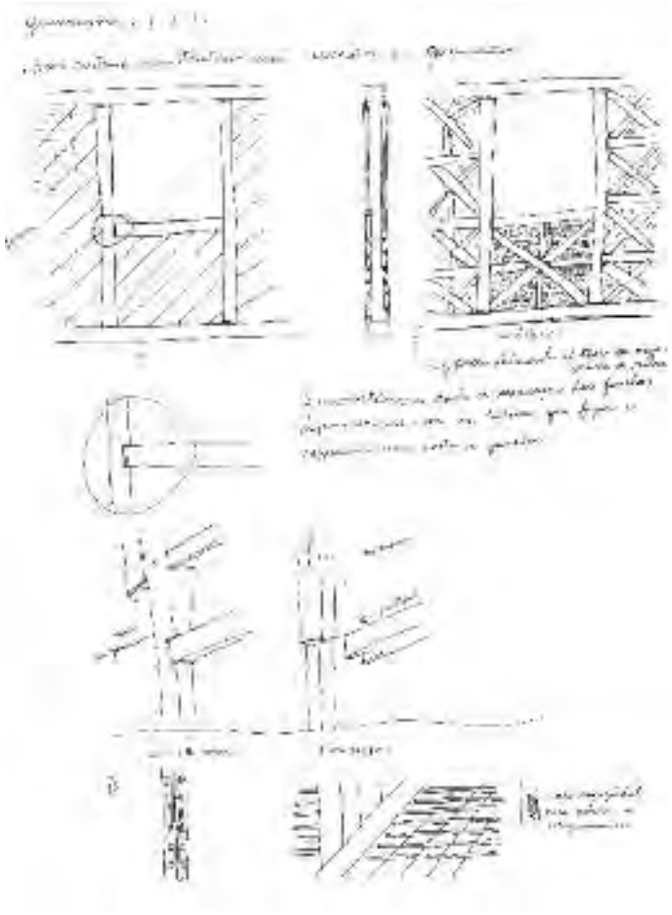




Figura 54 - Detalhe de TRAVESSA E COUÇOEIRA, F. Monte Alegre. Foto: CFC.

Figura 55 - FOLHA DA CALHA vista de frente e tardoz: travessas trapezoidais alternadas. Desenho: CFC.

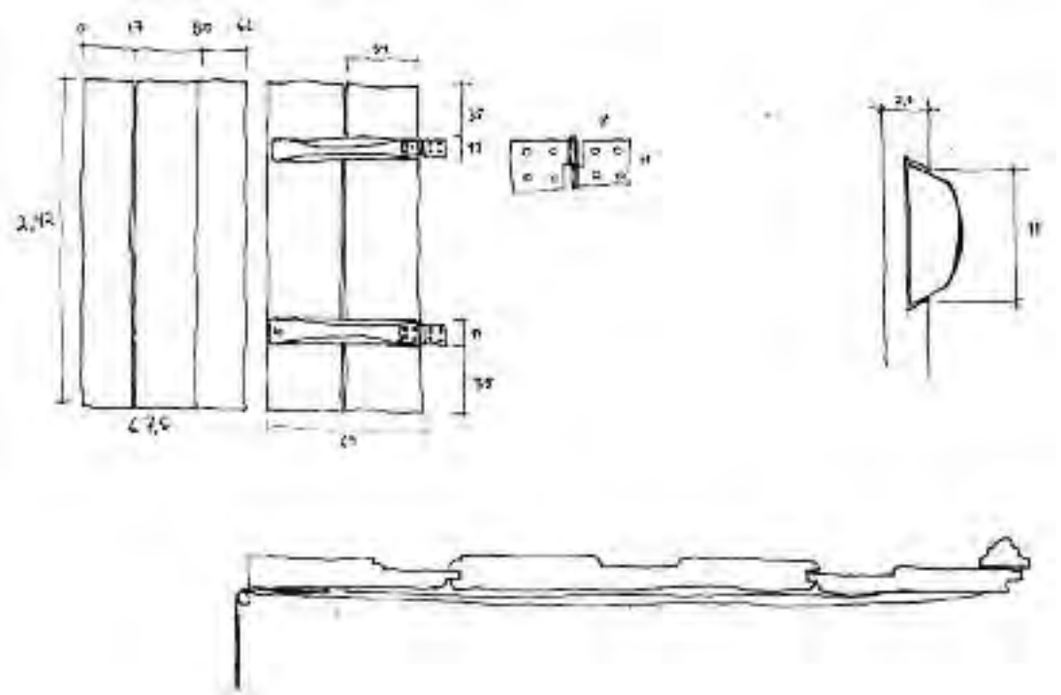
Figura 56 - Detalhe de SAMBLADURA entre travessa e couçoeira. Desenho: CFC.

Figura 57 - Encaixe entre as COUÇOEIRAS mostrando sambladura macho e fêmea. Desenho: CFC.

O fechamento dos vãos das portas e janelas é feito por folhas de madeira, constituídas por tábuas sambladas umas às outras através de sambladura macho-e-fêmea e unidas por travessas. Esse fechamento pode ser chamado de folhas "de calha" ou de couçoeiras. Nessas folhas é possível observar as travessas que unem as tábuas: são peças trapezoidais entaladas nas couçoeiras em sentido oposto umas às outras, alternadamente, de modo que o conjunto fique travado. A seção transversal das travessas também é trapezoidal e encaixa em um entalhe de mesma forma, feito na couçoeira, o que impede o arranque superior. Além da pressão que une as travessas às couçoeiras, usam-se também cavilhas, impedindo o escorregamento lateral. As dobradiças ou gonzos são sempre afixados nas travessas e não nas folhas de madeira.

Quase todas as fazendas apresentam folhas de calha; apenas na fazenda Favacho (p. 140) e na fazenda Santo Antônio (p. 287) encontram-se portas e janelas com folhas de almofadas. Nas demais, as folhas almofadadas eram usadas apenas nos ambientes nobres, como nas portas das capelas.

Os caixilhos apareceram posteriormente e, por isso, foram colocados do lado de fora com relação às folhas das janelas. São compostos por duas folhas do tipo "guilhotina", fixadas às ombreiras por sarrafos pregados a elas. A folha superior é fixa e fica sempre mais para fora que a folha inferior, impedindo que a água da chuva entre. Cada folha compõe-se de um requadro de madeira e pinázios, as ripas que formam o quadriculado que suporta os vidros. Estes são fixados externamente aos pinázios com pequenos pregos, recobertos posteriormente por massa.



Os pinázios verticais são peças inteiriças que vão de um lado a outro do requadro; os pinázios horizontais, por sua vez, são interrompidos a cada cruzamento. Ambos têm seção em T e assim permanecem durante o cruzamento das peças, tornando-se tão finos que quase desaparecem na contraluz. Hoje em dia, quando se copiam caixilhos desse tipo, os pinázios têm seção retangular e o cruzamento entre eles é feito em meia madeira. Posteriormente, são chanfrados com tupia, deixando apenas os nós de cruzamento sem chanfro; por isso esses nós têm um aspecto muito grosso, ao contrário do caixilho original, e se torna fácil distingui-los.



Figura 58 - Janela da F. Pitangueiras. Foto: CFC.

Nos caixilhos que guarnecem janelas com vergas curvas, o arremate entre o caixilho e a verga é feito no próprio requadro do caixilho, que se curva para ajustar-se à verga. Os vidros permanecem retangulares, como se observa nas fazendas Pitangueiras de São Vicente de Minas (p. 156), Sesmaria (p. 166) e Água Limpa de Pedralva (p. 284). Na fazenda Serra das Bicas (p. 184) o mesmo não ocorre; nesse caso, o vidro vai até em cima e acompanha a curva.

As folhas eram divididas em um quadriculado miúdo, onde se encaixavam os vidros. Quanto mais sofisticada era a fazenda, mais peças de vidro eram usadas em cada caixilho, chegando, em algumas propriedades, a haver até vinte peças em cada folha. Em algumas fazendas mais requintadas, as fachadas nobres apresentavam pinázios e vidros trabalhados em desenhos diagonais, curvos etc. O vidro era um material raro – e caro – naquela época, no interior de Minas, e por isso os caixilhos só foram introduzidos posteriormente. Anteriormente aos vidros, e em sua substituição, vez por outra usaram-se lâminas finíssimas de pedras translúcidas, como a malacacheta ou mica. O fechamento dos caixilhos com lâminas de pedra não é comum nas fazendas pesquisadas, sendo encontrado apenas na fazenda Primavera (p. 282). Tanto os vidros quanto as pedras não podiam ter grandes dimensões, por isso as janelas apresentam um quadriculado miúdo.

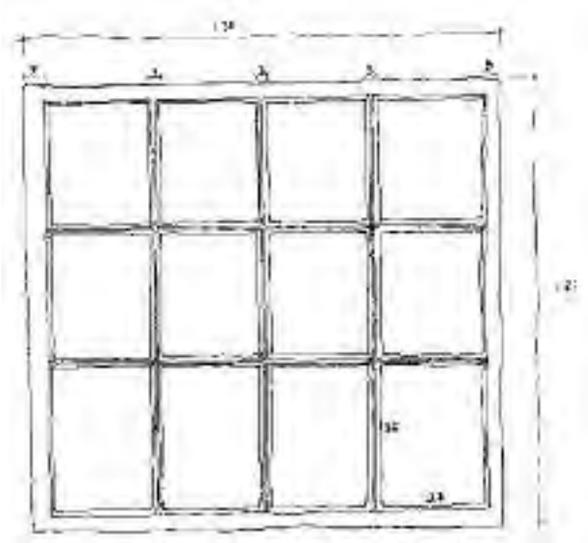


Figura 59 - Elevação de CAIXILHO, F. do Mato. Janela. Desenho: CFC.

A Vila de Campanha, ou propriamente, Vila da Princesa da Beira, que alçamos cedo, no mesmo dia, pois dista apenas quatro léguas a nordeste de São Gonçalo, está situada sobre alto outeiro, e é, depois da Vila de São João del-Rei, a mais importante e populosa da Comarca do Rio das Mortes. As minas de ouro, que em parte só há poucos anos foram abertas na vizinhança, incluem-se entre as mais ricas das atualmente exploradas, e deram grande opulência aos habitantes, entre os quais travamos relações com o capitão-mor, um compatrício nosso, irmão do Sr. Stockler, Governador das Ilhas dos Açores. Aqui, vimos diversas e bonitas casas de dois pavimentos, providas de janelas envidraçadas, um dos mais custosos artigos do interior do Brasil[8].

Os caixilhos de guilhotina passaram a ser uma constante na Europa a partir da revolução industrial. Chegaram a Portugal em meados do século XVIII e até hoje há quem os chame de janelas "à inglesa". Esse tipo de janela foi amplamente usado nas reformas urbanas pombalinas em Lisboa, na Baixa e no Porto, especialmente na rua do Almada. No Brasil, seu uso foi recomendado por ordenações governamentais, em substituição às tradicionais rótulas de

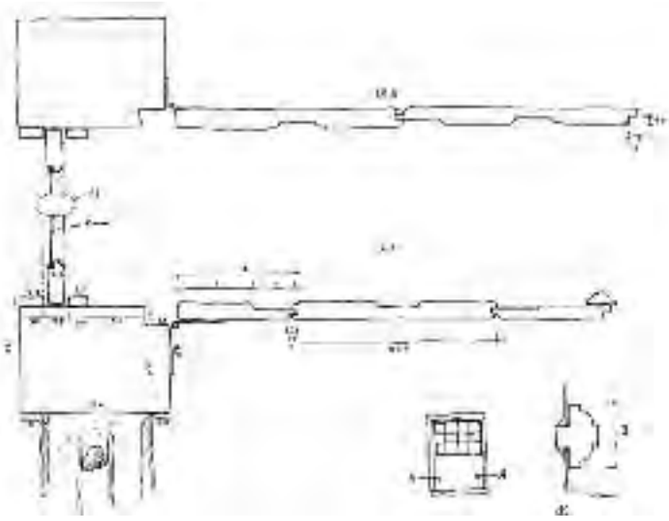


Figura 60 - Detalhe típico de JANELA (planta), F. do Mato. Desenho: CFC.

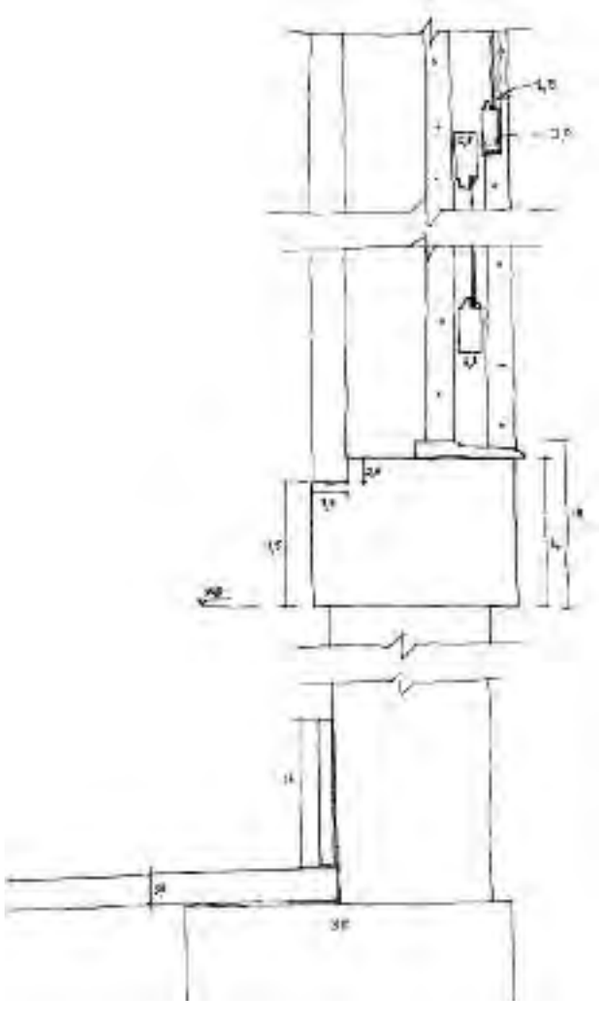


Figura 61 - Detalhe típico de JANELA (corte), F. do Mato. Desenho: CFC.

madeira. Para se aprofundar nesse assunto, recomendamos a leitura do livro *Através da rótula*, de Paulo César G. Marins (2003).

Como vimos, a madeira é usada nessas casas de fazenda tanto na estrutura da gaiola e do telhado quanto nos pisos, forros e fechamentos. Cada peça possui uma função específica e um padrão de dimensões e sambladuras adequado a cada função. São elas: baldrames, vigas-madres, barrotes, tábuas do piso, rodapés, roda-cadeiras e roda-tetos, esteios, pés-direitos, cunhais, frechais, vergas, peitoris, travamentos diagonais, tacaniças, caibros, cimeiras, cachorros, tábuas do forro, cimalhas, guarda-pós, calhas de portas e janelas e pináziios. Para cortar, desdobrar, serrar, cavar, entalhar e furar usavam-se ferramentas específicas, como serras, enxó, puas, machados etc.

As madeiras mais usadas na região eram o pau-óleo ou cabreúva, o cedro, a peroba e o jacarandá, este último preferido para os móveis. Nas regiões mais altas, como na Mantiqueira, é comum o uso da araucária para as tábuas de piso e forro. Como forma de proteção, a madeira é sempre pintada, com exceção do piso e das peças do porão. Utiliza-se a tinta a óleo para a pintura das madeiras e a cal para as paredes. Internamente, as casas podem receber diversos tipos de pintura ornamental, desde um simples barrado dividindo a parede na altura do roda-cadeira até pinturas de cenas religiosas, naturezas mortas, paisagens da fazenda, caçadas ou mesmo pintura ilusionista, passando por diversos tipos de textura, como a de mármore e a de madeiras, além das gregas e padrões florais.



Figura 62 - Instrumentos de carpintaria. Fonte: acervo Museu de Artes e Ofícios (MAO) de Belo Horizonte.

Técnica e estética

A resultante formal que caracteriza uma determinada arquitetura, uma determinada família tipológica, é a combinação entre certa intenção plástica, sua corrente estilística e as técnicas construtivas adotadas. Algumas correntes estilísticas estão intimamente ligadas à técnica construtiva adotada; é impossível, por exemplo, imaginar uma catedral românica sem as robustas paredes portantes de pedra, ou um templo japonês sem suas estruturas de madeira. Outros estilos arquitetônicos, porém, não estão estritamente ligados a uma técnica construtiva, mas sim associados a valores formais ou a um saber fazer de certa época ou região. Nesses casos, utiliza-se o repertório formal de maneira mais independente da técnica construtiva.



Figura 63 - Beirais desenhados por Wasth Rodrigues: cimalha, beiras seveiras e cachorrada. Fonte: Rodrigues (1980).

A arquitetura do período colonial no Brasil, no contexto do mundo colonial português, criou, a partir de um processo de extração e depuração de seus elementos mais característicos, uma arquitetura simples e austera, desprendida de valores formais ligados a determinada ordem. É possível ler, identificar a arquitetura civil do tempo de colônia como um todo uno e coerente que usa uma mesma linguagem, fala uma mesma língua, seja no casario açoriano de Santa Catarina, seja nas construções de pedra e cal no litoral de São Paulo, nos sobrados e trapiches da Bahia, no casario urbano de Minas e do Rio de Janeiro, nas construções de taipa espalhadas pelos sertões paulistas e até mesmo nas casas de estrutura autônoma de madeira das fazendas de Minas Gerais. Alguma coisa nelas nos faz identificar uma linguagem comum, uma família, seja no conjunto de molduras das fachadas, na marcação rítmica dos cunhais e envasaduras, na volumetria pura ou nos grandes telhados de barro com seus beirais.

As casas de pedra do litoral têm seus elementos mais importantes feitos desse material, trabalhado segundo as técnicas de estereotomia; são cunhais, barrados, vergas, umbrais, peitoris e panos de peito. As demais partes da alvenaria não recebem tal cuidado, são feitas de pedra de mão argamassadas, revestidas e, posteriormente, caiadas ou revestidas com azulejos, como ocorre nas cidades litorâneas, de Belém do Pará a Porto Alegre. Há também aquelas casas em que as envasaduras são guarnecidas por peças de madeira, seja sua estrutura de alvenaria de pedra, adobe, pedra ou entulho entaipados. Nesse caso, a marcação de madeira é reforçada por tintas usadas para sua proteção. Aparecem aí, em substituição às cimalhas de pedra das construções mais nobres, os beirais de beira-seveira, feitos a partir da sobreposição de sucessivos balanços de telha sobre a parede de alvenaria portante. A beira-seveira é uma característica das construções de alvenaria portante, sendo impossível adotá-la em casas de estrutura autônoma de madeira. Mais tarde, com a introdução do tijolo de barro cozido, esse tipo de técnica, de balanços sucessivos nos beirais, passou a ser usado também com os tijolos e ganhou inúmeras variações.

Nas casas de taipa, em geral, os vãos são menos numerosos, mas igualmente marcados pela distribuição criteriosa nas fachadas; já não há cimalhas e a estrutura da cobertura se apresenta nos beirais em balanço, sustentados por peças que os estruturam, os cachorros. Na casa de estrutura autônoma de madeira, os mesmos cachorros reaparecem, ora aparentes, sustentando as tábuas do guarda-pó, ora escondidos pelas cimalhas de madeira.

Em todos esses casos, a mesma intenção plástica está presente na marcação dos elementos mais característicos, independentemente da técnica utilizada. A volumetria pura e as soluções de cobertura demonstram perfeita combinação entre as possibilidades técnicas, as tradições culturais e as condições climáticas: são sempre grandes telhados com beirais em balanço, lançando suas águas para fora do corpo da construção, marcados pela indefectível mudança de ângulo de inclinação, que confere à cobertura aquela curva tão característica de nossa arquitetura colonial.

Cada sistema construtivo tem seus elementos próprios e, consequentemente, sua nomenclatura própria; colunas e traves são próprias do sistema autônomo grego, assim como arcos e abóbadas são próprios do sistema de alvenarias portantes romano. Há também aqueles elementos transplantados de um sistema ao outro: as pilastras lembram colunas da estrutura autônoma, no entanto, são adornos de uma estrutura portante. As vigas são elementos da estrutura autônoma, mas tornam-se vergas para vencer vãos de aberturas nas paredes portantes. Os arcos são perfeitamente compatíveis com a estrutura portante, trabalhando à compressão; cada aduela descarrega sua carga na seguinte e assim por diante. A forma curva do arco decorre da necessidade de transferência de cargas verticais para horizontais. As vergas curvas na estrutura autônoma, como a verga canga de boi nas fazendas, tomam emprestada a curva de linguagem formal, própria do arco. A verga canga de boi é uma variante estilística da verga reta da estrutura autônoma de madeira que, além de emprestar sua linguagem de outra técnica, também absorve uma linguagem oriental, pois parte de um segmento de reta horizontal para fazer o arco, ao contrário do que acontece em arcos plenos, abatidos, apontados ou ogivais, confeccionados com pedras ou tijolos, tendo que se estruturar por sua forma e não por um elemento que, na verdade, é uma viga.

Assim, quando nos referimos a baldrames, pés-direitos, esteios, frechais, estamos falando de uma nomenclatura específica da técnica construtiva da estrutura autônoma de madeira. Quando falamos em cunhais, vergas e peitoris, podemos nos referir a ambas as técnicas, autônoma e portante. O cunhal na estrutura portante de pedras é um marco estrutural no qual as pedras são aparelhadas de forma a se entrelaçar, estruturando o arranque das paredes. Isso também ocorre na taipa de pilão, onde os blocos de terra socada precisam ser entrecruzados nos encontros das paredes para dar firmeza à estrutura. Esse enlace de elementos horizontais sucessivos desenha o cunhal e, por isso, ele é tão importante como linguagem.

Na estrutura autônoma de madeira, o cunhal não é mais do que uma coluna com função estrutural igual a todas as outras, mas pela permanência de uma linguagem erudita, advinda da técnica anterior, aparece bem marcado na fachada. Esse ir e vir de linguagens entre técnicas construtivas diversas deve ser observado para se distinguir o que é próprio daquele sistema construtivo e o que é pura permanência de linguagem. Geralmente, é na arquitetura menos pretensiosa que se observa maior compatibilidade entre a técnica e a intenção plástica.

> *Se lhes falta a ênfase que civilizações mais apuradas conferiram às suas moradias, será exatamente nessa despretensiosa beleza, nesta fisionomia não maquilada, que devemos buscar seu valor e importância*[9].

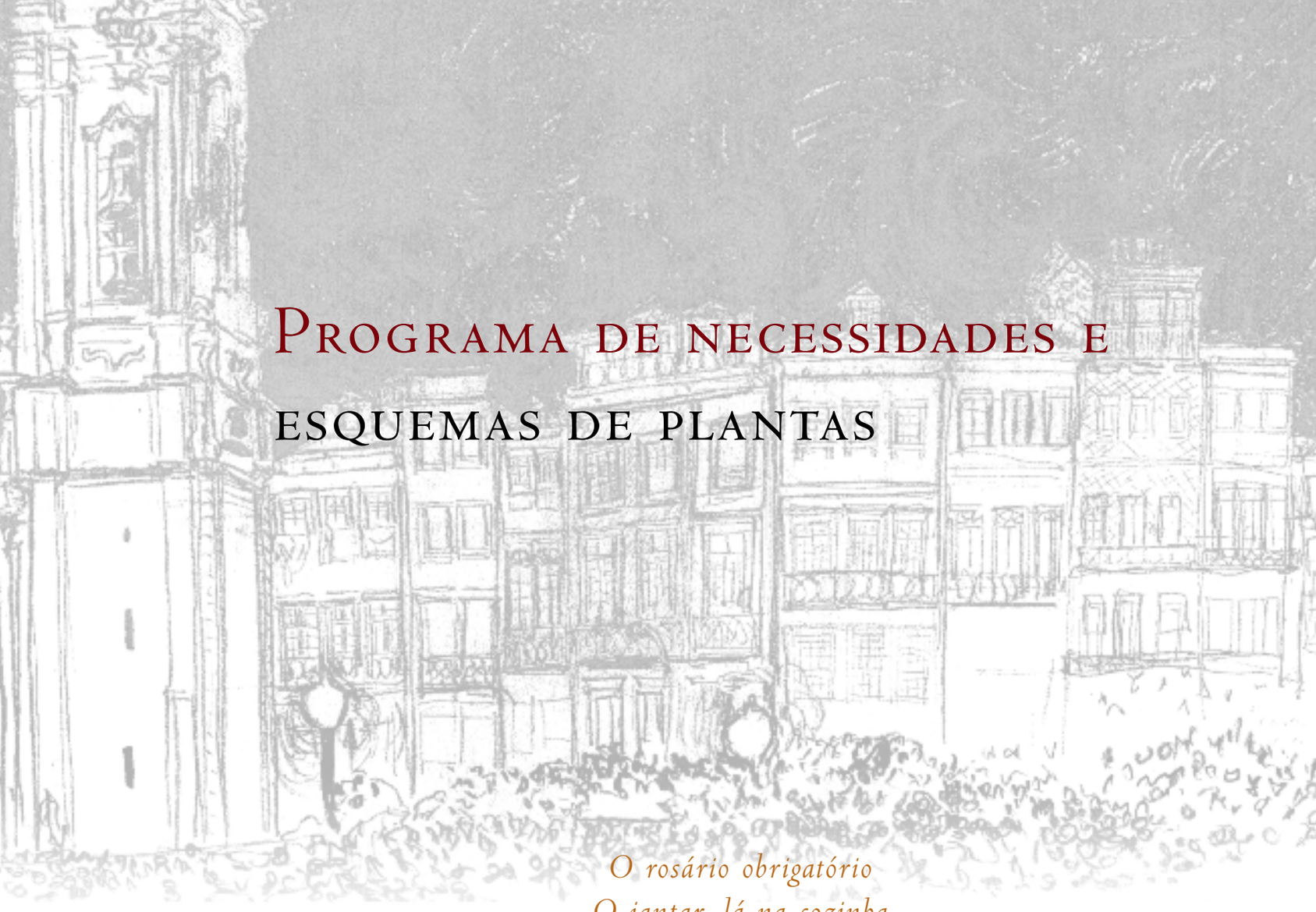
Nas casas das fazendas mineiras encontraremos alguns elementos desse desencaixe acima citado, apesar de serem bastante despretensiosas quanto ao estilo e apresentarem uma perfeita "saúde plástica". Porém, é justamente naqueles edifícios secundários, nas senzalas e edifícios de serviços, que vamos encontrar a linguagem mais direta, totalmente despretensiosa. Por isso, quando ainda existem, esses edifícios são testemunhos ainda mais certeiros do saber fazer tradicional.



5. Programa de necessidades e esquemas de plantas



Fazenda Traituba



Programa de necessidades e esquemas de plantas

O rosário obrigatório
O jantar, lá na cozinha
Todo dia à mesma hora
As histórias de Dorinha

Memórias de Marta Saré, Edu Lobo.

Confrontando as plantas das fazendas sul-mineiras, a data e a localização das construções, pode-se traçar um quadro evolutivo das tipologias regionais, desde as primitivas fazendas, que serviam de apoio para os primeiros núcleos exploratórios de ouro, até as fazendas da virada do século XIX para o XX, com plantas mais regulares.

O conjunto de necessidades contemplado pelos projetos, ou programa de necessidades, foi-se moldando ao longo do tempo conforme as mudanças na atividade produtiva, social, religiosa etc. As plantas, por sua vez, foram se adaptando ao programa de necessidades. Não há uma rigidez formal entre todas as plantas; os fluxogramas, porém, são rigidamente os mesmos, dividindo a casa em três zonas distintas. As fazendas mais antigas, ainda do século XVIII, apresentam plantas mais orgânicas, talvez em decorrência do desenvolvimento *assembled* ou por partes que tiveram, esboçando um esquema que viria a se consolidar com o passar dos anos e um apuro programático que posteriormente iria gerar plantas mais regulares.



Figura I - Sala nobre da Fazenda Pouso Alegre, município de Carmo de Minas. Foto: CFC.

As construções do século XIX, ao contrário, partiam de um projeto mais planejado e, principalmente, adaptado ao programa de necessidades que, então, já havia se definido.

O programa de necessidades é resolvido sempre em um único pavimento, normalmente chamado de pavimento nobre pelos historiadores da arquitetura. O porão servia para fazer o ajuste da topografia e para soltar a casa do chão. Quando utilizado, servia de depósito, guarda de animais ou abrigo para os escravos ligados à casa. Em Minas, não se habitava ao rés do chão.

> *Estar em casa era estar sobre um só assoalho. Não há hipótese de encontrarmos nessas fazendas, por esse tempo, um programa habitacional que imagine num mesmo pavimento as atividades de receber e em outro as atuações da vida íntima, o que viria a acontecer mais tarde, com a arquitetura eclética*[1].

O programa é claramente dividido em três setores: o de serviços, o íntimo, relativo à família, e o social, relativo ao convívio com estranhos.

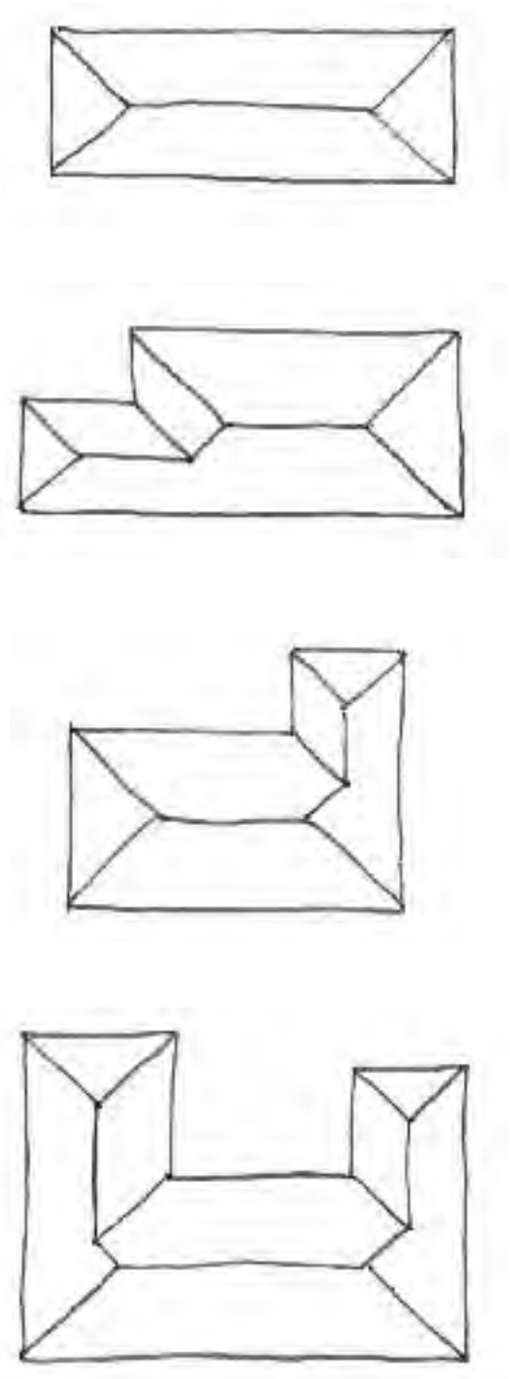


Figura 2 - Plantas de cobertura. Desenho: CFC.

O setor de serviços compõe-se de uma ou mais cozinhas e cômodos complementares, que podem ter a função de despensas, depósitos, quarto de queijos ou até mesmo quarto de dormir ligado ao serviço. O setor íntimo, onde habita a família do proprietário, organiza-se em torno de uma grande sala, a sala da família, que faz a articulação com os demais setores. Para essa sala voltam-se os quartos e alcovas da família. Finalmente, o setor relativo ao convívio com estranhos é também organizado ao redor de uma grande sala, para a qual se voltam os quartos e alcovas destinados aos hóspedes. Há uma distinção bem clara entre a parte social e a parte íntima da casa, resultante da necessidade de se receber hóspedes e viajantes constantemente.

> *Em todo o Brasil Rural de antigamente, é bom lembrarmos, esse zoneamento das casas fatalmente haveria de ocorrer; longas distâncias, a necessidade de pernoites ao longo dos caminhos vastos e desertos, às vezes viajantes conhecidos, amigos ou até parentes, às vezes caminhantes suspeitos, "cometas", ou mascates, que deviam ser tratados sem muitas intimidades [...]*[2].

Quanto à forma da casa, do ponto de vista da planta, encontram-se algumas variações. Primeiro, há plantas formadas por um único retângulo, mais comprido, com proporções maiores que 2:1, ou mais curto, com proporções menores que 2:1, mas raramente se aproximando de um quadrado. Sua cobertura é de quatro águas. Depois aparecem os volumes anexos ao corpo principal; nesse caso, podemos ter plantas compostas por dois retângulos articulados perpendicularmente (em forma de L) ou paralelamente. Os telhados de cada retângulo são sempre de quatro águas e, no encontro deles, forma-se o rincão ou água furtada. Há ainda as plantas em forma de U. São, porém, mais raras e representam uma derivação das plantas em L, apresentando uma "perna" a mais.

Entre as plantas em forma de L, aparecem em primeiro lugar as que apresentam os dois retângulos com a mesma largura; posteriormente, o corpo principal torna-se mais largo, de proporções próximas a 3:4, e o corpo de serviços permanece estreito. Pode-se dizer que esta é a planta clássica do século XIX, a mais difundida e adotada na maioria das fazendas. Há quem chame a perna do L de "puxado" de serviços, mas tal designação não é adequada, já que esse bloco menor é concebido junto com toda a construção e não posteriormente.

As plantas são quase sempre formadas por cômodos retangulares ou quadrados, raramente em forma de L. Cada peça da casa é ligada à outra por portas, sempre de mesma altura e com suas vergas alinhadas com as janelas.

Quando se trata da ligação entre dois setores, esta é feita por "corredores" ou "cômodos de passagem" que, muitas vezes, fazem um "sifão visual". Esse artifício é usado para que, do setor social, não se veja a parte íntima da casa – efeito obtido por meio do não alinhamento de suas aberturas. Várias fazendas sul-mineiras apresentam essa solução, entre elas as fazendas do Mato (p. 228), Água Limpa de Pedralva (p. 284), Balaio (p. 293) e Pouso Alegre de Varginha (p. 211). Somente nas fazendas com plantas mais orgânicas encontram-se peças que não sejam retangulares e paredes que não estejam alinhadas.

São, portanto, bem distintos os três setores das casas. No setor social e no íntimo, a organização espacial faz-se em torno de um grande cômodo para o qual se abrem aposentos menores, os "cômodos orbitais", que podem ser quartos, alcovas etc. No setor social, esse grande cômodo é a sala da frente ou sala de visitas, como foi chamada mais tarde. Para ela se abrem não só os quartos e alcovas destinados aos hóspedes, mas também a capela ou ermida.

Ainda no setor social, muitas vezes há uma segunda sala, a de entrada, uma espécie de *hall* de distribuição ou vestíbulo. Para esse primeiro cômodo da casa, sempre ligado diretamente à porta de entrada, podem estar voltados os quartos ou alcovas dos viajantes e a ermida. O vestíbulo faz também a ligação com a sala nobre e a articulação com o setor íntimo, ligando-se à sala da família através de um corredor ou cômodo de passagem. Funciona muitas vezes como a antiga varanda entalada, que fazia a distribuição para vários cômodos.

Para designar esse cômodo de ligação e distribuição também se utilizava o termo corredor. É provável que as varandas entaladas das antigas casas de fazenda mineiras tenham se tornado cômodos internos e se transformado nos vestíbulos acima descritos. Tanto nas fazendas que possuem vestíbulo e sala nobre, quanto nas que dispõem apenas da sala nobre, encontra-se, de um lado, a capela ou ermida e, do outro, um quarto de hóspedes – exatamente como na antiga varanda. As varandas vistas hoje em muitas fazendas são peças destacadas do volume da casa, alpendres, geralmente dispostos junto à porta de entrada. Nota-se, muitas vezes, que são construções posteriores ao volume original.

A ermida, aposento exclusivo para a função religiosa, é encontrada em várias fazendas, abrigando um altar, retábulo ou oratório. A origem etimológica da palavra ermida é a mesma da palavra eremita, ermitão, denotando local ermo, isolado, distante. Não deveria, portanto, ser empregada

para designar uma capela dentro de casa. Porém, por metonímia, decorrente do oratório usado em seu interior, do tipo ermida, o termo é usado na região para designar esse cômodo no interior da casa.

> *Usuais nas Casas Grandes do Nordeste e nas fazendas mineiras, as Ermidas – pequenas capelas domésticas que podiam ou não estar dentro da residência – precisavam da autorização lenta e burocrática das autoridades eclesiásticas para serem consagradas. Como alternativa, surgiram os grandes oratórios, que cumpriam a função doméstica e pública da Capela, especialmente nas propriedades rurais que, por estarem longe das vilas, necessitavam de um local próprio para o cumprimento dos ofícios católicos. Algumas famílias abastadas reservavam um cômodo especial, chamado "quarto de santos", para as práticas religiosas. O grande oratório passou, então, a cumprir o papel de retábulo, não apenas abrigando os santos de devoção, mas também sendo utilizado para a realização de batizados, casamentos, missas em intenção de almas, novenas e rezas coletivas. Essas celebrações eram realizadas com a presença de párocos de vilas próximas, que aproveitavam as visitas rurais para cumprirem outras obrigações evangélicas*[3].

Essa peça sempre é situada próxima à entrada, para que pessoas estranhas possam assistir à missa sem entrar na intimidade da casa. Alguns membros da família poderiam assistir à missa separadamente das demais pessoas da fazenda e, por isso, há em muitas casas uma janela ligando a ermida à parte íntima, como se observa nas fazendas Santa Clara (p. 306), da Anta (p. 200), do Mato (p. 228) e Angahy (p. 134). Naquele tempo, os padres iam até as fazendas para rezar a missa e desempenhar as demais funções religiosas, pois as cidades eram distantes. É comum encontrar nas casas das fazendas pias batismais, como a pia de pedra-sabão da fazenda do Mato, ou instrumentos para celebração de missa, como nas fazendas Santa Maria (p. 232) e Angahy (p. 134). Em algumas fazendas, não há um cômodo exclusivamente dedicado à função religiosa, mas nesses casos há sempre oratórios – que podem ser móveis ou embutidos em nichos e armários –, retábulos, altares, imagens nas paredes, santos e outros elementos de devoção.

Saindo do setor social e atravessando um corredor ou cômodo de passagem, chega-se à segunda grande peça da casa, invariavelmente maior que a primeira, a sala de dentro ou sala da família. É essa sala que faz sempre a ligação com o setor de serviços: nos casos da forma de L, na junção dos retângulos; nos casos de retângulos únicos, através de corredor. Essa sala é a vida da casa, por ela tudo passa e é dela que a matriarca pode controlar o movimento da família, agregados e empregados. Hoje em dia, é usada como sala de jantar e, assim, leva também esse nome. Tal designação, porém, mascara a diversidade de funções e a importância que esse cômodo teve no passado. Podemos considerá-lo o mais importante da constituição da casa e, por isso, é mais apropriado chamá-lo de sala da família.

As alcovas localizam-se, geralmente, no centro do retângulo principal, entre a sala nobre e a sala da família. São pequenos quartos sem janelas que podem se abrir para a sala da frente ou para a sala da família. Entretanto, há casas, como a da fazenda Santa Clara (p. 306), em que a alcova encontra-se pegada a uma parede externa, ou seja, poderia tecnicamente possuir janela, mas não a possui. Isso mostra

que a alcova não é apenas a resultante da impossibilidade técnica de dotar de iluminação os cômodos centrais, mas sim, uma tradição cultural milenar.

Na periferia do volume principal localizam-se os demais quartos da casa. Muitas vezes esses quartos possuem portas que os ligam entre si, o que torna possível circular por toda a casa sem ter de, necessariamente, passar por uma das salas. Há quartos que possuem mais de uma porta, podendo estar ligados ora ao setor íntimo, ora ao setor social.

Saindo do setor íntimo, sempre pela sala da família, encontra-se a parte de serviços da casa. Despensas, quartinhos, armários e a(s) cozinha(s) compõem esse setor. Geralmente, a cozinha fica na extremidade do corpo de serviços. Não há uma regra para a orientação da cozinha em relação à declividade do terreno; em alguns casos ela está na parte alta da casa, em outros, na parte baixa. Não há também regras para o tipo de piso e sua estrutura na cozinha. Em alguns casos, o piso da cozinha é sobre aterro, ou seja, o que seria o porão abaixo dela é preenchido com terra. Na fazenda Água Limpa de Pedralva (p. 284), por exemplo, o piso é de terra batida. Já na fazenda do Mato (p. 228), toda a parte de serviços está sobre assoalho de madeira, assim como o restante da casa. Sobre esse assoalho foi assentado, posteriormente, um piso de ladrilhos hidráulicos. Na fazenda Estância do Mota (p. 235) , por sua vez, há uma solução dupla: parte da cozinha está sobre piso de terra batida e parte, sobre assoalho. De qualquer forma, é importante ressaltar que não há, nessas fazendas, a solução que se tornou muito comum posteriormente, o piso frio sobre abobadilha de tijolos estruturada em trilhos de ferro.

Há sempre uma segunda porta para fora de casa, que tanto pode estar no retângulo menor (de serviços) como na sala da família, no encontro dos retângulos. Esse encontro entre os dois retângulos gera um espaço externo semiabrigado, formando um pátio mais íntimo. Da cozinha para fora pode haver pequenas construções, como casa do forno e casa de tacho, para complementar os serviços da casa. Apresentam-se tanto como construções independentes, casinhas, quanto como pequenos telheiros pegados à casa principal, chamados por Lúcio Costa de "asas de galinha".

Observa-se, portanto, que os três setores das casas são claramente separados, independentemente da forma da planta. Esta é muito variável nas fazendas do século XVIII, ao passo que no século XIX consolida-se a forma clássica do L. No final desse século, com a presença de um maior número de cidades e a

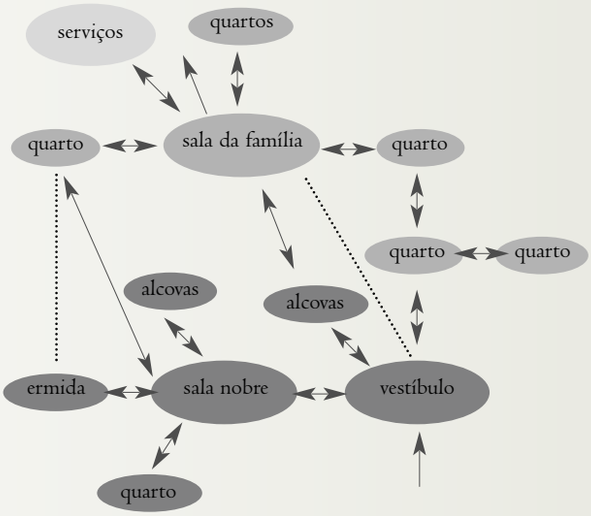


Figura 3 - Fluxograma de ligação dos ambientes da casa e graus de acessibilidade. Fonte: CFC.



Figura 4 - Casario urbano medieval do Porto. Desenho: CFC (1998).

diminuição da necessidade de receber viajantes, as plantas tendem a uma simplificação programática e as alcovas centrais começam a desaparecer. As salas de dentro e de fora passam a ser separadas apenas por uma parede.

Já no início do século XX, novas técnicas construtivas e novos programas de necessidade subvertem a lógica anterior, e aparecem as fazendas construídas com alvenaria portante de tijolos. Nesse modelo, ainda parecido esteticamente com o anterior, surge o corredor central de distribuição para quartos de ambos os lados e a alcova desaparece definitivamente. As novas soluções técnicas, porém, remetem ao modelo antigo, como se observa nos rodapés e requadros de portas e janelas, feitos agora com argamassa, mas imitando a antiga forma das molduras de madeira. É interessante notar que, apesar da mudança de técnica construtiva, algumas soluções perduram em decorrência da falta de invenção de soluções estéticas mais condizentes com a nova técnica. Somente com o passar dos anos a técnica construtiva do tijolo passou a ter sua estética própria, muito mais adequada às necessidades do classicismo vigente ou do ecletismo vindouro.

Na arquitetura tradicional, um modelo é apurado, feito e refeito por gerações, e lentamente se cristaliza, até chegar a uma estabilidade e, assim, permanecer. Isso aconteceu com a fazenda mineira, assim como com a casa bandeirista, que, durante quase três séculos, sofreu poucas variações. As casas analisadas no Sul de Minas sofreram esse processo de apuro e cristalização e, durante quase dois séculos, não passaram por grandes variações. As novas influências observadas na corte desde meados do século XIX – como o neoclássico trazido pela missão francesa – não foram sentidas em Minas na mesma época. Algumas fazendas chegaram a sofrer intervenções de gosto neoclássico, como a substituição da verga reta da porta principal por verga de arco pleno, ou o acréscimo de cunhais de argamassa sobre cunhais originais de madeira. Porém, o partido arquitetônico e a técnica construtiva permaneceram os mesmos até fins do século.

Há alguns caminhos interpretativos para explicar a evolução das plantas e como se chegou a uma tipologia tão específica no Sul de Minas. Para traçar um esquema evolutivo, tomamos como hipótese um percurso iniciado nas cidades medievais do norte de Portugal – de onde veio a grande maioria dos imigrantes –, passando pelas cidades mineiras do ciclo do ouro, para onde aquela tipologia urbana foi transposta, com adaptações, para finalmente chegar às fazendas.

A transposição, assim, não foi direta da casa medieval portuguesa para as fazendas. Durante o processo deflagrado pela descoberta do ouro, concentrou-se em Minas uma diversidade de pessoas vindas de outras regiões do Brasil, da África e de Portugal. A maior parte dos portugueses originava-se do norte. Segundo Orlando Ribeiro, no século XVIII, em Ouro Preto, 85% dos imigrantes portugueses eram oriundos da região norte de Portugal.

> *Esse peso maior da população proveniente da área mais densa e de mais forte e constante corrente imigratória explica a filiação das velhas cidades do Brasil no estilo urbano do norte do país*[4].

No entanto, não há em Portugal nenhum modelo que se possa associar diretamente às casas analisadas. Essas casas de fazenda constituem uma tipologia criada em território brasileiro, apesar das semelhanças com a arquitetura portuguesa descritas anteriormente.

> *Aproveitando antigas tradições urbanísticas de Portugal, nossas vilas e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre os limites dos terrenos*[5].

Essa cidade portuguesa, transferida para o Brasil, adaptou-se às diferentes condições locais, como o clima, a topografia e a abundância de espaço e de madeira. A cidade portuguesa, que era adensada e intramuros, no Brasil tornou-se mais plana e espalhada, surgindo ao longo dos caminhos. A largura dos lotes é ligeiramente maior que em Portugal e o gabarito fixa-se em apenas dois pavimentos.

> *Tais características, transferidas – na pessoa de antigos mestres e pedreiros "incultos" – para a nossa terra, longe de significarem um mau começo, conferiram desde logo, pelo contrário, à Arquitetura Portuguesa na colônia, esse ar despretensioso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até meados do século XIX.*

> *Sem dúvida, neste particular também se observa o "amolecimento" notado por Gilberto Freyre, perdendo-se, nos compromissos de adaptação ao meio, um pouco daquela "carrure" tipicamente portuguesa; mas, em compensação, devido aos costumes mais simples e à largueza maior da vida colonial, e por influência também, talvez, da própria grandiosidade do cenário americano, certos maneirismos preciosos e um tanto arrebitados que lá se encontram, jamais se viram aqui*[6].

Aponta-se, portanto, um caminho, um percurso da casa medieval até as fazendas, passando pelas cidades do ciclo do ouro. Analisando as plantas dessas três etapas, é possível vislumbrar um esquema evolutivo. Na casa medieval, há basicamente dois espaços maiores – frente e fundos – ligados por um corredor, ao longo do qual estão dispostas as escadas e os cômodos menores, sem aberturas. Esse modelo atingia dois, três ou até mais pavimentos. A cozinha situava-se no último, saindo assim a fumaça pela telha-vã. Esse esquema repete-se no Brasil com algumas adaptações: o lote fica mais largo, a altura se fixa em dois pavimentos e a cozinha ganha um corpo separado, prolongando-se para o quintal.

> *Consolidando-se as povoações, começaram os trabalhos de melhoria, [...] as casas mais antigas, de um só pavimento, foram ampliadas crescendo em altura com o uso de técnicas mais leves*[7].

> *As salas da frente (primeiro pavimento) e as lojas (rés do chão) aproveitam as aberturas sobre a rua, ficando as aberturas dos fundos para a iluminação dos cômodos de permanência das mulheres e locais de trabalho. Entre essas partes [...] situavam-se as alcovas destinadas à permanência noturna [...]. A circulação realizava-se, sobretudo, em um corredor longitudinal que, em geral, conduzia da porta da rua aos fundos. Esse corredor apoiava-se em uma das paredes laterais ou fixava-se no centro da planta nos exemplos maiores. [...] Os planos maiores correspondiam, quase sempre, apenas a um rebatimento simples de planta*[8].

Nota-se que esses esquemas são baseados num mesmo sistema estrutural de madeira, que consistia em apoiar troncos mais ou menos aparelhados sobre muros de pedra, nos limites laterais do terreno. Esses troncos venciam vãos de aproximadamente quatro metros, em cima dos quais se desenvolviam os pisos superiores. Quando aparecem os modelos maiores, estes são simplesmente um rebatimento espelhado da planta do modelo simples.

Quando esse modelo rebatido é transposto para a zona rural, acaba sendo adaptado para essa nova espacialidade. A casa, na nova situação rural, sofre algumas mudanças.

Em primeiro lugar, acentua-se a forma de L já esboçada com o aparecimento do corpo da cozinha. Essa forma adapta-se melhor a um contexto rural, gerando basicamente dois espaços, frente (convexo) e fundos (côncavo), insinuando pátios internos. Aparecem mais duas fachadas que, antes, eram os limites laterais do terreno. Com isso, a casa ganha quartos laterais e as alcovas permanecem no centro. Estruturalmente, a armação de madeira, vinda da tradição medieval, tem de se sustentar sem apoiar-se em outras casas. Desenvolve-se aí um sistema estrutural baseado na estrutura autônoma de madeira, em princípio fincada no chão com os esteios e, posteriormente, resolvida com a "gaiola" de madeira.

Nesse modelo, permanecem as duas grandes salas, as alcovas ao centro, e surgem quartos na periferia. O módulo estrutural baseado na peça de madeira permite colocar lado a lado quantos lanços se queira, obtendo a largura desejada e não dependendo mais do lote urbano.

O caminho apontado é uma hipótese, cuja premissa principal é o percurso desde a origem portuguesa até o destino final. Mas, como vimos anteriormente, nem sempre o percurso foi esse. Há muitos casos de imigrantes e mestres portugueses que foram diretamente para as áreas rurais levando influências próprias, diretas. Há também imigrantes das ilhas dos Açores, como é o caso das irmãs ilhoas, que deram origem a tradicionais famílias do Sul de Minas.

Outro caminho evolutivo foi apontado por Sylvio de Vasconcellos. Nesse modelo, o professor propõe um esquema que parte do rancho primitivo com planta em quadra, composta por um único cômodo, posteriormente dividindo-se em cruz. Depois começam a aparecer as ampliações que acarretam os puxados, como as "asas de galinha" observadas por Lúcio Costa. Aí se encontra a explicação para os numerosos telhados "de prolongo" usados na arquitetura mineira do século XVIII.

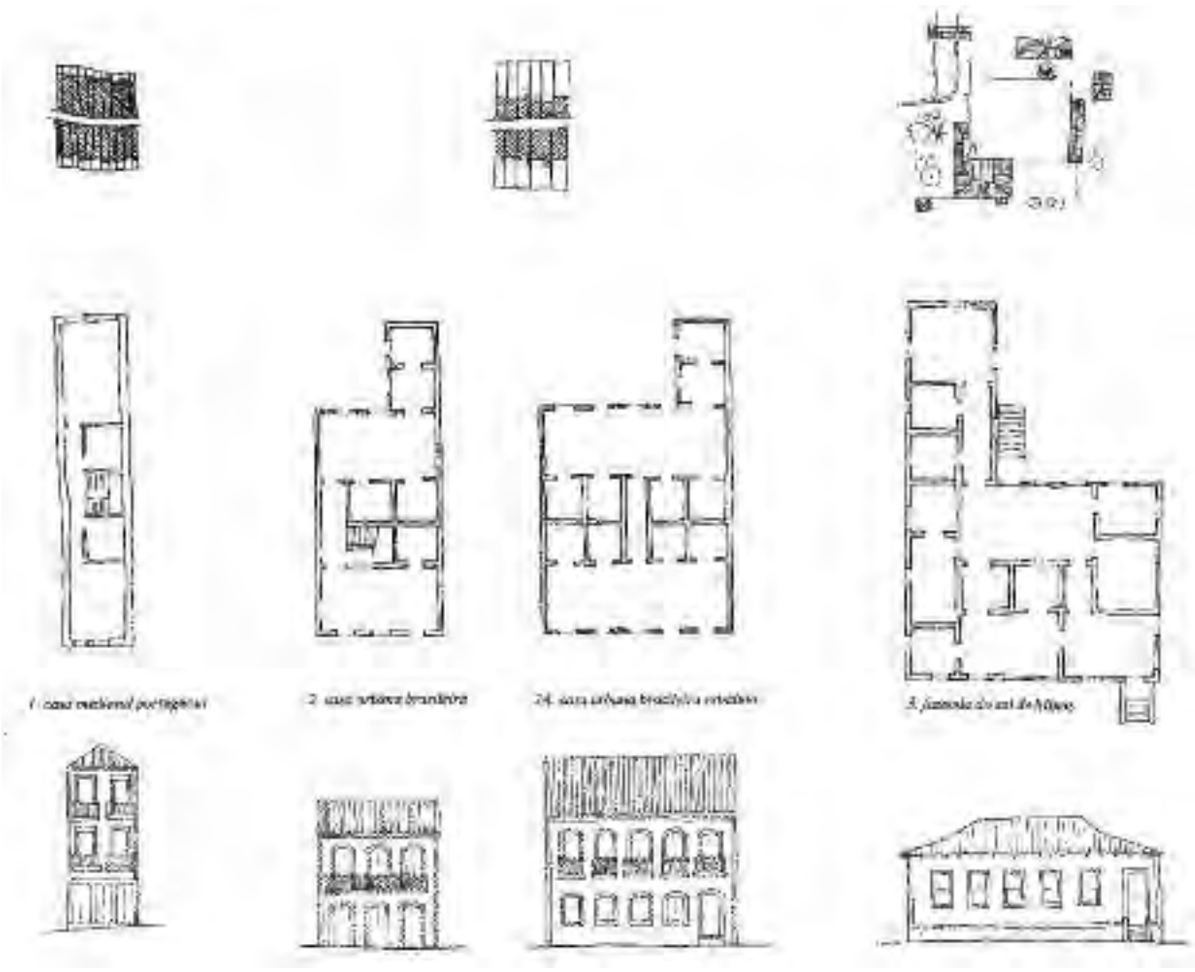


Figura 5 - Esquema evolutivo de PLANTA DA CASA URBANA PORTUGUESA A CASA DA FAZENDA. Desenho: CFC.

> *A seguir, consolidadas as povoações, constituem-se as famílias e tende a casa a crescer em multiplicadas peças. A princípio timidamente, em puxados para trás, para os lados, para a frente, aproveitando a mesma cobertura, em prolongamentos*[9].

Ainda no caminho traçado por Vasconcellos, passa-se dos partidos em quadra à casa urbana, alongada transversamente junto às ruas. Essas plantas retangulares de proporções alongadas foram também encontradas nas fazendas sul-mineiras. A partir do maior desenvolvimento urbano, os lotes com grandes testadas escasseiam e o partido anterior, com longas fachadas, dá lugar à casa disposta "de comprido", longitudinalmente ao longo do lote profundo e de fachadas estreitas. Essa é a casa típica das vilas brasileiras do período colonial, descrita no esquema evolutivo anteriormente proposto, com um longo corredor lateral dando acesso aos cômodos do interior da casa. Esse modelo perdura até o surgimento dos "sobradões nobres" ou solares, modelo que retorna aos partidos em quadra ou cúbicos, agora com proporções mais avantajadas.

O modelo proposto por Vasconcellos acaba, por fim, chegando ao mesmo resultado antes apontado: o "sobradão" com planta duplicada. Esse sobradão pode ter sido transferido para as áreas rurais, adaptado à nova espacialidade, como já dissemos, mas nada impede que tenha havido uma derivação do partido longitudinal urbano para a zona rural, desenvolvendo-se aí até chegar ao L clássico.

Acreditamos que essa transferência do espaço urbano para o espaço rural não tenha ocorrido num passe de mágica, como uma transposição simples, mas que o rural e o urbano tenham evoluído concomitantemente. Os primeiros assentamentos humanos, anteriores à descoberta do ouro, eram eminentemente rurais, mas após a descoberta evoluíram para formas urbanas, seguindo a tradição de nosso urbanismo colonial. Outras formas de assentamento humano permaneceram rurais, mas tinham o mesmo caráter de transformação do sertão em território. Se, por um lado, as revelações recentes da história contemporânea mostram que a economia em Minas era diversificada e não somente baseada no ouro, por outro, a evolução da arquitetura leva a crer que a ocupação do território se deu pela presença humana, não importando se fosse através de vilas, arraiais, pousos, registros, passagens, capelas ou fazendas. Cabe dizer que a arquitetura rural e a urbana fazem parte de um mesmo processo e a única distinção entre elas é o contexto físico em que se inserem, e não o contexto cultural, econômico ou social. Portanto, é perfeitamente plausível que os modelos rurais e urbanos tenham evoluído simultaneamente, sofrendo influência mútua.

Estética e simbolicamente, os núcleos das fazendas remetem a ambientes urbanos com as sequências de janelas ordenadas em suas fachadas, com seus muros e pátios cercados. Retomando a dicotomia sertão/território, as fazendas reproduziam um ambiente urbano, ou seja, reproduziam uma área territorializada, conquistada, controlada, com a presença do Estado através da concessão das sesmarias e com a benção da Igreja, presente nas capelas, pelourinhos, cruzes e símbolos.

A esses modelos evolutivos, desenvolvidos em solo americano, somente poderia ser somada uma influência estrangeira se esta fosse exercida por mestres portugueses, introduzida por algum modelo erudito

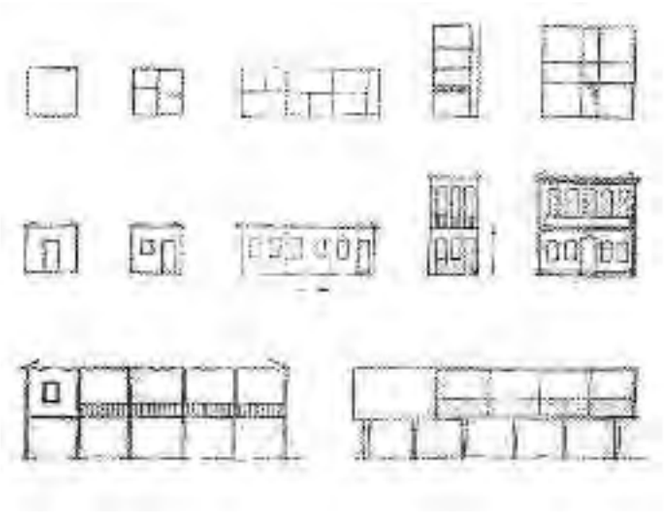


Figura 6 - Esquema evolutivo da arquitetura colonial mineira. Fonte: Vasconcelos (1957).

ou copiado diretamente de tratados e manuais de arquitetura. Não havia, àquela altura, a hipótese de influência externa que não fosse lusitana ou feita através de Portugal, como ocorria com modelos clássicos italianos.

A análise de plantas é o instrumento pelo qual melhor se apreende o programa de necessidades, e este, por sua vez, retrata uma sociedade, seus usos e costumes, sua época. Simetricamente, o conhecimento dos usos e costumes de uma sociedade ajuda a entender melhor as plantas de uma determinada família arquitetônica. Se, por um lado, o trabalho de historiadores, sociólogos e antropólogos ajuda a compreender a arquitetura, por outro lado, a análise das plantas pode ajudar a entender aquela sociedade. Como declarou Lúcio Costa ao lembrar a necessidade de estudar nossa "antiga arquitetura":

> *O estudo deveria demorar-se examinando ainda: os vários sistemas e processos de construção, as diferentes soluções de planta e como variam de uma região a outra, procurando-se, em cada caso, determinar os motivos – de programa, de ordem técnica e outros – porque se fez desta ou daquela maneira [...]*[10].

Por mais primitivos que fossem nossos primeiros ranchos, descritos por Vasconcellos, eles sempre apresentavam a cobertura separada das paredes, apontando uma clara filiação clássica; nunca tiveram a forma de construções indígenas, nas quais um corpo único é composto pela continuidade de paredes e cobertura. Isso mostra como a filiação da arquitetura mineira está ligada, desde cedo, a um modelo europeu do "eixo mediterrâneo", como definiu Lucio Costa. Desse assunto passaremos a tratar no próximo capítulo.



6. Intenção plástica e preceitos estéticos



Fazenda da Barra



Intenção plástica e preceitos estéticos

Se lhes falta a ênfase que civilizações mais apuradas conferiram às suas moradias, será exatamente nesta despretensiosa beleza, nesta fisionomia não maquilada, que devemos buscar seu valor e importância.

Sylvio de Vasconcellos

As principais vilas das Minas coloniais foram criadas no início do século XVIII, poucos anos após a descoberta do ouro. Algumas décadas mais tarde, porém, em meados dos setecentos, o ouro já estava em decadência. A historiografia tradicional sempre apontou o empobrecimento e a decadência da mineração como a causa da ruralização da capitania. Entretanto, recentes trabalhos da área de história revelam que a economia mineira nunca foi somente aurífera: o comércio, os ofícios e a agropecuária constituíram desde o início os fundamentos de uma complexa economia urbana e rural. A América portuguesa experimentava então uma economia que se diversificava, assentada em uma complexa rede urbana, e não mais baseada em um único produto, voltado para o mercado externo. Em Minas, a rede urbana era pulverizada em diversos núcleos regionais, vilas, arraiais e, mesmo ao longo dos caminhos, sempre houve a marca da ocupação: registros, passagens, pousos, estalagens, capelas e fazendas. Diferentemente das demais capitanias, não havia uma cidade principal.



Figura 1 - Fachada lateral da Fazenda da Anta. Foto: CFC.

Mesmo antes da decadência do ouro, a atividade agropecuária foi mais atrativa que a própria mineração e, muitas vezes, preferida em detrimento desta. Assim, a ocupação rural e a urbana coexistiram, não havendo entre elas uma dicotomia, mas simultaneidade e complementaridade. O *rush* da mineração, que atraiu milhares de pessoas, não cessou com sua decadência. Ao contrário, criou um fluxo permanente que perdurou no decorrer dos séculos XVIII e XIX. Os imigrantes, fundamentalmente portugueses, vinham de regiões de longa tradição urbana e podiam tanto ir para as cidades, onde se dedicavam ao comércio, à mineração ou ao setor terciário, quanto para a zona rural, onde desenvolviam atividades agropecuárias. Essas pessoas reproduziam aqui, com alguma adaptação, o que sempre souberam fazer durante séculos de tradição. A marca de sua ocupação passa a ser notada em qualquer parte da capitania, que deixa assim de ser sertão e se torna território, controlado e conquistado, não importando se em área urbana ou rural. Por isso não há

diferenciação estética ou estilística entre a arquitetura rural e a urbana. As sedes das fazendas assemelham-se às casas das cidades, com suas sequências de janelas ordenadas e alinhadas, como deveriam ser as moradias nos núcleos urbanos segundo as cartas régias.

As diferenças aparecem na configuração do espaço físico. Em nossas cidades coloniais, as construções tinham de ser necessariamente alinhadas na rua e nas laterais do lote. Assim, o casario urbano não podia ter grandes variações volumétricas. As poucas exceções eram alguns sobrados, situados em esquinas, e os "sobradões" ou "solares", em lotes maiores nos largos e praças, assim como as casas de câmara e cadeia e outros edifícios oficiais.

A casa rural, por necessidade, antecipou a condição da casa urbana "solta" no lote. Com isso, apareceriam algumas diferenças entre ambas. A casa rural precisou desenvolver uma nova geometria, enquanto a casa urbana estava predeterminada pelo lote e apresentava apenas uma fachada. Como algumas casas de esquina e palacetes já apresentavam soluções volumétricas para além do lote urbano comum, a casa rural emprestou dessas construções e dos solares portugueses (origem da maioria dos imigrantes) a volumetria e certo gosto erudito, em que preceitos clássicos são observados, como a simetria, harmonia, proporções, ritmo das aberturas nas fachadas. Além desses preceitos estéticos, a arquitetura tradicional importou da arquitetura clássica elementos isolados do seu repertório, como cornijas, capitéis, pestanas e cimalhas.



Figura 2 - João de Castilho, Convento de Cristo, Tomar, Portada principal, 1515. Fonte: The Art of Portugal. 1968. London: Weidenfeld and Nicolson Ltd. Foto: Robert Smith.

Acreditamos que essa filiação de nossa arquitetura ao clássico esteja mais ligada à tradição portuguesa – dos solares rurais aos palacetes urbanos, oficiais ou particulares – do que ao neoclassicismo, desenvolvido no Brasil a partir da chegada da família real. Não se deve confiar toda a responsabilidade do gosto pelo clássico no Brasil à Missão Francesa. Tal reducionismo poderia mascarar uma longa tradição da arquitetura portuguesa, na qual a dialética tradição/ruptura esteve presente na absorção dos modelos eruditos internacionais e em sua incorporação à arquitetura local.

É certo que algumas fazendas, ao longo do século XIX, seriam influenciadas pela corte, mesmo porque a ligação entre o Sul de Minas e o Rio de Janeiro era muito estreita na época. Porém, muitas fazendas mineiras do século XVIII já apresentam características clássicas, portanto, ainda antes da chegada da corte

ao Brasil. No decorrer de séculos, sofremos a influência da arquitetura oficial erudita praticada na América portuguesa por engenheiros militares que, como sabemos, vinha de longa tradição maneirista. Esses engenheiros, formados em Portugal nas "Aulas do Paço" ou nas "Aulas de arquitetura militar", instalaram-se no Brasil a partir de 1696.

> *Poucos sabem que quase todas as vilas e cidades mais antigas tiveram muros e portas, como grandes fortalezas. Poucos sabem também que muitas delas foram traçadas por engenheiros militares e tinham formas geométricas regulares. E muito poucos tiveram notícias sobre as Aulas de Arquitetura Militar, que formavam esses engenheiros a partir de 1696, inicialmente na Bahia e Pernambuco e depois, também no Rio de Janeiro e Pará.*[1]

> *Essa nova síntese conseguida pelos arquitetos formados na Aula do Paço vai constituir um estilo profundamente austero e vernacular que prolongará o "estilo chão" nacional oferecendo uma eficaz resistência à assimilação dos valores próprios da espacialidade barroca [...]*[2].

Enquanto não estavam erigindo fortificações na costa e planificando cidades, os engenheiros militares também atuavam na arquitetura civil e religiosa.

Acreditamos que haja muito mais similaridades entre a estética das fazendas e a estética da arquitetura civil portuguesa de tradição chã e mesmo Pombalina (que não deixa de ser chã), ou ainda dos edifícios oficiais no Brasil projetados pelos engenheiros militares, do que com o neoclássico trazido pela corte. Os beirais e a volumetria do telhado são os elementos mais emblemáticos dessa filiação: enquanto no neoclássico a platibanda passa a esconder as telhas de barro, nos edifícios coloniais e nos solares portugueses o beiral tem grande peso na composição das fachadas e da volumetria. Ao ganhar cimalhas de pedra, beiras e capitéis sobre as pilastras e cunhais, o volume do telhado é valorizado, não escondido. Nas fazendas, os elementos de valorização do telhado, feitos de pedra nos sobrados portugueses, passam a ser executados em madeira, em diversas versões de cimalhas, forros, guarda-pós, cachorros, frechais, pestanas e vergas.

A influência neoclássica passa, sim, a ser sentida a partir de meados do século XIX, mas especialmente na incorporação de alguns elementos e não no partido arquitetônico adotado. O mesmo sempre ocorreu com a arquitetura





Figura 3 - Afonso Domingues e outros, Batalha. Fonte: The Art of Portugal. (1968) London: Weidenfeld and Nicolson Ltd. Foto: Robert Smith.

Figura 4 - Claustro do Mosteiro dos Jerônimos em Lisboa, Portugal. Foto: CFC.

popular e erudita em Portugal, onde a influência da segunda sobre a primeira se dava pela incorporação de alguns de seus elementos. Nas fazendas, são incorporadas as vergas em arco pleno nas portas de entrada e pilastras – de madeira ou argamassa – sobre os cunhais.

Acreditamos que o que ocorreu nas fazendas não foi uma simplificação do neoclássico por questões de recursos e distância, mas a filiação a outra matriz erudita que, por ser igualmente clássica, acaba se confundindo com o neoclássico trazido por D. João VI. Os volumes simples, não recortados, a regularidade das fachadas e as plantas regulares são valores que já vinham de séculos anteriores, e os elementos do repertório clássico citados foram incorporados no século XIX.

Torna-se difícil classificar ou discernir o que seja popular e o que seja erudito na arquitetura das fazendas. Se a arquitetura erudita é aquela construída por arquitetos ou engenheiros militares formados nas escolas europeias ou nas Aulas de Arquitetura, iremos restringi-la a um número ínfimo de exemplares na América portuguesa. Todavia, sabe-se que a tradição construtiva portuguesa descende de uma longa tradição dos mestres-construtores e dos grandes canteiros-escola, como os do mosteiro de Santa Maria da Vitória, do convento de Cristo e do mosteiro dos Jerônimos. Por esses canteiros passaram muitos dos grandes mestres da arquitetura portuguesa. Convém, portanto, deixar de lado a dicotomia entre o popular e o erudito e chamar a arquitetura de nossas fazendas apenas de arquitetura tradicional.

A Arquitetura erudita e a Arquitetura popular influenciaram-se mutuamente na Beira, como aconteceu, aliás, em todas as regiões do Mundo onde foram postas em presença e em confronto, sem perderem, contudo, o essencial das respectivas feições[3].

Sabe-se também que a especificidade da arquitetura portuguesa está na forma como interpretou os modelos exteriores e os adaptou a sua realidade, gerando séries tipológicas de grande perenidade. Nesse sentido, o que menos importa é o modelo erudito, mas sim seus desdobramentos.



Dessa história sem estilos, aprendida no acto de construir, souberam os nossos mestres pedreiros, de pais para filhos, analisando, copiando, inovando respeitosamente[4].

Quem erigia essas casas eram mestres-construtores que vinham com suas equipes de fazenda em fazenda, onde passavam algum período até conseguir erguer suas casas. Acreditamos na possibilidade de que contassem com a ajuda dos escravos da fazenda para algumas tarefas. Nas cidades do ouro é notório o fato de que muitos negros, aprendizes desses mestres, tornaram-se escultores, entalhadores e pintores.

Em algumas fazendas do Sul de Minas, foi possível obter o nome do mestre que as construiu; em outras, apenas uma vaga notícia da origem desses mestres. Na fazenda Água Limpa de Pedralva (p. 284), por exemplo, há a assinatura do construtor e a data de construção da fazenda (Manoel Lino Ribeiro, 1793) em uma peça do frechal. Esse mesmo construtor teria sido responsável pelas obras de outra fazenda, em Cachoeira de Minas, e outra, no Triângulo Mineiro, o que demonstra o caráter itinerante dessa atividade. Há também o caso do "mestre açoriano" que construiu as casas das fazendas Cachoeira, Palmital e Boa Vista, em Carmo de Minas. Na região de Varginha, outro mestre português, o Branquinho, construiu as fazendas Pouso Alegre, da Serra e Saquarema. Também conhecido foi o mestre

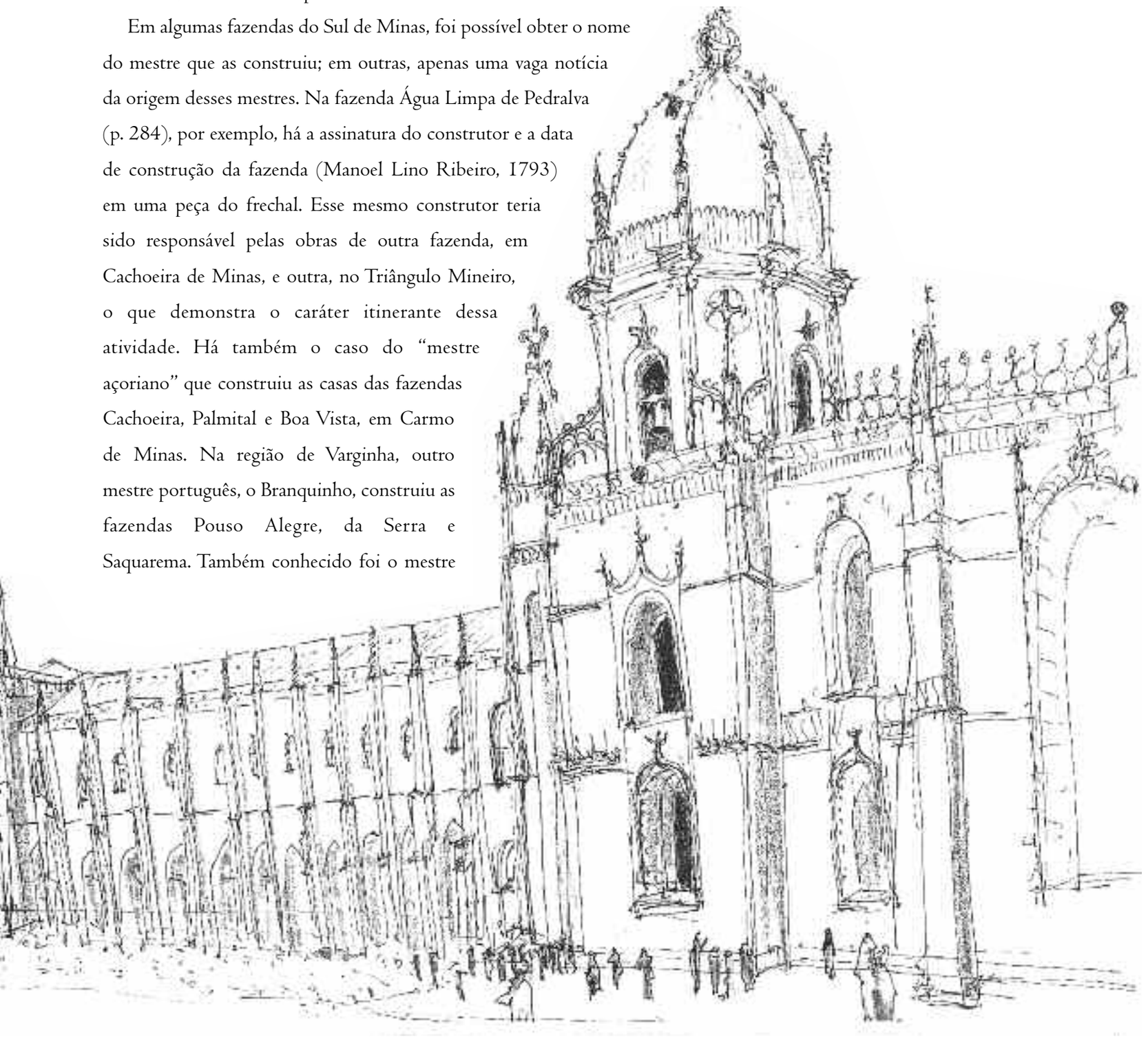


Figura 5 - Mosteiro dos Jerônimos em Lisboa, Portugal. Desenho: CFC.

Zé Carioca (porque veio do Rio de Janeiro), que teria construído casas de fazendas na região de Poços de Caldas e São João da Boa Vista. Esses mestres portugueses fizeram seus aprendizes, como no caso da fazenda Três Barras, construída por um escravo "emprestado" da fazenda Campo Alegre.

O hábito itinerante desses oficiais e artistas era comum também àqueles que faziam o mobiliário e as pinturas decorativas das casas. Algumas fazendas possuíam maquinário mais apropriado para o corte e preparo das peças de madeira, com seus "engenhos de serra", caso da fazenda homônima. Tais propriedades tornavam-se pivôs de uma região, fornecendo suporte para outras fazendas. Ora, esses mestres não só deveriam dominar a técnica construtiva como também saber como agenciar os cômodos conforme o programa de necessidades, mas, principalmente, carregavam consigo todo o arcabouço estético de sua época.

As regras clássicas eram sempre observadas, como a simetria (harmonia) e a proporção, notadamente na distribuição de cheios e vazios nas fachadas, na relação entre embasamento, corpo principal e cobertura etc. Esses conhecimentos não eram aprendidos nas "aulas", eram passados de mestre para aprendiz, de geração em geração, mas observavam sempre as mesmas regras de composição dentro de um classicismo singelo, profundamente marcado pela tradição chã.

> *É neste sentido que venho questionando a utilização da "cidade ideal" como modelo das nossas cidades, devendo antes dizer-se que aquele modelo confluiu com a nossa tradição, esvaziando do seu mais profundo significado e sem acarretar alterações metodológicas profundas na forma de projetar: tal como a tratadística ordenou a composição, regrou as proporções, acarretou as ordens numa arquitetura chã, profundamente anticlássica nos seus fundamentos éticos e ideológicos*[5].

As Cartas Régias, normativas tradicionais da velha escola de urbanismo ultramarino, preconizavam valores racionais para ordenação das cidades brasileiras, digo cidades porque não havia naquela época essa distinção entre arquitetura e urbanismo; ao se fazerem os edifícios, definiam-se as ruas. Essa escola portuguesa, entretanto, teve na reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755, área mais tarde chamada de Baixa Pombalina, sua grande oportunidade de aplicação desses preceitos. O então engenheiro-mor do Reino, Manuel da Maia, presidiu a reconstrução de Lisboa com a "naturalidade de quem cumpre simplesmente uma tarefa inerente ao seu cargo" (Costa, 1995).

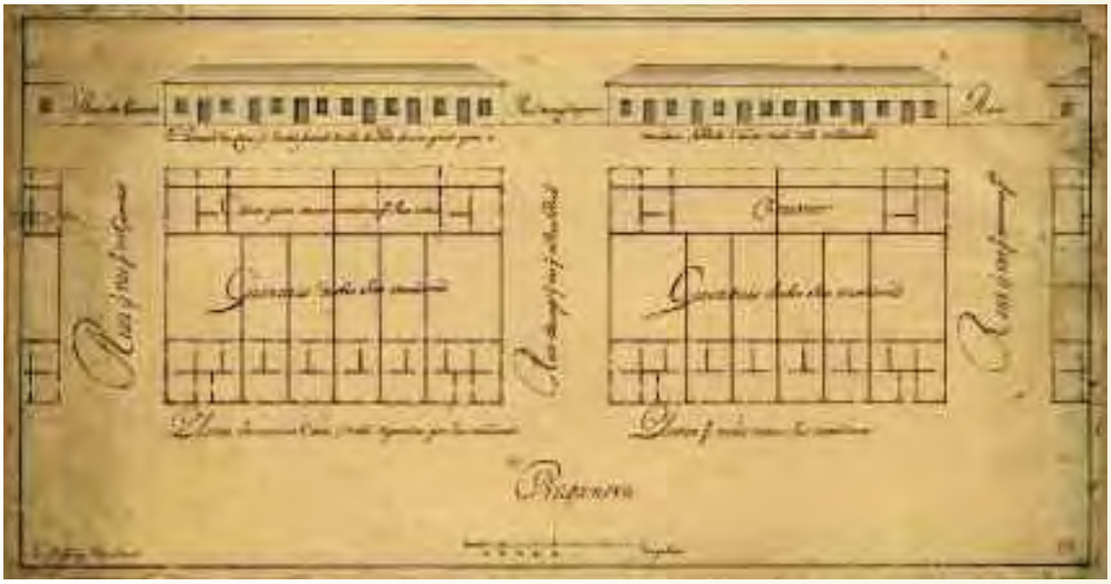


Figura 6 - Projeto para Barcellos na Amazônia Brasileira. Desenho: Filipe Strum. Fonte: Biblioteca Nacional.

> *Importante e significativa é a preocupação de Manuel da Maia pela uniformização da nova cidade ao sugerir que seja o mesmo arquitecto, Eugénio dos Santos, a fornecer o desenho dos edifícios "para que cada rua conserve a mesma simetria de portas, janelas e alturas", preocupação e linguagem que recordam as antigas Cartas Régias*[6].

Fazemos aqui, então, um paralelo entre a estética das fazendas sul-mineiras e o estilo chão português, no qual as fachadas eram compostas de modo simples e austero, usando apenas a própria marcação rítmica da estrutura. Há uma valorização do elemento construtivo, um despojamento decorativo. Tudo o que aparece na fachada é essencial à estrutura. Essa vertente abstratizante da arquitetura portuguesa encontra nas fazendas uma expressão plástica radical.

O Renascimento não gerou em Portugal séries tipológicas de grande perenidade. A influência clássica passou a ser sentida por meio de uma estandardização de seus elementos, usados de maneira quase neutra. Tal influência também se nota no raciocínio de composição regular e ritmada das fachadas, na distribuição matemática dos cheios e vazios, no alinhamento e marcação clara das aberturas. Essas características, tão comuns na arquitetura feita em Portugal – e fora dele, como veremos –, são permanências desse saber fazer clássico.

As preceptivas clássicas, aliadas ao espírito pragmático, geraram um tipo de arquitetura facilmente exequível e identificável, conveniente para a circunstância. Essa arquitetura de fácil apreensão passou a ser reproduzida em toda a América portuguesa, conferindo-lhe uma unidade arquitetônica usada



Figura 7 - Desenho da Cidade de Mariana. Original do arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro, 2ª metade do séc. XVIII. p. 379.

como uma bandeira posta em um território, dando-lhe uma marca de ocupação. Esse caminho levou à criação de uma imagem, expressa em especial nas fachadas da arquitetura colonial civil corrente. O modo de fazer português trabalha de forma contínua sobre certos elementos, apurando-os repetidamente, a cada vez que são trabalhados. Nas fachadas da arquitetura civil, esses elementos são, nomeadamente, as portas e janelas, suas molduras e os panos de parede delineados por cunhais, frechais e baldrames. Esses poucos elementos foram, ao longo do tempo, apurados a tal grau que conferiram a essas fazendas imensa força e simplicidade.

Isso pode ser notado na maneira cuidadosa de definir as proporções da fachada, sua altura em relação ao comprimento, no modo como se distribuem as aberturas tanto em altura, proporcionando o pano de peito, o vão e o pano da sobreverga, quanto na disposição ao longo da fachada, alternando nembros e vãos em proporções bem-postas. Em diversas fachadas podemos notar a distribuição segundo um eixo central de simetria. Em outras, o que se vê é uma distribuição ritmada em dimensões constantes, não importando a divisão interna dos cômodos da casa. O mesmo cuidado se nota na relação entre as partes que compõem o volume total: a base de pedra, o corpo da casa e o telhado. Este é sempre bastante marcado, com sua curva adoçada pela dupla inflexão terminando em uma cachorrada, como os dentículos dos templos gregos.

Em todo o mundo ocidental, os clássicos desempenharam papel fundamental na formação de ideias e conceitos. Autores como Vitrúvio, Alberti, Serlio, Palladio, Durer e Vignola tiveram papel incontestável e são referidos por todos como pilares doutrinais da arquitetura civil e da engelharia militar. *Regola delli cinque ordini d'architettura*, de Vignola, foi seguramente um dos manuais de arquitetura mais lidos. Traduzido para diversas línguas, com mais de 250 edições, teve grande penetração em toda a Europa, da Rússia até a Península Ibérica. Com um texto claro e sucinto e, principalmente, com forte predominância de ilustrações, Vignola alcança o que nenhum outro tratado anterior havia conseguido. Em *Regola delli cinque ordini d'architettura*, estabelece um sistema de medidas universal, baseando-se no módulo e fugindo às medidas locais. Com isso, a partir do século XVI, quando o eixo político/econômico europeu se desloca para a Península Ibérica, seu manual tem grande penetração em Portugal.

O que mais nos interessa de tudo isso, porém, foi o que marcou nossa arquitetura corrente: uma simplicidade que podemos classificar como um clacissismo singelo, já observado por diversos estudiosos da área. Vasconcellos lembra Lucio Costa ao falar de nossa "saúde plástica":

> *Eis nossa arquitetura tradicional doméstica. Funcionalmente caracterizando-se pela boa distribuição das plantas: parte nobre, íntima e de serviço, autonomamente entrosadas; plasticamente desataviadas e singelas, mas agenciadas em boas proporções, harmonicamente dispostas. Composições claras, limpas, definidas, bem moduladas, e rítmicas, ostentando uma saúde plástica perfeita no*

> *dizer de Lucio Costa. Se lhes falta a ênfase que civilizações mais apuradas conferiram às suas moradias, será exatamente nesta despretensiosa beleza, nesta fisionomia não maquilada, que devemos buscar seu valor e importância*[7].

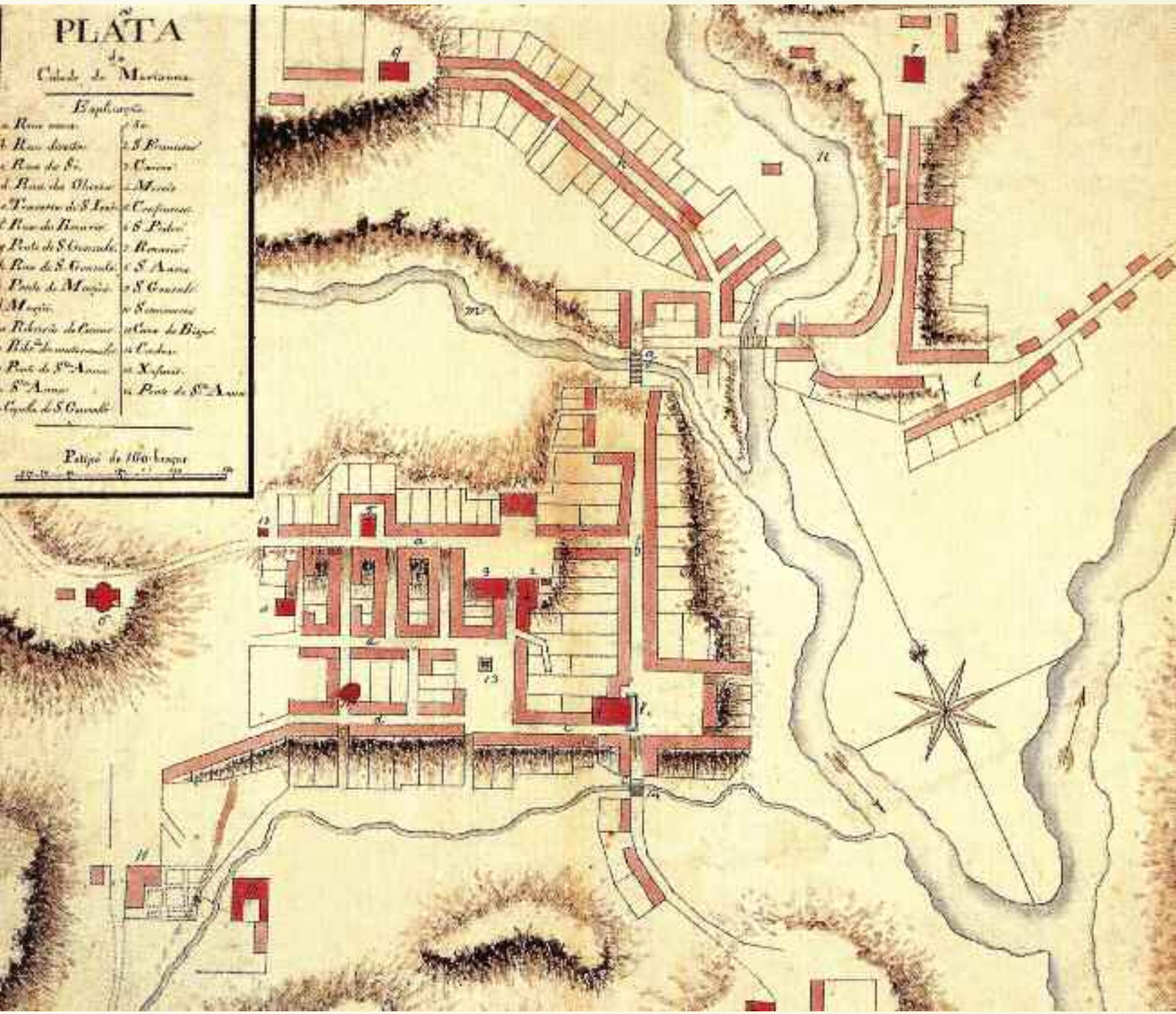
Alves Costa refere-se aos volumes simples da arquitetura chã, "uma leitura volumétrica de geometria simples a contrariar um certo dinamismo mais teatral do espaço interior"[8]. Dias de Andrade cita Rainville em seu manual:

> *Devemos aconselhar sobretudo uma grande simplicidade na ornamentação, o bom gosto na architectura nasce do caráter individual, da harmonia das partes entre si, e da graça do todo; isto póde obter-se tão bem em uma simples casinha, como em um monumento grandioso*[9].

Nossos mestres aplicavam essas velhas práticas na arquitetura corrente com a naturalidade de quem faz apenas o que sempre fizeram seus antepassados.

Mas não só da harmonia e da proporção se valeram nossos colegas dos séculos XVIII e XIX, valeram-se também da grandiosidade, da magnitude, da magnificência. Por vezes, parece-nos que as proporções exageradas nas relações de escala com o homem, notadas na altura do pé-direito, nos portais e nas janelas, são uma questão simbólica, uma vez que a técnica construtiva era a mesma para todas as classes sociais. Os proprietários mais abastados utilizavam-se da fartura de materiais e das proporções exageradas, além de maior riqueza de detalhes, para expressar sua posição social.

Contudo, a chamada "matriz mineira" precisa ser mais bem identificada. Trata-se de uma arquitetura forjada em território mineiro, com raízes tanto na arquitetura popular quanto na arquitetura erudita portuguesa, usando técnicas construtivas tradicionais no norte da península, como a estrutura independente de madeira sobre bases de pedra. Em território mineiro, com o apuro técnico desenvolvido a partir da reconstrução da Baixa Pombalina, esse sistema tradicional sofre um processo evolutivo que resultou na "gaiola" de madeira com estrutura isostática. Sofre também um processo evolutivo no sentido estético à medida que, aos poucos, vai deixando de lado a simplicidade desordenada das primeiras construções para incorporar preceitos clássicos, como proporção, simetria, harmonia e alguns elementos decorativos do repertório clássico. Dessa maneira, forjou-se em território mineiro uma arquitetura com características ímpares no Brasil, como a leveza e a altivez,



decorrentes da técnica construtiva utilizada, com suas paredes finas e seus caixilhos alinhados na fachada, seus beirais, cachorros e frechais arrebitados. Soma-se a isso uma regularidade adquirida durante o século XIX, na região sul do estado, a partir de onde derrama sua influência sobre áreas adjacentes, por meio da migração de seus agentes.

Figura 8 - Mapa da Cidade de Mariana. Ca. 1796-1801. Mi. Fonte: Costa (2004). p. 121.

Considerações finais

Ao definir nosso objeto de pesquisa, priorizamos o entendimento da arquitetura corrente, praticada e disseminada em uma determinada região e em um determinado período histórico. Assim acreditamos que teremos uma visão muito mais perspicaz e afinada com o cotidiano daquelas pessoas, daquela sociedade.

Aqui o erudito é somente importante como modelo teórico, ideal. Procuramos identificar o tipo, a regra e não o edifício excepcional, o monumento. Por mais que dentro da regra haja exceções, como fica claro ao ver o levantamento, buscamos o fio que perpassa por todos os exemplares, seja ele formal, estilístico, programático ou técnico. Pode ser pela maneira como é solucionado determinado problema técnico ao não expor a madeira à umidade, por exemplo; pode ser na maneira de agenciar os cômodos, pode estar na forma simples dos volumes puros, sem recortes, ou através de um pequeno caritó, um oratório, um armário dividindo espaços. A identificação pode estar nas soluções de implantação, na compreensão do lugar, no senso de praticidade e economia. A despeito das questões de desenho ou estilo, o saber fazer é o que prevalece. Nesse contexto, foi produzida no Sul de Minas uma arquitetura una, simples e austera. Delicada por sua leveza e implantação criteriosa, pelo refinamento técnico e apuro construtivo. Sólida pelo exercício da repetição que conseguiu, por quase dois séculos, perpetuar-se sem grandes alterações.

No campo da história, acabamos nos distanciando da ideia das "minas do ouro", das minas urbanas e vimos que outras atividades tiveram grande peso na formação econômica de Minas Gerais e que o predomínio do urbano sobre o rural e o mito da ruralização, em decorrência do declínio do ouro, não se comprova. Neste sentido, ouro foi apenas o catalisador que permitiu que se criasse no novo mundo uma sociedade complexa econômica e socialmente, onde a transposição de uma grande massa da população portuguesa e africana se reorganiza sob novas bases. Não foi somente a existência do ouro nas quantidades e condições descobertas que permitiram esse processo, foi antes o mito pré-existente e a expectativa de toda uma população ávida pela materialização desse mito.

Essa lacuna histórica "pós-ouro" vem sendo preenchida nos últimos anos por recentes trabalhos de historiadores, contudo, no campo da história da arquitetura só se ouve falar em Aleijadinho. No século XIX, a sociedade e a economia de Minas estiveram mais ativas do que nunca, entretanto, a arquitetura produzida nesse período passa ao largo de nossa bibliografia.

Dessa maneira, desconfiando dos paradigmas consagrados da arquitetura mineira, seguimos sem preconceitos a revelar sua outra face e a descobrir uma arquitetura corrente em que, a cada incursão, dezenas e dezenas de exemplares foram encontrados e muitos outros ainda poderão ser. Descobrimos nessa região de Minas um rico patrimônio histórico que passou despercebido por nossos melhores historiadores da arquitetura; essas fazendas são a marca da primeira ocupação definitiva desse território, incentivada a partir de 1808 com a chegada da Corte. Desde o princípio da pesquisa, desconfiávamos de uma possível interpretação simplista para a origem dessas fazendas. Ao longo da pesquisa, com a descoberta de um número cada vez maior de exemplares, essa desconfiança só aumentou e veio a ser confirmada quando da leitura de autores como Lenharo (1993) e Andrade (2008): eram fazendas produtoras de gêneros diversos destinados ao abastecimento do mercado interno, baseadas no trabalho escravo e na grande propriedade e alavancadas pela necessidade de ocupação territorial. Esperamos que nosso trabalho, como uma via de mão dupla, ajude também historiadores, sociólogos e economistas a confirmar suas hipóteses. Esperamos também contribuir para o preenchimento dessa lacuna na história da arquitetura brasileira, contribuindo para o conhecimento e divulgação desse patrimônio. Essas fazendas formam, em seu conjunto, uma família tipológica com características próprias dentro do cenário nacional. Sabemos que não é um trabalho completo; do ponto de vista do levantamento de campo, acreditamos que ainda é possível encontrar novos exemplares, principalmente em áreas pouco exploradas, a oeste da região; do ponto de vista da documentação específica, esta sim, deverá ser pesquisada com mais profundidade, em fontes primárias, devido à escassez de trabalhos publicados sobre o assunto. Futuras pesquisas, principalmente na área de história, poderão contribuir para a complementação dos dados documentais, tarefa que nós, como arquitetos, não tivemos a competência para fazer. Construímos, sim, uma nova base documental com o levantamento criterioso (gráfico e fotográfico) dos exemplares que poderá servir de fonte para futuras investigações.



Anexo 1
Inventário das fazendas



Fazenda Barra do Palmela



Anexo 1
Inventário das fazendas

Apesar da exaustiva pesquisa realizada no Sul de Minas, a arquitetura rural do fim do período colonial e do período imperial nessa região está longe de ser totalmente inventariada, uma vez que mais e mais fazendas eram descobertas à medida que o trabalho se desenrolava. Acredita-se, porém, que o universo amostral levantado – cerca de 100 fazendas – corresponda a uma porcentagem alta do total de fazendas ainda sobreviventes.

O número de fazendas existentes no período estudado devia ser muito maior, mas é quase impossível dimensioná-lo, já que não há registros gráficos de construções que já ruíram. Indícios dessas são encontrados em alguns livros, documentos e até fotos de família, mas não existem registros arquitetônicos. Muitas vezes são fazendas importantes, as quais chamamos de "fazendas-mãe" ou "fazendas-tronco", por terem dado origem a outras por meio de desmembramentos. Incluem-se nesse grupo também fazendas cujos proprietários tiveram descendentes que migraram para outras terras onde vieram a construir novas fazendas.

Muitas fazendas apontadas durante a coleta de informações não foram encontradas. Outras, achadas em mapas antigos, também não mais existem. Relatos de viajantes, mapas, documentos e informações orais permitem supor que havia uma miríade de fazendas como essas, salpicadas pelo território sul-mineiro.



Figura I - Estrada de terra na região entre São Bento do Abade e Luminárias. Foto: CFC (1997).

fazendas ainda existentes, algumas foram "descartadas", ora por não se enquadrarem ao objeto de pesquisa em razão da técnica construtiva ou da data de construção, ora por fatores como a descaracterização da arquitetura original, ruína ou impossibilidade de entrar na casa. Foram levados em conta, ainda, fatores como a relevância, vulto e dimensão da fazenda dentro do cenário regional.

Procuramos inventariar o maior número possível de fazendas para obter uma visão do conjunto. Para cada propriedade, foram colhidos os seguintes dados: nome da fazenda, município, nome do proprietário, data estimada, altura de pé-direito, altura do peitoril, dimensões de portas e janelas, dimensões de peças de madeira. Também foram registradas informações relevantes dadas pelos proprietários, como data estimada da casa, há quantas gerações a fazenda estava na família, se houve reformas significativas, o que a fazenda produzia no passado e curiosidades em geral.



Figura 2 - Imagem de satélite mostrando o relevo da região e delimitação do SUL DE MINAS E MICRORREGIÃO DE LAVRAS. Fonte: Embrapa.

Entre os registros gráficos, foram feitos desenhos de implantação em escala 1:400, plantas em escala 1:200 e pelo menos duas elevações em escala 1:200, além de detalhes construtivos sem escala. Esses desenhos foram executados em campo, à mão livre sobre papel quadriculado, medindo-se com trena o pé-direito, envasaduras, peças, cômodos, espessura de paredes e peitoril. A implantação e as construções complementares foram medidas no passo. Posteriormente, esses desenhos foram passados a limpo em nanquim sobre vegetal.

Por meio de fotografias, buscou-se registrar todas as informações que poderiam servir para complementar os desenhos. Houve sempre o cuidado de registrar as quatro fachadas, detalhes e, sempre que possível, o interior das casas. A fotografia, assim como o desenho, não é um mero registro; é um instrumento de pesquisa.

Procuramos localizar cada fazenda levantada em um desenho eletrônico, cruzando mapas diversos e imagens de satélites. Elegemos para o nosso mapa a escala 1: 250.000 por ser a escala dos mapas do IBGE de 1974. Desse órgão adquirimos as folhas referentes a Guaratinguetá, Barbacena e Varginha, que abrangem grande parte da região. Desenhamos os contornos atuais do Sul de Minas tomando como base imagens de satélite e relevo fornecidas no site da Embrapa em escala 1:50.000. Sobre essa base, foram inseridos mapas antigos de diversas épocas, devidamente ajustados em escala para se adequarem à precisa informação contemporânea.

Obtivemos assim um panorama vasto de informações: imagem de satélite e relevo da Embrapa; informações cadastrais (localidades, povoações, hidrografia, relevo, cotas, curvas de nível, toponímia, fazendas e culturas agrícolas) dos mapas do IBGE; antigas rotas, povoações, vilas, passagens, registros e fazendas dos diversos mapas coevos. A localização precisa das fazendas, porém, só foi possível nos últimos tempos, com a disponibilização de imagens pelo *Google Earth*. As fazendas situadas nas áreas que possuem boa resolução no *Google Earth* estão marcadas, mas há ainda muitas que não foram detectadas, porque se encontram em áreas do mapa cuja imagem de satélite está em baixa resolução.

O cruzamento das informações gráficas com as informações documentais permitiu relacionar as rotas antigas com o relevo e a hidrografia; as vilas, passagens e registros com as rotas, e, por fim, as fazendas com todos esses elementos.

O estado de conservação e preservação das fazendas encontradas é bastante variável. Algumas apresentam-se muito bem-conservadas, mas perderam suas principais características, ou seja, estão em ótimo estado de conservação e em péssimo estado de preservação. Outras permanecem intactas: sofreram apenas manutenção, estando em bom estado de preservação e de conservação. Há ainda fazendas malconservadas e malpreservadas, e outras que já ruíram. O uso, entretanto, é o que mais impressiona, visto que a grande maioria funciona ainda como fazenda, produzindo gêneros agrícolas e tendo a casa como moradia principal. Isso não é comum em fazendas "históricas" de outras regiões, geralmente próximas a centros mais desenvolvidos, que são usadas como segunda residência e não mais produzem, ou, quando produzem, não se sustentam sozinhas. Esse tipo de uso descaracteriza principalmente o interior da casa, mobiliada com peças trazidas de fora ou compradas em antiquários, muitas vezes criando um falso histórico. As fazendas do nosso levantamento mantêm o mobiliário original, mesclado com novos móveis, pois a vida continua. Outro dado importante é que a maioria delas está nas mãos das mesmas famílias desde a fundação, o que ajuda na continuidade e, consequentemente, na preservação.

Figura 3 - Mapa da região localizando hidrografia, antigos caminhos, vilas, registros e as distâncias em léguas entre os pontos. Desenho: CFC. Fonte: Cruzamento de dados de diversos mapas (ver citações no texto).

Divisão territorial

O IBGE subdivide os estados brasileiros em mesorregiões que congregam diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. O Sul de Minas é uma dessas subdivisões. No entanto, encontramos na literatura referências ao "Sul de Minas" que não correspondem necessariamente à divisão do IBGE, muitas vezes incluindo cidades como Barbacena ou São João del-Rei. As mesorregiões, assim como as microrregiões em que se subdividem, foram criadas para fins estatísticos; não constituem, portanto, entidades políticas, administrativas, judiciais ou eclesiásticas. Na classificação do IBGE, a chamada mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais congrega 146 municípios em suas dez microrregiões.

A área de nossa de pesquisa, no entanto, não obedece exatamente à divisão do IBGE e abrange municípios de outras mesorregiões. Isso porque as características socioculturais que a definem descendem de uma antiga divisão político-administrativa, a comarca do Rio das Mortes, que corresponderia, na classificação atual, às mesorregiões Sul/Sudoeste, Oeste e Campo das Vertentes. Para termos uma ideia de escala, a área total das três mesorregiões corresponde à do território atual de Portugal, com aproximadamente 90.000 km². Minas Gerais tinha, em 1821, mais quatro comarcas, e duas delas (Paracatu e Serro Frio) eram bem maiores do que a comarca do Rio das Mortes. Pode-se assim ter uma ideia das dificuldades encontradas pelo Estado português para administrar esse imenso território, desenvolvendo, no período colonial, um burocrático e intrincado aparato administrativo que se desdobrou em novas relações no tempo do império.

Figura 4 - Mapa da Comarca do Rio das Mortes, 1809. Fonte: Costa (2004).



Buscamos cotejar as informações dos mapas antigos com as dos mapas atuais, fazendo a correspondência, tanto quanto possível, entre as comarcas e as mesorregiões e entre as freguesias e as

microrregiões. O mapa da comarca do Rio das Mortes (figura 4) mostra que ela era dividida em termos e freguesias. Apresentamos a seguir as correspondências entre as antigas e as atuais divisões:

Mesorregião Oeste de Minas: correspondente ao antigo termo de São Bento do Tamanduá (Itapecerica).

Mesorregião Campo das Vertentes: correspondente ao antigo termo da vila de São José (Tiradentes), ao termo de Barbacena, a parte da freguesia de São João del-Rei e parte da freguesia de Lavras.

Mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas: correspondente às antigas freguesias de Juruoca (Aiuruoca), Baependi, Pouso Alto, Campanha, Itajubá, Camanducaia, Santana do Sapucaí (Silvanópolis), Ouro Fino, Cabo Verde, Jacuí e parte da freguesia de Lavras.

Essa última mesorregião, na qual se concentra a maior parte das fazendas de nosso levantamento, é subdividida nas seguintes microrregiões:

Microrregião de Andrelândia: correspondente à antiga freguesia de Juruoca e parte da antiga freguesia de Baependi.

Microrregião de São Lourenço: correspondente à antiga freguesia de Pouso Alto e parte da antiga freguesia de Baependi.

Microrregião de Itajubá: correspondente à antiga freguesia de Itajubá.

Microrregião de Santa Rita do Sapucaí: correspondente à antiga freguesia de Santana do Sapucaí.

Microrregião de Pouso Alegre: correspondente à antiga freguesia de Camanducaia.

Microrregião de Varginha: correspondente à antiga freguesia de Campanha e parte da antiga freguesia de Lavras. Atualmente, a microrregião de Lavras integra a mesorregião do Campo das Vertentes.

Microrregião de Alfenas: correspondente a parte da antiga freguesia de Cabo Verde e parte da antiga freguesia de Jacuí.





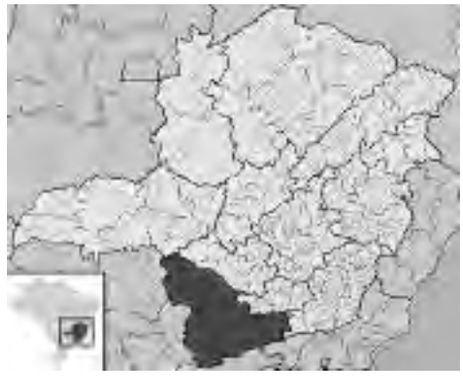


Figura 5 - Mesorregião Oeste de Minas. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião_do_oeste_de_ minas. Acesso em 20 março 2008.

Figura 6 - Mesorregião Campo das Vertentes. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião_do_campo_das_vertentes. Acesso em 20 março 2008.

Figura 7 - Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregião_do_sul_e_sudoeste_de_minas_gerais. Acesso em 20 março 2008.

Microrregião de Poços de Caldas: correspondente à antiga freguesia de Ouro Fino.

Microrregião de São Sebastião do Paraíso: correspondente a parte da antiga freguesia de Cabo Verde e parte da antiga freguesia de Jacuí.

Microrregião de Passos: correspondente a parte da antiga freguesia de Jacuí.

As microrregiões atuais recebem os nomes das cidades mais relevantes nelas situadas, as quais não correspondem às antigas vilas ou povoados que davam nome à freguesia. A única exceção é Itajubá, nome da antiga freguesia e da microrregião atual. Assim, para melhor localização no tempo e no espaço, apresentaremos o levantamento reunindo as fazendas em grupos com características geográficas similares e que, de certa maneira, remontam às velhas freguesias. São oito grupos, no total:

Grupo de Cruzília: correspondente às antigas freguesias de Juruoca e Baependi.

Grupo de Carrancas: correspondente a parte da antiga freguesia de Lavras.

Grupo de Varginha: correspondente à antiga freguesia de Campanha e parte da antiga freguesia de Lavras.

Grupo de Carmo de Minas: correspondente a parte da antiga freguesia de Itajubá e à antiga freguesia de Pouso Alto.

Grupo de Itajubá: correspondente à antiga freguesia de Itajubá.

Grupo de São Gonçalo de Sapucaí: correspondente à freguesia de Campanha.

Grupo de Machado: correspondente às antigas freguesias de Cabo Verde e Jacuí.

Grupo de Guaxupé: correspondente à antiga freguesia de Jacuí.

Grupo de Poços de Caldas: correspondente à antiga freguesia de Ouro Fino.

Apresentação do levantamento

Grupo de Cruzília (antigas freguesias de Juruoca e Baependi)

Por causa de sua localização privilegiada, junto aos mais antigos caminhos e vilas, esta é a área da comarca do Rio das Mortes ocupada há mais tempo. Baependi foi elevada a vila em 1814, mas a antiga ocupação da região deve-se principalmente à sua situação, entre a garganta do Embaú e as vilas de São João del-Rei e São José. Não por acaso, nessa região foi encontrada a maior parte das fazendas mais antigas.

A garganta do Embaú está localizada na antiga freguesia de Pouso Alto, ao norte da qual, descendo os rios, situam-se as freguesias de Juruoca e Baependi. É justamente nessas áreas mais baixas que vamos encontrar um relevo mais suave e um tipo vegetação que mais se parece com o cerrado do que com a floresta tropical de altitude. Essas condições eram muito propícias à implantação das fazendas que, num primeiro momento, dedicavam-se principalmente à pecuária.

Os campos naturais facilitaram a penetração nos sertões com a criação de gado e de equinos. Ainda hoje, há na região uma forte tradição na criação de cavalos, com o cultivo, inclusive, do antigo costume das caçadas. As fazendas ali situadas guardam certo caráter próprio que as difere das demais: são mais espalhadas, menos altivas, em geral não possuem terreiros, estão implantadas em terrenos mais suaves, em territórios ermos, e dominam grandes paisagens. Algumas delas apresentam certas peculiaridades construtivas, relativas a uma fase incipiente da consolidação da "gaiola", e algumas particularidades no agenciamento de suas plantas, também de uma fase incipiente de consolidação do programa de necessidades. Essa região foi privilegiada também, durante o século XIX, pela proximidade com o Rio de Janeiro, uma vez que o Sul de Minas era então responsável pelo abastecimento da corte.

As fazendas estudadas são apresentadas a seguir. Além delas, foram visitadas em Cruzília as fazendas Cafundó, Bongue e do Lobo, que não entraram no levantamento por um dos motivos apresentados na introdução deste capítulo.



Figura 8 - Microrregião de Andrelândia. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/microrregião_de_andrelândia. Acesso em 20 março 2008.

Fazenda Angahy
Município de Cruzília



Figura 9 - Reprodução de foto antiga, acervo Fazenda Angahy. Foto: CFC.

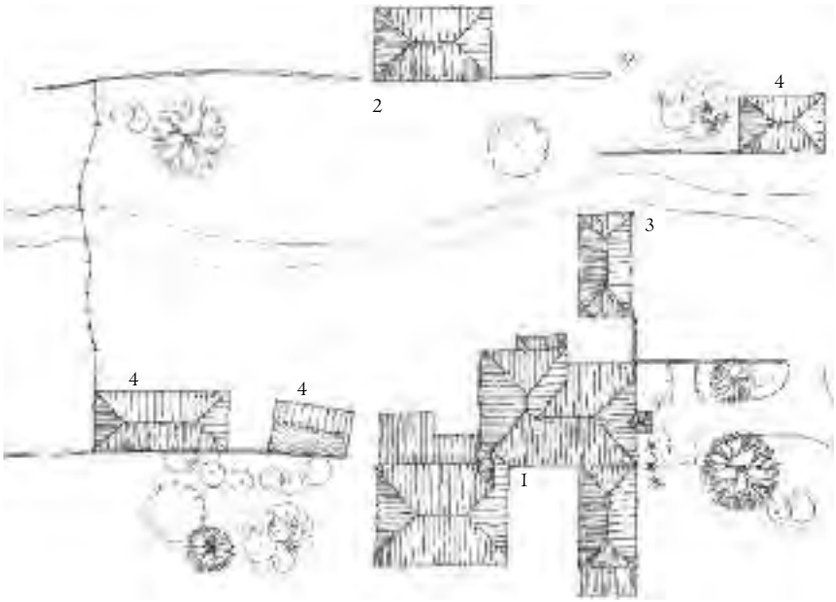
Figura 10 - Foto atual do mesmo ângulo da foto antiga. Foto: CFC.

O nome Angahy, por si só, já é carregado de história. A travessia do rio Ingaí (antigo Angahy), afluente do Capivari, que por sua vez é afluente do Grande, já aparecia em mapas antigos e foi pormenorizada nos relatos de Antonil, em 1711, como ponto de referência no caminho Velho. Não foi possível, entretanto, apurar a data precisa da instalação da fazenda. Com base em relatos orais dos proprietários e em um pequeno livro sobre o monsenhor João Cancio dos Reis Meirelles, escrito por José de Souza Meirelles, estima-se que a fazenda date da década de 1730. Em um artigo sobre a história do cavalo manga-larga, consta que a fazenda foi fundada por volta de 1782, por José Carlos Garcia Duarte[1].

Observa-se que a casa da fazenda passou por muitas reformas e ampliações. Conforme relatos da família, a ampliação à esquerda da sala de entrada foi feita na segunda metade do século XIX para abrigar o monsenhor, que deveria ter uma área isolada para estudos.

Examinando a planta de cobertura, pode-se notar que a casa é composta basicamente de três corpos distintos: o corpo principal, a ala construída para o monsenhor, com volume mais alto, e o corpo de serviços. O corpo principal apresenta a tão discutida varanda entalada, com a capela de um lado e, de outro, um quarto de dormir. Hoje a varanda é malpercebida, pois foi fechada por vitrôs e possui verga de concreto, mas lá está ela.





Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Senzala(?)
4. Construções complementares



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços

Corte
Esc: 1:500



Figura 11 - Fachada frontal, antiga varanda entalada. Foto: CFC.

Figura 12 - Paiol de madeira. Foto: CFC.

Na planta do corpo principal já aparece a distinção entre os espaços de receber e da família: há a sala de fora, destinada ao convívio com estranhos, com os cômodos de sua órbita, e há também a sala da família, com os cômodos ao seu redor.

Hoje as janelas são de vergas retas, ligeiramente metidas nas paredes, característica das casas com paredes grossas, de alvenaria portante e não de pau a pique; claramente não são janelas originais. Observa-se numa fotografia antiga que estas eram alinhadas com a parede e possuíam vergas arqueadas em canga de boi. A fotografia permite ver ainda os cachorros perfeitamente horizontais, hoje inexistentes, e a volumetria, que foi bastante alterada, praticamente impedindo a identificação da casa original.



Além da varanda, duas outras características importantes denotam a idade da casa: o telhado de prolongo e as vergas arqueadas nos vãos internos da casa, que ainda se mantêm. Na sala há duas vergas arqueadas contíguas, curiosidade que se observa também nas fazendas dos Tachos e Pitangueiras 2.





Figura 13 - Sala nobre, portada dupla com vergas canga de boi. Foto: CFC.

Figura 14 - Imagens no altar da ermida. Foto: CFC.

Figura 15 - Ermida com janela para a sala. Foto: CFC.



Normalmente, sob o telhado de prolongo, o forro é inclinado, acompanhando-o; nessa casa, porém, há forro inclinado na varanda e nos quartos à direita da sala, e não há mais o telhado de prolongo. Isso demonstra que o telhado atual não é original, tendo substituído o telhado de prolongo que a foto antiga revela ter existido.

É importante notar ainda a presença de janela entre a capela e a sala de entrada, e o grande paiol de madeira que se destaca no conjunto das edificações do núcleo.



Fazenda Traituba
Município de Cruzília

A fazenda Traituba é um exemplar anômalo dentro do universo amostral levantado. Sobre essa fazenda existem muitas lendas. A casa foi construída de 1827 a 1831 por João Pedro Diniz Junqueira para receber D. Pedro I, o que não aconteceu. João Pedro era filho de Maria Francisca da Encarnação Junqueira (filha do português João Francisco Junqueira) e Gabriel Diniz, conhecidos como o "casal da Traituba".

O local, nas descrições antigas de Saint-Hilaire, chamava-se rancho de Traituba. Sua antiga casa foi demolida e, provavelmente, esta sim, possuía as características comuns às fazendas da região, com estrutura de madeira etc. Assim narra o cronista:

> *Rancho de Traituba, 2 de março (1822), 4 léguas.*
>
> *Como atrás disse, fecham-se todas as noites os bezerros num curral e as vacas aproximam-se sozinhas da fazenda. Desde a madrugada fazem-nas entrar no terreiro onde são ordenhadas por negros e negras. Despejam então o leite em pequenos barris cintados de aros de ferro e transvasam-no por meio de cuia, cortadas longitudinalmente, pela metade. O gado dos arredores do Rio Grande tem justificada fama, graças ao tamanho e força. Alimentadas em ótimos pastos, as vacas dão leite quase tão rico em nata quanto o das nossas montanhas. Com ele se faz grande quantidade de queijos exportados para o Rio de Janeiro*[2].







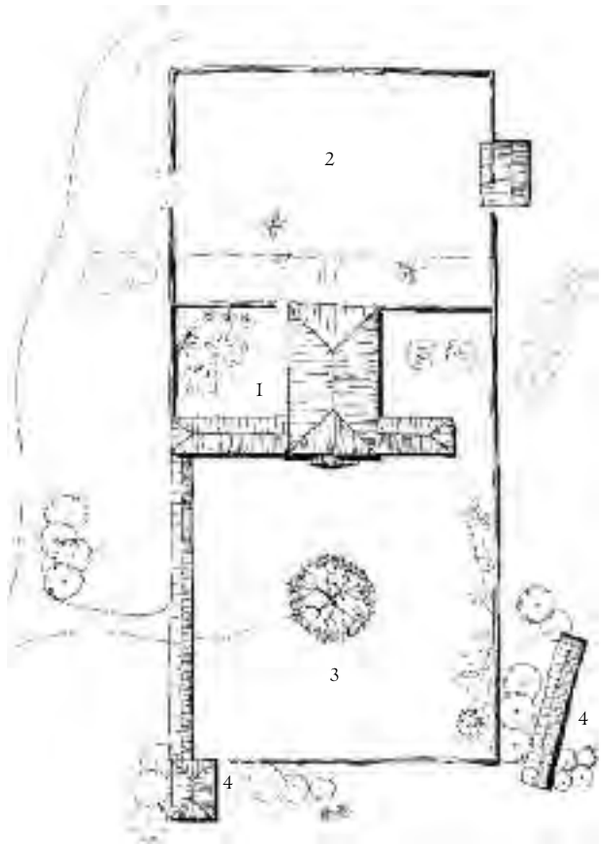
Figura 16 - Desenho de como seria a casa com dois pavimentos. Fonte: Nicolielo (1985).

Figura 17 - Vista frontal. Foto: CFC.

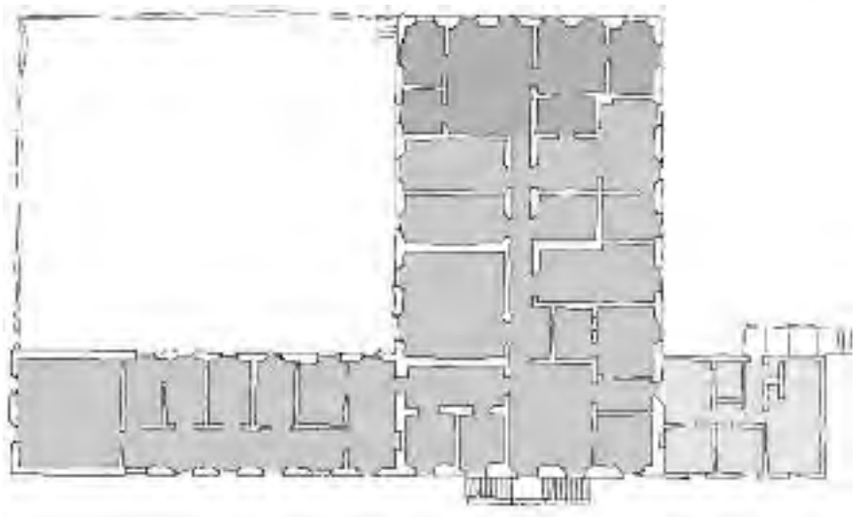
Figura 18 - Corredor da ala dos quartos. Foto: CFC.

Figura 19 - Portal de entrada com casa ao fundo. Foto: CFC.

Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Pátio fronteiro
3. Pátio traseiro
4. Currais



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação fundos
Esc: 1:500



A técnica construtiva utilizada para a nova sede foi a alvenaria portante de tijolos de adobe. A casa atual possui um corpo principal central e duas alas laterais mais baixas. Estudo realizado por Nicoliello e Carvalho[3] comprova a tese de que o corpo central possuía dois pavimentos. A planta do corpo central é formada por duas salas principais, uma à frente e outra aos fundos, ligadas por um longo corredor de distribuição. Da sala dos fundos (sala da família, íntima ou de jantar) saem as ligações para as alas laterais – à direita para a ala dos quartos e à esquerda para a dos serviços.

A casa é totalmente cercada por muros feitos de adobe, com portais ornamentados com pináculos e esferas armilares de pedra. Para entender a presença de cercamentos desse tipo, devemos imaginar um mundo vasto, literalmente sem porteiras, sem cercas, com divisas sim, mas feitas por acidentes naturais ou por valos, muros de pedra, adensamentos de vegetação ou paus cravados diretamente no chão. Os cercamentos criavam uma área mais protegida.

Ainda há, nos beirais das alas laterais, o detalhe da cimalha de beira-seveira, claramente condizente com a técnica construtiva utilizada. No corpo principal, as janelas são de vergas arqueadas encimadas por pestanas, distantes aproximadamente um metro dessas vergas. O telhado é de duas águas, formando oitões nas fachadas, algo incomum, provavelmente uma decorrência da demolição do segundo pavimento.

Os beirais do corpo principal possuem lambrequins, denotando o uso de uma técnica e uma estética popularizadas no fim do século XIX, o que fortalece a tese de que um segundo pavimento foi retirado. Nas alas laterais, o telhado é de três águas e o beiral, de beira-seveira, perfeitamente alinhado na mesma altura. As janelas são de verga reta e folhas de calha. Como ocorre nas casas de estrutura independente de madeira, embora a construção possua grossas paredes de adobe, as janelas e portas são perfeitamente alinhadas com o plano das fachadas. Isso não se observa nas casas de estrutura portante de tijolos, nas quais as janelas ficam ligeiramente recuadas em relação à fachada.

A planta da casa, apesar de estranha aos nossos olhos, também apresenta um agenciamento entre os distintos setores, comum a todas as fazendas. No corpo principal há duas salas, uma de fora e outra da família; a da família faz a ligação com o corpo dos serviços e com a ala dos quartos. A sala de fora também tem seus cômodos orbitais. Mais divergentes, portanto, são os cômodos servidos pelo longo corredor, característica que iria se tornar comum no final do século XIX, nas fazendas de alvenaria portante de tijolos.



Figura 20 - Sala ao fundo da ala dos quartos. Foto: CFC.

Figura 21 - Detalhe de oratório. Foto: CFC.





Fazenda Favacho
Município de Cruzília

Pé-direito: 3,80m

Janelas (vão luz): 1,00m x 1,80m

Altura do Peitoril: 1,08m

Portas: 3,00m x 1,00m

Peças dos umbrais: 17cm de largura

A fazenda Favacho, assim como a Traituba, é cercada de lendas e histórias. Considerada uma das fazendas mais importantes na região, aparece em vários mapas antigos como local de referência, próximo ao ponto de convergência de antigos caminhos: do caminho Velho, vindo de Baependi, e de um braço do caminho de Fernão Dias, saindo de Campanha e passando por Lambari.

> *Segundo o Monsenhor José do Patrocínio Lefort, essa fazenda já existia no ano de 1730, recebendo aquela denominação no dia 17 de abril daquele ano. Seus primeiros moradores foram Diogo Dias e sua mulher, Luiza Moreira. No primeiro de janeiro de 1761, foi benta a Capela dessa fazenda, juntamente com seu cemitério. No ano de 1825, foi efetuado o primeiro recenseamento do Favacho, cuja população era de 1.200 pessoas, maior até que a da sede do município*[4].

Pela importância que teve essa fazenda, e mesmo o conjunto de fazendas da microrregião, fica claro o deslocamento do eixo econômico para o oeste, na virada do século XVIII para o XIX. A fazenda pertencia





Figura 22 - Fachada norte. Foto: CFC.

Figura 23 - Foto antiga do conjunto. Fonte: Junqueira (1999).

Figura 24 - Capela. Fonte: Junqueira (1999).



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Pátio fronteiro
3. Senzala(?)
4. Construções complementares



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação lateral
Esc: 1:500

a José Vieira de Almeida, um português que requereu sesmaria na região na segunda metade do século XVIII, e foi adquirida por João Francisco Junqueira. Ninguém sabe ao certo a data de construção da casa, nem quem a construiu. A técnica construtiva adotada foi a estrutura portante de adobe, assim como na Traituba, e é diferente de todas as outras. Essa técnica construtiva foi muito usada nas fazendas de café do Vale do Paraíba carioca e também no casario urbano de São João del-Rei e São José del-Rei (Tiradentes).

A casa possui um corpo principal retangular, com telhados de prolongo para frente e para os fundos, e um segundo corpo, um retângulo comprido que se estende para os fundos. Apresenta beirais em toda sua volta, feitos de beira sobre beira (beira-seveira), inclusive junto ao prolongo do telhado.



Figura 25 - Fachadas leste (entrada) e norte e provável senzala ao fundo.
Foto: CFC.









Figura 26 - Menina da fazenda. Foto: CFC.

Figura 27 - Sala nobre. Foto: CFC.

Figura 28 - Porta da sala nobre com capela ao fundo. Foto: CFC.

Figura 29 - Pátio dos fundos. Foto: CFC.

Uma grande varanda acompanha o retângulo menor ao longo de toda sua extensão, possuindo também beira-seveira.

A fachada da frente mais parece a de um sobrado urbano, com quatro janelas rasgadas por inteiro, guarnecidas por guarda-corpos de madeira torneada. As modificações sofridas no agenciamento dos cômodos, tendo inclusive uma garagem no corpo de serviços, podem induzir a uma interpretação bastante errônea. De qualquer maneira, notam-se as salas de fora e de dentro, alcova e cômodos orbitais. O corpo de serviços também é situado em sua posição tradicional, na perna do L.

Fazenda Campo Alegre
Município de Cruzília

Campo Alegre foi a fazenda-tronco mais importante da região. Suas instalações ruíram, restando apenas algumas pedras de sua base ou de algum muro no meio do pasto. Dela foram desmembradas as fazendas Bela Cruz, Narciso e Boa Vista.

Fazenda Bela Cruz
Município de Cruzília

Palco da maior revolta de escravos do Sudeste escravista, conhecida como *A Revolta de Carrancas* ocorrida em 1833, a fazenda Bela Cruz teve sua antiga casa destruída. A casa atual teria sido construída algumas décadas depois da revolta, ou seja, já na segunda metade do século XIX.

Não se teve acesso ao interior da casa, mas foi possível fazer o levantamento do conjunto e algumas fotos externas. A casa parece apresentar a forma do L clássico do século XIX, composto por um retângulo maior e mais largo e a perna menor do L abrigando o corpo de serviços. Possui janelas de vergas retas com pestanas e subdivisão das folhas da guilhotina com vinte vidros. Um telhado aposto na junção dos dois corpos forma um grande alpendre lateral; na entrada principal, um simples telhado, também aposto, guarnece a porta de entrada. A estrutura de madeira mostra-se na fachada através dos cunhais e frechais; os baldrames foram revestidos. Os beirais são guarnecidos por forro plano e enfeitados por dentículos, antecipando uma espécie de lambrequim.



Figura 30 - Fachada frontal. Foto: CFC.



Figura 31 - Antiga senzala e casa principal. Foto: CFC.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Senzala
4. Currais
5. Muros de pedra

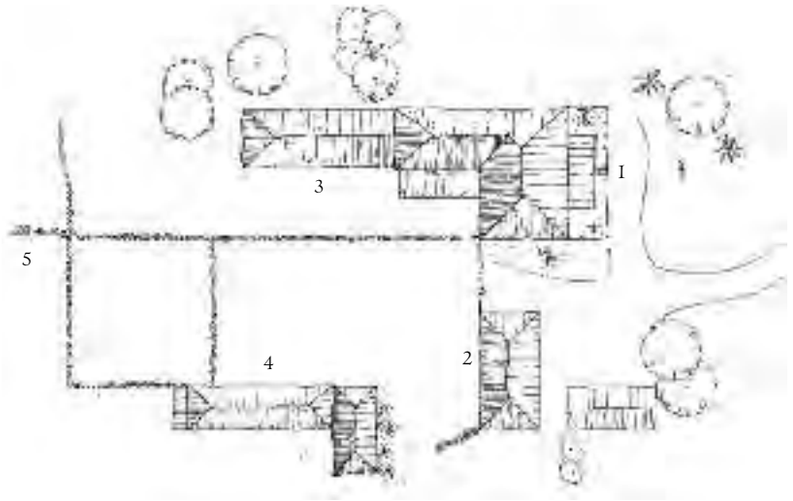




Figura 32 - Fachada frontal. Foto: CFC.

Figura 33 - Alpendre dos fundos. Foto: CFC.

Os edifícios do conjunto da fazenda apresentam-se, em geral, desprovidos de qualquer pretensão estilística; no entanto, por esse mesmo motivo, são os que melhor representam a intenção plástica inerente ao saber fazer da época. No conjunto da Bela Cruz, destaca-se o edifício da senzala. Conforme já se viu, são raras as fazendas em que esse tipo de construção sobrevive. Há ainda diversos muros de pedra dividindo pastos e alguns edifícios de serviços, cobertos por telhas de barro.

Na descrição das fazendas que pertenceram à família Junqueira, o historiador Andrade diz que quase todas conservam uma estrutura bastante semelhante:

> *[...] são construções de um só pavimento, pé-direito muito alto, grandes portais e muitas janelas. A base de sustentação é quase sempre de pedra, e o assoalho de madeira, sustentado por grandes vigas de mesmo material [...]*[3].



Ora, essas são características de quase todas as fazendas do Sul de Minas e não apenas das fazendas da família Junqueira, como pudemos constatar no presente trabalho. Aliás, das seis fazendas da família na região, duas apresentam padrão diferente. Se, por um lado, o mito em torno dessa família muitas vezes mascara a realidade, por outro lado, a farta documentação acumulada por ela tem ajudado o trabalho de muitos historiadores.

Fazenda Narciso
Município de Cruzília



Figura 34 - Fachada frontal antes da reforma. Note cunhal e beirais elaborados. Fonte: Andrade (1999).

Data provável: meados do século XVIII

Pé-direito: 4,40m

Janelas (vão luz): 1,16m x 2,20m

Portas: 1,46m x 3,15m; h = 0,95m

Peças dos umbrais: 19cm x 22cm

Cunhais: 32cm x 32cm;

Vigas-madre: 38cm x 38cm

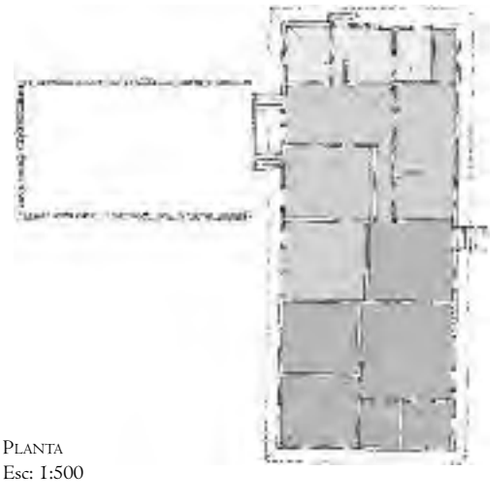
Piso: araucária de 35cm a 50cm de largura

Narciso é mais uma das fazendas desmembradas da antiga Campo Alegre. Sua planta também se insere no rol daquelas formadas por um único retângulo de proporções longitudinais, superiores a 2:1, que no caso possui 12 metros de largura por 29 metros de comprimento. Como na fazenda Boa Vista de Cruzília (p. 148), havia outro retângulo, de serviços, que foi demolido. O programa, porém, é resolvido atualmente em um único retângulo.

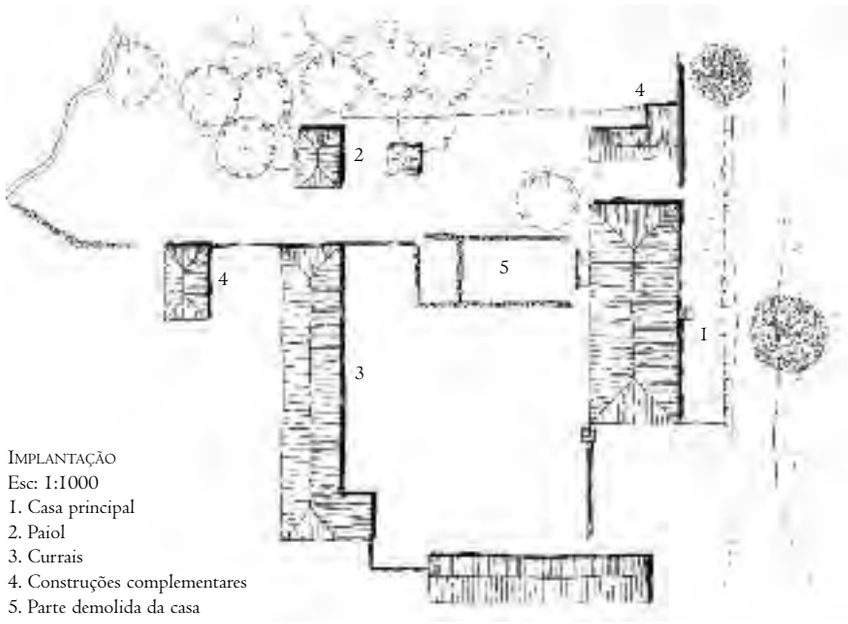
Os vestígios do corpo de serviços, que não estava alinhado com o fim da casa, são vistos nos arrimos de pedra junto à saída da sala de jantar. Diferentemente da Fazenda Boa Vista de Cruzília, está deslocado para o centro da construção principal e não há sinais evidentes da continuidade de seu telhado com o telhado do corpo principal. Provavelmente esse corpo foi



Figura 35 - Vista frontal. Foto: CFC.



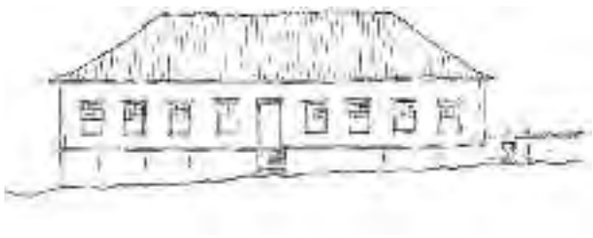
Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Currais
4. Construções complementares
5. Parte demolida da casa



Elevação lateral
Esc: 1:500



Elevação frontal
Esc: 1:500

construído depois e possuía telhado mais baixo. O agenciamento do programa na planta, dividindo os setores de convívio, não se dá em extremidades opostas, como na Boa Vista de Cruzília (p. 148) ou na Santa Clara (p. 306), outro caso de retângulo único, mas longitudinalmente.

As dimensões dessa casa são bastante exageradas, superiores à média. Sua volumetria é bem-posta nas proporções entre base, corpo do pavimento e telhado, conferindo-lhe um caráter bastante austero. A fachada principal apresenta uma distribuição de aberturas e uma relação de cheios e vazios bastante simétrica, com a porta ao centro e quatro janelas para cada lado. Todas as janelas possuem pestanas, inclusive as da fachada posterior, onde são em número menor e com intervalos (nembros) maiores. As subdivisões de cada folha das guilhotinas das

Figura 36 - Vista dos fundos. Foto: CFC.





Figura 37 - Sala nobre. Foto: CFC.

Figura 38 - Vestíbulo e sala nobre ao fundo. Foto: CFC.

janelas são feitas com três pinázios verticais e dois horizontais, resultando em doze peças de vidro, o que é comum em janelas de maiores dimensões.

O acesso principal à casa é feito por escada perpendicular à fachada e não possui cobertura. A soleira da porta principal é de pedra, não de madeira em continuidade ao baldrame, como é mais frequente, e possui entalhe para recolher a água da chuva. Os beirais são forrados, escondendo os cachorros, não com cimalhas, mas com um simples forro plano. Trata-se certamente de reforma, pois em foto de 2003 (figura 34) a fazenda apresentava uma sofisticada cimalha de madeira, similar à da fazenda Cachoeira, em Carmo de Minas, e capitéis de madeira encimando os cunhais.

No conjunto das edificações da fazenda, foram encontrados vestígios de construções esparsas pelo terreno, que, segundo o proprietário, seriam as choças que abrigavam os escravos. Essa versão de senzala é muito bem-aceita e já foi comentada anteriormente.

Lê-se no inventário de Gabriel Francisco Junqueira, Barão de Alfenas, datado de 1868:

> *Consta de engenho e cilindros com todos seus acessórios, engenho de serra com seus pertences movidos por seu competente rego-d'água, moinho movido por outro rego, paiol, casa para queijos, um rancho, olaria, fornalha respectiva, tudo coberto de telhas, avaliados em cinco contos, oitocentos e setenta e cinco mil reis*[6].





Fazenda Boa Vista
Município de Cruzília

Boa Vista é uma das fazendas desmembradas da antiga Campo Alegre, do barão de Alfenas. Sua planta é hoje formada por um único retângulo, mas a forma do telhado indica que a casa foi mutilada, tendo havido um segundo corpo perpendicular ao retângulo principal. Pela fachada dos fundos, vê-se que o telhado principal foi interrompido, deixando um oitão à mostra, arrematado por um alpendre mais baixo sobre a varanda da cozinha.

A volumetria da casa é muito bem-posta, assemelhando-se à da fazenda Narciso. O terreno sobre o qual se assenta é bastante plano, com um pequeno caimento para os fundos, e a casa está ligeiramente (meio pavimento) elevada

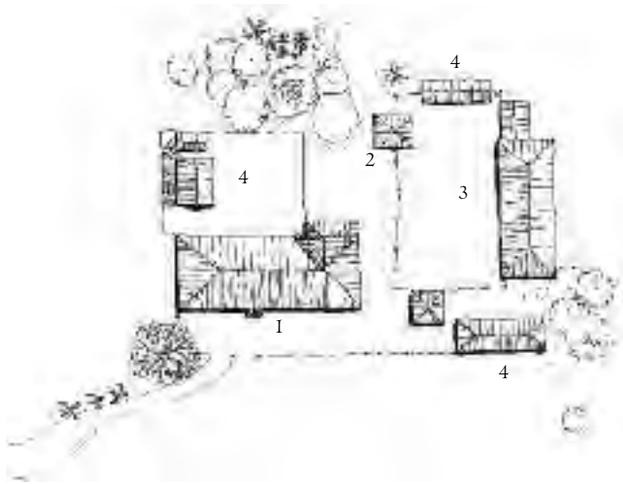
Figura 39 - Vista frontal. Foto: CFC.

Figura 40 - Vista dos fundos. Foto: CFC.

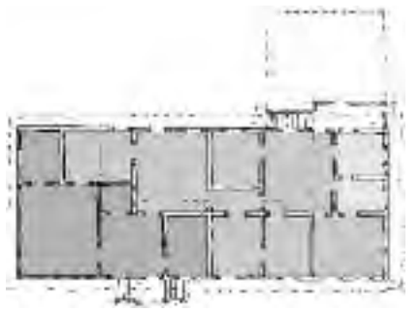
Figura 41 - Vista lateral. Foto: CFC.







Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Currais
4. Construções complementares



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços

do solo. O acesso principal se dá por uma escada coberta por um pequeno telhado, claramente posterior, pois passa pela frente da porta principal.

A planta dessa casa pode ser classificada no rol daquelas formadas por um único retângulo de proporções longitudinais, superiores a 2:1. O retângulo possui 10m de largura por 25m de comprimento. Os cômodos destinados ao convívio com estranhos ficam em uma extremidade, e a zona da família, na outra, devidamente separados. Nesse caso, há mais de uma sala para receber: uma imediatamente junto à porta de entrada, para onde se voltam um quarto e uma capela, e outra para onde se voltam um quarto e uma antiga alcova. Note-se no desenho da planta que há uma linha tracejada no cômodo que era a alcova – é a posição de uma parede que foi retirada. Essa alcova ficava pegada a uma parede externa e, mesmo assim, não possuía janela, tal como ocorre na fazenda Santa Clara (p. 306). Isso confirma, mais uma vez, que as alcovas permaneceram por uma tradição cultural e não apenas por uma justificativa



Elevação frontal
Esc: 1:500



Elevação lateral
Esc: 1:500



Figura 42 - Sala nobre. Foto: CFC.



técnica, utilizada para aproveitar os cômodos do centro da casa rural ou do meio do lote urbano, onde não era possível fazer aberturas.

Entre a capela e a sala lateral há uma pequena janela, mais baixa que as demais. Janelas entre capelas e o setor íntimo da casa são comuns, geralmente guarnecidas por treliças fechando parcialmente o vão. Nesse caso, a janela é pequena e a treliça fecha totalmente o vão. Sabe-se que essas treliças têm a função de confessionário. Convém, assim, retomar um questionamento sobre a verdadeira função dessas janelas: se serviam apenas como confessionário ou se serviam para dar privacidade a membros da família, permitindo que assistissem à missa separados das demais pessoas da fazenda, ou ambas as coisas.

Figura 43 - Detalhe da pintura na PAREDE DA SALA NOBRE. Foto: CFC.



Figura 44 - ERMIDA, detalhe do altar e do confessionário com treliça. Foto: CFC.

Fazenda Campo Lindo
Município de Cruzília



Figura 45 - Vista principal, porta almofadada com verga em arco pleno. Foto: CFC.

Figura 46 - Vista dos fundos. Foto: CFC.

Pé-direito: 4,70m

Janelas (vão luz): 2,40m x 1,50m

Portas: 3,20m x 1,50m

Peças dos umbrais: 11cm x 13cm

Como em grande parte das propriedades, a casa que se observa hoje na fazenda Campo Limpo não é a casa primitiva. A casa atual data de 1871, mas o corpo de serviços é mais antigo; segundo os proprietários, "tem duzentos anos". Realmente, há um desalinhamento entre esses corpos, e a altura das vergas entre um volume e outro é bastante diferente, o que demonstra que foram erguidos separadamente.

A planta do corpo principal é um retângulo, cuja entrada se situa em uma das faces menores, gerando um longo corredor entre a sala de entrada e a sala da família. A solução adotada, pelo menos segundo o uso atual, foi usar o cômodo à esquerda da sala de entrada como sala de receber. A sala de entrada é usada como distribuição, estar e também como capela, já que há um grande oratório na parede frontal. O agenciamento reproduz o esquema normal, a não ser pelo miolo da edificação, onde antigas alcovas foram alteradas, dificultando a apreensão da planta original.





Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Currais
3. Casa de empregados
4. Construções complementares
5. Estábulo
6. Piscina



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação lateral
Esc: 1:500



Elevação fundos
Esc: 1:500

Figura 47 - Vista dos fundos, curral com piso de pedras. Foto: CFC.

As vergas das portas e janelas são retas, mas é importante chamar a atenção para a verga em arco pleno da porta principal, expressão de certo neoclassicismo pontual. As cimalhas de madeira, que perfazem todo o perímetro do corpo principal e escondem a cachorrada, também conferem certo requinte clássico à volumetria. Sobre os beirais, o telhado ainda mantém a dupla inclinação e as telhas de capa-e-canal.







Os edifícios do núcleo da fazenda formam um conjunto que merece atenção especial por sua originalidade: são agenciados em torno de pátios, como era comum no século XVIII, característica que se dissipou ao longo do século XIX. Esses pátios são tão presentes que, quando os edifícios que os cercam não dão conta de fechá-los, os fechamentos são feitos por muros. No caso da fazenda Campo Lindo, cercando o pátio posterior há um grande muro de adobe, com paus a 45 graus como fechamento, coberto por telhas.







Figura 48 - Sala de entrada. Foto: CFC.

Figura 49 - Detalhe sala de visitas. Foto: CFC.

Figura 50 - Quarto de hóspedes. Foto: CFC.

Figura 51 - Vista lateral do corpo principal e do retângulo de serviços. Foto: CFC.

Figura 52 - Sala de visitas. Foto: CFC.





Figura 53 - Fachada da frente. Foto: CFC.

Figura 54 - Sala nobre. Foto: CFC.

Figura 55 - Fachada dos fundos. Foto: CFC.

Fazenda Bela Vista
Município de São Vicente de Minas

Data provável: década de 1870

Pé-direito: 4,18m

Janelas (vão luz): 1,07m x 2,15m

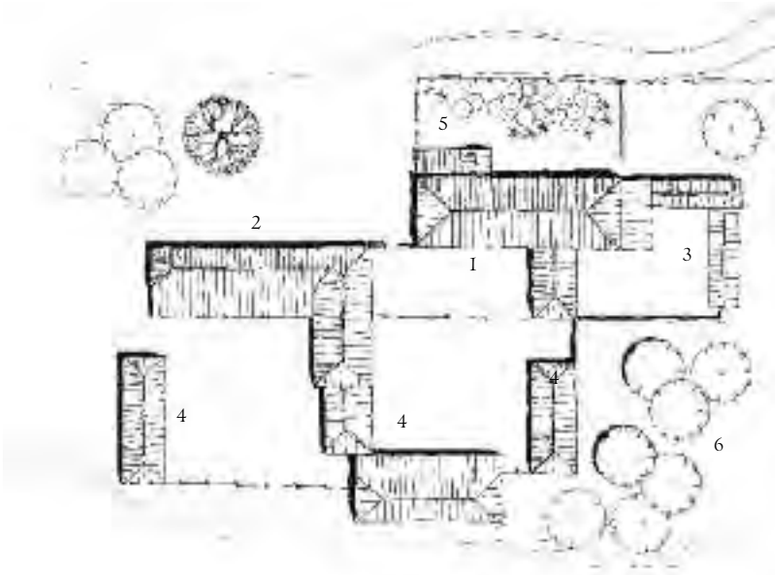
Peitoril: 0,90m

Portas: 1,07m x 3,18m

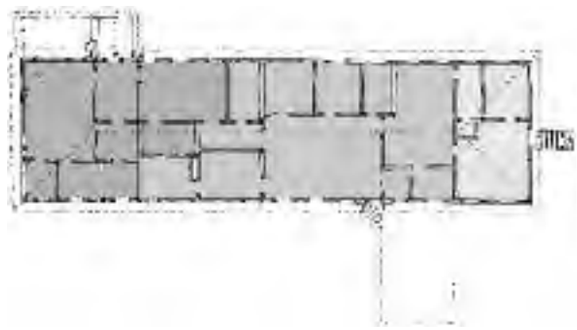
A fazenda Bela Vista está implantada em uma topografia bastante suave se comparada a outras do Sul de Minas, como, aliás, é comum nas fazendas dessa região de campo-cerrado. Ainda assim, as casas não dispensam o porão.

Além da casa principal, o conjunto das edificações do núcleo da Bela Vista merece atenção por contar com edifícios bastante antigos. Segundo o proprietário, a antiga casa ficava no edifício lateral, onde hoje funciona um depósito junto ao curral. Sua planta também se insere no rol de plantas formadas por um único retângulo de proporções longitudinais, superiores a 2:1. A integridade e originalidade da casa estão bastante preservadas, pois ainda possui baldrames e cunhais de madeira à mostra, cimalha original de madeira, telhado de telha de capa-e-canal com dupla inclinação e janelas com pestanas, o que leva a crer que sua estrutura permanece original. Os baldrames de pedra, no entanto, estão revestidos com argamassa. O alpendre que protege a entrada principal possui cobertura de telhas francesas, forro e lambrequim, elementos





Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Antiga casa
3. Currais
4. Construções complementares
5. Jardim frontal
6. Pomar



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação lateral
Esc: 1:500



Elevação fundos
Esc: 1:500

típicos do fim do século XIX que, claramente, não são contemporâneos da construção da casa, mas não deixam de ter sua importância histórica. Um novo corpo, ligado ao setor da família ou de serviços, foi construído sob os beirais do corpo principal. Esse corpo apresenta cunhais em argamassa, janela com vergas em arco pleno, e provavelmente foi construído com alvenaria de tijolos portantes. No acesso ao novo corpo, há uma escada em círculos concêntricos, também comum ao fim do século XIX.



Figura 56 - Cama rústica. Foto: CFC.

Fazenda Pitangueiras I
Município de São Vicente de Minas



Figura 57 - Vista fundos. Foto: CFC.

Figura 58 - Vista lateral da casa e antiga senzala. Foto: CFC.



Data provável: terceiro quartel do século XVIII

Pé-direito: 4,50m

Janelas: 1,50m x 2,00m

Peitoril: 1,00m

Portas: 1,50m x 3,00m

Pitangueiras é uma fazenda extremamente sofisticada, diferente das austeras fazendas do grupo de Cruzília. Embora em excelente estado de preservação e em estado médio de conservação, ela se encontra economicamente bastante prejudicada, fato comum às fazendas da microrregião de Andrelândia. Ao mesmo tempo, algumas fazendas, cujas casas originais eram bastante modestas em relação à sofisticação de uma Pitangueiras de São Vicente de Minas, possuem hoje intensa atividade econômica, o que pode ser comprovado pelo equipamento agroindustrial a sua volta. É o caso das fazendas dos Tachos (p. 221) e Mascatinho (p. 203), no Grupo de Varginha. Trata-se de uma decorrência do deslocamento do eixo econômico na própria



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Senzala
4. Construções complementares





Figura 59 - Paiol. Foto: CFC.

Figura 60 - Sala nobre. Foto: CFC.



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação lateral
Esc: 1:500



Elevação lateral
Esc: 1:500





Figura 61 - Senzala. Foto: CFC.

Figura 62 - Vista lateral. Foto: CFC.

Figura 63 - Vista lateral. Foto: CFC.

região, iniciando-se com a busca de novas terras a oeste e consolidando-se definitivamente com a implantação do café no fim do século XIX. As fazendas da região de campo cerrado, onde o solo é exageradamente rico em calcário, ficaram fora desse processo.

A casa da fazenda Pitangueiras possui volumetria solarenga, conferida pelo telhado bastante presente por causa de sua altura, em consequência da largura do retângulo principal (quanto mais larga a casa, mais alto o telhado). Destacam-se, além do vasto telhado original e íntegro, as vergas em canga de boi, a grande escada de pedra perpendicular à fachada e a planta em L do século XVIII. Há clara predominância, em área, do setor social sobre o íntimo, o que não costumava ocorrer no século XIX. São três salas apenas no setor social: sala de entrada, sala nobre, à esquerda, dando acesso para seis quartos, e uma terceira sala, à direita, usada para guarda. Um estranho corredor, demasiado estreito, dá acesso à sala da família e seus orbitais e ao setor de serviços. Essa sala íntima, assim como na fazenda Serra das Bicas (p. 184), não se abre para o semipátio formado na conjunção dos dois volumes; ao contrário, abre-se para o pátio da senzala. Saindo pelo setor de serviços, há um embasamento de pedras do qual parte a grande escada desse mesmo material.



A casa mineira do século XVIII precisa ser estudada com mais profundidade, pois, segundo Lemos, o setor de





Figura 64 - Detalhe da janela. Foto: CFC.

Figura 65 - Detalhe da cozinha e despensa. Foto: CFC.

Figura 66 - Detalhe da chapeleira. Foto: CFC.

serviços não possuía saída direta para o exterior, o que não acontece nesse e em quase todos os outros casos de nosso levantamento. Somente nas fazendas Bananal (p. 181) e Monjolo (p. 187), ambas do século XVIII, isso ocorre. Para uma verificação caso a caso, seria preciso fazer prospecções para descobrir o histórico de intervenções ocorridas (onde foram abertos novos vãos) e cotejá-las com informações documentais de data. Acreditamos, no entanto, que essa característica seja mais arcaica do que os exemplares aqui levantados.

O conjunto da fazenda Pitangueiras conta ainda com um grande paiol, chiqueiro, abrigos para gado e o antigo edifício da senzala.

Em passagem pela fazenda Carrancas em primeiro de março (1822), Saint-Hilaire cita o rio Pitangueiras:

> *Cortando sempre pastos, encontramos, a pouca distância do Rio Juruoca, o de Pitangueiras, que, segundo me disseram, vai concluir com o Rio Grande. A ponte que atravessa o Rio Pitangueiras é tão má que os burros por ela não podem passar sem perigo. Tínhamos, sempre à frente, a Serra das Carrancas e afinal ali chegamos. Em ponto algum é muito elevado e o caminho a corta no lugar onde tem menos altura.[...]*[7].



Paramos, a pouca distância da raiz da Serra, numa fazenda que pertence à mesma família dos donos da Cachoeirinha e não parece menos importante do que ela. Fui muito bem-recebido e os donos da casa não nos permitiram cozinhar.

Fazenda Pitangueiras 2
Município de São Vicente de Minas



Figura 67 - Varanda lateral. Foto: CFC.

Figura 68 - Fachada dos fundos. Foto: CFC.

Figura 69 - Vista posterior. Foto: CFC.

Data provável: século XVIII

Pé-direito: 3,50m

Janelas: 1,05m x 1,70m

Peitoril: 1,00m

Portas: 1,50m x 2,55m

Peças dos umbrais: 17cm x 20cm

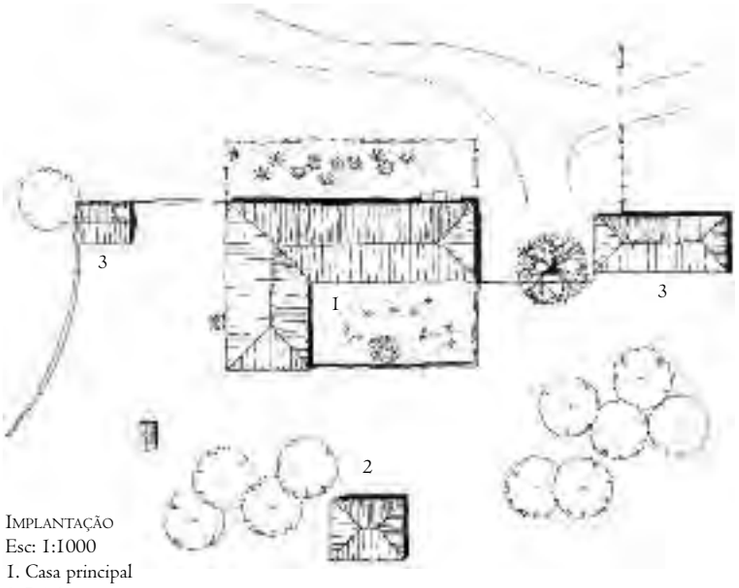
Identificamos essa fazenda como Pitangueiras 2 para diferenciá-la da fazenda de mesmo nome, situada no mesmo município, antes descrita.

Contraditoriamente, a casa de Pitangueiras 2 apresenta as fachadas bastante íntegras, assim como o telhado, com telhas e estrutura originais, enquanto o interior foi muito alterado, sobretudo no setor de serviços, o que dificulta sua interpretação. A planta é composta por dois corpos perpendiculares, formando um L. Como os dois corpos são retângulos de igual largura, as cumeeiras do telhado têm a mesma altura, caso raríssimo em plantas em L, nas quais geralmente o corpo principal é mais largo que o de serviços, gerando cumeeiras com alturas diferentes.

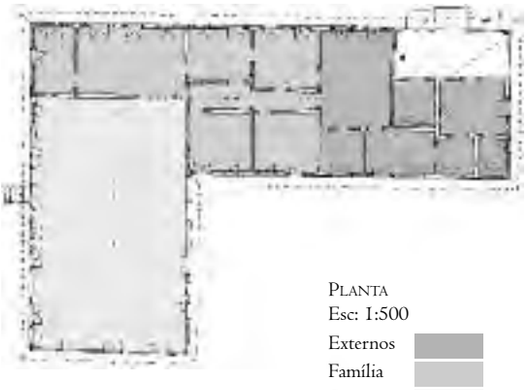
O acesso é feito por uma varanda lateral em um canto da casa. Essa varanda é claramente uma alteração posterior, tanto por sua forma e localização quanto pelos materiais (as vergas são de concreto). Ela dá acesso à capela, à sala e a alguns quartos que se interligam ao redor do cômodo da capela. Um corredor







Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Senzala



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação lateral
Esc: 1:500



Elevação fundos
Esc: 1:500

Figura 70 - Fachada frontal. Foto: CFC.

Figura 71 - Fachada lateral da cozinha. Foto: CFC.





liga o setor social ao setor íntimo, chegando até a sala da família e permitindo o acesso a alguns quartos. O setor de serviços está com a planta totalmente livre, formada por um único cômodo, onde funciona uma espécie de "cozinha de fora".

A planta atípica dessa casa é realmente um grande mistério e, como há evidências de alterações, deve ser interpretada com cuidado. No setor social, as portas internas parecem estar em suas posições originais, com suas vergas em canga de boi. Na sala, quatro dessas portas estão dispostas de par em par, como era comum em fazendas do século XVIII, o que confere à planta desse setor alguma veracidade. Além disso, o forro da capela é todo decorado com pinturas, o que mostra que ela sempre esteve ali. Já na parte íntima da casa, algumas portas possuem vergas retas. Uma das paredes do corredor chega ao



Figura 72 - Cozinha. Foto: CFC.



Figura 73 - Sala de entrada com janela para ermida. Foto: CFC.

umbral da porta em verga curva da sala, "engolindo" a madeira sob a argamassa, o que demonstra ter havido alterações. Essas evidências, somadas à estranheza do agenciamento dos cômodos, levam a crer que a planta desse setor não é original e, portanto, não pode ser usada como demonstração ou exemplo do modo de vida à época. Na sala da família, no entanto, há um par de portas de vergas arqueadas conferindo àquela parede posição original.

A fazenda está implantada em terreno de pouca declividade, e os equipamentos que compõem o seu núcleo demonstram os tipos de atividade ali praticados. O moinho de milho, as ruínas de um antigo engenho, currais e telheiros vários atestam que a fazenda desenvolvia atividades econômicas diversas, como a produção de derivados da cana (açúcar, rapadura e pinga) e do milho (farinha de milho e fubá), além da criação de gado vacum e suíno.

Nessa fazenda não foram encontrados vestígios da produção cafeeira, evidenciada principalmente pela presença de terreiros, facilmente identificados por sua necessária acomodação ao terreno, que muitas vezes gera cortes, aterros e muros de arrimo.

Fazenda Engenho de Serra
Município de São Vicente de Minas

Data provável: meados do século XVIII

Pé-direito: 3,40m

Janelas: 1,30m x 1,50m

Peitoril: 1,00m

Portas: 1,30m x 2,50m

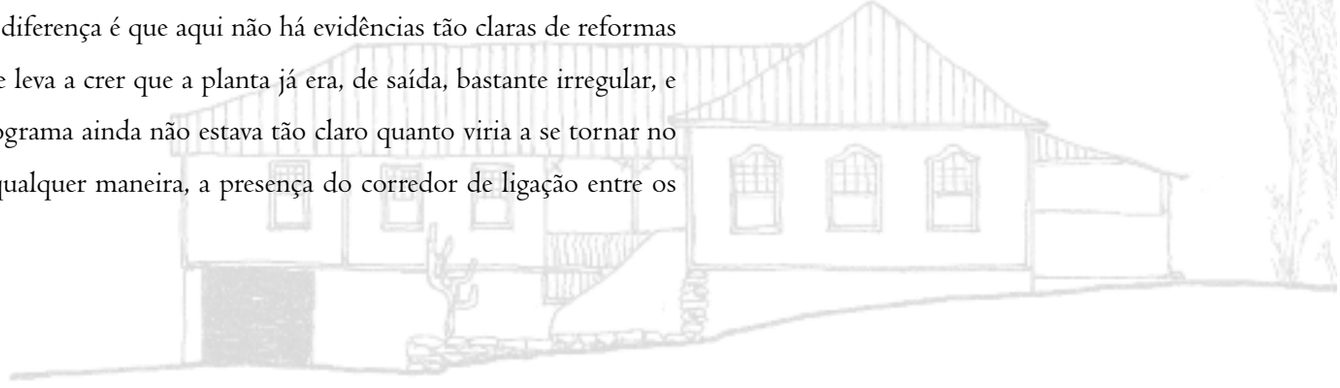


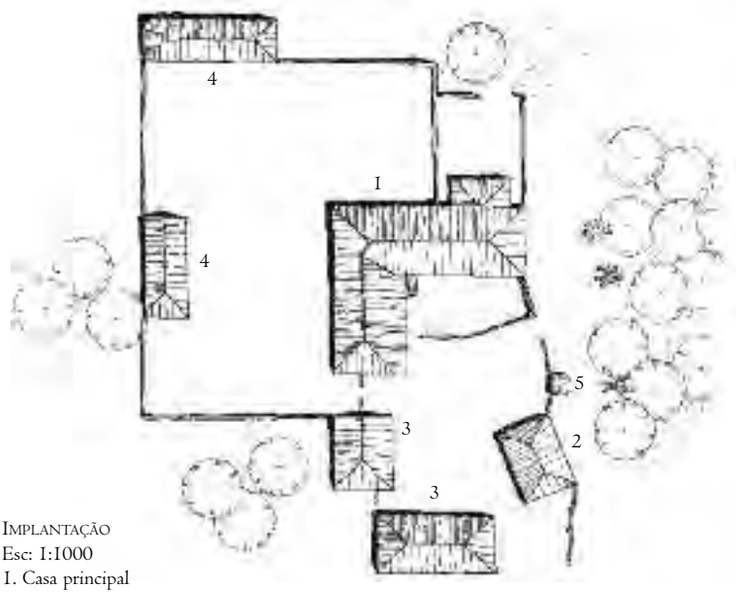
Figura 74 - Fachada lateral. Foto: CFC.

Engenho de Serra é uma das casas que melhor exemplificam a fazenda do século XVIII e a diferenciam das do século XIX. Começando pelo exterior, as janelas do corpo principal são de verga em canga de boi e sua distribuição nas fachadas é mais esparsa, resultando na predominância dos cheios nos panos de parede. A proporção de altura/largura das aberturas também é diferente: as portas e janelas são mais largas do que na maioria das fazendas levantadas. No corpo de serviços, as janelas possuem verga reta, mas, diferentemente das encontradas nas fazendas do século XIX (com proporções próximas a 2:1), são largas como as do corpo principal, o que permite supor que sejam contemporâneas a estas. As janelas das áreas de serviço costumavam ser diferentes, pois as de vergas arqueadas, mais nobres e sofisticadas, eram reservadas apenas ao corpo principal. Restavam ao corpo de serviços as janelas de vergas retas.

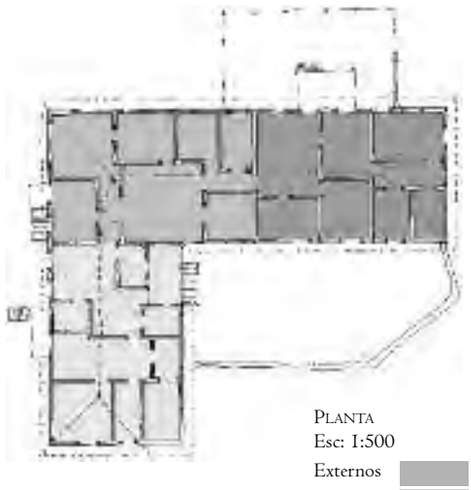
O telhado de prolongo é uma característica essencial apontada por pesquisadores da arquitetura rural mineira e, nesse caso, essa característica se confirma, levando a crer que o universo amostral pesquisado por outros estudiosos concentrava-se no século XVIII. Vale lembrar um detalhe sempre presente nos telhados de prolongo: como são em meia água, seu arremate é feito com telhas de bica perpendiculares às telhas do plano do telhado.

A irregularidade da planta de Engenho de Serra intriga bastante, como a de Pitangueiras 2. A diferença é que aqui não há evidências tão claras de reformas e alterações, o que leva a crer que a planta já era, de saída, bastante irregular, e que o próprio programa ainda não estava tão claro quanto viria a se tornar no século XIX. De qualquer maneira, a presença do corredor de ligação entre os





Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Currais
4. Construções complementares
5. Moinho



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação fundos
Esc: 1:500



Elevação lateral
Esc: 1:500



setores tem se mostrado uma constante nas fazendas dessa época, nessa região. Tal característica viria a ser suplantada pelo cômodo de ligação ou por corredores mais curtos.

Nesses breves comentários sobre cada fazenda só abordaremos a técnica construtiva quando houver algo fora do padrão da gaiola, já descrita no capítulo 4. Pois bem, a fazenda Engenho de Serra possui paredes de adobe, mas não como estrutura portante, conforme se observa nas fazendas na Traituba e Favacho: o adobe aqui é apenas o vedo da tradicional estrutura autônoma de madeira. Não se sabe se o fechamento de adobe foi adotado logo na concepção da obra ou se foi, mais tarde, substituto do pau a pique. Para essa conferência, bastaria uma simples prospecção junto aos baldrames e aos frechais, verificando se há perfurações para encaixe dos prumos. Os beirais



também são diferentes dos demais: apoiam-se normalmente em cachorros, mas são inclinados, e não horizontais, como nas outras fazendas.

Os edifícios adjacentes são o paiol, moinho, curral de ordenha, serraria (daí o nome Engenho de Serra) e depósito de mantimentos (arroz e feijão). Observam-se ainda muros de adobe ou de pedra e terreiros. A presença de terreiros geralmente está associada à produção de café, mas nessa fazenda eles provavelmente serviam para secagem de outros produtos, como o feijão. Ainda hoje, nessa região, pode-se ver o trabalho de malhar o feijão nos terreiros. Outro costume arcaico na produção, também mantido, é o uso do carro de boi.



Figura 75 - Na página ao lado, corredor interno. Foto: CFC.

Figura 76 - Fachada lateral. Foto: CFC.

Figura 77 - Fachada dos fundos. Foto: CFC.

Fazenda Sesmaria
Município de São Vicente de Minas





Figura 78 - Fachada dos fundos. Foto: CFC.

Figura 79 - Escada de pedras. Foto: CFC.

Figura 80 - Fachada frontal. Foto: CFC.

Data provável: final do século XVIII

Pé-direito: 3,70m

Janelas: 1,00m x 1,80m

Peitoril: 0,97m

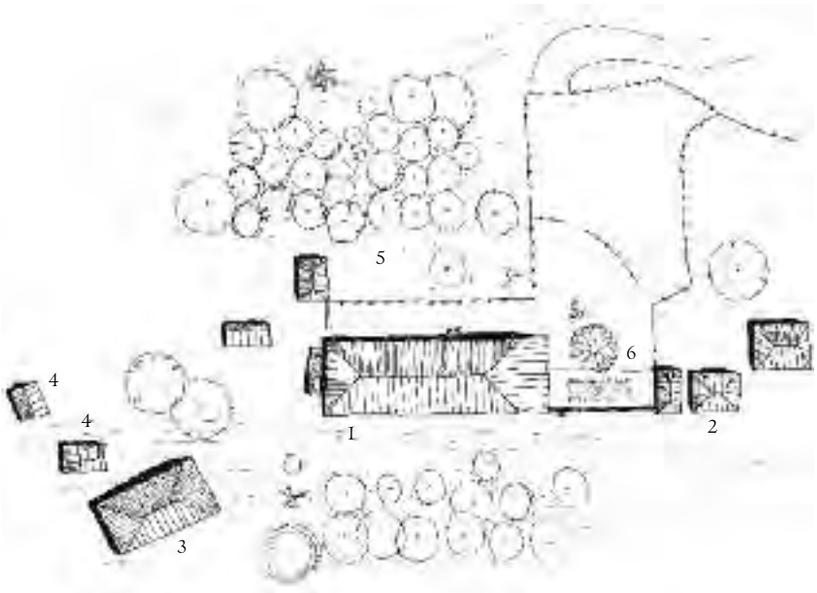
Portas: 1,30m x 2,75m

Peças dos umbrais: 17cm x 20cm

A casa da fazenda Sesmaria tem feição um tanto citadina, por ser assobradada na face posterior. Isso ocorre porque, devido ao declive do terreno, o porão torna-se alto. Fechado com paredes de barro e não de pedra, como normalmente se observa, o porão ganhou uma sequência de janelas alinhadas com as do pavimento nobre, o que conferiu à casa essa feição de sobrado urbano. O fechamento do porão por paredes de barro acontece em um ou outro caso, mas essa sequência de janelas repetindo o pavimento superior é raríssima.

Sua planta também se insere no rol de plantas formadas por um único retângulo de proporções longitudinais, superiores a 2:1. No caso da Sesmaria, o retângulo possui 11m de largura por 27m de comprimento. O agenciamento





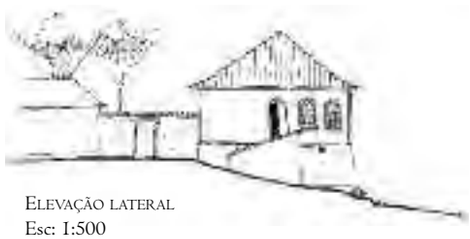
Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Currais
4. Construções complementares
5. Pomar
6. Piscina



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação fundos
Esc: 1:500



Elevação lateral
Esc: 1:500

do programa é bem claro: de um lado, junto ao acesso, o setor de convívio com estranhos; de outro, o da família, unido ao de serviços. O corredor de ligação já esboça o "sifão" visual e há nele uma escada interna que dá acesso ao porão. Não sabemos afirmar se é original. No quarto, junto à sala de visitas, há um forro de gamela, um luxo bastante raro nas casas deste levantamento.



Figura 81 - Forro de gamela, quarto de hópedes. Foto: CFC.



Figura 82 - Sala nobre. Foto: CFC.



Figura 83 - Quarto. Foto: CFC.

Figura 84 - Sala da família. Foto: CFC.



A casa está implantada em declive, com a fachada da frente levantada apenas um metro do chão e a fachada posterior construída em dois pavimentos. Essa implantação se deve a um arrimo que se prolonga para além da casa, onde há uma escada feita com as pedras que saem do próprio muro. Tal detalhe foi encontrado também nos arrimos do terreiro da fazenda da Pedra (p. 275) e em algumas construções no norte do Portugal, e é usado por arquitetos contemporâneos portugueses em referência à arquitetura tradicional de seu país.

Fazenda Nova
Município de São Vicente de Minas



Data provável: final do século XIX

Pé-direito: 3,57m

Janelas: 1,00m x 1,60m

Peitoril: 0,97m

Portas externas: 1,10m x 2,65m

Portas internas: 0,90m x 2,65m

Peças dos umbrais: 15cm x 19cm

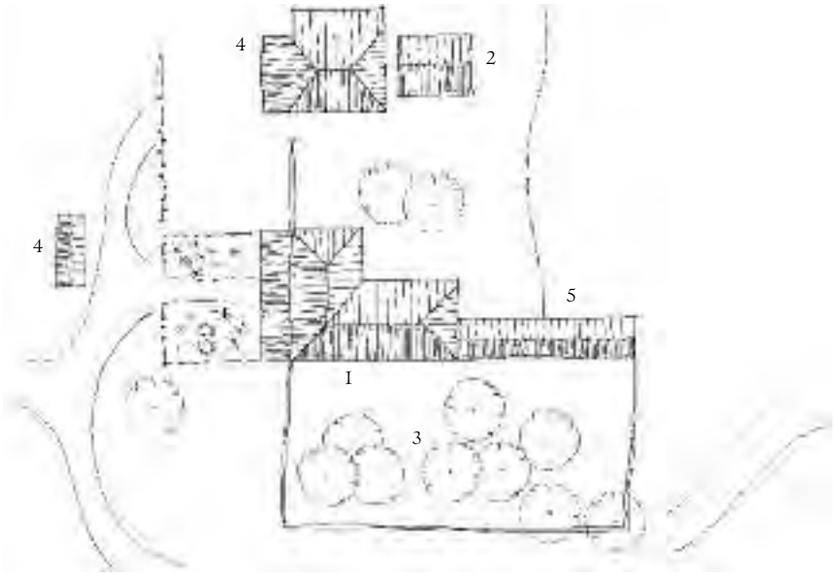
Erguida por volta de 1900, a casa da fazenda Nova é um caso raro nessa região, onde as fazendas são geralmente as mais antigas de todo o levantamento. Entre as fazendas visitadas, ela é a única usada apenas como segunda residência, sendo o proprietário morador da cidade grande.

Como as fazendas do fim do período pesquisado, essa casa é ligeiramente menor que a média e não possui alcovas. Sua planta é em L, com telhados de cumeeiras perpendiculares e na mesma altura. A planta pode ter sido alterada para adaptação ao uso. Apresenta uma sala de

Figura 85 - Fachada lateral. Foto: CFC.

Figura 86 - Sala nobre. Foto: CFC.





Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Pomar
4. Construções complementares
5. Serviços de cozinha



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços

distribuição, uma sala social dando para dois quartos e um corredor de ligação com outra sala que, por sua vez, dá acesso a outros quartos. Há ainda um corredor ligando à sala de jantar que, nesse caso, não tem as grandes dimensões da "sala da família". Dessa sala, tem-se acesso aos cômodos de serviços e à cozinha. Um banheiro foi construído na sala de jantar, ocupando parte dela, diferentemente do que se observa na maioria das adaptações, nas quais um antigo cômodo é transformado em banheiro.

O mais interessante da implantação dessa casa é o longo corpo com telhado de duas águas, que se estende para além da cozinha e abriga algumas atividades de serviço.



Figura 87 - Fachada dos fundos. Foto: CFC.

Fazenda Pinheiros
Município de São Vicente de Minas





Não foi possível contactar os proprietários ou responsáveis pela fazenda Pinheiros e, por isso, o interior da casa não foi visitado. A fazenda estava deserta e fizemos apenas fotos e levantamento da parte externa.

Analisando pelo lado de fora, pode-se notar que a fazenda seria muito importante para esta pesquisa. A forma da casa é de um L clássico, ou seja, as cumeeiras dos telhados são perpendiculares. Possui cimalhas apenas sob os beirais de todo o corpo principal, pois no corpo menor elas caíram, deixando à mostra os cachorros e o detalhe necessário para a fixação das mesmas. Sua construção é claríssima: estrutura autônoma de madeira com fechamento de pau a pique. As peças da estrutura estão íntegras, com baldrames e cunhais à mostra. As janelas são de vergas retas a as folhas superiores das guilhotinas possuem delicado detalhe no enlace dos pinázios, formando arcos apontados e losangos. O telhado está íntegro e ainda conserva suas telhas de bica e a dupla inclinação. No fim do corpo de serviços, há uma reentrância muito interessante no volume, deixando a peça do cunhal solta no espaço.

O acesso principal é feito por um alpendre "moderno", com telhado de duas águas e lambrequim, como na fazenda Bela Vista de São Vicente de Minas (p. 154). A porta posterior fica no corpo de serviços, junto ao encontro dos dois volumes, e há ainda uma porta no fundo do volume menor. Essa configuração e distribuição de portas de acesso é bastante comum, atestando que a planta da casa deve ser parecida com o tipo clássico do século XIX.





Figura 88 - Fachada frontal e lateral. Foto: CFC.

Figura 89 - Fachada lateral. Foto: CFC.

Figura 90 - Fachada lateral oposta. Foto: CFC.

Figura 91 - Fachada dos fundos. Foto: CFC.

Fazenda Porto do Antimônio
Município de São Vicente de Minas







Figura 92 - Antiga senzala. Foto: CFC.

Figura 93 - Vista geral da casa. Foto: CFC.

Figura 94 - Árvore ao lado da senzala. Foto: CFC.

Data provável: século XVIII

Pé-direito: variável

Janelas: 0,76m x 1,4m

Portas: 1,04m x 2,35m

Peças dos umbrais: 12cm x 16cm

Localizada junto ao rio Aiuruoca, a fazenda do Porto provavelmente é, com a Angahy, uma das mais antigas da região. Sua tipologia difere totalmente de todas as outras, não apresentando a leveza característica das casas mineiras: é atarracada, construída ao rés do chão, com o pé-direito mais baixo, janelas menores, cunhais feitos de toscas e grossas peças de madeira e uso dos telhados de prolongo. No entanto, por sua localização, junto a um dos rios mais importantes para penetração no território, e pelas características da casa e das construções do conjunto, que ainda conserva o edifício da senzala, pode-se supor que essa fazenda pertença a um período anterior à fase da atividade agropecuária em Minas. Seu próprio nome sugere que ali teria sido um porto e, por isso, sua localização ao lado de um grande rio, fato incomum à maioria das fazendas.

Em sua passagem pela fazenda Carrancas em primeiro de março de 1822, Saint-Hilaire descreve o rio Aiuruoca:



Figura 95 - Vista do conjunto. Foto: CFC.

Figura 96 - Quarto. Repare o forro inclinado sob telhado de prolongo. Foto: CFC.

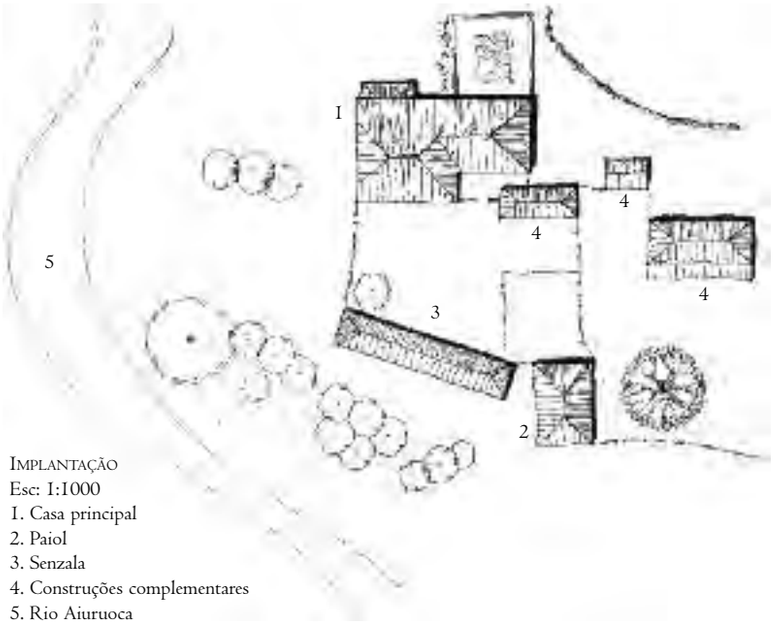


Depois de atravessar um riacho que forma uma pequena queda de água, da qual a fazenda tomou o nome de Cachoeirinha, atravessamos pastos e logo chegamos ao Juruoca. Esse rio mais volumoso do que o Rio Grande [...].

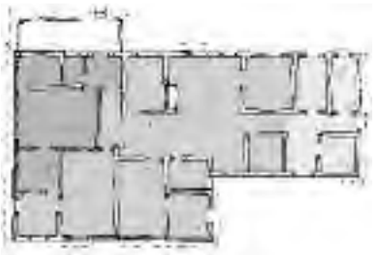
E continua discorrendo sobre o rio em seis de março:

Achava-se outrora muito ouro nas margens do Rio Grande e nas do Rio Juruoca, e é a um arraial de mineradores que a cidade deste nome deve a origem. Hoje, não há mais lavres entre S. João e Juruoca e apenas se contam duas ou três de pouca importância nestes arredores. Segundo o que me disse o cura, as conjeturas que formava ontem sobre a população desta cidade estão perfeitamente fundadas. Não é habitada durante a semana senão por mercadores, operários e prostitutas. Mas aos domingos e dias de festa, torna-se um lugar de reunião para todos os agricultores da comarca[8].

O núcleo da fazenda Porto de Antimônio possui, além da senzala, currais, moinho, paiol e cozinha de fora, em edifício separado da casa.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Senzala
4. Construções complementares
5. Rio Aiuruoca



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços

Fazenda São José da Vargem
Município de Baependi



Figura 97 - Vista geral do conjunto. Foto: CFC.

Figura 98 - Fachada lateral. Foto: CFC.

Data provável: desconhecida

Pé-direito: 4,00m

Janelas: 1,10m x 1,90m

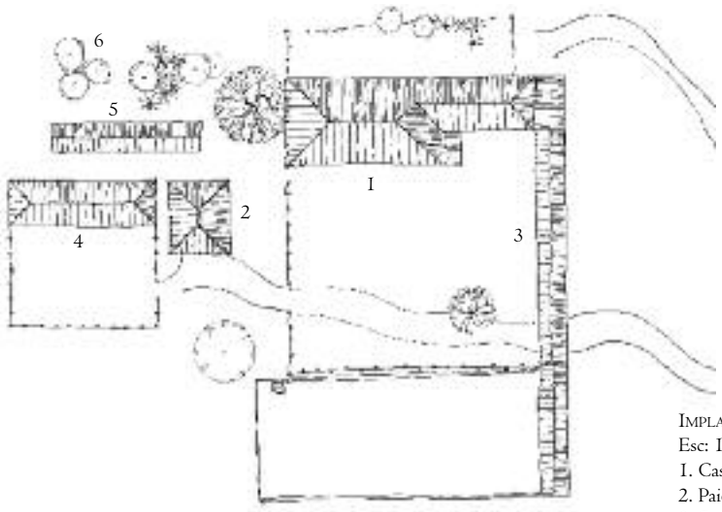
Portas: 1,10m x 3,10m

Peças dos umbrais: 20cm x 25cm

A cidade de Baependi (1814) é, juntamente com Campanha (1798), uma das mais antigas do Sul de Minas. Aparece em diversos mapas e documento antigos e ficou famosa no século XIX pela qualidade e quantidade exportada de seu fumo, imortalizado nos *Poemas da Colonização* em *Relicário* de Oswald de Andrade[9].



No baile da corte
Foi o conde d'Eu quem disse
Pra Dona Benvinda
Que farinha de Suruí
Pinga de Parati
Fumo de Baependi
É comê bebê pitá e caí



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Senzala
4. Estábulos
5. Construções complementares
6. Pomar





Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços

Figura 99 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth.

Figura 100 - Escada de acesso. Foto: CFC.

Figura 101 - Antiga senzala. Foto: CFC.



Elevação lateral
Esc: 1:500





Elevação lateral
Esc: 1:500







Figura 102 - Muro de pedras do porão cortando longitudinalmente a casa. Foto: CFC.

Figura 103 - Ermida. Foto: CFC.

Sabe-se, contudo, que, quando se tratava de Baependi, a referência não se restringia ao município atual, mas abrangia toda sua antiga interlândia:

> *Nesta atividade específica destacavam-se os municípios de Cristina, Aiuruoca e Pouso Alegre*[10].

Nesse município, tão importante historicamente, encontramos apenas uma fazenda, a São José da Vargem, que apresenta o caso mais emblemático de agenciamento em L com cumeeiras paralelas. Seu retângulo principal, de proporções 2:1, medindo 11m por 22m, fica paralelo ao retângulo menor, de serviços, medindo 7m por 14m.

Embora a forma do retângulo maior não seja a do L clássico, o agenciamento dos cômodos da casa segue exatamente a ordem que se consolidou no modelo clássico. Entra-se por um vestíbulo, de onde se tem acesso à sala nobre, a um quarto, a uma alcova e ao corredor de ligação com a sala da família. No próprio vestíbulo, encontra-se o cômodo do oratório. A sala da família já se encontra em sua posição tradicional, exatamente na junção dos retângulos, fazendo a conexão desses setores. Dela se tem acesso aos demais quartos que, por sua vez, se interligam, saindo de volta na ala social. O setor de serviços é bem claro: primeiro, um corredor com dois quartos e, na ponta, a cozinha. No fim do retângulo de serviços há um prolongamento da tacaniça, a cobrir um cômodo. Um prolongamento semelhante do telhado pode ser visto na sala da família.

O partido longitudinal não impediu que se fizesse um agenciamento tradicional dos cômodos, mas implantou muito bem a casa em terreno em declive, gerando um grande arrimo que divide o porão em duas partes no sentido longitudinal: uma delas alta, aproveitável, e outra parte mais baixa, sem acesso. Compondo com a casa um semipátio, há uma interessante senzala num corpo longitudinal em declive, com suas portas e janelas, uma a uma, abrindo-se apenas para um lado. De resto, observam-se ainda na propriedade arrimos de pedra e algumas outras construções para gado bovino e equino.

Grupo de Carrancas (parte da antiga freguesia de Lavras)

A freguesia de Lavras era separada das freguesias de Baependi e Juruoca, ao sul, pela serra de Carrancas; a leste e ao norte, é separada do termo da vila de São João del-Rei pelo rio Grande; a sudoeste, separa-se das freguesias de Campanha, Cabo Verde e Jacuí pela sequência dos rios do Peixe, Verde e Sapucaí.

Essa antiga freguesia era muito grande; parte dela pertence hoje à microrregião de Varginha, no Sul/Sudoeste de Minas, e parte à microrregião de Lavras, no Campo das Vertentes. A região do Campo das Vertentes tem sua ocupação mais antiga ligada ao caminho para Goiás, que seguia pelas margens do rio Grande até o caminho do Anhanguera, em São Paulo. Essa região foi estudada por Helena Teixeira Martins[11].

A freguesia de Lavras, entretanto, fica na margem sul do rio Grande e apresenta algumas características das freguesias anteriores. Hoje em dia podemos dividi-la em dois grupos: um mais ligado ao leste, aos campos e cerrados, ao qual chamamos grupo de Carrancas, e outro mais ligado ao oeste, nas margens direitas dos rios Verde e Sapucaí, ao qual chamamos grupo de Varginha.

O grupo de Carrancas guarda maiores semelhanças com o grupo de Cruzília. São fazendas mais espalhadas, implantadas em territórios ermos e dominando grandes paisagens. Diferem das anteriores por estarem situadas em região mais montanhosa, como a serra de Carrancas ou a serra de São Tomé, fim do Complexo Varginha, cadeia de montanhas que se estende até o sul da região vulcânica de Poços de Caldas.

Além das fazendas apresentadas a seguir, foram visitadas as fazendas Bela Vista de Lavras e Ouro Verde, Vargem Grande e Retiro, em Luminárias. Elas não constam do levantamento, porém, por um dos motivos apresentados na introdução deste capítulo.



Figura 104 - Microrregião de Lavras. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/microrregião_de_lavras. Acesso em 20 março 2008.

Fazenda Grão Mogol
Município de Carrancas



Figura 105 - Vista geral. Foto: CFC.



Figura 106 - Vista geral do conjunto. Foto: CFC.

Data provável: século XVIII

No mapa da comarca do Rio das Mortes do fim do século XVIII, Carrancas já aparecia na região de confluência dos caminhos Velho e de Fernão Dias, logo ao norte do rio Capivari, próximo a local de topônimo Curralinho, não encontrado nos mapas atuais. Termo da vila de São João del-Rei e pertencente à freguesia de Lavras do Funil, nesse mapa Carrancas está situada entre o rio Capivari e a serra de mesmo nome e, certamente por sua posição histórico-geográfica, guarda exemplares antigos de nossa arquitetura.

Em passagem pelo rancho de Traituba em 1822, Saint-Hilaire faz breves comentários sobre Carrancas:

> *Cerca de quarto de légua da fazenda encontramos a Vila de Carrancas, sede da paróquia. Quando muito, merece o nome de aldeia. Fica numa encosta de colina e compõe-se de umas vinte casas situadas em volta de uma praça coberta de grama.*



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Senzala
4. Estábulos
5. Construções complementares
6. Pomar



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação lateral
Esc: 1:500



Elevação lateral
Esc: 1:500



Figura 107 - Alpendre de entrada com banco. Foto: CFC.

Figura 108 - Vista interna a partir da sala íntima. Foto: CFC.

A igreja ocupa o lado mais alto da praça.

É pequena, mas construída de pedra e muito bonita por dentro. Não é à mineração que Carrancas deve sua origem. No lugar em que está situada existiu outrora uma fazenda com capelinha. Atraídos pelo desejo de ouvir missa, alguns cultivadores vieram estabelecer-se na vizinhança. Foi a fazenda destruída, mas a capela continuou a subsistir. Substituíram-na por uma igreja mais considerável e a pouco e pouco formou-se a aldeia[12].



Infelizmente, no atual município, não sobraram, em estado aproveitável para estudo, muitos exemplares de nossa antiga arquitetura, como a fazenda Grão Mogol. Bastante singela, essa propriedade não possui aquele ar solarengo das casas nobres de outras fazendas aqui descritas. Exibe, sim, uma arquitetura simples, bem-proporcionada, de composições claras, limpas e definidas.

Seu telhado de quatro águas não apresenta a perna do L; a cozinha fica sob outro telhado, pegado à casa. Suas dimensões são ligeiramente menores e a planta apresenta aquele agenciamento normal entre setores, aparecendo aqui o corredor sifonado, que impede a visão de um setor ao outro. As janelas da casa são de vergas arqueadas e não possuem caixilhos, apenas as folhas de calha interiores. O forro é de esteira de taquara e bastante novo, parecendo ter substituído antigos forros de madeira. Os muros de pedra e as vergas atestam sua idade. O pequeno núcleo da sede demonstra sua simplicidade, e a longa paisagem ao redor, seu isolamento. Foi nessa fazenda que observamos o trabalho de "malhar" o feijão no terreiro.

Fazenda Bananal
Município de Carrancas



Figura 109 - Fachada frontal. Foto: CFC.

Figura 110 - Vista geral. Foto: CFC.

Data provável: meados do século XVIII

Pé-direito: 3,80m

Janela:s 1,05m x 1,8m; h=0,95m

Portas: 1,13m x 2,80m

Peças dos umbrais: 18cm x 22cm

A fazenda Bananal pode ser considerada exemplar único dentro da pesquisa, pois guarda muitas similaridades com as propriedades descritas pelos professores Sylvio de Vasconcellos e Ivo Porto Menezes ao abordarem a arquitetura rural em Minas. Notam-se as semelhanças desde o telhado de prolongo, cobrindo a varanda, até a antiga entrada por escada de pedra, paralela à fachada, comum às casas mineiras mais antigas e também às portuguesas. A principal diferença entre a fazenda Bananal e as demais está na maneira como é utilizada a estrutura de madeira: os barrotes são apoiados sobre baldrames, deixando seus topos aparentes na fachada, e o esteio desce até o chão, diferentemente das outras casas, onde o apuro da técnica levou à adoção de uma estrutura isostática em que o pé-direito (antigo esteio) vai apenas do frechal ao baldrame, e os barrotes são samblados aos baldrames, protegendo seus topos.









Figura 111 - Vista do conjunto. Foto: CFC.

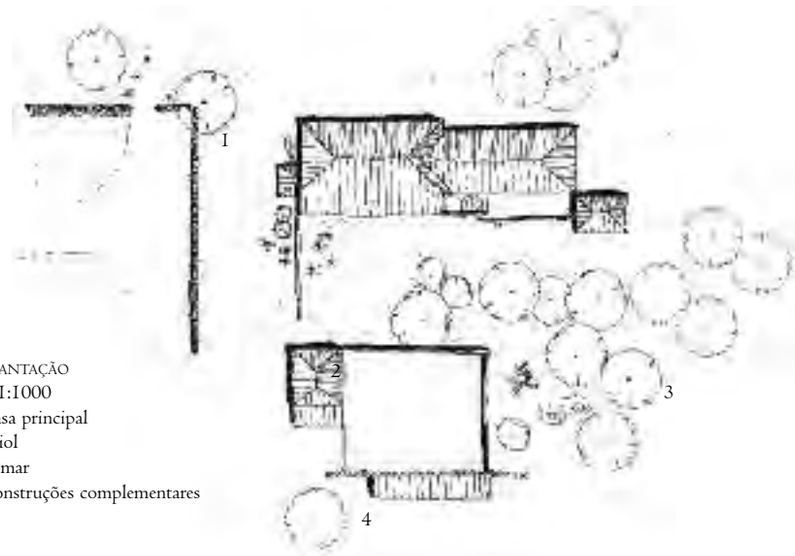
Figura 112 - Sala de entrada. Foto: CFC.

A planta da casa de Bananal também se enquadra na descrição dos professores:

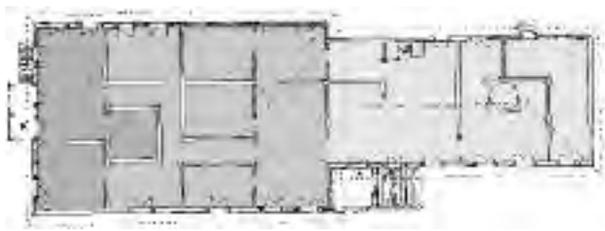
> *[...] os cômodos distribuem-se em torno da sala central, às vezes duplicada – uma de frente, outra de trás – com corredores de permeio facilitando o trânsito autônomo entre determinadas peças*[13].

Essa descrição, genericamente, abarca todas as fazendas que têm corredor.

Na casa da fazenda Bananal, a grande escada de pedra e o telhado de prolongo permitem supor que a parte coberta por esse telhado fosse a antiga varanda. A evidência no plano da teoria é a semelhança com o tipo descrito pelos professores. Outras evidências, agora no plano do levantamento, são as



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Pomar
4. Construções complementares



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação lateral
Esc: 1:500



Elevação frontal
Esc: 1:500





janelas dessa fachada – que possuem verga reta, enquanto as demais janelas são de vergas arqueadas – e o fato de o atual alpendre de entrada não ser de pedra, como de costume no século XVIII. O corpo de serviços possui telhado mais baixo, que chega ao corpo principal de maneira pouco ortodoxa, levando-nos a interpretar que seja um "puxado" posterior.

Do ponto de vista da implantação, destacam-se os vários muros de pedra de mão ao redor da casa e sua situação no ponto baixo da paisagem, junto ao curso d'água. O moinho fica pegado ao corpo de serviços da casa, que conserva um grande forno no seu interior.

Figura 113 - Fachada lateral. Foto: CFC.

Figura 114 - Armário de canto. Foto: CFC.

Figura 115 - Fachada lateral oposta. Repare que os esteios vão até o chão. Foto: CFC.



Fazenda Serra das Bicas
Município de Carrancas



Figura 116 - Entrada da fazenda. Foto: CFC.

Figura 117 - Fachada lateral onde a parede ainda é de pau a pique. Foto: CFC.

Data provável: por volta de 1790

Pé-direito: 4,65m

Janelas: 1,30m x 2,35m; h=1m

Portas: 1,30m x 3,35m (externas) e 1,2m x 2,35m (internas)

Bastante isolada também, a fazenda Serra das Bicas tem mais ligação com Lavras do que com Carrancas, provavelmente por estar do outro lado da serra. Há trechos de solo totalmente arenosos no percurso até ela. Na chegada, ao longe se vê o casarão entre duas grandes árvores e muros de pedra dividindo pastos. Ao lado da sede, um grande telhado esconde o engenho de cana, tipo de construção que aqui começa a surgir, ao contrário do que acontece na região do grupo de Cruzília.



A casa apresenta a planta em L, coberta por telhado original de telha de bica. As duas fachadas frontais, de pau a pique, foram substituídas por tijolos, o que fez com que suas janelas ficassem ligeiramente "metidas" na alvenaria. Essas janelas são de verga reta, claramente em substituição às



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Engenho
4. Construções complementares
5. Pomar
6. Curso D'água



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação frontal
Esc: 1:500



Elevação lateral
Esc: 1:500



Figura 118 - Engenho e casa ao fundo. Foto: CFC.

Figura 119 - Sala nobre e sala de entrada. Foto: CFC.

antigas janelas de verga canga de boi que podem ser observadas nas demais fachadas da casa, ainda de pau a pique. A substituição de apenas uma ou duas fachadas antigas por paredes de alvenaria não é um procedimento incomum, e o mesmo se observa na fazenda dos Tachos. A nova parede, em geral, vem acompanhada de ornamentos: pestanas sobre as janelas, cimalhas e pilastras nos cunhais, todos feitos de argamassa.



A planta dessa fazenda guarda certas semelhanças com a da fazenda Pitangueiras I, principalmente pela proporção entre seus dois corpos principais e pela posição da sala íntima. Nas plantas que se seguirão no século XIX, a sala íntima aparece em oposição à sala nobre, no menor sentido do retângulo. No caso da Serra das Bicas, as salas se opõem no maior sentido do retângulo e a sala íntima se abre para fora e não para o semipátio formado na junção dos retângulos. A entrada se dá pelo topo do retângulo, gerando a necessidade de uma circulação longa entre as salas, como ocorre na fazenda Campo Lindo. Acreditamos, porém, que nessa casa a planta foi menos alterada, o que nos dá maior segurança para fazer interpretações.

A vastidão da implantação da fazenda Serra das Bicas e a grandeza dos edifícios dão a dimensão da escala da propriedade. Além do grande engenho, seu núcleo conta com o paiol de madeira e outros edifícios auxiliares.

Fazenda Monjolo
Município de Luminárias

Data provável: início do século XIX

Pé-direito: 3,85m

Janelas: 1,10m x 1,23m (pequenas) e 1,10m x 2m (grandes); h=0,90m

Portas: de 1,15m a 1,40m x 2,83m

Peças dos umbrais: 15cm x 15cm



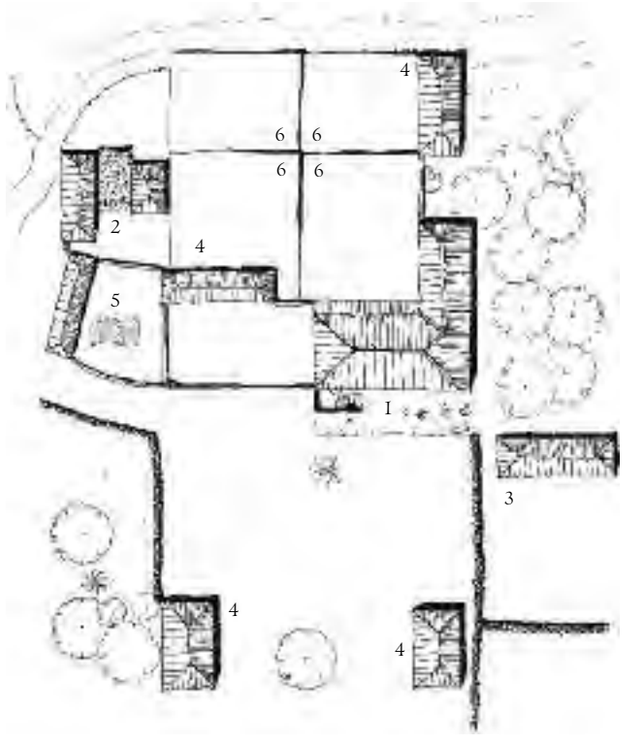
Figura 120 - Fachada da frente. Foto: CFC.

Mais uma vez, a exceção se sobrepõe à regra. A fazenda Monjolo apresenta telhado de prolongo e uma volumetria esparsa, derramada por efeito desse telhado. Não lembra a altivez das casas mais clássicas que vamos encontrar ao longo do século XIX. O corpo de serviços possui os frechais e o pé-direito mais baixo do que o corpo principal, por causa do prolongamento do telhado principal. Nele, as vergas arqueadas das janelas quase tocam os frechais.

O setor de serviços da casa, diferentemente de todas as outras, não possui saída para o exterior, característica notada por Lemos (1999) na casa mineira, relacionada ao fato de que em Minas, no princípio, os escravos estavam todos ocupados em minerar, e os serviços domésticos eram feitos por membros da



Figura 121 - Vista do conjunto. Foto: CFC.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Engenho
4. Construções complementares
5. Pomar
6. Curso D'água



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação frontal
Esc: 1:500



Elevação lateral
Esc: 1:500

Figura 122 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth.



família, apenas eventualmente por algum negro. A planta, entretanto, já esboça soluções que viriam a se consolidar, como as salas se opondo em lados maiores do retângulo e a sala íntima articulando os setores, voltada para o semipátio interno e não para fora, como na Serra das Bicas (p. 184) ou Pitangueiras I (p. 156). Na sala íntima pode-se observar uma escada interna, o que não existe em casas mineiras. Essa escada interna aparece em alguns casos no Vale do Paraíba, quando a implantação semiassobradada da casa cria a necessidade de acesso interno. O mesmo se verifica na fazenda Pinhal em São Carlos, São Paulo.









Figura 123 - Casa e senzala. Foto: CFC.

Figura 124 - Sala da família, chegada da escada. Foto: CFC.

Figura 125 - Vista pátio posterior. Foto: CFC.

Figura 126 - Cozinha. Foto: CFC.

Figura 127 - Escada interna. Foto: CFC.

Na casa mineira não há ligação entre porão e pavimento nobre, exceção feita à Fazenda da Barra (p. 278); na fazenda Monjolo, porém, a escada está ali por ter sido transferida para o interior da residência, como medida de segurança após uma revolta de escravos, segundo informou o proprietário. O porão dessa casa apresenta-se bastante alteado, com vedos e janelas à maneira do andar nobre, guardando, todavia, seu uso original.

Na implantação, destacam-se os edifícios da senzala, ao lado da casa principal, em um corpo único e comprido, e uma construção em alvenaria de pedras com piso inclinado, junto à estrada, para a criação de porcos.



Fazenda Leme
Município de Carrancas



Figura 128 - Vista dos fundos.
Foto: CFC.

Figura 129 - Fachada principal.
Foto: CFC.



Data provável: fim do século XVIII

Pé-direito: 3,60m

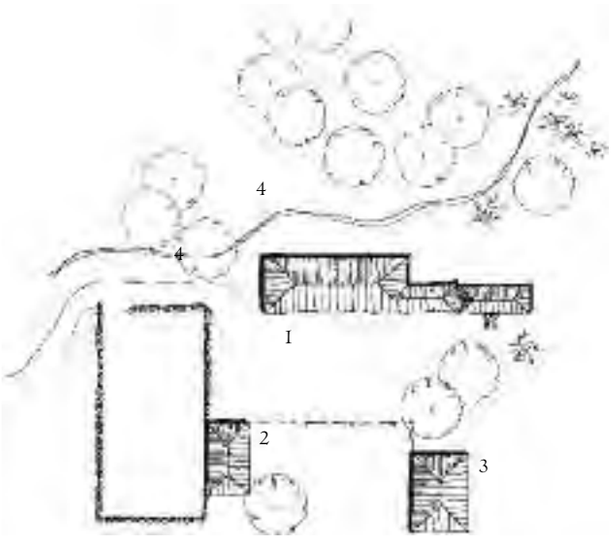
Janelas: 1,45m x 0,90m; h=0,90m

Portas: 0,90m x 2,30m

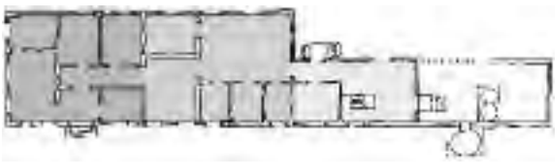
Peças dos umbrais: 14cm x 17cm

Assim como nas fazendas Serra das Bicas, Angahy, Pitangueiras I, Santa Clara e tantas outras, há um rio homônimo na fazenda Leme. Sua casa e instalações são bastante simples, com janelas de verga reta e menores que as da maioria. As janelas aparecem em menor quantidade nas fachadas. Na fachada principal, a relação de cheios sobre os vazios é um pouco mais que 1:1; nas demais, essa relação aumenta, com predomínio dos cheios sobre os vazios.

A volumetria é composta pelos dois retângulos tradicionais, o principal e o de serviços, mas sua disposição não é tão tradicional: são retângulos



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Curral
4. Curso D'água



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação frontal
Esc: 1:500



Elevação lateral
Esc: 1:500



Figura 130 - Menina da fazenda. Foto: CFC.



Figura 131 - Sala da família. Foto: CFC.

dispostos longitudinalmente um ao outro e alinhados por uma das faces. Embora não muito comum, isso ocorre também em outras fazendas, como São José da Vargem (p. 174), Anta (p. 200) e Bananal (p. 181), sendo que, nesta última, os corpos não são alinhados.

Em planta, a disposição dos cômodos segue a do retângulo alongado, de proporção maior que 2:1, mas com continuidade dos serviços em outro corpo. Em uma das pontas, ficam os cômodos de receber; em outra, os da família e a sala íntima, que faz a ligação com os serviços e se abre para o que seria o semipátio. Anexo ao corpo de serviços há um segundo telhado, mais baixo, sob o beiral do telhado principal. Ali se localiza a cozinha de fora, com fogão rústico e forno de barro; seu volume é fechado por madeiras, qual um paiol.

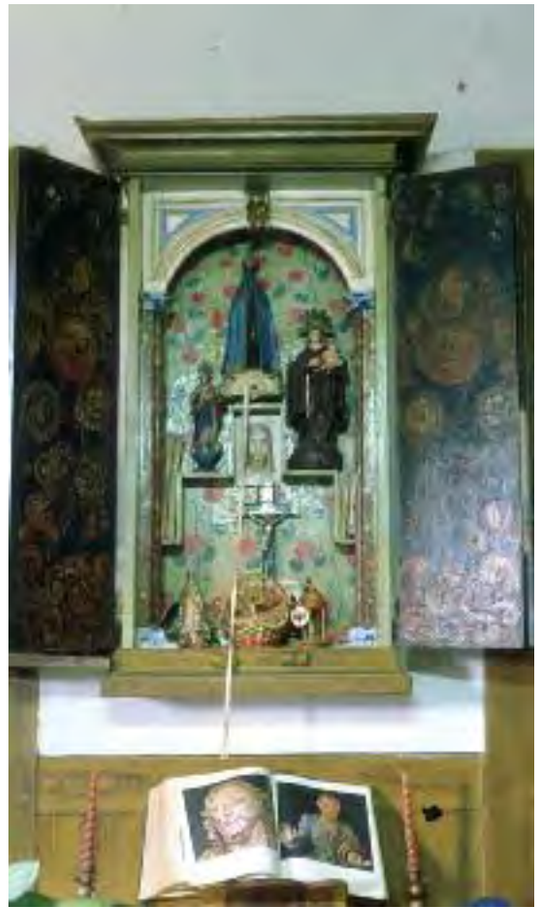
Fazenda Engenho
Município de Carrancas



Figura 132 - Vista geral. Foto: CFC.

Figura 133 - Oratório. Foto: CFC.

Na antiga fazenda Engenho, que tem mais de 230 anos, funciona hoje um hotel. A casa compõe-se de dois corpos perpendiculares cobertos por telhado de telhas capa-e-canal, cumeeiras quase de mesma altura, dupla inclinação e beirais com cachorrada e guarda-pó. A fazenda foi visitada durante o trabalho de campo, mas as alterações que sofreu internamente impediram que fosse feito um levantamento mais proveitoso de sua planta.



Grupo de Varginha (antiga freguesia de Campanha e parte da antiga freguesia de Lavras)

À margem direita dos rios Verde e Sapucaí, a área correspondente a esse grupo de fazendas pertencia à freguesia de Lavras; à margem esquerda dos rios do Peixe e Verde, à freguesia de Campanha, estendendo-se ao sul até a freguesia de Itajubá, cujos limites não ficam bem claros no mapa de época (figura 4, p. 130). Cotejando as informações do mapa antigo com o mapa do IBGE de 1974, acreditamos que o limite sul da freguesia se dava logo após a junção dos rios Sapucaí e Sapucaí-Mirim, não se sabe ao certo se nas serras de Santa Rita, da Manuela e da Pedra Branca ou na serra de Santa Catarina ou, ainda, na serra das Águas, pertencente ao Complexo Varginha. De qualquer maneira, a atual cidade de Santa Rita do Sapucaí ficaria na freguesia de Itajubá. O limite oeste dessa região, por sua vez, bastante claro e definido, é o rio Sapucaí, que corta o Sul de Minas de sul a norte e separa regiões bastante distintas, tanto que, em mapa de 1799, a margem esquerda do Sapucaí pertencia ao bispado de São Paulo.



Figura 134 - Microrregião de Varginha. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/microrregião_de_varginha. Acesso em 20 março 2008.

A maior parte das fazendas do grupo de Varginha encontra-se nos municípios de Varginha, Carmo da Cachoeira e Três Pontas. Mesmo no município de Varginha, a maioria se situa à margem direita do rio Verde, ou seja, na antiga freguesia de Lavras. É de se estranhar que Campanha, a cidade considerada "berço do Sul de Minas", elevada a vila em 1798, não possua em sua antiga freguesia muitas fazendas antigas. As fazendas à margem esquerda do rio Verde pertenciam a Campanha, tanto que os registros de nascimento eram feitos nessa localidade. À margem direita podemos destacar o subgrupo situado no triângulo formado por Varginha, Três Corações e Carmo da Cachoeira, onde se encontram fazendas com características muito semelhantes e bastante ativas até hoje. Há também propriedades esparsas por Três Pontas e Três Corações.

Além das fazendas apresentadas a seguir, foram visitadas as fazendas do Lobo, em Lambari; Capetinga, Pinheiros, da Estação e Fazendo, em Carmo da Cachoeira; da Bomba, em Varginha; Bela Vista, Cuíca e Sete Cachoeiras, em Três Pontas; da Várzea e Porto dos Buenos, em Elói Mendes; do Rapa e de Ivã Correia, em Três Corações. Tais fazendas não entraram no levantamento por um dos motivos apresentados na introdução deste capítulo.

Fazenda Barra do Palmela
Município de Varginha



Figura 135 - Terreiro com casa ao fundo. Foto: CFC.

Figura 136 - Moinho de milho. Foto: CFC.



Data provável: primeira metade do século XIX

Pé-direito: 3,30m

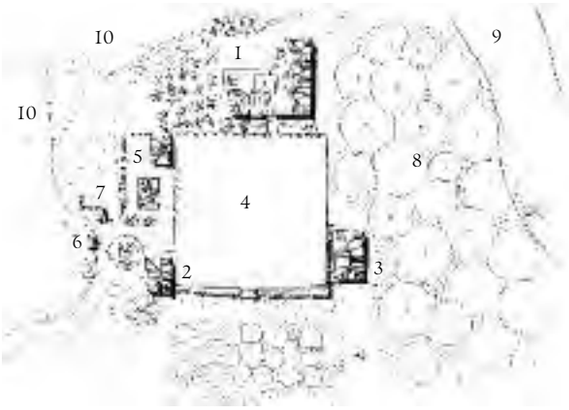
Janelas: 1,60m x 0,95m; h=0,90m

Portas: 0,95m x 2,30m

Espessura das paredes: 17cm

Saindo da região de Carrancas em direção ao oeste, vamos encontrar paisagem, topografia e vegetação bem diferentes. Na margem esquerda do rio Verde, junto à foz do rio Palmela, fica a fazenda Barra do Palmela.

A família que fundou essa fazenda não foi formada por gente de Portugal, como a maioria das outras da região. Simão Bueno da Silva, filho de Bartolomeu Bueno da Silva, provavelmente "o novo", pois o velho Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, não teria idade para ser seu pai, nasceu em Campanha, em 7 de agosto de 1769. A referência a Campanha não diz respeito necessariamente à vila, mas a qualquer parte de seu termo. Simão estabeleceu-se com sua família nas imediações da hoje chamada ponte dos Buenos, no rio Verde, entre Varginha e Elói Mendes. Seu primeiro filho, Manuel (Rodrigues) Procópio Bueno, nasceu em 1826 e "herdou parte de sesmaria no Porto dos Buenos" Não se sabe com certeza se o nascimento de Manuel já teria ocorrido na fazenda Barra do Palmela. Seu filho, Joaquim Procópio Bueno, nasceu em 1853 nesse local; é certo, portanto, que a casa seja pelo menos de 1853[14].



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Rancho
4. Terreiro
5. Piscina
6. Moinho
7. Ruínas do Engenho
8. Jabuticabal
9. Rio verde
10. Curso D'água



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação lateral
Esc: 1:500



Elevação frontal
Esc: 1:500

Sabemos que a tulha ainda existente na fazenda é mais antiga do que a casa e que servia para guardar as tralhas dos tropeiros. As dimensões da casa são diminutas em relação à média e sua arquitetura aparentemente não corresponde ao tipo comum da época, quando maiores dimensões eram observadas. Sua planta é bastante simples, mas sabe-se que sofreu muitas modificações. Segundo os proprietários, a casa teria passado por mais de dez reformas. Hoje é um L formado por retângulos perpendiculares, mas, no início do século XX, em 1906, em decorrência de uma enchente do rio Verde, a casa perdeu a segunda perna que lhe dava a forma de U. Sabe-se também que seu corpo principal era mais longo e a sala de jantar ficava em sua porção leste, mais perto do rio.

Se compararmos essa planta com o L clássico da região, sentiremos a falta das alcovas centrais, o que aproximaria esse exemplar, por similaridade, às fazendas Coqueiro (p. 255) e Serrote (p. 240), modelos típicos do fim do século XIX, quando o programa sofreu simplificações e as alcovas centrais desaparecem.





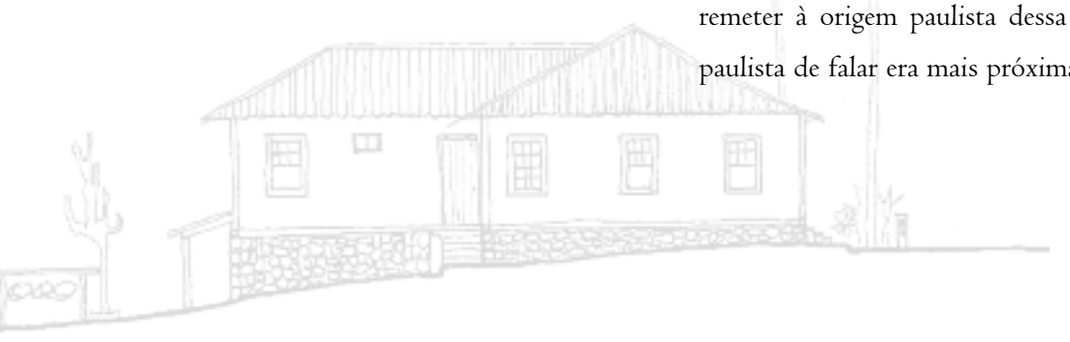
Figura 137 - Vista dos fundos.
Foto: CFC.

Figura 138 - Imagem de satélite.
Fonte: Google Earth.

Mantida a convicção de que essa casa seria mesmo do início do século XIX, pode-se sugerir seu enquadramento no tipo formado por simples retângulos de proporções alongadas, no qual a sucessão de cômodos longitudinalmente vai alternando em lados opostos salas e quartos, sem alcovas centrais. Esse raciocínio é bastante razoável, pois nem todas as fazendas do século XIX são um L clássico; portanto, essa casa poderia muito bem ter sido erguida no início daquele século.

Segundo a proprietária, uma senhora de 88 anos de idade, nos tempos de seu avô (Joaquim Procópio Bueno), a fazenda só dependia do comércio para o provimento de sal e querosene. Está implantada em torno de um terreiro bastante quadrado, em torno do qual estão dispostos tulha, paiol e curral. Esse terreiro não era de café, mas um quadrado em torno do qual se distribuíam as edificações. Do lado direito do terreiro fica a antiga edificação a que chamam hoje de "tulha", mas em sua função original era um rancho, usado para guardar as tralhas dos tropeiros e, eventualmente, abrigá-los. Descendo em direção ao rio, há um grande jabuticabal. O moinho de milho, construído na época do bisavô da proprietária (Manuel Rodrigues Bueno), ainda funciona. Ao seu lado, estão as ruínas de um engenho d'água. A fazenda não possuía senzala.

A implantação junto a grandes rios não é tão comum, sendo preferida a proximidade a pequenos cursos d'água, mas três outras fazendas foram encontradas nessa situação: a Monte Alegre de Cordislândia, junto ao rio Sapucaí; a Porto do Antimônio, em São Vicente de Minas, junto ao rio Aiuruoca, e a da Barra, em Delfim Moreira, junto ao rio Lourenço Velho. As fazendas localizadas junto a rios maiores geralmente estavam mais ligadas ao comércio e, muitas vezes, possuíam pequenos portos. Ainda hoje existem mais duas propriedades da mesma família Bueno na margem do rio Verde, as fazendas da Várzea e dos Buenos. O nome várzea não é a variante usual em Minas, onde se diz vargem. A forma várzea é paulista, o que pode remeter à origem paulista dessa família. Segundo Saint-Hilaire, a forma paulista de falar era mais próxima do português de Portugal.



Fazenda Santana
Município de Elói Mendes



Figura 139 - Terreiro e fachada lateral. Foto: CFC.

Figura 140 - Vista frontal com jardim. Foto: CFC.

Data provável: meados do século XIX

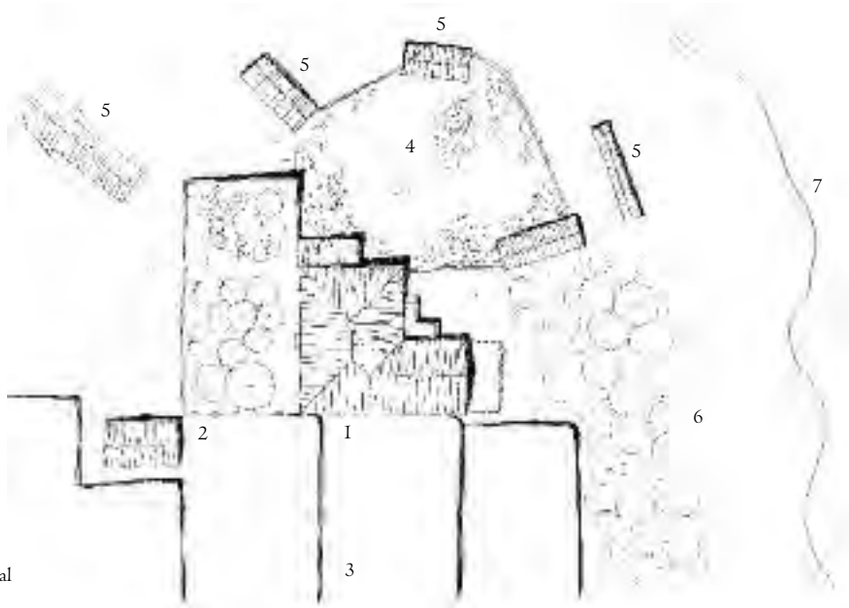
Pé-direito: 4,00m

Janelas: 1,00m x 2,00m; h=1,00m

Portas: 1,00m x 3,00m

Quando foi construída, essa fazenda ficava às margens do rio Verde, mas, hoje, a presença da represa de Furnas perturba um pouco sua localização. Não conseguimos apurar a data exata da construção dessa casa por meio de entrevista com os proprietários, mas sabemos que foi reformada em 1899, 1919 e 1945. As principais alterações foram a fachada, a criação de uma varanda na frente e a diminuição do corpo de serviços. A fachada da frente teve suas paredes substituídas por alvenaria aparente e ganhou enfeites na argamassa, mas as janelas originais permaneceram. Uma varanda entalada foi criada no meio do volume, guarnecida por dois arcos laterais e um pequeno arco central. As vedações externas da casa foram, de maneira geral, substituídas por tijolos, mantendo-se, porém, a estrutura de madeira, seus frechais e cachorros. As janelas mostram certa sofisticação ao apresentar, em todas as fachadas, caixilhos com divisões em losangos e pestanas de madeira.





Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Terreiro
4. Curral
5. Construções complementares
6. Pomar
7. Represa de Furnas



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação lateral
Esc: 1:500



Elevação frontal
Esc: 1:500

Em planta, temos um L de cumeeiras perpendiculares; a entrada se faz por uma sala nobre na esquina da casa, para onde se abrem um quarto e uma alcova. Por um corredor chega-se à sala da família, em forma de L, uma espécie de junção entre a posição clássica da sala íntima com o corredor largo do corpo de serviços. Isso ocorre também nas fazendas da Barra e Balaio.

Figura 141 - Imagem de satélite.
Fonte: Google Earth.

Figura 142 - Curral e casa ao fundo.
Foto: CFC.













A varanda entalada provavelmente substituiu a antiga sala de entrada e, por isso, hoje se entra diretamente na sala nobre. As alcovas centrais ainda se mantêm e os quartos, na periferia do retângulo, dão a volta em torno das alcovas e, de porta em porta, vão ligando novamente os diferentes setores. A antiga cozinha foi demolida e restam hoje as bases de pedra.

Quanto à implantação, em frente à casa fica um jardim geométrico, afrancesado; de um lado, os terreiros e, do outro, um grande pedrado onde se vê o curral pegado à fachada. Ao fundo há um pomar que se emenda a uma pequena mata até a represa.

Figura 143 - Sala da família. Foto: CFC.

Figura 144 - Vista da represa de furnas a partir do alpendre de entrada. Foto: CFC.

Figura 145 - Sala de entrada. Foto: CFC.

Figura 146 - Detalhe da pia no quarto. Foto: CFC.

Fazenda da Anta
Município de Varginha



Figura 147 - Vista geral. Foto: CFC.

Figura 148 - Fachada lateral. Foto: CFC.

Data provável: século XVIII

Pé-direito: 4,00m

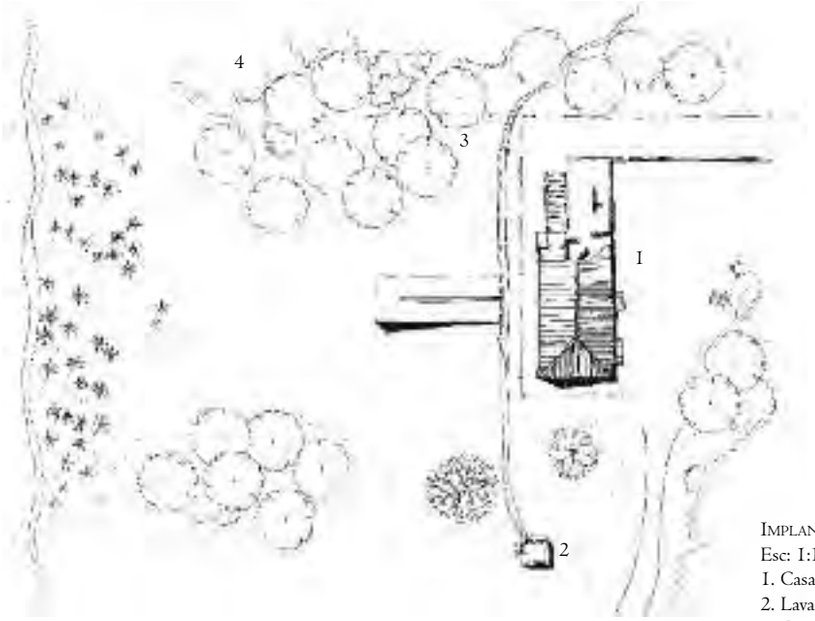
Janelas: 1,03m x 2,18m; h=0,85m

Portas: 1,03m x 3,03m

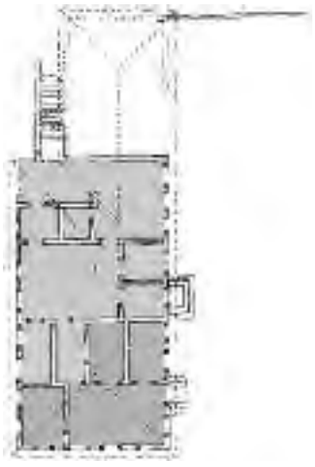
Peças dos umbrais: 17cm x 22cm

Acreditamos que a fazenda da Anta seja das mais antigas do município. Em 1997, fizemos o levantamento; em 1999, retornamos, e seu estado havia piorado; logo após, a casa ruiu. Sua construção ficava praticamente isolada na fazenda, não havendo nenhum tipo de estrutura em volta. A vegetação, mais densa ao lado da cozinha, anunciava a presença de um pomar, e um pequeno rego d'água passava em frente à casa. A planta formava um L de cumeeiras paralelas. Havia duas entradas pelo mesmo lado e mais uma, na junção do L, feita por uma escada de pedras bem talhadas. Uma das entradas dava diretamente na sala de receber; a ela ligavam-se dois quartos e um cômodo que supomos ter sido uma capela, porque apresentava janela interna. A outra porta levava a um pequeno cômodo e daí para a sala íntima, que, por sua vez, ligava-se a uma outra sala com acesso para o setor de serviços na perna do L. Já naquele momento, estava totalmente em ruínas e não foi possível desenhá-la.





Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Lavador
3. Curso D'água
4. Pomar



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação frontal
Esc: 1:500



Elevação lateral
Esc: 1:500

Destacam-se nessa fazenda as bases de pedra da casa, em belo trabalho de cantaria. O porão alto era usado como abrigo do gado. O estado de ruína da construção permitiu observar as sambladuras da estrutura de madeira.

Figura 149 - Fachada lateral/frontal. Foto: CFC.

Figura 150 - A mesma vista, anos mais tarde. Foto: CFC.















Figura 151 - Cunhal de pedras de cantaria. Foto: CFC.

Figura 152 - Acima, antiga ermida. Foto: CFC.

Figura 153 - Fachada frontal. Foto: CFC.

Figura 154 - Sala de entrada. Foto: CFC.

Figura 155 - Porão. Foto: CFC.

Fazenda Mascatinho
Município de Varginha



Figura 156 - Vista da frente. Foto: CFC.

Figura 157 - Vista dos fundos. Foto: CFC.



Data provável: meados do século XIX

Infelizmente, a casa sede dessa fazenda foi extremamente descaracterizada em decorrência de reformas e ampliações. Além de seu estado atual, foi possível descrever uma segunda planta, que reconstitui a original, de acordo com relatos e levantamentos.

A volumetria da construção foi significativamente alterada quando um telhado de duas águas sobre os corpos principais substituiu o telhado original, e a casa ganhou uma imensa varanda. Como foi constatado neste trabalho, não há telhado com duas águas nas fazendas da região. Esse tipo de telhado acarreta o aparecimento de oitões nas fachadas, o que não é uma característica dessa arquitetura. Além disso, a varanda corrida, tomando toda a extensão de duas fachadas, também não ocorre, é uma invenção posterior.

Internamente, a planta original parecia ser bastante simples, de pequenas dimensões, sem alcovas centrais. A casa foi significativamente ampliada para o lado leste. A modéstia da planta original não condiz com a situação atual da fazenda, que impressiona pela grandiosidade de sua estrutura, com muitos terreiros de café, maquinário, colônia, currais, estábulo e diversas construções complementares. Provavelmente, quando foi construída, a casa condizia com as dimensões da fazenda. Observa-se aqui o inverso do que

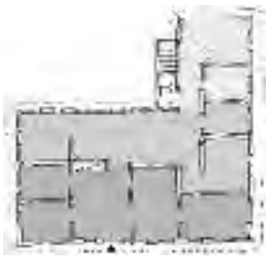




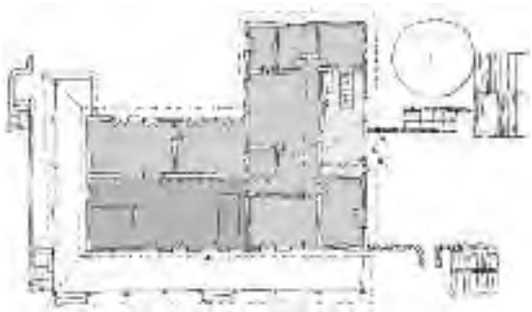
Figura 158 - Imagem de satélite.
Fonte: Google Earth.

Figura 159 - Antigo secador de café.
Foto: CFC.

Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Reconstituição da planta da casa antiga.
Esc: 1:500



Planta da casa atual
Esc: 1:500

ocorreu na região das antigas freguesias de Lavras, Baependi, Juruoca e São João del-Rei, onde antigas casas grandiosas estão em fazendas atualmente com pouca estrutura. Essa inversão corrobora a tese do deslocamento do eixo econômico de leste para oeste.

No conjunto da fazenda cabe destacar o antigo secador de café, feito de madeira, totalmente ventilado. Sabe-se por outros levantamentos e relatos que esse tipo de secador foi muito utilizado no fim do século XIX e início do XX, porém este foi o único exemplar que encontramos em nossa pesquisa.

Fazenda da Serra
Município de Carmo da Cachoeira

Data provável: década de 1850 ou 1860

Pé-direito: 4,4m

Janelas: 1,2m x 2,22m

Portas: 1,1m x 3,22m (internas) e 1,35m x 3,22m (externas)

Peças dos umbrais: 17cm x 22cm



Figura 160 - Fachada frontal.
Foto: CFC.

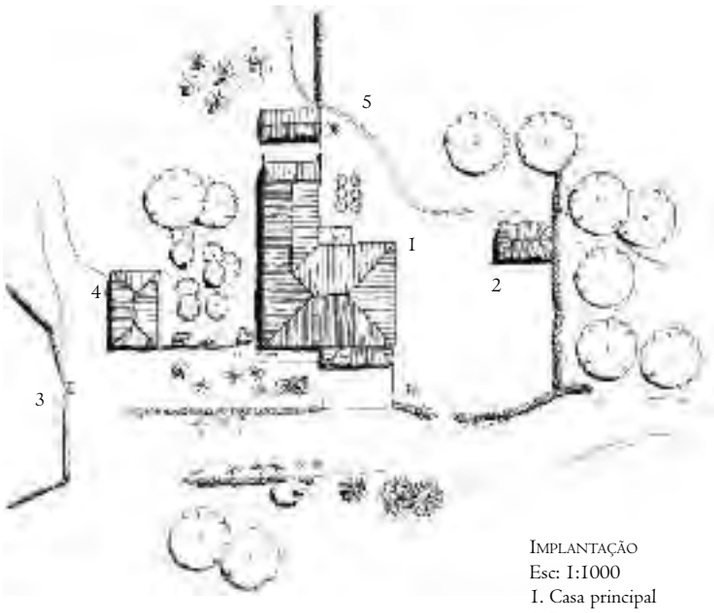
Figura 161 - Detalhe da fachada.
Foto: CFC.

A fazenda da Serra foi construída em meados do século XIX por um mestre português chamado Branquinho, segundo nos informou Márcio Paiva Reis Teixeira, um profundo conhecedor das fazendas da região de Varginha. Branquinho teria construído também as fazendas Pouso Alegre e Saquarema, em Varginha. Essas fazendas guardam certas similaridades entre si, especialmente no que diz respeito à implantação, mas é com a fazenda do Mato, em Três Pontas, cujo construtor desconhecemos, que a fazenda da Serra mais se parece. Suas plantas são quase idênticas: é um caso de fazendas gêmeas. Elas teriam pertencido a dois irmãos, por isso tamanha semelhança.

A fazenda da Serra é hoje uma grande produtora de café, mas nota-se, pela disposição dos terreiros, que estes não são contemporâneos à casa, pois estão afastados dela, em posição pouco estratégica. Como vimos no capítulo 3, todo o funcionamento da fazenda deveria ficar ao alcance da vista, o que não acontece com esses terreiros. Um terreiro de café precisa ser ensolarado. Em um pátio de agenciamento dos edifícios onde geralmente se prendia o gado, típico da antiga fazenda mineira, herança da eira portuguesa, a necessidade de boa insolação não é primordial. Portanto, quando essas fazendas passaram a ser adaptadas para a produção de café, os terreiros poderiam ou não calhar com a posição da antiga eira.



A planta da casa da fazenda da Serra constitui o que chamamos de L clássico do século XIX: cumeeiras perpendiculares, corpo principal retangular de proporções próximas a 3m x 4m, entrada pelo lado maior do retângulo, sala de entrada fazendo a ligação com sala nobre, capela e setor íntimo. A sala da família é a maior peça da casa. Localiza-se no encontro dos dois corpos, juntamente com a saída para o exterior e para os cômodos orbitais, pela periferia do retângulo. A ligação com o setor de serviços também é feita por essa sala.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Terreiros
4. Construções complementares
5. Curso D'água



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação frontal
Esc: 1:500



Elevação lateral
Esc: 1:500



Figura 162 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth.

A circulação interna periférica ocorre por dentro dos quartos. O setor de serviços apresenta vários cômodos e cozinha na ponta.

Essa casa teve sua planta ligeiramente modificada, mas a planta da fazenda do Mato, por ter se mantido original, revela as alterações nela feitas.

A construção foi implantada em declive, deixando o porão alto em toda sua extensão; as paredes externas são arrimos feitos de pedra e as internas são de pau a pique. Há alguns "pilares" de madeira para fazer um grande salão, e boa parte do porão apresenta piso de tábuas corridas. O corpo da cozinha sofreu um corte abrupto, notado pelo arremate do telhado em duas águas.









Figura 163 - Casa de colono, varanda entalada. Foto: CFC.

Figura 164 - Fachada lateral e paiol. Foto: CFC.

Figura 165 - Ermida. Foto: CFC.

Figura 166 - Fachada lateral. Foto: CFC.

As fachadas da casa são bastante sofisticadas, com cimalhas sob os beirais do corpo principal e caixilhos com pinázios enviesados na fachada principal, apenas descaracterizada pelo terraço suspenso, construído posteriormente.

No conjunto da fazenda cabe destacar uma casa de colono com uma típica varanda entalada.

Fazenda Saquarema
Município de Carmo da Cachoeira



Data provável: meados do século XIX

Pé-direito: 4,00m

Janelas: 1,00m x 2,00m; h=1,00m

Portas: 1,05m x 3,00m

Peças dos umbrais: 1cm x 22cm

As fazendas que acabamos de descrever, assim como a Saquarema, situam-se em uma mesma região, um triângulo formado entre Varginha, Carmo da Cachoeira e Três Corações. A primeira casa da fazenda Saquarema foi erguida em 1827. Não sabemos a data exata da casa atual, mas não dista muito de 1850. Foi construída pelo mestre português Branquinho.

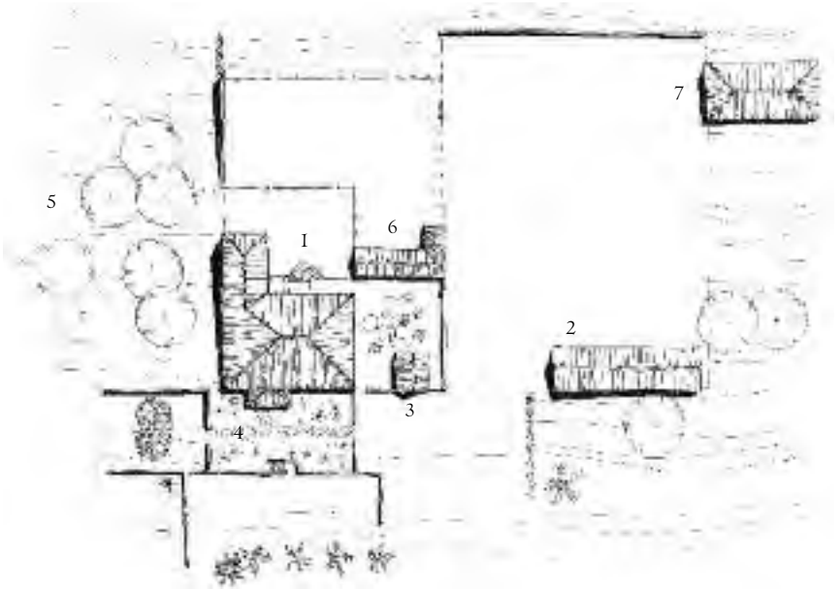
A planta é o L clássico. Apresenta seis alcovas centrais, sala de entrada e sala nobre, um quarto ligado à sala de entrada e dois ligados à sala nobre. Um corredor, e não um sifão visual, conduz à sala da família, a maior peça da casa, e quartos a sua órbita. Possui setor de serviços bastante enxuto, unido à sala da família e sem ligação com o exterior. Um pequeno telhado cobre a entrada da frente, e outro, a dos fundos.

A implantação da casa também é bastante clássica, com jardim à frente, pomar ao lado dos quartos e cozinha e terreiros à volta. Possui tulha velha de pau a pique e tulha nova para café, do início do século XX. A fachada da frente foi substituída por tijolos e ganhou pestanas, cunhais e barrado de argamassa.

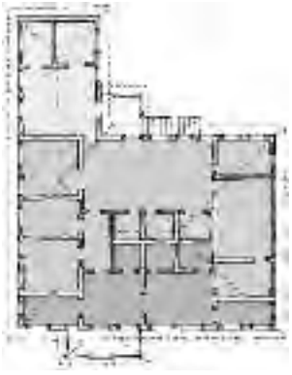
Figura 167 - Vista do conjunto. Foto: CFC.

Figura 168 - Vista dos fundos. Foto: CFC.





Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Antiga tulha
3. Garagem
4. Jardim fronteiro
5. Pomar
6. Retiro
7. Construções complementares



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação frontal
Esc: 1:500



Elevação lateral
Esc: 1:500





Figura 169 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth.

Figura 170 - Fachada lateral. Parede já substituída por tijolos. Foto: CFC.











Figura 171 - Vista frontal da casa. Foto: CFC.

Figura 172 - Sala de entrada. Foto: CFC.

Figura 173 - Antiga tulha vista dos fundos. Foto: CFC.

Figura 174 - Antiga tulha e secador. Foto: CFC.

Figura 175 - Sala da família. Foto: CFC.

Fazenda Pouso Alegre
Município de Varginha

Data provável: década de 1850

Pé-direito: 4,20m

Janelas: 1,03m x 2,00m; h=1,00m

Portas: 1,10m x 3,00m

Peças dos umbrais: 17cm x 22cm

Baldrames e madres: 45cm x 40cm



Figura 176 - Fachada frontal e lateral. Foto: CFC.

A sede da fazenda Pouso Alegre pode ser enquadrada no tipo de casa em L com cumeeiras paralelas, embora isso possa ser difícil de notar, em razão das reformas. Na junção dos corpos, as paredes vão até o telhado inclinado, como se a casa tivesse sido cortada. Quando o levantamento foi feito, nos anos 1990, o telhado ainda era assim – estranho, como se pode observar na planta de cobertura –, mas a imagem de satélite revela que a casa passou por outra reforma que a deixou com telhados corretos.

O corpo principal, retângulo maior, possui entrada pelo topo, ou seja, por seu lado menor, o que dificulta a ligação com o setor de serviços; o mesmo se observa na fazenda Serra das Bicas (p. 184). Desse modo, o setor social tem a entrada por uma sala relativamente grande. Não é apenas um hall de

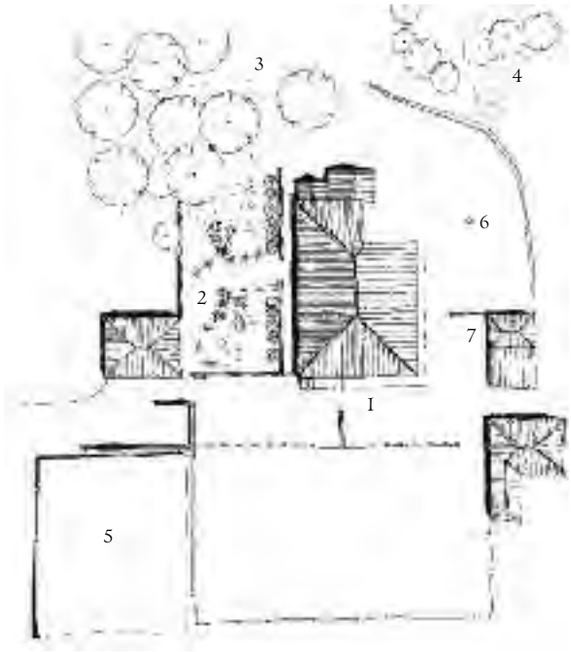


Figura 177 - Vista do conjunto a partir do terreiro. Foto: CFC.





Figura 178 - Imagem de satélite.
Fonte: Google Earth.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Jardim lateral
3. Pomar
4. Curso d'água
5. Terreiros
6. Pelourinho
7. Construções complementares



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação frontal
Esc: 1:500



Elevação lateral
Esc: 1:500



distribuição: dessa sala tem-se acesso a um pequeno quarto na esquina da casa, à capela e à sala nobre, que, por sua vez, liga-se a mais dois quartos.

O acesso ao setor íntimo se dá por dentro de alcovas ou cômodos de ligação. A grande sala da família, além de dar acesso aos quartos à sua órbita, e ao setor de serviços, também tem franco acesso ao exterior. As janelas desse aposento que dão para a fachada lateral tiveram suas vergas retas substituídas por vergas de arco pleno e o pau a pique das paredes foi substituído por tijolos. Essa lateral abre-se para um jardim geométrico afrancesado, provavelmente feito na mesma época das outras alterações.

O setor de serviços é bastante reduzido, o que reforça a ideia de que parte da casa tenha sido desmanchada. O porão é usado como depósito e quartinho de arreios. A implantação, em declive, é muito parecida com a das fazendas da Serra e do Mato, inclusive pela orientação e disposição dos elementos a sua volta. O conjunto possui terreiros, baia, paiol, currais e colônia. Há, inclusive, outros núcleos separados para beneficiamento de café, que não aparecem no desenho de implantação.

Quando visitamos a fazenda, observava-se atrás da casa um pau cravado no chão, que, segundo contam, foi o tronco de escravos. Pela imagem de satélite, nesse local hoje há uma piscina.

Figura 179 - Sala nobre e sala de entrada ao fundo. Mais ao fundo: porta da ermida. Foto: CFC.

Figura 180 - Sala nobre. Foto: CFC.



Fazenda Figueira
Município de Varginha



Figura 181 - Fachada frontal. Foto: CFC.

Figura 182 - Antiga pintura a partir dos fundos mostrando antiga máquina de café. Fonte: Acervo da fazenda.

Figura 183 - Fachada lateral. Foto: CFC.

Data provável: início do século XIX

Pé-direito: 3,65m

Janelas: 1,00m x 1,75m; h=0,95m

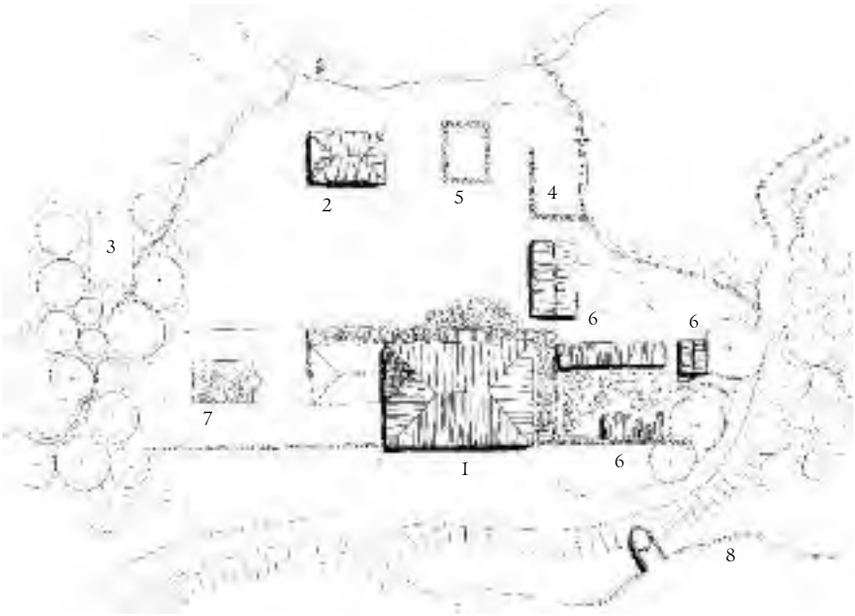
Portas: 1m x 2,75m (internas) e 1,37m x 2,75m (externas)

Espessura das paredes: 19cm

A planta da casa da fazenda Figueira seria um L clássico, não fosse a posição do corpo de serviços, colocado paralelamente ao corpo principal. O agenciamento dos cômodos, contudo, segue a mesma ordem clássica. O acesso







Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Antigo Paiol
4. Ruínas da antiga casa de máquinas
5. Ruínas da antiga senzala
6. Construções complementares
7. Piscina
8. Terreiros



Figura 184 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth.

Figura 185 - Fachada dos fundos. Foto: CFC.



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Elevação frontal
Esc: 1:500

da sala da família ao corpo de serviços, no entanto, é um pouco mais difícil justamente por causa dessa posição.

Atualmente a casa é um retângulo puro. O corpo de serviços foi retirado, como é possível notar tanto pelo telhado, que recebeu um corte, ficando arrematado em duas águas, quanto pela base de pedra da casa, que revela até onde se estendia o setor de serviços. Uma pintura antiga na parede, de 1918, mostra que havia esse corpo de serviços com mais três janelas além das que hoje existem. Com sua retirada, fica difícil dizer qual foi a solução de ligação dada originalmente. Hoje, esse cômodo de ligação é a cozinha.





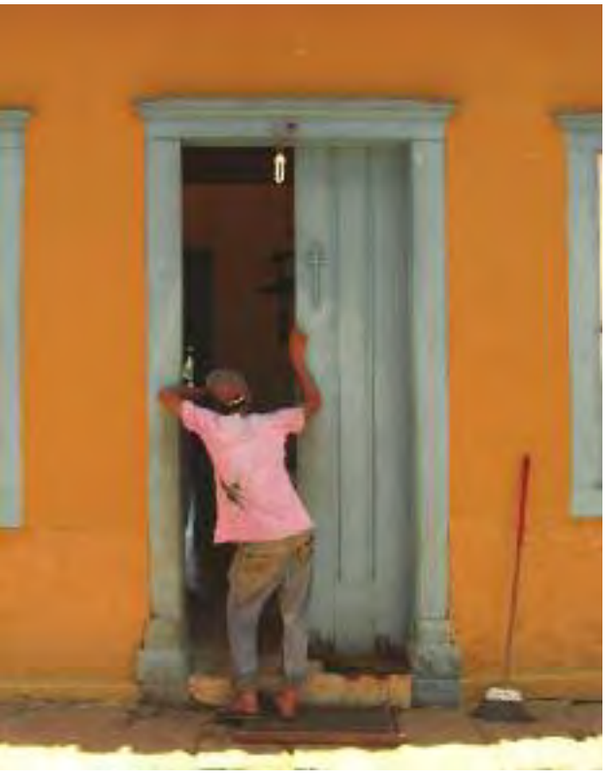


Figura 186 - Ermida. Foto: CFC.

Figura 187 - Sala da família. Foto: CFC.

Figura 188 - Porta de entrada. Foto: CFC.



A planta do corpo principal é bastante clássica: adentra-se pelo lado maior do retângulo, pela sala de entrada; à esquerda tem-se a sala nobre e a capela, que conta com porta direta para o exterior e janela interna para outro cômodo. À direita, situam-se dois quartos interligados e, à frente, duas alcovas, uma delas sendo a passagem para a sala íntima. Desta, tem-se acesso à cozinha e aos demais cômodos que se interligam, chegando novamente ao setor social. A sala íntima dá acesso também a uma imponente escada externa, originalmente perpendicular à fachada (pelo desenho de 1918) e atualmente pegada à casa, dividida em dois lados, conferindo à fachada posterior da casa uma importância de fachada principal, onde as janelas possuem pestanas de madeira e caixilhos com pinázios trabalhados. A porta de entrada é de folhas de calha e a da capela, de folhas almofadadas. Nas demais fachadas, os caixilhos das janelas são mais simples; não há pestanas de madeira, elas são feitas na parede, provavelmente de alvenaria, assim como os sóculos dos cunhais.

Quanto ao conjunto, hoje o terreiro e demais equipamentos para café encontram-se acima da sede, mas há ruínas de pedra da antiga casa de máquinas, movida a água. Isso também se comprova pelo desenho de 1918 e pela foto aérea existente na parede da casa. As senzalas, segundo relatos orais, ficariam ao lado da casa de máquinas e, no desenho de 1918, é possível ver um grande telhado nesse local, mas sua arquitetura mais se assemelha à arquitetura de um engenho. No porão foram encontrados instrumentos para aprisionamento de escravos que foram doados pelos proprietários ao Museu Municipal de Lavras. Ao lado direito da casa, estão o curral e demais equipamentos para o gado e, do lado esquerdo, mais próximo à cozinha, o pomar, onde ficava o antigo paiol de madeira. Desse lado, há hoje piscina e área de lazer.

Fazenda das Posses
Município de Varginha

Casa nova



Data provável: fim do século XIX

Pé-direito: 3,95m

Janelas: 1,00m x 2,00m; h=1,00m

Portas: 1,10m x 3,00m

Espessura das paredes: 15cm (internas) e 40cm (externas)

Essa fazenda é exemplo da nova arquitetura rural que se implantou a partir do fim do século XIX e suplantou a anterior. Sua principal característica é a estrutura portante de tijolos, mas há uma série de traços que acompanham essa mudança. A implantação se mantém seguindo os mesmos critérios das antecessoras, mas a planta sofre claras modificações. Duas salas no setor social e a sala íntima são mantidas, mas perdem a característica fundamental de distribuição para os quartos; o corredor passa a ser o grande responsável por essa distribuição. A cozinha diminui e começam a surgir os sanitários junto a ela.



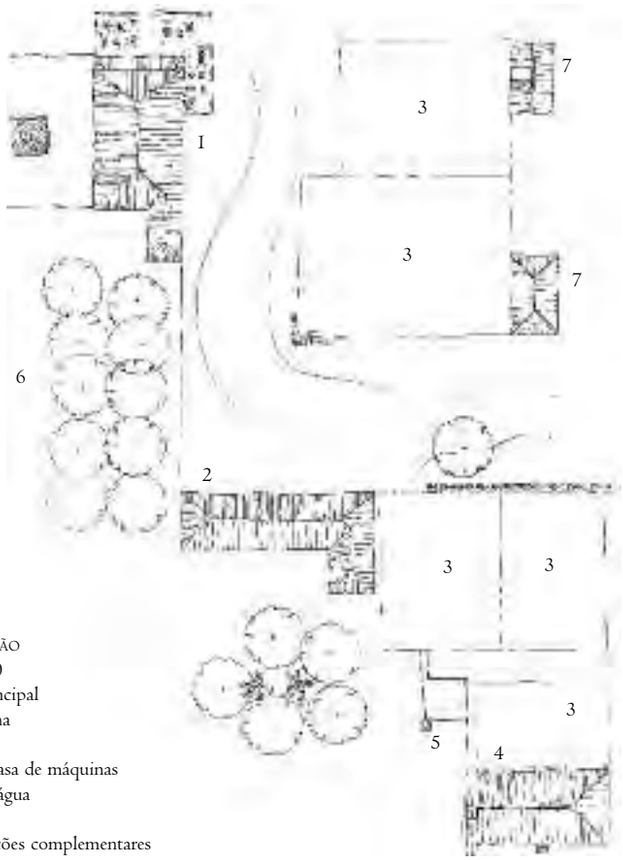
Quanto aos materiais, também há mudanças: as tábuas do assoalho são mais finas, assim como os barrotes que as sustentam. São peças que sugerem o uso mais racional da madeira, pois a maior dimensão do barrote é, agora, a altura, e não mais a largura. Os forros passam a ser compostos de tábuas mais finas,



Figura 189 - Fachada frontal. Foto: CFC.

Figura 190 - Casa velha a partir do terreiro. Foto: CFC.

Figura 191 - Fachada lateral. Foto: CFC.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Casa velha
3. Terreiros
4. Tulha/Casa de máquinas
5. Curso d'água
6. Pomar
7. Construções complementares



com juntas em macho e fêmea ou meia madeira, e não mais em saia e blusa ou mata-junta.

As portas e janelas são recuadas em relação ao plano das fachadas, em razão da espessura da parede, e a marcação é feita por ressalto na argamassa, diferenciado pela pintura e não mais pelos esteios. Os caixilhos se mantêm externos e os escuros por dentro, mas muitas vezes ganham venezianas para ventilação. As portas internas têm bandeiras e a madeira já pode ficar aparente, não mais necessariamente pintada. Nas varandas, surgem delgadas colunas de ferro e os lambrequins. Os rodapés mantêm a forma do período anterior, quando havia sentido construtivo, mas agora são feitos no ressalto da argamassa, como uma permanência estética.

Quanto ao conjunto arquitetônico, cabe destacar o edifício de beneficiamento de café e tulha. Essa construção é feita de estrutura autônoma de madeira, assim com a casa velha, mas é aí que se nota bem a diferença entre o edifício de residência (nobre) e o de serviço (utilitário). Todo aquele cuidado



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços









Figura 192 - Na página ao lado, imagem de satélite. Fonte: Google Earth.

Figura 193 - Na página ao lado, embaixo, fachada lateral, casa velha. Foto: CFC.

Figura 194 - Sala nobre com ermida ao fundo, casa velha. Foto: CFC.

Figura 195 - Altar da ermida, casa velha. Foto: CFC.

Figura 196 - Crianças da fazenda. Foto: CFC.

para entalhar a peça do pé-direito, para que ela fosse vista apenas quando umbral da janela, aqui não há; o pé-direito é totalmente aparente na fachada. Esse dado é importante para demonstrar o esmero na tradição construtiva de madeira, pois revela que, quando não há necessidade, tal trabalho é dispensado.

A estrutura autônoma de madeira não é muito comum nesse tipo de construção ligada ao café, sendo mais frequente, na época, o tijolo portante. O edifício ainda abriga uma antiga máquina de beneficiamento de café tocada por roda d'água. Os terreiros situam-se ao lado das casas, tanto da velha quanto da nova, e são de tijolos.







Figura 197 - Antiga CASA DE MÁQUINAS. Foto: CFC.

Figura 198 - Marca da MÁQUINA DE BENEFICIAR CAFÉ. Foto: CFC.

Figura 199 - Acima, à direita, antiga MÁQUINA DE BENEFICIAR CAFÉ. Foto: CFC.

Casa velha

Data provável: década de 1840 ou 1850

Pé-direito: 3,50m

Janelas: 1,03m x 1,82m; h=0,96m

Portas: 1,03m x 2,80m

Peças dos umbrais: 17cm x 21cm

A casa velha de pau a pique da fazenda das Posses atualmente é habitada por empregados da fazenda. Sua estrutura é convencional, de madeira, e partes de seus vãos estão preenchidos por tijolos. As janelas não possuem caixilhos. A planta lembra aquelas de retângulos longitudinais, de proporções superiores a 2:1, sem alcovas centrais, mas o corpo menor é reservado para morada, e não para serviços.

A casa passou por significativas reformas, o que dificulta a interpretação de sua planta. O setor social possui hoje duas entradas – uma para a sala nobre e outra para uma sala de distribuição diretamente ligada a uma terceira sala, que poderia pertencer a ambos os setores. Da sala nobre tem-se acesso a um quarto e, por um corredor, a uma saleta de distribuição para mais dois quartos. Nesse setor há ainda, junto à sala de entrada, uma ermida com ligação direta para o exterior. O setor íntimo possui duas salas e o de serviços restringe-se a uma pequena copa e cozinha.

Fazenda dos Tachos
Município de Varginha

Casa nova



Data provável: meados do século XIX, década de 1850

Pé-direito: 3,70m

Janelas: 0,94m x 1,80m; h=1,00m

Portas: 1,00m x 2,60m

Localizada no antigo caminho de Varginha para Três Corações, os Tachos, como é mais conhecida, é uma fazenda importante na região. Seu conjunto inclui muitos edifícios, quase constituindo um pequeno núcleo urbano. Alguns dos edifícios são bastante antigos, como a tulha e a casa de colonos.

A planta da residência é em forma de U, fugindo ao padrão comum do L. Ao que tudo indica, essa forma foi adotada de saída, diferentemente do que se observa na fazenda Cachoeira, em Carmo de Minas, em que o U é derivado do L, fruto de uma simples ampliação. A sala de entrada dá acesso à sala nobre, com pintura ilusionista na parede, à ermida, a duas alcovas e à sala íntima. O setor íntimo compõe-se de duas partes: uma delas é ligada à sala nobre por uma saleta, e a outra, à sala íntima, como de costume. Da sala íntima, também como de costume, tem-se acesso ao setor de serviços.

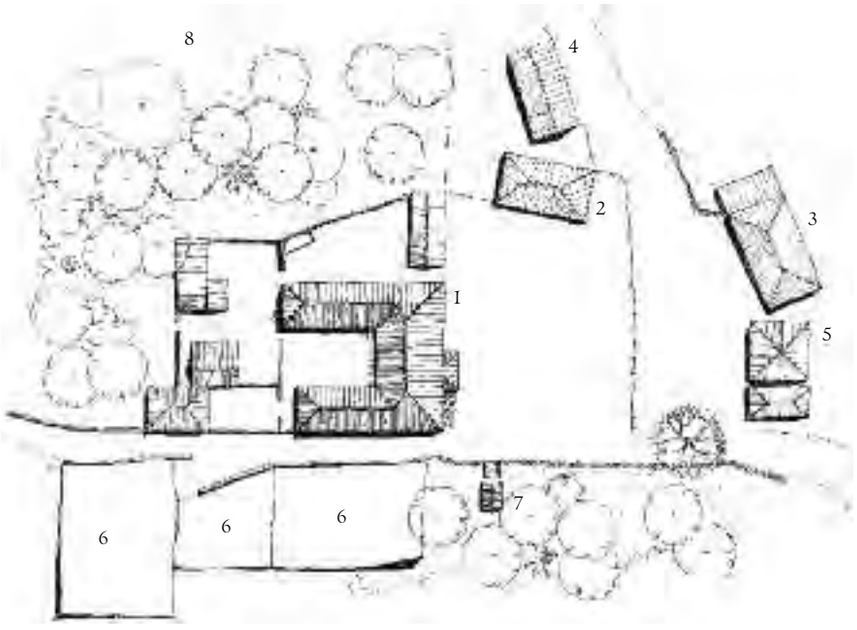


Figura 200 - Vista do conjunto. Foto: CFC.

Figura 201 - Fachada frontal e lateral. Foto: CFC.



Figura 202 - Imagem de satélite.
Fonte: Google Earth.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Antiga tulha
4. Construções complementares
5. Casa empregados
6. Terreiros
7. Capela
8. Pomar



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação frontal
Esc: 1:500

A fachada principal teve sua parede de pau a pique substituída por tijolos e, com isso, ganhou pestanas, cunhais e molduras das janelas de argamassa. Uma pequena cobertura protege a porta de entrada. Logo na sala de entrada, as vergas em canga de boi, diferentes de todas as outras da casa, causam certa estranheza. Seriam todas as vergas da casa originalmente em canga de boi ou apenas essas, na parte nobre? Na saída da cozinha, uma escada em semicírculo dá acesso ao quintal. Esse tipo de escada, próprio da técnica do tijolo, não é





tão comum ao tempo das escadas de pedra. Nos fundos, o quintal e o pomar são definidos por muros bem delineados.

A fazenda, no passado, era local de passagem e, por isso, tem características um tanto urbanas. Ao lado da casa principal há uma capela isolada, mais nova do que a capela interna. Os terreiros ficam logo acima da casa. Segundo os proprietários, a fazenda chegou a produzir oito mil sacas de café ao ano, ainda no século XIX.

Figura 203 - Sala de entrada. Repare o relógio entre os umbrais das portas e as vergas canga de boi. Foto: CFC.

Figura 204 - Sala da família. Foto: CFC.

Figura 205 - Sala nobre. Repare a pintura ilusionista na parede. Foto: CFC.

Casa velha

Data provável: início do século XIX

Infelizmente, não foi possível ter acesso à casa velha. Sabemos que é feita de pau a pique e que uma parte dela já ruiu. Acreditamos que a fazenda seja do início do século XIX, pois no livro da família Reis encontra-se registrado: "Maria Benedita de Rezende, filha de Domingos, nascido em 1766, casada com Antonio José Teixeira, fundadora da fazenda dos Tachos" (p. 221).









Figura 206 - Foto aérea. Fonte: Acervo da fazenda.

Figura 207 - Fachada lateral. Foto: CFC.

Figura 208 - Moinho de milho. Foto: CFC.

Figura 209 - Vista geral do conjunto. Foto: CFC.

Fazenda Pedra Negra
Município de Varginha/Carmo da Cachoeira

Data provável: segunda metade do século XIX

Pé-direito: 4,55m

Janelas: 1,20m x 2,44m; h=1,10m

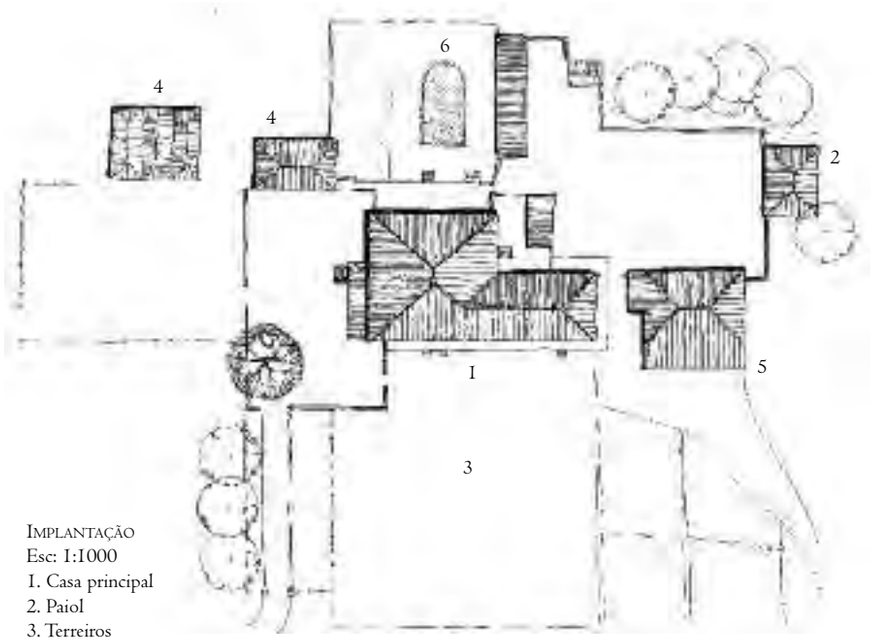
Portas: 1,10m x 3,30m (internas) e 1,25m x 3,30m (externas)

Peças dos umbrais: 17cm x 22cm

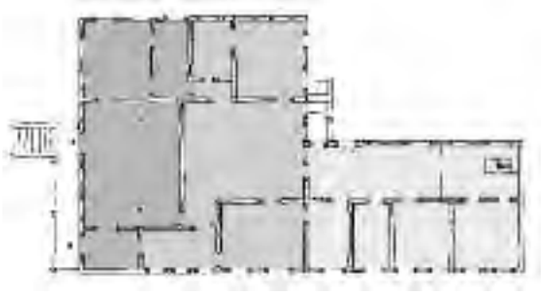
A fazenda Pedra Negra é um pouco mais nova que a Pouso Alegre de Varginha (p. 211) – provavelmente da década de 1860 ou 1870. Seu conjunto arquitetônico mais parece uma pequena cidade, o que se observa pela imagem de satélite e pela foto aérea, pois o desenho de implantação, por ter escala limitada, mostra apenas as construções próximas da casa. Esta é construída sobre porão alto em toda sua extensão. A planta seria um L clássico, não fosse a reforma que suprimiu as alcovas centrais, deixando apenas dois esteios soltos na sala. A escada principal é perpendicular à fachada, dando acesso a um alpendre corrido, claramente posterior. Apenas as janelas da fachada principal possuem caixilhos com pinázios diagonais, formando losangos, tal como se observa nas fazendas da Serra e Figueira.

O corpo de serviços é bastante pronunciado, gerando um largo corredor de distribuição aos cômodos laterais e à cozinha ao fundo. Esse corredor é usado como copa. No encontro do corpo de serviços com o principal há duas portas juntas: uma dá acesso à sala íntima, e outra, à copa. Essa junção de portas ou janelas em esquina é bastante interessante, pois ambas compartilham o mesmo umbral, que fica "solto" quando as portas estão abertas. O porão foi reformado e adaptado para área de lazer, com bar e mesa de sinuca.





Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Terreiros
4. Construções complementares
5. Antiga tulha
6. Piscina



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Elevação frontal
Esc: 1:500







Figura 210 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth.

Figura 211 - Fachada lateral. Foto: CFC.

Figura 212 - Vista posterior. Foto: CFC.

A implantação sugere que os terreiros de café sejam originais, pois são contíguos à casa e feitos de tijolos quadrados (mais ladrilhos do que tijolos propriamente ditos). No imenso conjunto de construções, cabe destacar o moinho de milho, feito de estrutura de madeira sobre bases de pedra e fechado com vedos de pau a pique.







Figura 213 - Fachada frontal a partir do terreiro. Foto: CFC.

Figura 214 - Fachada frontal. Foto: CFC.

Figura 215 - Antiga tulha de 1892. Foto: CFC.

Fazenda Cobiça
Município de Carmo da Cachoeira

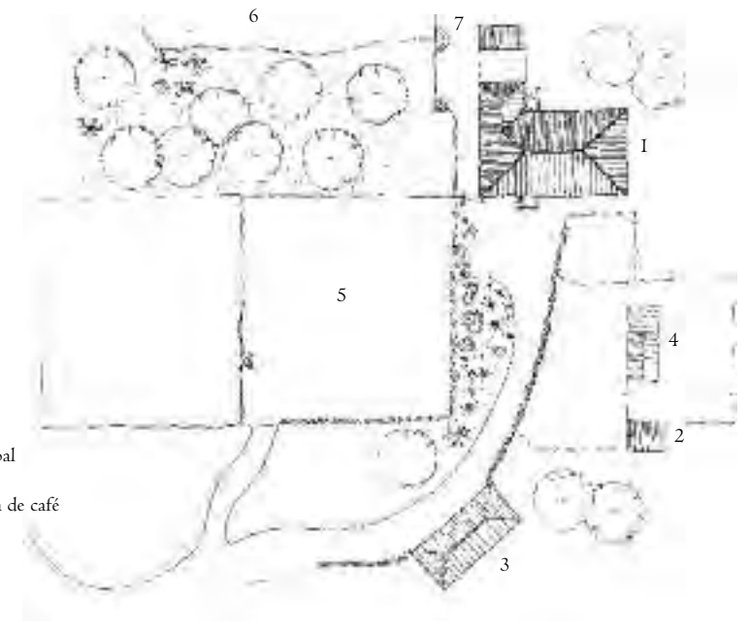
Data provável: década de 1880

Embora construída em uma data um tanto tardia, a arquitetura dessa fazenda não se diferencia em nada do tipo comum do século XIX. Sua planta é um L clássico, com duas peculiaridades: o corpo de serviços tem largura bastante reduzida, e o corpo principal sofreu uma ampliação no sentido longitudinal, ainda no século XIX. O corpo de serviços, além de ser bastante estreito, foi parcialmente desmanchado no sentido longitudinal, o que se nota pela porta e janela novas em sua fachada posterior. Internamente, a planta também sofreu alterações.

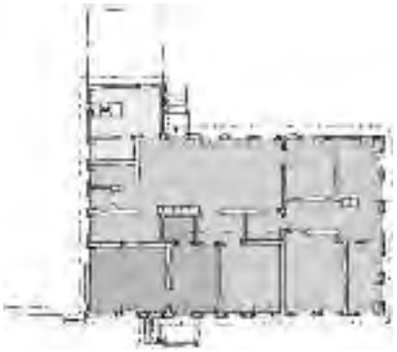
A escada frontal dá acesso à sala de entrada, que tem em frente a capela e, ao lado, a sala nobre. Por um cômodo de ligação chega-se à grande sala da família e, desta, aos demais cômodos da casa. A parte ampliada na antiga reforma tem ligação exclusiva com o setor íntimo. A ampliação pode ser notada desde a fachada principal, onde o antigo cunhal fica aparente, diferentemente das outras peças verticais.

O quintal é servido por uma bica d'água junto à porta da cozinha. Logo acima da casa ficam os terreiros de café e, mais à frente, a antiga tulha de alvenaria de tijolos, construída em 1928. Nos fundos da casa há uma pequena mata e pomar.





Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Antiga tulha de café
4. Retiro
5. Terreiros
6. Pomar
7. Bica d'água



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500





Figura 216 - Vista geral do conjunto. Foto: CFC.

Figura 217 - Bica d'água ao lado da cozinha. Foto: CFC.

Figura 218 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth.



Figura 219 - Fachada frontal. Foto: CFC.

Figura 220 - Fachada lateral. Foto: CFC.

Fazenda do Mato
Município de Três Pontas

Data provável: meados do século XIX

Pé-direito: 4,65m

Janelas: 1,30m x 2,40m; h=0,97m

Portas: 1,30m x 3,35m (internas)
e 1,50m x 3,35m (externas).

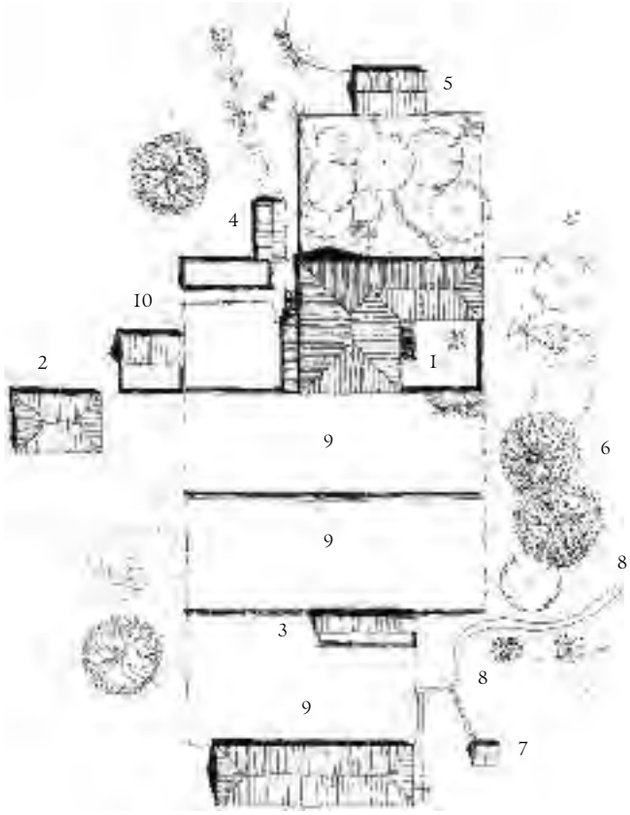
Peças dos umbrais: 16cm x 22cm

Essa fazenda encontra-se em perfeito estado de preservação e dela foi possível extrair grande quantidade de informações, tanto de construção como de programa de necessidades. É a "gêmea" da fazenda da Serra (p. 205). Sua planta é o L clássico, conforme descrito anteriormente. Sofreu apenas duas pequenas modificações: a retirada de uma parede entre a sala de entrada e a sala nobre e de uma parede interna de um quarto (ver tracejado na planta). Essas alterações são constatadas observando-se a diferença no forro e nos frechais, pois o piso é um só, independentemente de onde caiam as paredes.

O sifão visual se mostra claramente na planta da fazenda do Mato. A capela possui porta de duas folhas almofadadas e uma janela dando para o interior de um grande quarto. O quarto principal, situado na esquina sobre o terreiro, é conjugado com outro quarto, o que também se observa em outras fazendas, como a Água Limpa Pedralva (p. 284). Dizem que a finalidade era abrigar as crianças pequenas junto ao quarto dos pais.

Assim como a fazenda da Serra em Varginha/Carmo da Cachoeira (p. 205), a do Mato possui porão alto com piso de tábuas e pilares de madeira, além de algumas paredes divisórias de pau a pique. Tudo nela impressiona pelo





Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Chiqueiros
4. Antiga tulha
5. Garagem
6. Pomar
7. Moinho
8. Curso d'água
9. Terreiros
10. Construções complementares



Figura 221 - Imagem de satélite.
Fonte: Google Earth.

Figura 222 - Quarto principal.
Foto: CFC.



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Elevação frontal
Esc: 1:500





Figura 223 - Sala de entrada com ermida ao fundo. Foto: CFC.

Figura 224 - Cozinha de fora. Foto: CFC.

Figura 225 - Detalhe de trens de cozinha. Foto: CFC.





bom estado e pela originalidade: as tábuas do assoalho são enceradas até hoje, nunca viraram sinteco, as paredes são caiadas com pigmento azul ultramar, há armários embutidos originais nas paredes, usados como antigamente, guardando o licor de jabuticaba produzido ali.

Na cozinha de fora são executados os serviços mais pesados: abrir o porco sobre mesa própria, propositalmente inclinada para escorrer o sangue; fazer doces nos grandes tachos e fogões que permitem a fumaça escapar sem chaminé, saindo pela telha vã. As janelas dessa cozinha não possuem caixilhos







Figura 226 - Sala da família. Foto: CFC.

Figura 227 - Porão sob o corpo de serviços. Foto: CFC.

Figura 228 - Porão com madre de 18m apoiada sobre colunas de madeira. Foto: CFC.

nem vidros, apenas paus de fechamento a 45 graus. O telhado de telhas capa-e-canal ainda é mantido, assim como as cimalhas de madeira, os forros de saia e blusa, as portas e janelas de calha. No setor de serviços, sobre o piso de tábuas corridas, foi assentado um piso de azulejo hidráulico; mas por baixo, no porão, é possível ver o piso original.

O porão da casa é alto, aproveitável em toda a extensão, e possui piso de tábuas em grande parte. Seu fechamento, pelo menos na face posterior, é feito com paredes de pau a pique. As vigas madres são de grandes dimensões, aproximadamente 45cm x 45cm de largura e 18m de comprimento. Essas vigas apoiam-se em esteios de madeira, nos quais foram encontrados orifícios que, segundo disseram os proprietários, serviam para "amarrar os escravos".

Ao contrário da fazenda da Serra, os terreiros estão localizados em cota mais baixa que a casa, ficando totalmente visíveis e controláveis a partir dela, o que permite levantar a hipótese de que já existissem desde a fundação da fazenda. Acreditamos, no entanto, que seja mera coincidência. A tulha de café também é um edifício bastante antigo, provavelmente da virada do século XIX para o XX, servido por água para tocar o maquinário. O mesmo tipo de maquinário de beneficiamento de café, feito de madeira, foi encontrado na fazenda das Posses (p. 217), mas é raro hoje em dia. Como nas fazendas atuais a produção de café é muito maior do que naquela época, os equipamentos tornaram-se obsoletos e foram substituídos por máquinas mais modernas.

Fazenda Santa Maria
Município de Três Pontas



Figura 229 - Vista frontal. Foto: CFC.

Figura 230 - Vista do conjunto. Foto: CFC.



Data provável: primeira metade do século XIX

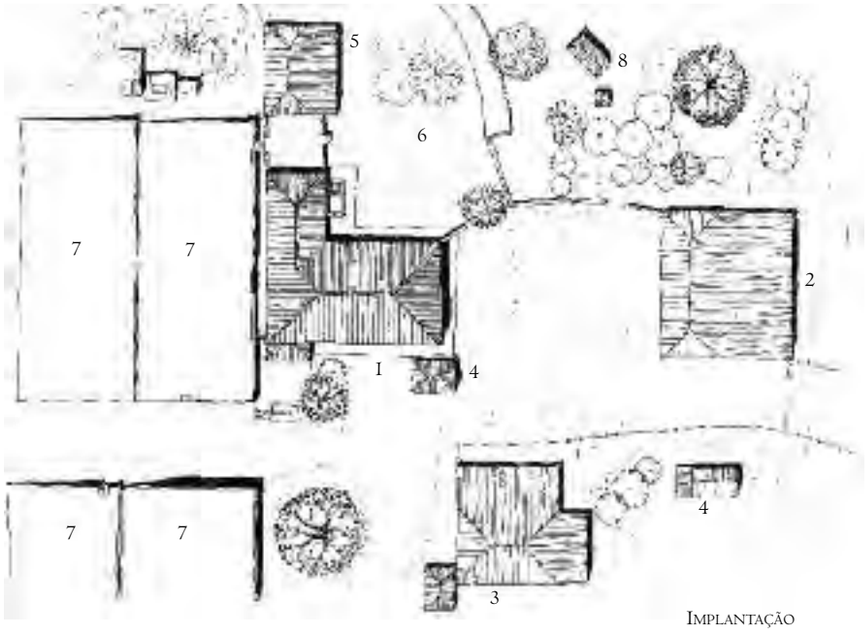
Pé-direito: 4,00m

Janelas: 1,10m x 1,87m; h=1,00m

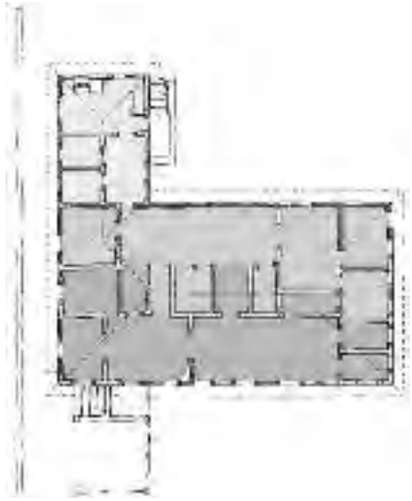
Portas: 1,10m x 2,87m

Peças dos umbrais : 17cm x 20cm

Segundo os proprietários, essa fazenda possui entre 160 e 200 anos e foi amplamente reformada em 1885. Sua planta é em L com cumeeiras perpendiculares. O corpo principal foi ampliado longitudinalmente durante a reforma, adquirindo proporções bastante alongadas. A planta segue a cartilha clássica: sala de entrada dando acesso à grande sala nobre, com seus quartos e alcovas. Do aposento de entrada também se tem acesso direto a mais dois quartos e uma alcova. Nessa sala realizavam-se as missas e nela se encontra em um canto, formando um triângulo, um altar de rara beleza. Fechado, ele é apenas um armário, mas, quando aberto, revela as pinturas sacras na face interna das portas.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Engenho
3. Retiro, etc.
4. Construções complementares
5. Tulha/Casa de máquinas
6. Pomar
7. Terreiros
8. "Casinha"ou comua



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação frontal
Esc: 1:500



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Figura 231 - Foto aérea do conjunto. Fonte: acervo da fazenda.

Figura 232 - Vista posterior. Foto: CFC.

Figura 233 - Fachada lateral. Foto: CFC.









Figura 234 - Porta do oratório. Foto: CFC.

Figura 235 - Sala de entrada com altar e sala nobre ao fundo. Foto: CFC.

Figura 236 - Sala nobre, reparar na disposição do mobiliário. Foto: CFC.



De acordo com os proprietários, foi pintado por um mestre português vindo das minas após a decadência da mineração.

A porta de ligação entre a sala nobre e a de entrada é mais larga que as demais e possui bandeira e verga trabalhada em arco. Seguindo pelo corredor de ligação, chega-se à grande sala da família, com seus quartos e alcovas. De uma dessas alcovas, tem-se acesso novamente à sala nobre. Esse tipo de circulação por dentro dos quartos, como vimos, é comum nas fazendas sul-mineiras. Da sala da família, um corredor dá acesso ao corpo de serviços, que hoje apresenta copa, dois quartos – um deles transformado em banheiro – e, ao fundo, a cozinha.

Não sabemos ao certo qual porção da casa é original e qual faz parte da ampliação de 1885, mas supomos que a ampliação corresponda à última fieira de quartos.

No conjunto arquitetônico da fazenda, destaca-se o velho engenho com telhado de prolongo. No pomar há um canal que levava água até o antigo lavador de café. Logo abaixo desse canal, encontram-se os vestígios de uma antiga "casinha", isto é, de um banheiro ou comua. É sabido que não havia banheiros dentro de casa, mas a existência dessa peça ajuda a comprovar isso.

O porão possui uma parte alta, aproveitável, e outra baixa, apenas para soltar a casa do chão. Os terreiros de café, acima da casa, são de tijolos. Ainda se observa na propriedade a colônia, uma longa fila de casinhas que leva até a entrada da fazenda.

Em razão dos altos custos de manutenção, os proprietários abandonaram a casa antiga e construíram uma nova casa de morada junto ao terreiro.

Fazenda Estância do Mota
Município de Três Pontas



Figura 237 - Fachada principal e lateral. Foto: CFC.

Data provável: segunda metade do século XVIII

Pé-direito: 3,84m

Janelas: 1,03m x 2,00m; h=0,94m

Portas: 1,03m x 2,94m

Peças dos umbrais : 18cm x 22cm

Madres: 35cm x 45cm

Segundo dados obtidos em um antigo folheto da prefeitura municipal de Três Pontas, fornecido pelo sr. Geraldo Reis, nosso principal informante na região, a fazenda Estância do Mota teria sido construída por Bento Ferreira de Brito na segunda metade do século XVIII, na confluência dos córregos Pinheiros e Araras. Foi reformada em 1947 e posteriormente abandonada.

Talvez por estar abandonada há tanto tempo, nela não encontramos construções complementares. Entretanto, as fotos do folheto mostram que na propriedade havia um antigo moinho de milho e que, na parede da antiga sala da família, identificada na legenda como "vestíbulo", havia mais uma janela. Destacamos o nome utilizado na legenda do folheto por ser um dado interessante para a interpretação da planta, que não é convencional, em nada parecida com as plantas das outras fazendas da região.

A técnica construtiva apresenta peculiaridades de fazendas mais antigas, como a Bananal (p. 181), entre as quais as vergas em canga de boi e os barrotes apoiados sobre os baldrames duplos, deixando os topos aparecerem na fachada. Essas características permitem supor que a Estância do Mota seja mesmo do século XVIII.

Figura 238 - Vista interna a partir da cozinha. Repare o piso de madeira e de terra batida. Foto: CFC.



Figura 239 - Foto antiga. Fonte: Folheto da Prefeitura Municipal de Três Pontas.

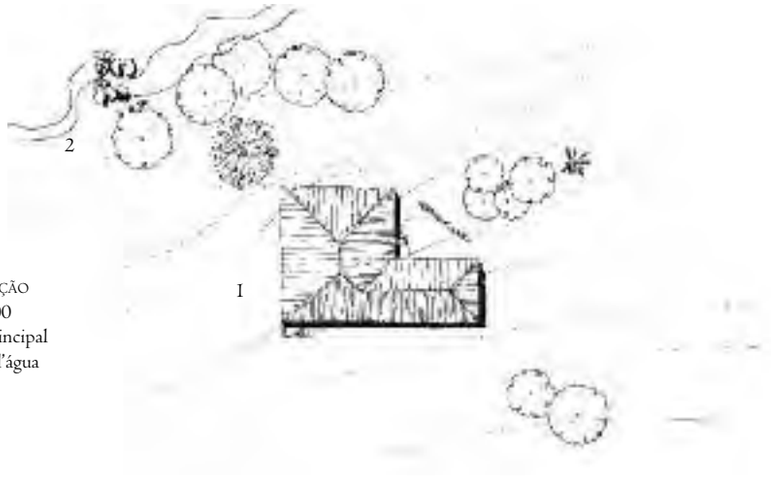




Figura 240 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth.

Figura 241 - Foto antiga: vista dos fundos. Fonte: Folheto da Prefeitura Municipal de Três Pontas.

Figura 242 - Vista dos fundos. Foto: CFC.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Curso d'água



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Elevação frontal
Esc: 1:500







A planta da casa é em forma de L com cumeeiras perpendiculares, mas o retângulo principal apresenta um estranho agenciamento de cômodos. Entra-se por uma pequena sala, que dá acesso a dois quartos e a uma alcova central; passando por um corredor sifonado, chega-se a uma espécie de sala de distribuição. Dela se acessa outra sala íntima e seus quartos, e chega-se ao que seria a sala da família. Há, porém, duas janelas que se abrem para essa sala da família: uma na alcova, e outra na sala de distribuição. Essa sala é estreita e comprida, chegando até a outra extremidade da casa, o que leva a pensar que ali seria uma espécie de varanda. Na arquitetura mineira mais antiga, as varandas posteriores são comuns, como constatou Menezes:

> *As varandas posteriores aparecem, em algumas delas, igualmente embutidas, parciais ou em toda a fachada*[15].

Outro dado que intriga e leva a crer que a sala teria sido uma varanda é a presença de cabides de madeira na parede, o que normalmente se observa em cômodos próximos à entrada, e não nos fundos da casa. Sendo ali uma varada, faz mais sentido haver uma ligação franca com o exterior. Essa sala ou varanda dá acesso ao setor de serviços, formado por um pequeno corredor, um quartinho e uma cozinha. O piso da cozinha apresenta uma parte de tábuas corridas, apoiadas sobre barrotes, e outra diretamente na terra, em aterro contido pelos muros de pedra da base.





Figura 243 - Fachada frontal. Foto: CFC.

Figura 244 - Sala da família. Foto: CFC.

Figura 245 - Foto antiga: sala da família. Fonte: Folheto da Prefeitura Municipal de Três Pontas.

Fazenda Pedra Negra
Município de Três Pontas



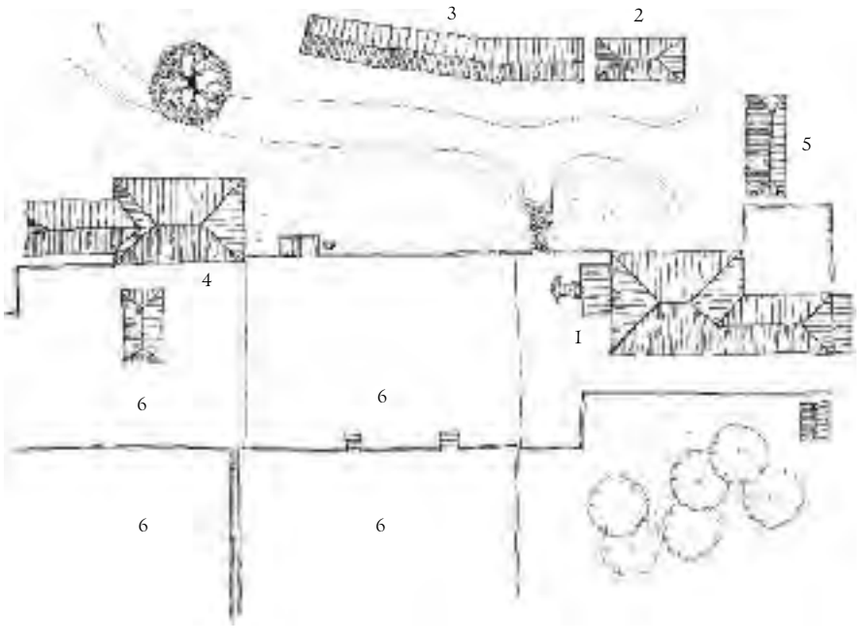
Figura 246 - Fachada frontal. Foto: CFC.

Figura 247 - Vista do conjunto. Foto: CFC.



Essa fazenda é mais um exemplo da nova arquitetura rural que se implantou a partir do fim do século XIX e suplantou a anterior. Suas principais características foram destacadas na descrição da fazenda das Posses (p. 217). Havia na propriedade uma casa anterior, já demolida, provavelmente de estrutura autônoma de madeira, construída no início do século XX. No entanto, no conjunto arquitetônico da fazenda, alguns edifícios exibem a técnica construtiva anterior e são testemunhos desse passado. A grande tulha e a senzala foram construídos de pau a pique. A tulha, assim como na fazenda das Posses, apresenta a estrutura de madeira aparente. A antiga senzala foi transformada em casa de hóspedes e está descaracterizada.

A planta da casa segue a tendência observada na fazenda das Posses, mantendo ainda os setores divididos. Já aparece, porém, o grande corredor de distribuição para os quartos. Na fachada encontram-se, além dos tradicionais relevos feitos na massa, os apliques de elementos pré-fabricados, acima e abaixo das janelas.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Senzala
4. Tulha/Casa de máquinas
5. Construções complementares
6. Terreiros



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Figura 248 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth.

Figura 249 - Antiga tulha. Foto: CFC.

Figura 250 - Muro de arrimo do terreiro. Foto: CFC.





No conjunto da fazenda, o grande destaque são os imensos terreiros de café, feitos de tijolo, e seus muros de contenção caiados. Na arquitetura dos terreiros de café, necessariamente aparecem os muros de arrimo, porque esses locais precisam ter uma inclinação determinada, o suficiente para escorrer a água e não escorrerem os frutos do café. A acomodação do grande plano inclinado no terreno acaba gerando esses muros de arrimo tão característicos.

Os terreiros da fazenda Pedra Negra são da época da casa ou um pouco anteriores, tempo em que muitas fazendas da região ganharam terreiros de tijolos. Não há, porém, nenhum conjunto tão imponente quanto este. As modernas fazendas de café também usam terreiros, mas requerem área bem menor, pois contam com a ajuda dos secadores, e não há neles, sejam de concreto ou asfalto, o mesmo cuidado construtivo e estético que se observa nos antigos. As fazendas de hoje são estritamente voltadas para a produção e muitas vezes nem têm casa de morada.

Fazenda Serrote
Município de Carmo da Cachoeira



Figura 251 - Fachada frontal.
Foto: CFC.

Figura 252 - Vista dos fundos.
Foto: CFC.



Data provável: década de 1880

Pé-direito: 3,20m

Janelas: 0,85m x 1,50m; h=0,80

Portas: 0,87m x 2,60m

Peças dos umbrais : 20cm x 20cm

A fazenda Serrote pertence ao nosso principal informante da região, Márcio Paiva. Suas dimensões são diminutas, tanto em planta quanto em relação ao pé-direito, portas e janelas. A forma é em L com cumeeiras perpendiculares, mas não há alcovas centrais. Essas características também se observam na fazenda Coqueiro, em Carmo de Minas (p. 255), e na planta reconstituída da fazenda Mascatinho (p. 203), ambas do fim do século. Acreditamos que, com a chegada do fim do século, o programa de necessidades vai diminuindo em decorrência da maior urbanização. Ao mesmo tempo, começam a ser construídas fazendas mais sofisticadas, de tijolo, com dimensões maiores.



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação frontal
Esc: 1:500

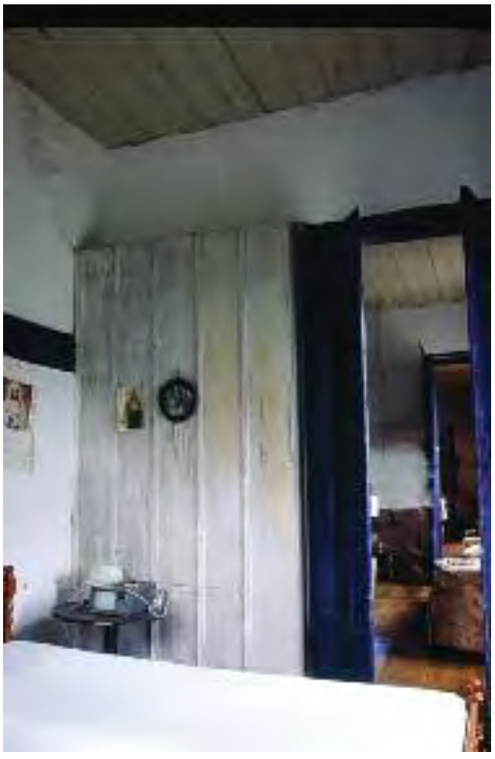


Figura 253 - Quarto com os fundos do armário da sala da família. Foto: CFC.

Essas fazendas, no entanto, possuem outro programa de necessidades, e a alcova definitivamente desaparece.

Não sabemos se a simplicidade maior das casas de pau a pique do fim do século é o prenúncio de uma mudança de hábitos ou se os poucos casos que observamos são de fazendas que não possuíam tantos recursos. De qualquer maneira, conservam-se os três setores bem marcados: entra-se por um pequeno cômodo que dá acesso à sala de visitas com seus dois quartos e também à sala da família. Esta faz a ligação com seus quartos orbitais e com o corpo de serviços na junção dos retângulos. Uma escada de pedra externa, nessa junção, leva aos fundos do terreno.

A casa sofreu algumas modificações: a varanda de acesso não é original e um cômodo à sua esquerda foi transformado em garagem. No conjunto, cabe destacar o edifício do moinho pegado à cozinha.





Fazenda Grotão
Município de Três Corações

Data provável: primeira metade do século XIX, provavelmente década de 1830

Pé-direito: 4,00m

Janelas: 1,00m x 2,00m

Portas: 1,00m x 3,00m

Situada às margens da rodovia Fernão Dias, no município de Três Corações, a fazenda Grotão já estava abandonada quando realizamos a pesquisa de campo. Apesar de seu estado de quase ruína, foi possível fazer um levantamento sumário.

A planta constitui-se de um único retângulo, sendo a cozinha um puxado com telhado mais baixo. Apesar de as dimensões em planta serem diminutas, o tamanho de portas e janelas, peças e pé-direito são normais. Nesse pequeno retângulo, entra-se por uma sala que dá acesso a um quarto à direita e à sala da família em frente; não há sifão visual. A sala da família é a maior peça da casa e possui um armário embutido entre duas portas, formando um belo conjunto de madeiras pintadas de verde. Dessa sala, faz-se o acesso aos quartos e à cozinha.

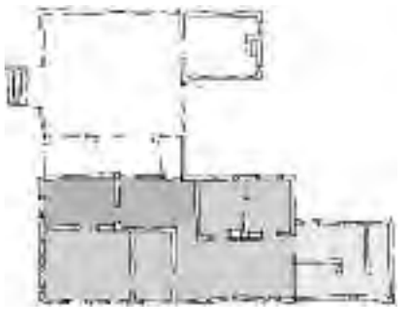
Como a casa não contava mais com o forro, foi possível observar a estrutura do telhado, bem como os dentes nos frechais para encaixe da antiga estrutura do forro.



Figura 254 - Antigo relógio embutido. Foto: CFC.

Figura 255 - Estrutura do telhado. Foto: CFC.

Figura 256 - Armário embutido. Foto: CFC.



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços

Grupo de Carmo de Minas (antiga freguesia de Pouso Alto e parte da antiga freguesia de Itajubá)

Se as fazendas dos grupos de Cruzília e Carrancas foram privilegiadas por estarem entre a garganta do Embaú e as vilas de São João e São José, no século XVIII, as fazendas do grupo de Carmo de Minas serão privilegiadas pela proximidade com a garganta durante o século XIX. Essa área fica em um caminho de ligação entre a vila de Itajubá e o caminho Velho, a leste deste, ao pé da serra da Mantiqueira, em cotas próximas a mil metros. Suas fazendas não estão tão encravadas na serra como algumas fazendas do grupo de Itajubá, oferecendo melhores condições para o avanço da atividade agropecuária no século XIX. No fim do século, a região ganhou um ramal da estrada de ferro, o que promoveu seu desenvolvimento.

A freguesia correspondente ao atual município de Carmo de Minas, que concentra a maior parte das fazendas desse grupo, foi desmembrada da freguesia de Pouso Alto em 1831. Elevada a distrito em 1841, passou a se chamar Carmo do Rio Verde. Foi emancipada em 1901, com o nome de Silvestre Ferraz, e, em 1953, tornou-se Carmo de Minas.

Além das fazendas apresentadas a seguir, foi visitada a fazenda Bom Sucesso, em Itanhandu, excluída do levantamento por não pertencer à técnica e período pesquisados.



Figura 257 - Microrregião de São Lourenço. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/microrregião_de_são_lourenço. Acesso em 20/03/2008.

Fazenda Boa Vista
Município de Carmo de Minas



Figura 258 - Vista parcial. Foto: CFC.



Figura 259 - Fachada lateral e terreiro. Foto: CFC.

Data provável: primeira metade do século XIX

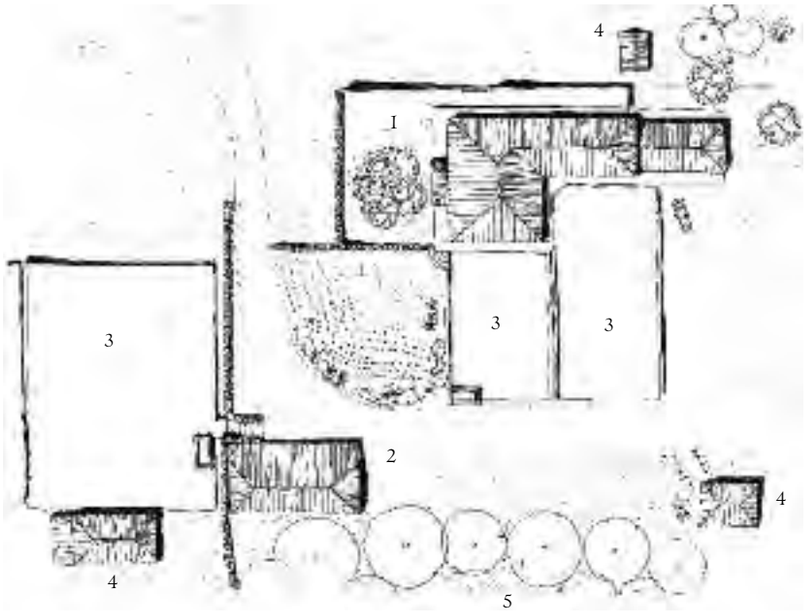
Pé-direito: 4,00m

Janelas: 1,10m x 2,00m

Portas: 1,10m x 3,00m

A Boa Vista teria sido erguida pelo mesmo mestre açoriano que construiu as fazendas Palmital (p. 252) e Cachoeira (p. 262) em Carmo de Minas e também a casa da família na cidade, conhecida como "casa da Boa Vista". Era comum chamar as casas da cidade pelo nome da fazenda da família.

A propriedade situa-se ao pé dos contrafortes da serra de Cristina. Por estar implantada em terreno suave, a casa possui porões baixos, ao contrário do que acontece na maioria das fazendas. O terreno foi levemente ajustado por pequenos muros de arrimo. Sua planta é um L clássico, formado por um corpo principal de proporções 3:4 e um corpo de serviços estreito, perpendicular ao principal. Um pequeno alpendre dá acesso à casa.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Antigo Paiol
3. Terreiros
4. Construções complementares
5. Jaboticabal



Corte longitudinal no terreno
Esc: 1:1000



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Figura 260 - Vista do conjunto. Foto: CFC.

Figura 261 - Vista do conjunto a partir do terreiro. Paiol à direita. Foto: CFC.

Figura 262 - Data gravada no paiol, 1857. Foto: CFC.





Suas finas colunas de ferro e seu lambrequim permitem supor que date do fim do século XIX. Do alpendre, entra-se diretamente na sala nobre, sem passar por cômodo de distribuição; dela acessam-se as duas alcovas centrais e dois quartos – um deles possui um quarto para dentro, e o outro, uma ligação interna com o setor íntimo. Por um corredor sifonado, chega-se à grande sala que dá acesso aos outros quartos e ao setor de serviços. Entre essa sala e o quarto aos fundos, a divisão é feita por um grande armário que substitui a parede.

O corpo de serviços inclui duas pequenas copas, três cômodos menores e a cozinha, ao final. Há três pias para lavar as mãos espalhadas pela casa: uma no alpendre, outra na sala íntima e mais uma contígua à porta, na junção dos dois corpos.

No conjunto da fazenda, destaca-se a grande tulha de madeira, contemporânea à casa, que fica ao lado do jabuticabal, por onde passa um riacho. Um antigo monjolo de jacarandá foi desmanchado ainda na primeira metade do século XIX, e dele foram feitas onze cadeirinhas de bordar. Essas cadeiras, por tradição distribuídas entre as mulheres da família, passavam de avó para neta, sempre pulando uma geração.

Casa da Boa Vista
Município de Carmo de Minas



Figura 263 - Vista a partir do largo da igreja. Foto: CFC.

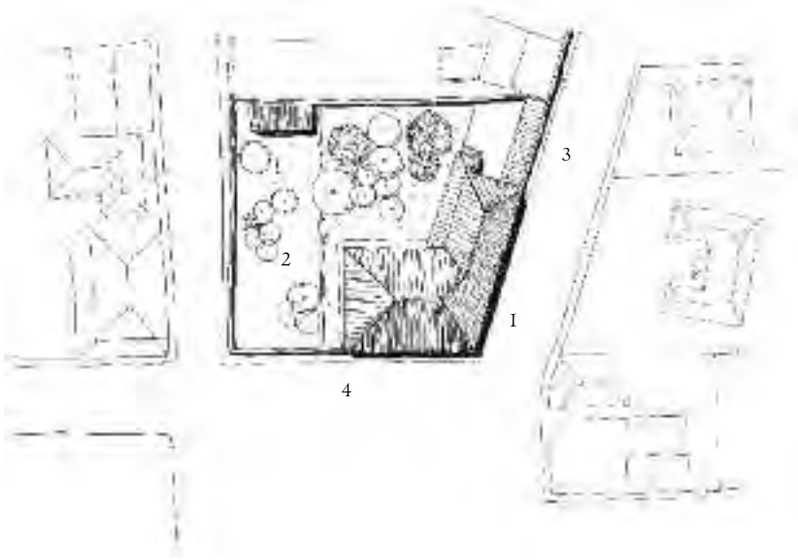
Data provável: década de 1820

Pé-direito: 4,35m

Janelas: 1,10m x 2,00m

Portas: 1,10m x 3,00m

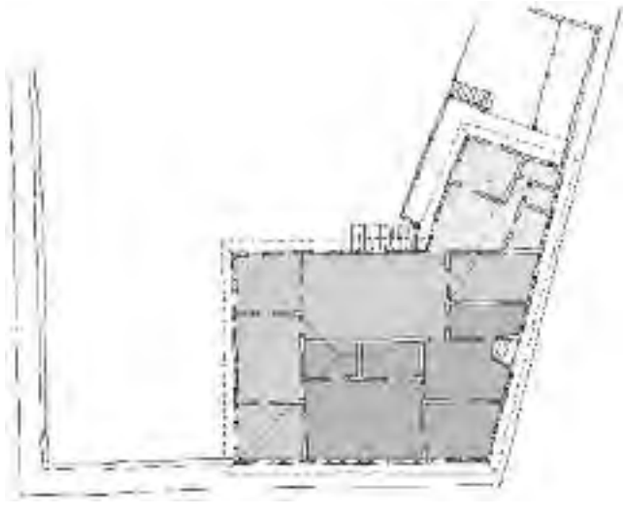
A casa da Boa Vista da cidade é a única unidade urbana deste levantamento. A inclusão se justifica pela comparação com a casa da fazenda homônima, construída pelo mesmo mestre e pertencente à mesma família. A casa da cidade difere da rural apenas por sua implantação, pela escada interna e por uma pequena variação no fluxograma. Sua forma de L ajusta-se ao desenho das ruas. O corpo principal tem a frente voltada para a igreja e o corpo de serviços segue alinhado com a rua lateral.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Quintal
3. Rua de acesso
4. Largo da Igreja



Elevação Frontal
Esc: 1:500



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços





Figura 264 - Porta e escada de entrada. Foto: CFC.

Figura 265 - Quarto de hóspedes. Foto: CFC.

Figura 266 - Sala nobre. Foto: CFC.

Ao contrário das casas rurais, nas quais as escadas de acesso ao pavimento nobre são sempre externas, aqui esse desnível é vencido por uma escada interna logo na porta de entrada. O fluxograma também é um pouco diferente: da sala de entrada podem-se acessar ambas as salas, a nobre e a da família. Ligado a essa sala de entrada há um quarto que era destinado aos hóspedes e, por isso, tem acabamentos mais elaborados. As demais peças da planta são iguais às de uma fazenda.





Fazenda Pouso Alegre
Município de Carmo de Minas



Figura 267 - Fachada frontal a partir do portão de entrada. Foto: CFC.

Figura 268 - Fachada frontal a partir do curral. Foto: CFC.

Data: 1847

Pé-direito: 4,00m

Janelas: 1,00m x 1,80m

Portas: 1,00m x 2,80m

Como é comum em várias propriedades, a casa atual da fazenda Pouso Alegre, embora muito antiga, não é a primeira casa da fazenda. Havia uma outra, mais antiga, onde hoje há um pomar, à esquerda da casa atual, acima do muro de pedra.

Quem mandou erguer a casa atual da fazenda foi Joaquim José Ribeiro de Carvalho, em 1847. Seu pai era o capitão Manuel José Ribeiro de Carvalho, que nasceu em 1790 e morreu precocemente em 1834, filho de Custódio Ribeiro Pereira Guimarães ou Custódio Ribeiro de Carvalho, o "Velho da Chapada". Manuel José herdou a fazenda Palmital e parte da fazenda Três Barras, área correspondente ao Pouso Alegre.

> *Talvez pela proximidade da estrada que ligava Carmo de Minas à Cristina, ergueu à sua margem novas instalações, às quais deu o nome de Pouso Alegre. Tendo ficado órfão de pai ainda criança, Joaquim José Ribeiro de Carvalho, por ocasião de seu casamento, resolveu construir ao lado da casa paterna, onde ainda habitava sua mãe Maria Tridentina, uma pequena casa na qual constituiria família. [...] A antiga casa, cujos alicerces de pedra formam hoje um muro que separa o curral do pomar de jabuticabeiras, tinha, de frente, sessenta e nove metros, e de lado, dezoito metros. Era, na verdade, uma imponente construção de pau a pique, porém de solidez e acabamento invejáveis*[16].



Essa pequena casa, ao lado da casa dos pais, é a casa atual da fazenda Pouso Alegre. Sua planta é um L clássico e o fluxograma obedece rigidamente ao padrão de seu tempo. Não há alpendres ou varandas; entra-se por uma sala de distribuição que dá acesso a um pequeno quarto, à sala nobre e suas alcovas e a um quarto. Um corredor reto faz a passagem para a sala da família e seus quartos. Há uma peculiaridade na planta: um segundo corredor ligando diretamente a sala da família à sala nobre. Essa segunda ligação é muito comum, mas geralmente é feita por dentro dos quartos, através de sucessivas passagens.

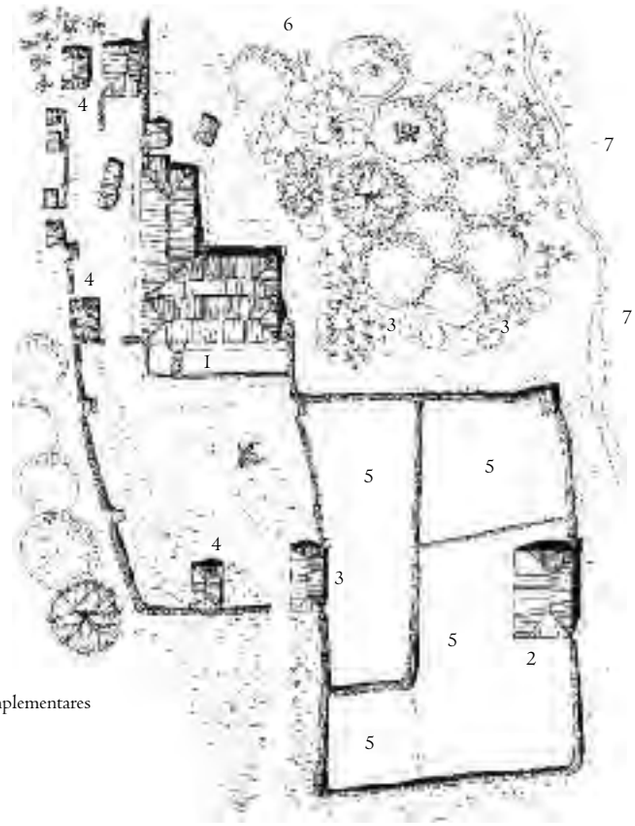


Figura 269 - Foto aérea. Fonte: Acervo da fazenda.

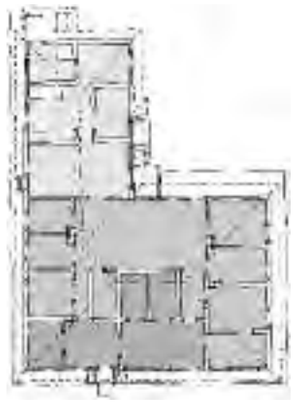
Figura 270 - Sala nobre. Foto: CFC.

Figura 271 - Quarto. Foto: CFC.

Figura 272 - Alcova. Foto: CFC.



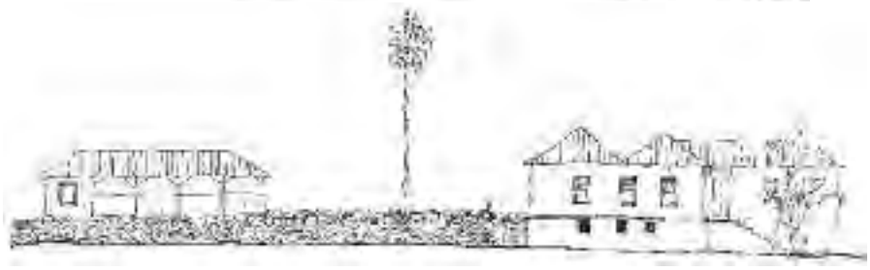
Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Antigo Paiol
3. Antigo Retiro
4. Construções complementares
5. Antigo Terreiro
6. Pomar
7. Água



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Elevação Lateral
Esc: 1:500

O corpo de serviço está com as repartições bastante alteradas, com paredes de tijolos, e sua cobertura é mais baixa que a do corpo principal. Ao que parece, esse corpo foi refeito na mesma posição do original.

Os dois telhados de quatro águas sobre o corpo principal podem parecer, ao olhar de um pesquisador atento, os "telhados múltiplos de Tavira" estudados por Orlando Ribeiro no sul de Portugal. Mas eles são simples substituição do original, de quatro águas, que cobria o corpo principal, como se pode observar em foto antiga.

No conjunto da fazenda, destacam-se os antigos terreiros de tijolos, cercados por muros de pedra e adobe, a tulha de madeira, o curral de pau a pique com dois volumes nas pontas e varanda central, os dois pomares e construções diversas ao lado do corpo de serviços. Há ainda, dentro da fazenda, uma pequena estação de trem, hoje desativada, e uma capela.

Em um livro-caixa encontrado na fazenda, há registros de que, em 1864, já se produzia e comercializava café. Pode-se supor, assim, que em outras fazendas em que encontramos terreiros também houvesse produção de café, na época. Estudo sobre a produção econômica em Minas Gerais, em meados do século XIX, indica que a produção de café voltada à exportação estava concentrada em alguns municípios no sul da Zona da Mata (Martins 2003).





Fazenda Palmital
Município de Carmo de Minas



Figura 273 - Vista geral do conjunto com bezerreiro em primeiro plano. Foto: CFC.

Figura 274 - Vista geral da casa. Foto: CFC.

Figura 275 - Fachada dos fundos. Foto: CFC.





Data provável: início do século XIX

Pé-direito: 4,35m

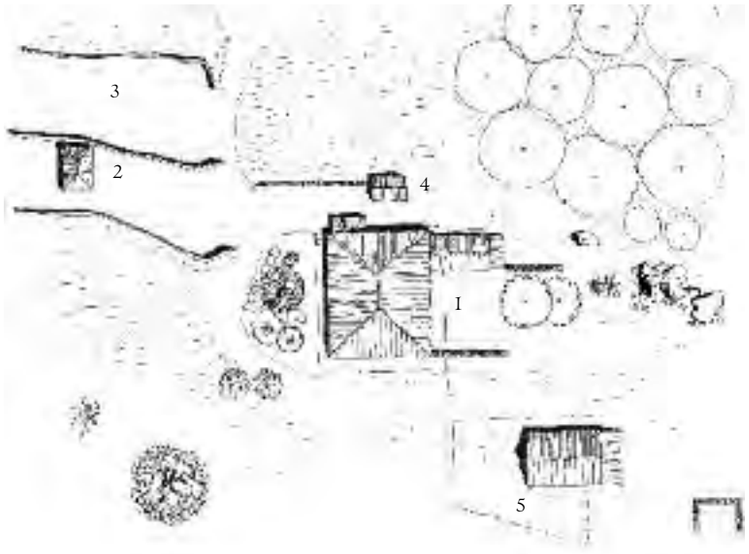
Janelas: 1,08m x 2,15m; h=1,05m

Portas: 1,08m x 3,15m

Acreditamos que a sede da fazenda Palmital, construída pelo mesmo mestre açoriano responsável pelas casas da Boa Vista, tenha sido erguida antes que estas. Os proprietários da vizinha fazenda Coqueiro, construída em 1890, informaram que a casa do Palmital seria "cem anos mais velha". Segundo Walter Junqueira:

> *Sesmaria do Palmital: do Alferes Antônio José Rodrigues, que a vendeu para Antônio José Pereira que, não muito tempo depois, a revendeu para Custódio Ribeiro Pereira Guimarães, o "Velho da Chapada". Até hoje sua maior parte se encontra nas mãos de seus descendentes*[17].

De qualquer maneira, a arquitetura da fazenda Palmital é bastante parecida com a das outras duas casas. Seu corpo principal, de proporções 3:4, é perpendicular ao corpo de serviços. O fluxograma também é bastante parecido: do alpendre de fora entra-se para uma sala menor, de distribuição, a partir da qual se tem acesso a um quarto, à sala nobre com duas alcovas e, por um corredor direto, à sala da família. A sala nobre possuía sofisticadas pinturas murais.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Terreiro
4. Construções complementares
5. Currais
6. Pomar



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Fundos
Esc: 1:500



Elevação Lateral
Esc: 1:500

Na sala íntima há um grande armário embutido, dividido em quatro partes, com portas almofadadas. Uma das divisões é um pequeno altar, no qual um antigo oratório do tipo lapinha convivia harmoniosamente com um liquidificador de plástico. A sala íntima dá acesso aos quartos que, do lado







Figura 276 - Pinturas murais no alpendre. Foto: CFC.

Figura 277 - Detalhe janela. Foto: CFC.

Figura 278 - Armário embutido com oratório. Foto: CFC.

norte, reconduzem ao setor social por meio de portas internas. O setor de serviços parece ter sido refeito em cima do existente anteriormente, pois suas paredes são de tijolos e o telhado é mais baixo.

Na implantação, há uma peculiaridade: devido ao caimento acentuado do terreno, o acesso ao interior da casa é feito pela lateral do retângulo principal e não por sua frente, o que não é bom para o agenciamento da planta. O mesmo ocorre na fazenda Água Limpa de Pedralva (p. 284). Essa diferença, todavia, é corrigida pela sala de distribuição, que reconduz o fluxo entre os setores pelo menor caminho, mantendo as duas peças principais nas faces maiores do retângulo. Quando essas peças se situam em lados opostos, no sentido maior do retângulo, a ligação entre elas fica mais complicada, gerando salas intermediárias ou alcovas de passagem, como se observa nas fazendas Serra das Bicas (p. 184), Campo Lindo (p. 151) e Pouso Alegre de Varginha (p. 211), entre outras.

Contam os moradores que, no porão da casa, foi encontrada a presa de uma cascavel. Das presas dessas cobras os escravos retirariam o veneno para ser usado em possíveis atentados contra os patrões.

No conjunto da fazenda não há muitas construções importantes – apenas um paiol de madeira, curral e bezerreiro. Este último tem o assoalho de tábuas com espaçamento suficiente para não haver acúmulo de excrementos, mantendo-se limpo e seco para os bezerros pequenos.

A casa já estava em avançado estado de deterioração quando a visitamos em 1997, e acabou ruindo. Por isso, foi possível observar uma peça de junção entre os baldrames que não havíamos visto em nenhuma outra fazenda.

Fazenda Coqueiro
Município de Carmo de Minas

Data provável: 1890

Pé-direito: 3,40m

Janelas: 1,00m x 2,00m

Portas: 1,00m x 2,80m

A fazenda Coqueiro é um exemplo do ocaso da estrutura autônoma de madeira sobre base de pedra. Na época em que a sede da Coqueiro foi erguida, começavam a aparecer as primeiras casas de fazenda construídas com alvenaria portante de tijolos, mas seu construtor optou por usar a técnica tradicional. A casa de pau a pique, entretanto, com estrutura simples de madeira, feita por esteios fincados diretamente no chão, vai permanecer por mais um século.

Assim como a fazenda Serrote, a Coqueiro apresenta algumas diferenças fundamentais em relação às demais. Sua planta é em forma de L com cumeeiras perpendiculares e as dimensões são menores, tanto em relação à planta quanto em relação às peças de madeira. Não há alcovas centrais, e a ligação entre o setor social e o íntimo é feita simplesmente por uma porta. O setor social restringe-se a uma sala; já não há mais quartos de hóspedes, sala de entrada, sala nobre e capela. A distribuição da sala íntima para os quartos e setor de serviços ainda é muito parecida, e há um quarto para dentro do outro.



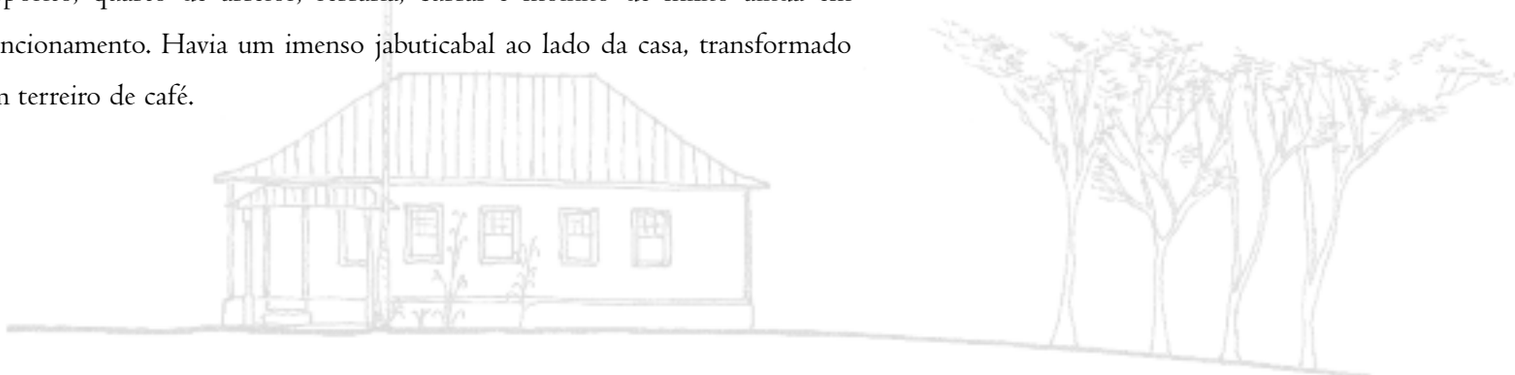


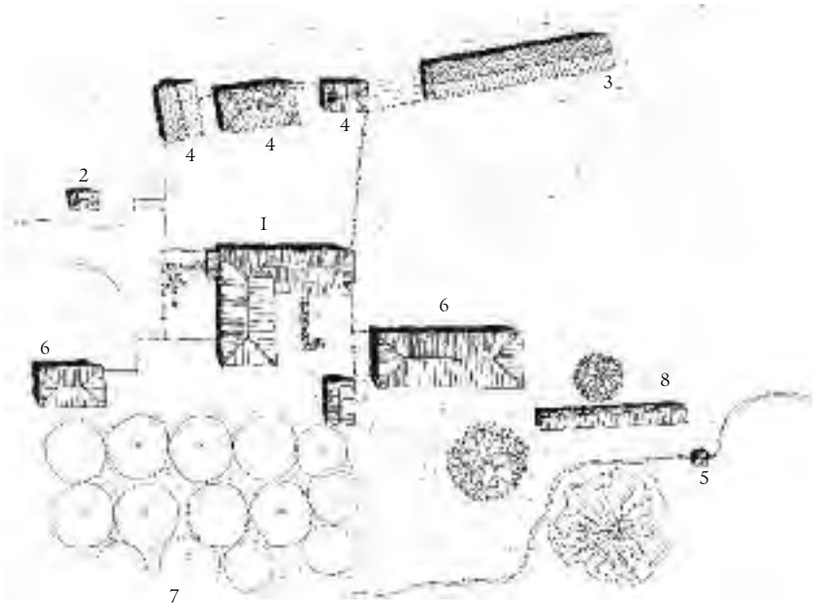
Figura 279 - Fachada frontal. Foto: Carla Pacheco.

Figura 280 - Fachada lateral. Foto: Carla Pacheco.

No setor de serviços a distribuição é idêntica à das casas mais antigas: dois cômodos auxiliares e cozinha ao fundo e, neste caso, há um alpendre em toda essa extensão. As telhas originais de calha foram substituídas por telhas francesas em 1964.

No conjunto, encontram-se diversos edifícios: casa de colonos, tulha, retiro, depósito, quarto de arreios, serraria, curral e moinho de milho ainda em funcionamento. Havia um imenso jabuticabal ao lado da casa, transformado em terreiro de café.





Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Serraria
4. Construções complementares
5. Moinho
6. Retiro
7. Jaboticabal
8. Chiqueiro



Corte longitudinal do terreno
Esc: 1:1000



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços

Figura 281 - Alpendre dos fundos.
Foto: CFC.





Elevação Lateral
Esc: 1:500



Elevação Frontal
Esc: 1:500

Fazenda do Engenho
Município de Carmo de Minas

A fazenda do Engenho foi erguida em 1893 e corresponde a uma nova geração de construções nas quais se adota a técnica construtiva de estrutura portante de tijolos. A casa possui piso de tábuas finas, forro de estuque e telhado de telhas francesas. Foi reformada em 1944 e em 2000. A planta não foi levantada, pois foge demais ao foco da pesquisa.

Na varanda da casa há floreiras de cimento que imitam as formas de troncos de árvores, como as que foram feitas pelo mestre português Francisco da Silva Reis, o Chico Cascateiro, na praça e em residências da cidade de Carmo de Minas. Esse tipo de técnica mimética, também chamada estilo "romântico" ou "pitoresco", foi muito usada pelo paisagista francês Auguste François Marie Glaziou no Rio do Janeiro, na segunda metade do século XIX, e ainda no Jardim da Luz, em São Paulo.





Figura 282 - Vista geral a partir do terreiro. Foto: CFC.

Figura 283 - Muro de adobe sobre base de pedras. Foto: CFC.



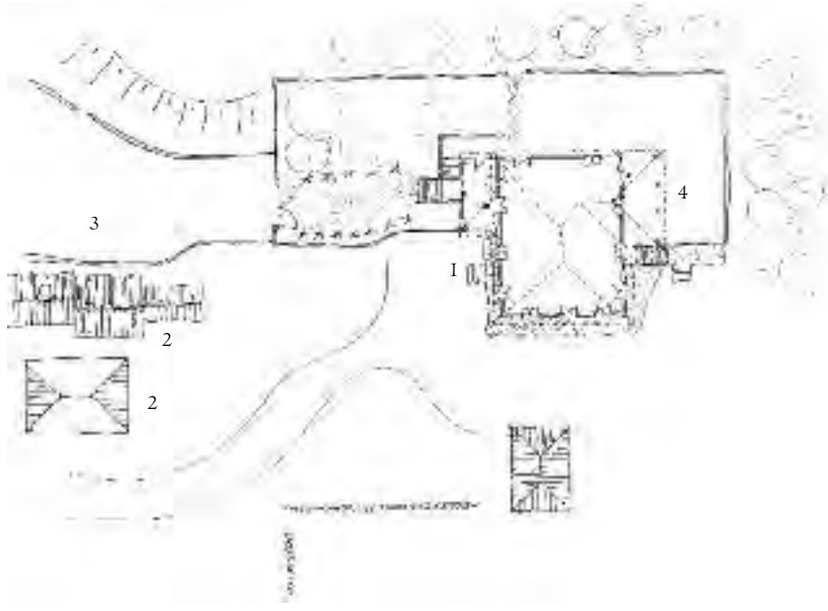
Figura 284 - Vista frontal. Foto: Carla Pacheco.

Fazenda do Sertão
Município de Carmo de Minas

A casa da fazenda do Sertão, embora não fosse de grandes dimensões, possuía estrutura autônoma de madeira. Totalmente descaracterizada por reforma, manteve apenas sua casca, com as janelas originais. O corpo da cozinha foi desmanchado.



Figura 285 - Vista fundos. Foto: CFC.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Maquinário de café
3. Terreiro
4. Antiga cozinha

Fazenda Três Barras
Município de Carmo de Minas



Figura 286 - Vista do conjunto com casa nova ao fundo. Fonte: Acervo pessoal de Walter Ribeiro Junqueira.

Figura 287 - Fachada lateral. Fonte: Acervo pessoal de Walter Ribeiro Junqueira.

Figura 288 - Fachada frontal e lateral. Fonte: Acervo pessoal de Walter Ribeiro Junqueira.

A fazenda teve origem na sesmaria Três Barras, de Manoel Ramos da Silva, e foi comprada por Custódio Ribeiro Pereira Guimarães, ou Custódio Ribeiro de Carvalho, o Velho da Chapada, em 1811. A casa atual da fazenda é modernista, mas neste levantamento apresentamos a casa construída em 1864 e demolida em 1968, cuja descrição se fundamenta no estudo das ruínas e de fotos e plantas antigas, fornecidas pelo dono da fazenda, Walter Ribeiro Junqueira. Esta foi uma fazenda-tronco, e por isso a inserimos no levantamento, embora a casa já não exista. Duas outras casas antecederam a que apresentamos.

> *Em 1864 Gabriel Ribeiro Junqueira tomou emprestado de seu avô, o "Velho do Campo Alegre", Gabriel Francisco Junqueira (primeiro Barão de Alfenas), um escravo mestre em carpintaria. A obra durou treze meses. Querendo devolver o escravo o mais rápido possível, ergueu um casarão que classificou de simples e sem luxo*[18].

O que mais interessa nessa citação é a informação de que a casa foi feita por um mestre escravo vindo do Campo Alegre de Cruzília. Isso mostra que, assim como acontecia nas artes, na construção civil os mestres portugueses acabaram passando seus conhecimentos para ajudantes escravos, que depois se tornaram também mestres. Mostra ainda que a Campo Alegre foi uma importante fazenda-tronco, que, além dos desmembramentos de suas próprias terras, exportou influência e também mão de obra qualificada para erguer fazendas em outra região.





Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Retiro
4. Construções complementares
5. Antiga Tulha
6. Terreiro

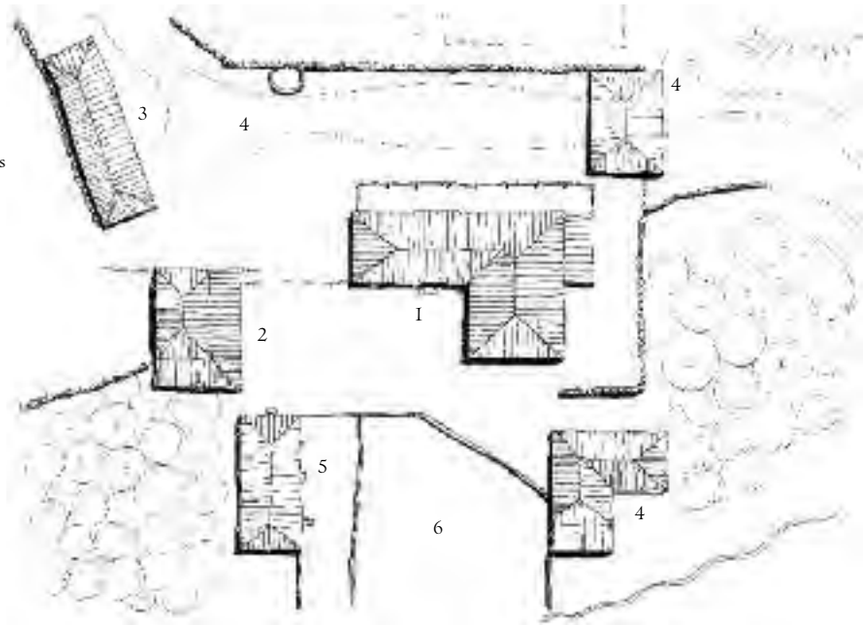


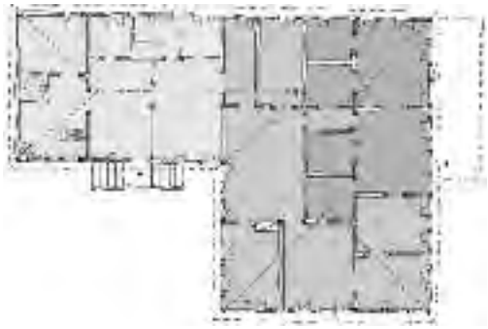
Figura 289 - Fachada dos fundos e terreiro. Fonte: Acervo pessoal de Walter Ribeiro Junqueira.

Figura 290 - Ruínas da antiga escada de acesso à cozinha. Foto: CFC.

Figura 291 - Tulha da F. Boa União no Rio de Janeiro, notar semelhança entre os edifícios. Foto: Smith. Fonte: Goodwin (1943).

Figura 292 - Antiga tulha. Foto: CFC.

Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços







Elevação Fundos
Esc: 1:500



Elevação Frontal
Esc: 1:500

A planta das Três Barras era um L clássico, diferente da maioria das fazendas do grupo de Cruzília. Seu corpo principal possuía as mesmas proporções clássicas, 3:4, mas as dimensões eram maiores: como comprovam as ruínas de pedra, media 14m x 20m. O mais comum, nessa região e também em Santa Rita do Sapucaí, era o corpo principal medir 13m x 17m.

Entrava-se na casa por uma sala de distribuição com acesso para vários cômodos: duas alcovas, sala nobre com alcova e quarto, corredor que levava à sala da família e um quarto maior que fazia a circulação interna, através de um segundo quarto.

Para a sala da família deitavam porta mais três quartos e outro cômodo de ligação com o setor de serviços, além da cozinha, aos fundos, sem portas para o exterior. Esta localizava-se em uma espécie de copa ou ante-sala dividida ao meio por tabique, tendo mais três pequenos cômodos, como despensas. Uma pequena escada de lajes de pedra, ainda existente, levava ao quintal.







Figura 293 - Fachada frontal. Foto: CFC.

Figura 294 - Fachada lateral e conjunto. Foto: CFC.

Figura 295 - Peça de antiga cimalha. Foto: CFC.

Figura 296 - Degraus do convite de pedras. Foto: CFC.

Fazenda Cachoeira
Município de Carmo de Minas

Data provável: década de 1870

Pé-direito: 4,20m

Janelas: 1,00m x 1,96m; h=1,00m

Portas: 1,00m x 2,96m

Peças dos umbrais: 17cm x 20cm; madres: 40cm x 40cm;

Baldrames: 30cm x 32cm

Sobre a história da fazenda Cachoeira, há uma pequena referência no livro de Walter Ribeiro Junqueira que permite estimar a data da casa:

> *Tenho em meus documentos antigos uma anotação de Antônio José, pai de Francisco Ribeiro Junqueira, onde diz que, após 1872, Francisco, seu Filho, tomou emprestados 11:57$500 para pagar as terras que comprou nos Criminosos. Estas terras se transformaram na Fazenda da Cachoeira, com aproximadamente quatro mil hectares*[19].



Atualmente a fazenda não pertence à mesma família e passa por reformas que a descaracterizam.

Observando sua planta, nota-se que é parecida com a das fazendas Pouso Alegre e Palmital, pertencentes à mesma família. Pode-se constatar que a entrada era feita por uma porta situada ao lado da que hoje é a porta principal. Evidenciam isso o convite de pedras talhadas, que se estende até onde seria a porta original, e também a planta da casa. O cômodo da esquerda da fachada frontal provavelmente era a sala de entrada; a partir dela seria acessada a sala nobre com duas alcovas e um corredor ligando à sala da família, exatamente como na fazenda Palmital que, aliás, possui implantação semelhante. Hoje a entrada é feita diretamente pela sala nobre, e a ligação com a sala íntima, por uma das antigas alcovas. Provavelmente, da sala da família tinha-se acesso a todos os quartos.

Hoje, a parte esquerda do corpo principal está alterada, transformada em suíte, mas nela havia três quartos, conforme tracejado em planta. Um novo quarto foi construído, dando à casa a forma de U, claramente posterior.







Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Retiro
4. Maquinário de café



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Frontal
Esc: 1:500



Elevação Lateral
Esc: 1:500

Figura 297 - Vista dos fundos. Foto: CFC.



Sua clara posteridade é denunciada pela junção na fachada que deixa o antigo cunhal à mostra. Dois banheiros foram criados onde antes havia um quarto. O corpo de serviços possui dois cômodos e cozinha ao fundo.

No conjunto arquitetônico da fazenda, nada mais restou dessa época. A fazenda tem hoje muitas instalações modernas. A casa exibia um trabalho de madeira requintado para a época, pois em sua sala nobre há um forro do tipo mata-junta, de tábuas concêntricas, com um entalhe floral em cada canto e outro ao centro. Os beirais eram guarnecidos por sofisticadas cimalhas de madeira, com o mesmo desenho da antiga cimalha da fazenda Narciso (p. 145). Uma parte dessas cimalhas foi encontrada no porão.



Figura 298 - Antiga casa de pau a pique. Fonte: Acervo do autor.

Figura 299 - Fachada frontal da casa atual. Foto: CFC.

Fazenda Santa Cruz
Município de Carmo de Minas

A velha casa da fazenda Santa Cruz foi derrubada e, em cima de suas bases de pedra ergueu-se uma nova casa de tijolos, menor que a original. Uma foto da antiga casa permite observar que era uma construção de cumeeiras paralelas, com portas e janelas de vergas retas com pestanas. Sua base de pedra não era revestida.



Fazenda Chapada
Município de Itanhandu

A antiga fazenda Chapada já não existe, mas está aqui citada por ter sido uma das fazendas-tronco da região. Como explicamos anteriormente, fazenda-tronco é aquela que dá origem a outras, seja por desdobramento, seja por fundação de novas fazendas em outras terras por descendentes da família fundadora. Geralmente essas fazendas são originadas de uma doação de sesmaria. A história dessa fazenda começa em meados do século XVIII, quando um jovem português, Custódio, por questões políticas, fugindo do marquês de Pombal, migrou para o Brasil, dando origem a uma tradicional família da região. Esteve primeiro em Ouro Preto, em casa de parentes já estabelecidos, depois em São Paulo e, seguindo conselho de seu tio, fixou-se na serra da Mantiqueira:

> *Depois de ter recebido a letra de um conto de reis e de ter ganhado deste tio grande quantia em dinheiro, partiu Custódio para a Vila de Cruzeiro, fixando-se na Serra da Mantiqueira onde, às margens da trilha que conduzia a Minas (já no interior dessa Província), ergueu uma pousada. Marcou, então, suas terras, requerendo Sesmaria. Deu ao lugar o nome de Fazenda do Pico. Posteriormente a fazenda passou a se chamar Fazenda da Chapada.[...] Da Chapada, não restam mais vestígios, apenas seu glorioso nome [...]*[20].

Dos desdobramentos da Chapada foram feitas as fazendas Jardim, em Itanhandu, e Paracatu, em Virgínia. Buscamos encontrá-las, mas foi em vão; suas antigas casas não existem mais. Contudo, duas fazendas compradas pelo Velho da Chapada, em Carmo de Minas, foram levantadas: as fazendas Palmital e Três Barras, que, hoje em dia, também não existem mais.

Grupo de Itajubá
antiga freguesia de Itajubá

Ao grupo de Itajubá pertencem as fazendas do município de Cristina, que têm características e até laços de parentesco com as de Carmo de Minas. A mesma explicação sobre a serra da Mantiqueira, dada na introdução ao grupo anterior, também vale aqui, diferenciando-se este grupo por estar mais ligado à antiga freguesia de Itajubá, criada em 1762.

As minas de Itajubá eram conhecidas dos paulistas desde o início do século XVIII:

> *Vem de longe o conhecimento das minas de Itajubá (anos 1703 ou 1705), no dizer de Geraldo Campista. Descoberta pelos faiscadores que subiram a Serra do Embaú, ou mesmo por Pindamonhangaba e Lorena, tiveram pequena duração, porque eram pobres em seus veios auríferos. Muito natural que os mineradores se espraiassem pela região e acertassem, com isso, nas nascentes do Sapucaí. Também não é fora de propósito deduzirmos que eles tivessem seguido o percurso do rio até bem longe*[21].

A cidade de Itajubá fica às margens do rio Sapucaí e sua ligação com o Vale do Paraíba, onde hoje passa a BR 459, era conhecida desde tempos remotos por "faiscadores que subiam a Serra do Embaú ou mesmo Pindamonhangaba e Lorena". Consta em mapa de 1801 (figura 18, p. 25) que essa região já era ocupada principalmente por fazendas. Atravessando o Embaú, faz-se o acesso ao Sul de Minas pela bacia do rio Verde e, pelo "descaminho" apontado acima, faz-se o acesso pela bacia do rio Sapucaí. Há ainda os acessos pelo vale do rio Sapucaí-Mirim, na altura de São Bento do Sapucaí, e pelo vale do rio Itaim, vindo-se do vale do Jaguari, antigo registro homônimo e rota do velho caminho de Fernão Dias. Como já foi dito, a Mantiqueira apresenta zonas mais baixas junto a esses rios e zonas mais altas nos interflúvios. Nessa microrregião ou antiga freguesia, vamos encontrar as fazendas mais encravadas na Serra, situadas, geralmente, em várzeas junto aos rios e córregos.



Figura 300 - Microrregião de Itajubá. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/microrregião_de_itajubá. Acesso em 20 março 2008.

Fazenda Sete de Abril
Município de Cristina

Segundo o historiador Luís Barcelos de Toledo, em suas anotações intituladas *Sertão da Pedra Branca*, compiladas pela prefeitura do município, essa fazenda descende de antiga sesmaria do Despropósito.

> *Nesta sesmaria o Sargento-mor Manoel Dias Ferraz, natural do Desterro, município de Barbacena, formou em 1830 uma fazenda que denominou 7 de Abril, em regozijo pela abdicação de D. Pedro I, porque era um liberal extremado*[22].

Como a sede atual da fazenda não é mais a antiga casa de pau a pique, o levantamento não foi efetuado, mas a história de seu nome mostra a condição do Sul de Minas como região abastecedora do centro-sul do país no século XIX. Pedro Carlos Junqueira Ferraz tem outra versão para o nome da fazenda: ela teria sido batizada não por Manoel Dias Ferraz, mas por sua mulher, que de fato mandava na fazenda. Era ela uma mulher muito brava, "de cabelo nas ventas". Certa ocasião, mandou entregar um carregamento na capital e confiou essa tarefa a seu escravo de confiança. Por acaso, já próxima ao seu destino, a tropa cruzou com a comitiva de D. Pedro I, que ordenou a parada da caravana para sua comitiva passar. O escravo, porém, desconhecendo a autoridade, disse que só obedecia às ordens de sua dona e seguiu, desrespeitando uma ordem do imperador. Tempos depois, D. Pedro mandou buscar o escravo na fazenda, e sua dona protegeu-o, dizendo que havia fugido; escondia-o, porém, em lugar não muito distante. Quando D. Pedro abdicou ao trono, no dia 7 de abril de 1831, a fazenda passou a ter esse nome em comemoração à data, e o escravo, enfim, voltou ao local.

Fazenda Boa Vista
Município de Cristina

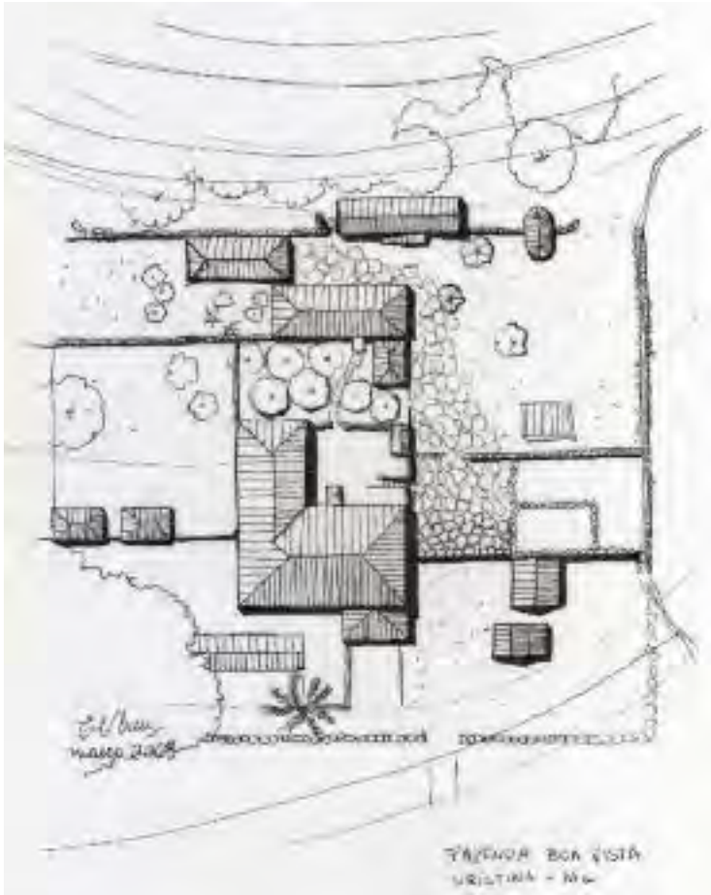


Figura 301 - Vista geral. Foto: Carla Pacheco.

Figura 302 - Implantação. Desenho: Eneida C. F. Cruz.

Situada nas cabeceiras do rio Lambari, ao pé da serra da Boa Vista em sua face noruega, a fazenda Boa Vista pertencia ao coronel Silvestre Dias Ferraz, casado com Ana Leonízia de Castro (mesmo nome de sua mãe), filha de Manoel Dias Ferraz, da fazenda Sete de Abril. Ana e Silvestre tiveram onze filhos, todos homens. Por isso a propriedade é considerada o berço da família Ferraz de Cristina. Nos manuscritos de Luís Barcelos há uma referência à fazenda Boa Vista:

> *Estava edificada ao sul da Fazenda 7 de Abril [...] Teve muita riqueza e animação enquanto nela residia o Dr. Silvestre, homem muito honrado, virtuoso e trabalhador. Mas depois que ele se mudou para sua nova Fazenda da Boa Vista dos Pereiras, a da Sesmaria principiou a decair. Tinha boa casa de morada e outros edifícios próprios das fazendas, tais como paiol para guardar milho, moinho para fubá, casas para factura de fumo e armazéns de cereais, senzalas para os escravos*[23].



Nota-se aí também uma importante confirmação: essa região foi, segundo Maria do Carmo Salazar Martins e Helenice Carvalho Cruz da Silva (2002), uma grande produtora de fumo.

A sede atual da fazenda é de tijolos, provavelmente construída em cima da antiga casa; foi tão alterada a ponto de seu levantamento pouco acrescentar à pesquisa. No conjunto, no entanto, encontramos marcas da antiga ocupação: muros e pisos de pedra, uma antiga tulha e casa de máquinas, uma construção de paredes e piso de madeira sobre barrotes e base de pedra.

Fazenda Água Limpa
Município de Cristina



Figura 303 - Vista geral. Foto: Carla Pacheco.

Data provável: fim do século XVIII

Pé-direito: 4,00m

Janelas: 1,02m X 2,04m

Portas: 3,00m

Peças dos umbrais: 18cm de largura

Na fazenda Água Limpa, em 1810, nasceu Joaquim Carneiro Santiago. Ele foi casado com Ana Cândida Ribeiro de Carvalho, filha do capitão Manoel José Ribeiro de Carvalho, fundador da fazenda Pouso Alegre de Carmo de Minas. Joaquim Carneiro e Ana Cândida, ou ainda Ana do Pitangal, eram também donos da fazenda do Pitangal, em Cristina, cuja casa atual é nova. Esses dados foram fornecidos por Walter Ribeiro Junqueira. O documento elaborado pela prefeitura de Cristina, mencionado em seu site, diz que "o documento mais antigo constado em cartório registra o falecimento do comendador Francisco Carneiro Santiago em 30 de maio de 1876, na fazenda Água Limpa, da qual era proprietário"[24].

Ora, se Joaquim nasceu na fazenda em 1810, a casa é, pelo menos, dessa data, mas, analisando sua arquitetura, pode-se supor que seja realmente anterior a 1810, talvez do fim do século XVIII. Denunciam a idade da fazenda sua volumetria espraiada, a proporção de seu retângulo principal em 1:2, os cunhais que não terminam nos baldrames, mas prosseguem até descarregar em uma grande pedra, já no porão, e as vergas das janelas são em forma de canga de boi.

Essa propriedade parece filiar-se mais ao grupo de Cruzília do que aos grupos de Itajubá ou Carmo de Minas. Como não foi possível entrar na fazenda, reproduzimos a seguir a descrição feita em levantamento realizado pelo Iphan.

> *Hoje a planta ocupa um retângulo, mas pode ter perdido a parte dos serviços em alguma reforma. Esse retângulo é comprido, na proporção de dois para um, como podem comprovar as dez aberturas de uma fachada contra cinco da fachada perpendicular a esta, com o mesmo ritmo de cheios e vazios.*
>
> *É uma casa semiassobradada com porões que chegam a dois metros de altura. [...]*
>
> *A estrutura é autônoma de madeira, sobre alicerce de pedras.[...]Tanto as*

vedações externas como os paramentos internos são de pau a pique[...]. Os pés-direitos são bastante próximos entre si, o que faz com que os vãos também assim sejam, produzindo nembros estreitos. Frechais e os cachorros têm terminação em peito de pomba. [...]

O telhado mantém tanto a estrutura original de madeira como a cobertura de telhas capa e canal, com inclinação dupla propiciada pelo galbo do contrafeito. Sobre a cachorrada, o guarda-pó de tábuas protege o telhado. [...]

Como acesso há uma escadaria de pedra, com guarda-corpo [...] que despeja na larga calçada da fachada nobre da casa. Sobre a porta há uma inscrição: "1910 – 1990". Não se sabe a que se referem essas datas. Formando o "L" da planta há uma varanda de cobertura abaixo do frechal do corpo principal, fechada por guarda-corpo de tijolo do tipo galinheiro sobre o baldrame original da casa. A hipótese é que o corpo original tenha caído e a estrutura tenha sido aproveitada para colocação da varanda.

A fazenda parece bastante preservada em suas características originais[25].



Figura 304 - Capela. Foto: Carla Pacheco.

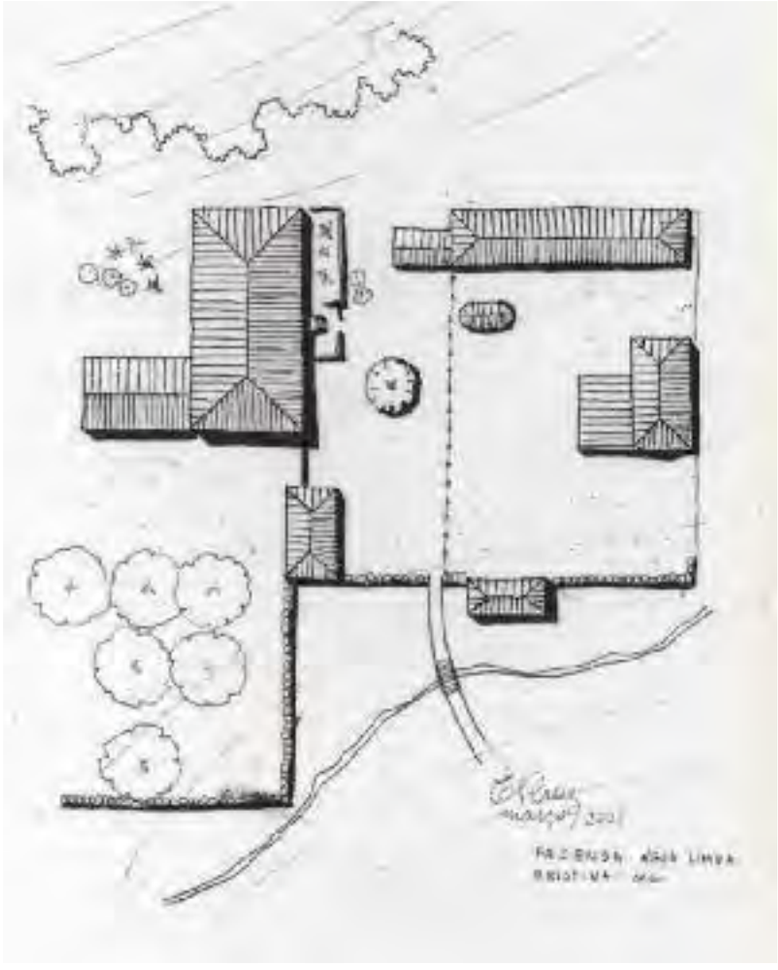


Figura 305 - Implantação. Desenho: Eneida C. F. Cruz.

Fazenda Amarela (ou Colônia Joaquim Delfino) – Município de Cristina



Figura 306 - Vista geral do conjunto.
Foto: CFC.

Figura 307 - Fachada frontal.
Foto: CFC.



Data provável: segunda metade do século XIX

Pé-direito: 4,00m

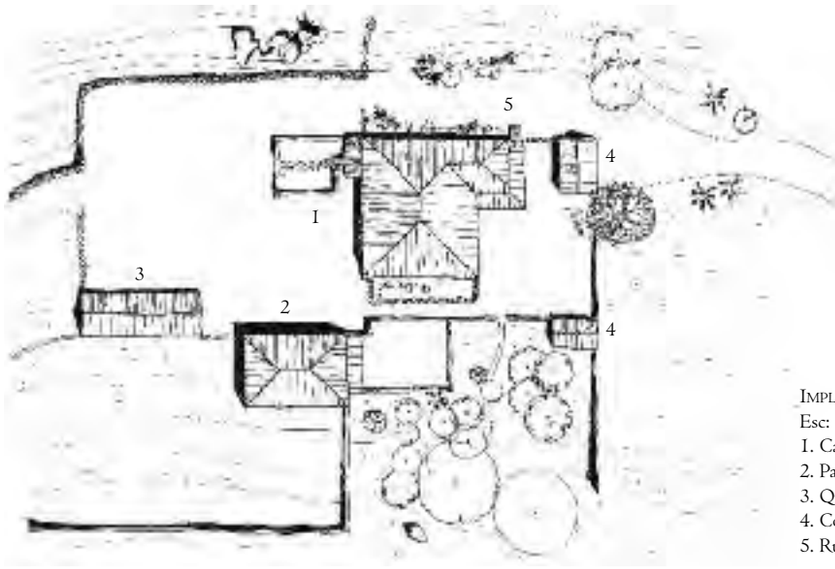
Janelas: 1,00m x 2,00m

Portas: 3,00m

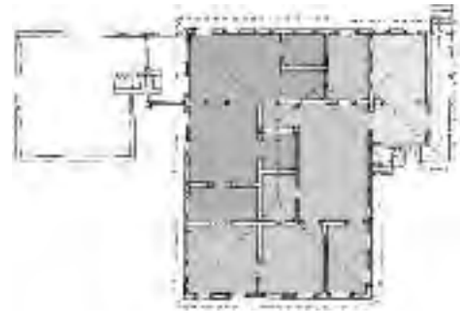
No final do século XIX, a propriedade era conhecida como fazenda do Caxambu e, hoje, por Colônia Joaquim Delfino ou Amarela, em razão de sua cor predominante.

Os cálculos da data de construção da casa foram feitos pelo proprietário, que nos informou que ela seria da década de 1860. Encontramos na prefeitura do município as seguintes informações:

> *Foi de propriedade do Conselheiro do Império, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, que, vindo a falecer em 02 de fevereiro de 1903, deixou como herança parte da fazenda para sua esposa Maria Umbelina Santiago Cruz, parte para seu filho Joaquim Bento Ribeiro da Luz e sua esposa Mariana Ferraz Ribeiro e também partes para outros filhos. Joaquim Bento Ribeiro da Luz comprou as partes da fazenda de sua*



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Quicheiro
4. Construções complementares
5. Ruínas da antiga senzala



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Elevação Frontal
Esc: 1:500

mãe e de seus irmãos e cunhados em 12 de junho de 1904. Em 17 de maio de 1913, os proprietários venderam um pedaço da fazenda para o Estado de Minas Gerais, que foi dividido em lotes de 10 alqueires para alemães e portugueses[26].

As informações da prefeitura esclarecem que o proprietário da fazenda foi conselheiro do império, portanto, a data da casa é pelo menos anterior à proclamação da República, em 1889. Sabe-se também que havia senzala na fazenda, tanto pelos vestígios de suas bases de pedra no prolongamento do corpo da cozinha quanto pelos relatos dos mais antigos.

A arquitetura e as dimensões condizem com o tipo de construção da segunda metade do século XIX. É uma casa mais alteada, de planta regular e vergas retas. Suas fachadas são bastante simétricas e apresentam vãos regulares com a predominância dos vazios sobre os cheios. As portas do porão também são compostas em harmonia com as janelas, situando-se exatamente no espaço correspondente ao intervalo entre elas. A planta é um L clássico, bastante regular, e as medidas do corpo principal são bem comuns à época, 13m x 18m.

Figura 308 - Portas de ligação entre vários quartos e sala nobre. Foto: CFC.





Figura 309 - Vista externa do PAIOL. Foto: CFC.

Figura 310 - Vista interna do PAIOL. Foto: CFC.

Figura 311 - Ao lado, FACHADA LATERAL. O corpo de serviços prolongava-se mais adiante abrigando também a senzala. Foto: CFC.





Entra-se na casa por uma sala de distribuição num canto do retângulo, como nas casas das fazendas Palmital (p. 252) e Cachoeira de Carmo de Minas (p. 262). Dela se tem acesso à sala nobre, a uma alcova – que talvez fosse uma capela, por apresentar janela interna –, a um quarto e à passagem sifonada para a sala da família. Da sala íntima tem-se acesso a três quartos, a uma alcova e ao setor de serviços. Por dentro dos quartos chega-se novamente à sala nobre.

O setor de serviços está reduzido apenas à cozinha. Certamente esse corpo se prolongava bem mais, chegando às bases de pedra em seu alinhamento, onde ficava a senzala. Essa versão é bastante verossímil, já que uma das formas comuns de senzala era a de uma construção anexa, seguindo o alinhamento do corpo da cozinha. Além da senzala, foram desmanchados o moinho de milho e o depósito de sal.

No conjunto da fazenda merece destaque o grande paiol: suas bases são de pedra e a estrutura e fechamento, de madeira. O telhado, ainda de telhas capa-e-canal, apresenta estrutura original que não faz uso de tesouras: suas peças descarregam em colunas no meio do paiol.

O telhado original da casa perdeu a dupla inclinação e teve suas telhas de capa e canal substituídas por telhas francesas na década de 1970. As varandas, tanto a dos fundos, quanto a da frente, não são originais.

Fazenda da Pedra
Município de Cristina

Data provável: segundo quartel do século XIX

Pé-direito: 4,00m

Janelas: 1,00m x 2,00m

Portas: 3,00m

O nome da fazenda deriva da antiga sesmaria que nomeou também o lugar, sertão da Pedra Branca, menção à enorme pedra na serra. Situada na face soalheira do vale do ribeirão da Pedra Branca ou da Vargem Alegre, a fazenda tem vista privilegiada para a pedra. A implantação em terreno pouco acidentado gera uma casa de porões baixos. A planta é um retângulo de proporções 2:1, com salas em extremidades opostas, não como as de retângulo comprido do grupo de Cruzília, mas como as fazendas do fim do século XIX, nas quais um longo corredor faz a ligação entre as salas.

Na sala de entrada/nobre, pois é uma só, temos acesso a apenas dois quartos. Ao longo do corredor, há o acesso a mais dois quartos e, na sala da família, a mais quatro, sendo que um deles teve sua porta fechada e foi transformado em banheiro voltado para o setor de serviços. A sala da família guarda uma distribuição entre cômodos e setor de serviços bastante tradicional. Já a existência de corredor parece muito estranha, considerando a data de provável construção da casa.





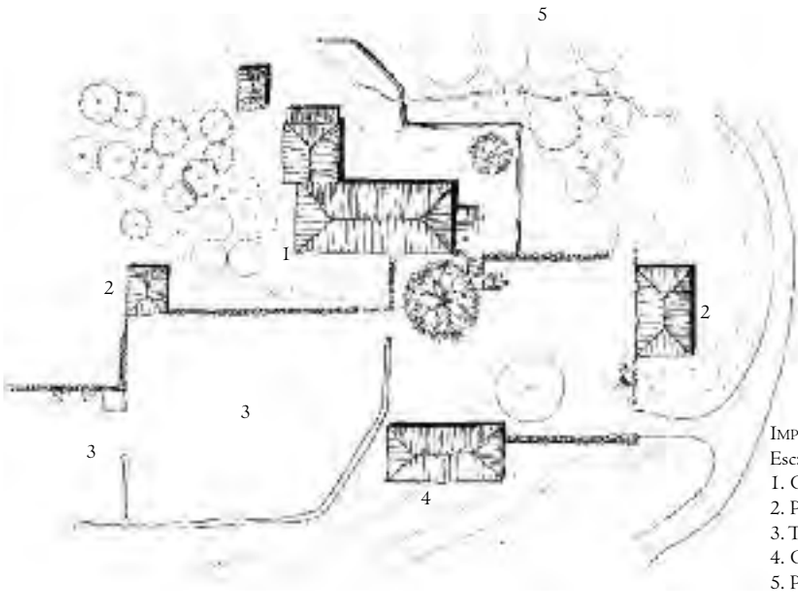
Figura 312 - Fachada frontal a partir do terreiro. Foto: CFC.

Figura 313 - Sala da família. Foto: CFC.

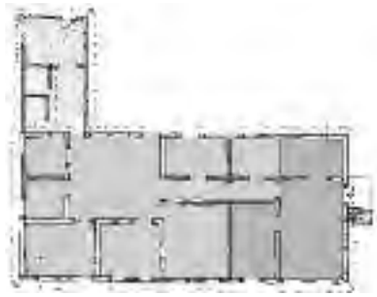
Figura 314 - Vista do conjunto. Foto: CFC.







Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Terreiro
4. Construções complementares
5. Pomar



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Elevação Frontal
Esc: 1:500

As fachadas da casa são bastante regulares, com vãos distribuídos igualmente, à exceção do intervalo maior que há entre a sexta e a sétima janelas da esquerda para a direita. Pelos fundos, nessa mesma posição, há um esteio aparente. Isso significa que, muito provavelmente, essa parte da casa foi ampliada, o que explicaria também o longo corredor. A porta da sala nobre possui verga em arco pleno, como nas fazendas Campo Lindo (p. 151) e Santa Clara (p. 306), característica própria da influência neoclássica sentida no fim do século XIX, levando a crer que a possível ampliação date dessa época. Segundo cálculos do proprietário, a casa seria de 1850, mas, segundo documento no site da prefeitura, a construção seria de 1837.

> *Conforme anotações de Luís Barcelos de Toledo em "O Sertão da Pedra Branca", a Sesmaria que deu nome ao livro de anotações e à fazenda atual pertencia ao Capitão-Mor Joaquim Lucidoro de Mendonça, nascido em 1786, que já residia na Pedra Branca desde os primeiros dias de 1800. Em 1837, Lucidoro vendeu a Pedra à família Carneiro, indo ali residir D. Joaquina Carneiro – filha do comprador – e seu esposo Ignácio Joaquim Ribeiro [...].*

Figura 315 - Escada de pedras.
Foto: CFC.







Figura 316 - Sala do setor social. Foto: CFC.

Figura 317 - Paiol. Foto: CFC.

> *Ainda segundo Luís Barcelos de Toledo: "A primitiva fazenda era edificada um pouco abaixo da atual, onde ainda existem fracos vestígios do lugar em que foi edificado [...]. Ignácio Joaquim Ribeiro foi muito abastado e construiu uma nova grande fazenda, com todos os melhoramentos necessários [...]. Após sua morte seus filhos a venderam ao Cap. Custódio Ribeiro Junqueira e por morte deste comercializaram ao Cap. Francisco Ferraz, permanecendo, desde então, em mãos desta família"*[27].

Nessa fazenda nasceu o presidente Delfim Moreira da Costa Ribeiro, que foi presidente do Brasil de 1918 a 1919, e vice, de 1918 a 1920.

Em frente à casa, há terreiros que, apesar de calçados de tijolos, aparentam ser da mesma época da construção da casa, por ter longos muros de arrimo feitos de pedra. O piso dos terreiros teriam sido de terra batida e, posteriormente, de tijolos. Se os tijolos da pavimentação fossem originais, os muros provavelmente também seriam do mesmo material.

Em um dos muros de arrimo há uma escada de pedras em balanço, como aquela vista na fazenda Sesmaria (p. 166). Além dos muros de pedra dos terreiros, há outros um pouco mais abaixo da casa atual, que podem ter sido as bases da antiga casa.

Na fazenda ainda há dois antigos paióis de madeira e, nos fundos da casa, há um muro de adobe e um rego que corre em um canal de pedras.

Fazenda da Barra
Município de Delfim Moreira



Figura 318 - Fachada da frente.
Foto: CFC.

Figura 319 - Fachada principal.
Foto: CFC.

Data provável: fim do século XVIII

Pé-direito: 4,70m

Janelas: 1,20m x 2,00m

Portas: 3,00m

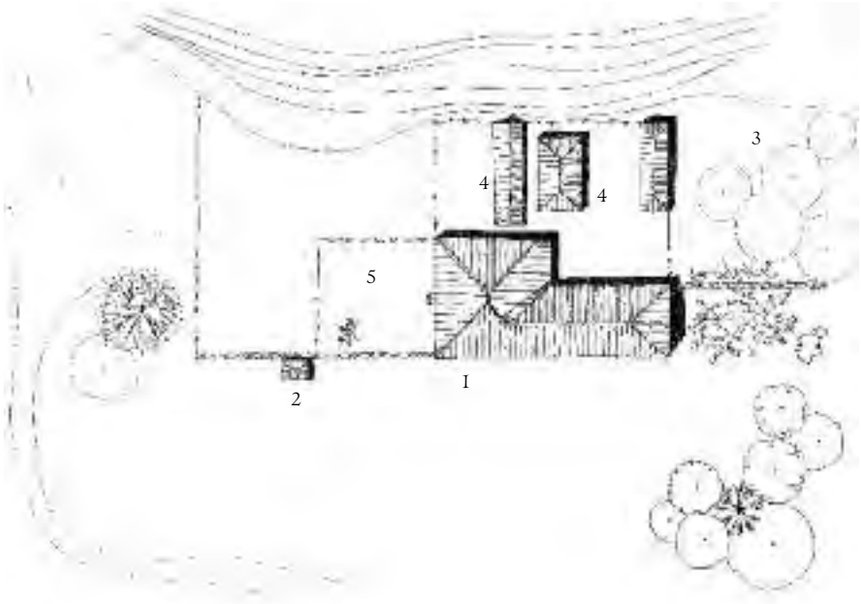
Umbrais: 12cm x 20cm

Essa fazenda fica encravada na serra da Mantiqueira, junto ao rio Lourenço Velho, em uma área montanhosa entre os vales dos rios Sapucaí e Verde. O Lourenço Velho é um importante formador do rio Sapucaí e essa área está localizada em um vale profundo, antigo caminho de ligação entre as bacias.

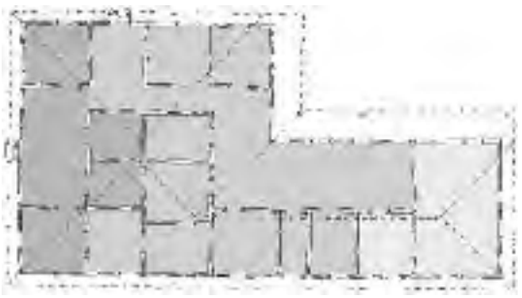


Muito provavelmente a fazenda da Barra é uma das remanescentes do mapa de 1801 (figura 18, p. 25), no qual se afirma que aqueles sertões já eram ocupados no fim do século XVIII, "principalmente por fazendas" (Moraes, 2005). Há um documento na própria casa que comprova que a fazenda é do fim do século XVIII.

Por suas características físicas, seu nome e sua localização, essa fazenda era ligada ao comércio. Está localizada às margens de um rio navegável e de um



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Moinho
3. Pomar
4. Construções complementares
5. Jardim frontal



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Elevação Frontal
Esc: 1:500

caminho, e em sua arquitetura notamos um porão bastante alto, com três portas, voltadas para uma pequena plataforma de pedras com escadas, possivelmente para embarque e desembarque de mercadorias. Pode-se supor também que esse porão fosse um armazém de um entreposto comercial. Dentro, há vestígios do balcão com piso diferenciado. Segundo Alcir Lenharo, muitas fazendas do Sul de Minas passaram a exercer atividade comercial.

As dimensões dessa fazenda são bem superiores às da maioria, principalmente às das fazendas do século XIX. Seu retângulo principal é, na verdade, um quadrado de 18m x 18m, e mal podemos chamá-lo de principal, pois a tradicional perna do L, geralmente onde fica o corpo de serviços, é aqui parte integrante do setor íntimo. Seus quartos deitam janelas para a fachada lateral, que tem 33m de comprimento.

Em planta, a fazenda esboça um agenciamento tradicional, com sala de entrada, sala nobre, quartos e alcovas do setor social à frente da casa e sala

Figura 320 - Sala de entrada.
Foto: CFC.

Figura 321 - Sala da família.
Foto: CFC.

Figura 322 - Pintura no forro.
Foto: Carla Pacheco







íntima e quartos nos fundos do retângulo principal. Aqui, porém, a sala da família é em L e a maioria de sua área está no retângulo menor. Isso acontece, em menor escala, nas fazendas Santana (p. 197) e Balaio (p. 293). Há também a possibilidade de a sala da família ter sido emendada, retirando-se uma parede e tornando-a um L. No forro da sala há uma divisão onde o sentido das tábuas se inverte, o que abre tal possibilidade de interpretação. Nesse caso, a planta original seria parecida com a da fazenda Pedra Negra Varginha/Carmo da Cachoeira (p. 224), onde a sala da família e a copa são formadas pela grande largura do corredor de distribuição aos cômodos de serviços.

A implantação da casa é muito imponente, pois sua maior face é voltada para o desnível do terreno, caracterizando uma imensa fachada em dois pavimentos. Nesta fachada há óculos ovalados fechados por muxarabis de madeira em cima das portas e janelas do porão, que são locadas simetricamente nos intervalos das janelas superiores. Há predominância dos cheios sobre os vazios, ao contrário do que acontece no século XIX. O fechamento do porão utiliza técnicas leves e revestimento de argamassa. Aos fundos do porão, o grande muro de arrimo se prolonga para além da casa nos dois sentidos, sendo que o fechamento de sua face lateral é de adobe.

A casa apresenta sofisticado acabamento, traduzido em seus cunhais argamassados, pestanas e cimalhas. Pináculos de pedra encimam a cumeeira do telhado e um dos cunhais.

Poucas, ou nenhuma construção original compõe seu núcleo, que está inserido em uma pequena vila, o bairro da Barra. Os muros de pedra são o elemento mais importante do conjunto.

Fazenda Monte Alegre (dos Coli)
Município de Delfim Moreira

Esta foi a única casa de todo o levantamento em que não conseguimos entrar devido à proibição dos donos, apesar de muita insistência, contatos e laços de família na região.



Figura 323 - Vista geral.
Foto: Carla Pacheco.

Fazenda Santa Margarida
Município de Dom Viçoso

Por sua volumetria, enormes muros de pedra e vergas em canga de boi, essa fazenda seria a mais antiga do município. Perdeu-se a oportunidade de fazer seu levantamento, pois no decorrer do trabalho de campo a casa foi totalmente refeita em cima das velhas bases de pedra.



Figura 324 - Vista geral.
Fonte: Acervo Maria Aparecida Carvalho Ferraz.





Figura 325 - Fachada frontal. Foto: CFC.

Figura 326 - Fachada frontal. Note trabalho na base do cunhal de madeira. Foto: CFC.

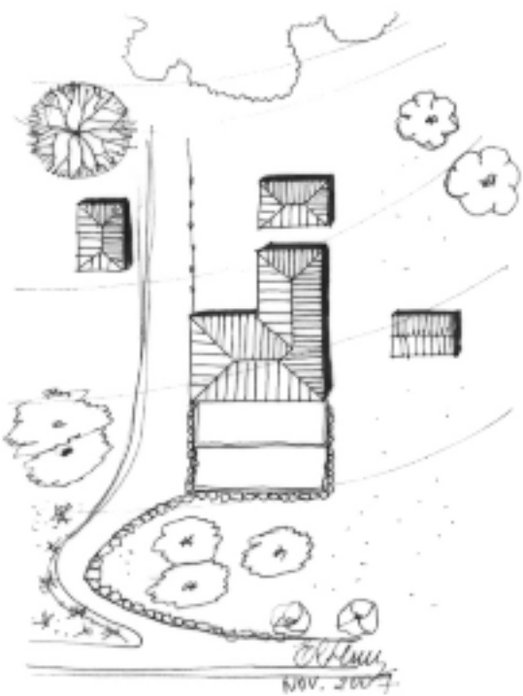
Figura 327 - Implantação e planta. Desenho: Eneida C. F. Cruz.

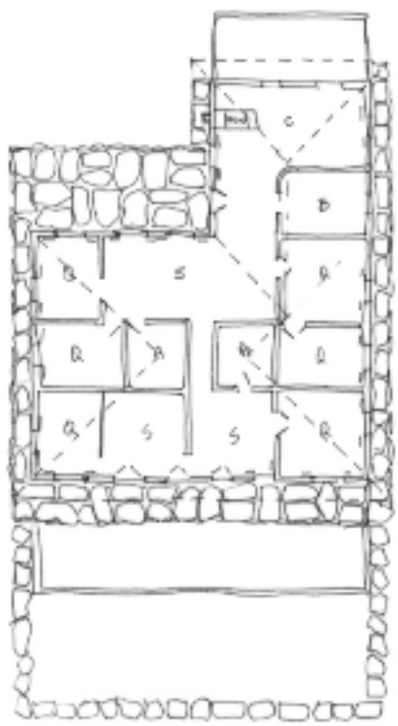
Fazenda Primavera
Município de Delfim Moreira/Itajubá

Situada às margens do mesmo caminho onde fica a fazenda da Barra, essa propriedade também se dedicava ao comércio mais do que à agricultura. Seu antigo dono arrendava as terras a terceiros e revendia, na fazenda, o que produziam.

A casa da fazenda Primavera é menor e mais modesta do que a da Barra. Havia uma parede de madeira dividindo a sala da parte comercial da casa, onde funcionava uma espécie de venda. Não fosse esse pormenor, a planta em L seria bastante convencional: sala de entrada, sala nobre, alcovas centrais, sala da família ao fundo, ligando com o setor de serviço, e quartos à volta. Apesar de pequena, é um exemplar perfeito da técnica de estrutura autônoma de madeira, com suas janelas de vergas retas com pestanas, cunhais trabalhados como pilastras e frechais e cachorros arrematados em peito de pombo. As telhas originais foram substituídas por novas, mas o telhado manteve a dupla inclinação.

Nas janelas, as folhas de guilhotina são divididas em apenas quatro partes e, em uma das aberturas, o fechamento da vidraça ainda é feito por finas lâminas de malacacheta. Foi a primeira vez que vimos um exemplar que conserva essa preciosidade.





Fazenda Barreiro
Município de Delfim Moreira

Situada na mesma região das propriedades anteriores, mais próxima a Wenceslau Brás, a fazenda Barreiro fica bem perto da nascente do Sapucaí. A casa não possui grandes dimensões, assim como a anterior, mas conserva perfeita saúde plástica, com suas janelas de vergas retas sem guilhotinas e suas bases de pedra ainda aparentes, revelando limpidamente toda a estrutura de madeira. Até mesmo os vãos do porão são dispostos simetricamente na fachada. O telhado foi substituído por telhas francesas e perdeu a dupla inclinação.

A planta, simples, em forma de L bastante regular, apresenta apenas uma sala de entrada e a sala da família aos fundos, ligadas por um largo corredor. As duas alcovas ao centro ficam de costas uma para a outra, já que o retângulo é mais comprido, e os quartos estão em toda a volta. Um deles refaz o acesso ao setor social por meio de uma porta. Na parte interna, a abertura do corredor para a sala da família possui verga de arco pleno.

No conjunto da fazenda há um belo pedrado no piso do curral pegado à casa e pequenas construções auxiliares, cujos usos mais se parecem com os das casas da roça da região.





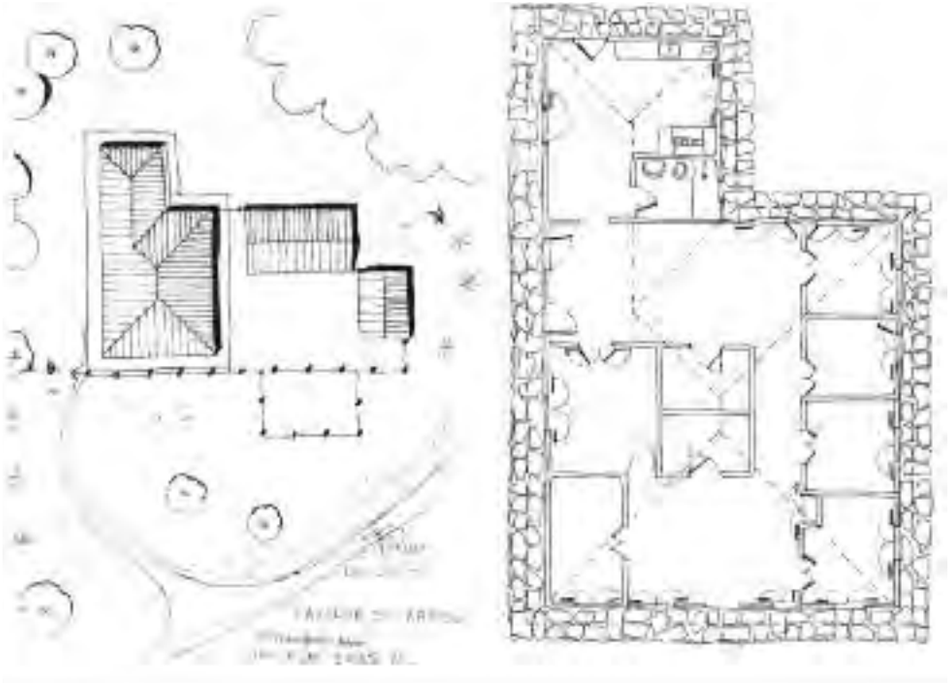


Figura 328 - Vista geral. Foto: CFC.

Figura 329 - Sala da família. Note verga de arco pleno. Foto: Carla Pacheco.

Figura 330 - Implantação e planta. Desenho: Eneida C. F. Cruz.

Fazenda Água Limpa
Município de Pedralva





Data provável: 1793

Pé-direito: 4,00m

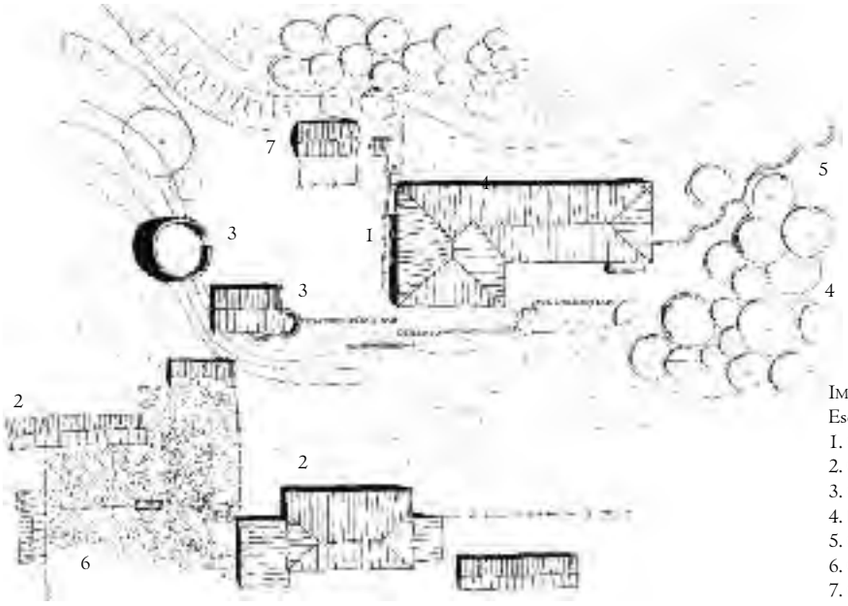
Janelas: 1,13m x 1,95m

Portas: 1,17m x 2,95m

Umbrais: 17cm x 22cm; cunhais: 24cm x 24cm; baldrames: 35cm x 28cm

Nessa fazenda, durante uma reforma em 1985, foram encontradas, em um frechal interno da casa, na sala da família, a assinatura de seu construtor e a data de construção da casa: Manuel Lino Ribeiro, 1793.

A propriedade está situada aos pés da serra do Barreiro, no Alecrim, próximo a Pedralva. No mesmo vale encontram-se as fazendas Santo Antônio, Cafarnaum e Castelhanos. A Água Limpa é a mais antiga delas, pareando em idade apenas à fazenda da Barra em Delfim Moreira e possivelmente uma das remanescentes das fazendas que constam no mapa de 1801 (figura 18, p. 25).



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Construções para gado leiteiro
3. Cilo
4. Pomar
5. Curso d'água
6. Curral
7. Garagem



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Elevação Frontal
Esc: 1:500

Em planta, o retângulo principal é quase um quadrado, como na fazenda da Barra, e o setor íntimo invade o retângulo dos serviços, também como na Barra Porém, no caso da fazenda Água Limpa, a sala da família é um retângulo perfeito e não um L, como normalmente acontece quando o setor íntimo invade o retângulo menor (ver Barra p. 278, Balaio p. 293, Santana p. 197 e Pedra Negra de Varginha p. 224).

A casa está implantada em terreno de forte declividade e seu porão é bastante alto – motivo apontado para explicar fechamentos de pau a pique em porões de outras casas em igual situação (ver Mato p. 228, Chapada p. 298, Conceição p. 315). No entanto, suas paredes são de pedra. Como estão sem revestimento na face posterior da casa, pode-se observar o trabalho de travamento das pedras nos cunhais.

Subindo a escada de pedra externa, com guarda-corpo de ferro, entra-se na casa por uma sala lateral, de onde se acessa um pequeno quarto, a sala nobre

Figura 331 - Conjunto da fazenda. Foto: CFC.

Figura 332 - Vista frontal. Foto: CFC.

Figura 333 - Fachada lateral. Foto: CFC.







Figura 334 - Sala da família. Foto: CFC.

Figura 335 - Bica d'água na cozinha. Foto: CFC.

Figura 336 - Porão. Foto: Acervo do autor.



com sua alcova e dois quartos, e uma passagem sifonada que liga à sala íntima. Esta é um extenso retângulo que dá acesso a quatro quartos à esquerda e a mais dois à direita, sendo que um deles tem mais um quarto para dentro e faz a ligação com a sala nobre. No setor de serviços há dois cômodos: um foi transformado em banheiro e o outro é uma despensa com chão de terra batida, assim como o chão da cozinha. Nesta, uma bica de água corrente derrama suas águas num tanque escavado na madeira. Como não há forro nesse cômodo, pode-se observar a estrutura do telhado, com os cachorros transpassando o frechal. As telhas foram substituídas em uma reforma, mas a estrutura original se manteve.

Na estrutura da casa observa-se com clareza o detalhe do baldrame perfeitamente alinhado com as tábuas do assoalho, demonstrando a teoria da evolução técnica. As tábuas do assoalho são de araucária, como é comum nas fazendas da serra de Mantiqueira.

No conjunto da fazenda há uma série de edifícios ligados à criação e ao manejo do gado leiteiro, incluindo um curral pedrado. Há também um paiol antigo de madeira e pequeno terreiro de café de cimento.

Na parede da sala nobre da fazenda encontra-se exposto um documento com a relação dos escravos pertencentes a Joaquim Carneiro Santiago, datado de 18 de novembro de 1886. Estão registrados 20 escravos, com os seguintes dados: nome, cor, idade, estado civil, naturalidade, filiação, profissão e valor.



Fazenda Santo Antônio
Município de Pedralva

Data provável: década de 1840

Pé-direito: 4,10m

Janelas: 1,00m x 2,03m

Portas: 1,00m x 3,08m

Umbrais: 17cm x 21cm

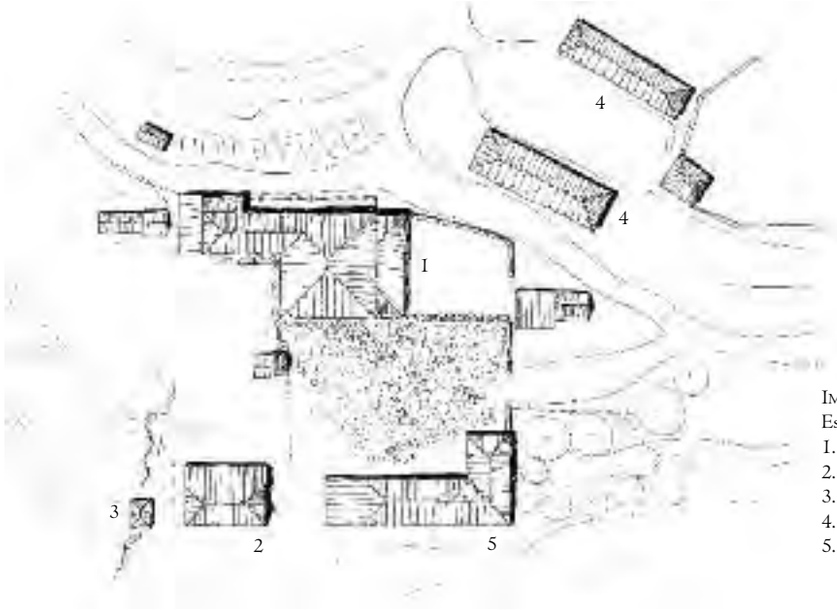
Figura 337 - Fachada lateral.
Foto: CFC.

Figura 338 - Moinho de milho.
Foto: CFC.

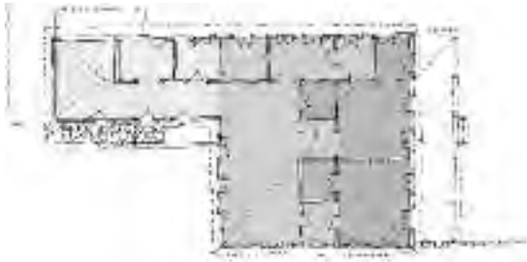
Vizinha à Água Limpa, com a qual possui laços familiares, a fazenda Santo Antônio é um pouco mais nova, de meados do século XIX. Está implantada aos pés da serra do Barreiro. Sua casa é menor, um L clássico, com o corpo principal medindo 15m x 13m e corpo de serviços perpendicular. A planta é bastante regular, enxuta, com todas as paredes alinhadas. Muitas de suas portas e janelas possuem folhas almofadadas, coisa raríssima, comum apenas nas portas das capelas.



Passando por uma varanda nova, entra-se na casa por uma sala, da qual se tem acesso à sala nobre e a dois quartos. Por um corredor reto chega-se à sala da família de onde se acessa o corpo de serviços. Por dentro de seus quartos há possibilidade de passagem para o setor social. Todas as portas internas possuem bandeiras e o forro da sala nobre exibe tabeiras e roda-tetos muito trabalhados, além de rosácea central.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Moinho
4. Construções complementares/café
5. Construção nova



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500





A casa está implantada em meia encosta; de um lado é baixa, com o baldrame quase no chão, e de outro é alta, com alicerce de pedra que se prolonga para além do corpo da construção, fazendo um jardim frontal elevado. Está muito bem-conservada. As tábuas largas do piso foram substituídas há muito tempo por tábuas corridas, mais finas, de perobinha do campo; as telhas também são novas, mas o telhado mantém sua dupla inclinação.

No conjunto da fazenda ainda existem o antigo moinho de milho e um antigo paiol de madeira. Há novas instalações para produção de leite e café, além de novas construções auxiliares para abrigar as funções de hotel-fazenda. No corpo da cozinha há um anexo novo com sanitários e sauna; para os fundos há vários puxados de serviços.

Figura 339 - Sala nobre. Foto: CFC.

Figura 340 - Vista dos fundos. Foto: CFC.

Figura 341 - Fachada lateral. Foto: CFC.



Fazenda Cafarnaum
Município de Pedralva





Data provável: desconhecida

Pé-direito: 4,00m

Janelas: 1,10m x 1,89m

Portas: 1,17m x 2,94 (internas); 1,36m x 2,94m (porta de entrada)

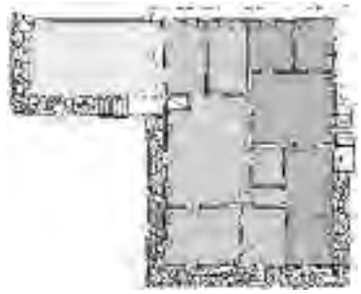
Umbrais: 13,5cm x 21cm

Vizinha às fazendas Água Limpa e Santo Antônio, a fazenda Cafarnaum fica em local isolado. Não foi possível identificar a data de construção da casa. Sua planta é um L clássico, com o corpo principal medindo 12m x 17m. O antigo corpo de serviços, que seria perpendicular ao principal, como indicam os alicerces ainda existentes, foi desmanchado. Em seu lugar, há novas dependências de serviços: cozinha e banheiros.

Entra-se na casa por uma escada de pedra, com guarda-corpo de ferro, que dá acesso a uma pequena sala de distribuição. À direita fica a sala nobre, com dois quartos; à esquerda, mais um quarto e, em frente, o corredor reto de



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Ruínas de um Paiol
3. Retiro
4. Construções complementares



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Elevação Frontal
Esc: 1:500



Figura 342 - Fachada frontal. Foto: CFC.

Figura 343 - Escada de acesso. Foto: CFC.

Figura 344 - Fachada lateral. Foto: CFC.



Figura 345 - Sala da família com armário embutido. Foto: CFC.

Figura 346 - Sala da família. Foto: CFC.



ligação com a sala da família, que dá acesso à alcova e a mais três quartos, um deles com outro quarto para dentro. Na sala nobre há um forro de gamela, mas diferente dos que se encontram nas casas mais nobres: sua inclinação é mais baixa e as tábuas são finas. A casa está malconservada, com partes de sua estrutura de madeira, como frechais e cachorros em peito de pombo, comprometidas.

No conjunto da fazenda há poucas instalações: um curral novo e as ruínas de pedra de uma antiga construção, provavelmente um paiol.

Os novos proprietários da fazenda encontraram no porão alguns instrumentos para aprisionamento de escravos e os doaram a um museu paulista, cujo nome não souberam informar.

Uma característica comum à três fazendas vizinhas – Água Limpa, Santo Antônio e Cafarnaum – são as aberturas largas do porão localizadas exatamente no centro da fachada.

Fazenda Castelhanos
Município de Pedralva



Figura 347 - Fachada frontal. Foto: CFC.

Vizinha às anteriores, essa fazenda está bastante arruinada e não foi possível levantar sua planta. A casa possui estrutura autônoma de madeira sobre bases de pedra e apresenta dimensões menores que as da média. Suas telhas foram substituídas por telhas francesas, mas o telhado conserva a dupla inclinação. Há uma grande escada de acesso, construída de tijolos, perpendicular à fachada. Partes dos alicerces de pedra e das paredes de pau a pique foram substituídas por tijolos. Ao seu redor não há construções complementares.

Fazenda Balaio
Município de Santa Rita do Sapucaí



Data provável: meados do século XIX

Pé-direito: 4,00m

Janelas: 1,00m x 1,90m

Portas: internas 1,00m x 3,00m

Umbrais: 16cm x 20,5cm

Saindo da região de Pedralva em direção oeste, vamos encontrar as fazendas Balaio e Balainho junto à serra homônima, entre a serra da Manuela e a serra da Pedra Branca. A primeira fica em terreno bastante plano, em altitude de 847 metros, na várzea de um pequeno afluente do Sapucaí. Os antigos proprietários dessa fazenda tinham laços familiares com os proprietários das fazendas Pouso Alegre, Boa Vista, Três Barras, Condado e Palmital, em Carmo de Minas, Água Limpa, em Virgínia (sem levantamento), do Rosário (sem

Figura 348 - Fachada frontal. Foto: CFC.







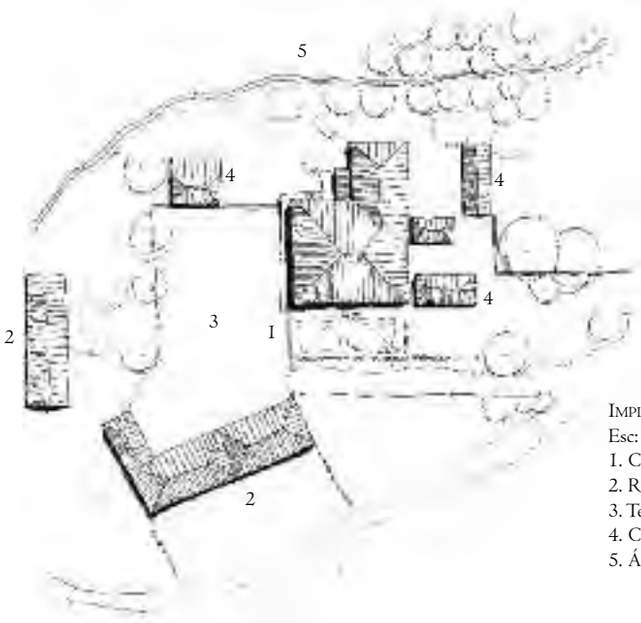
levantamento) e Santa Margarida, em Dom Viçoso (p. 281), além da Chapada (p. 298), Paracatu e Jardim, em Itanhandu, sendo descendentes do mesmo tronco da família Ribeiro de Carvalho.

> *[...] após ter vendido a seus irmãos as Três Barras, Joaquim Ribeiro de Carvalho partiu para Santa Rita do Sapucaí, onde comprou a grande fazenda do Sobradinho. [...] Dentro de suas antigas fronteiras estão hoje as atuais Sobradinho (de José Procópio Carneiro Junqueira), Balaio, Balainho, Capituva e quantas outras mais*[28].

Joaquim Ribeiro de Carvalho, nascido em 1789, era o terceiro filho de Custódio Ribeiro de Carvalho, o Velho da Chapada. O quarto filho do Velho da Chapada, o capitão Manoel José Ribeiro de Carvalho, nascido em 1790, ergueu a primeira casa da fazenda do Pouso Alegre. Sua quinta filha, Mariana Tridentina Ribeiro de Carvalho

> *"...foi casada com o Capitão Ribeiro de Carvalho Guimarães, da Fazenda do Balaio em Santa Rita do Sapucaí. Eram primos. Ele era filho de João Ribeiro de Carvalho, o "Velho do Paracatu"*[29].





Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Retiro
3. Terreiro
4. Construções complementares
5. Água



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Frontal
Esc: 1:500



Elevação Lateral
Esc: 1:500

A casa da fazenda Balaio é um exemplar bastante enxuto da estrutura autônoma de madeira, um L clássico, com o corpo principal medindo 14m x 15m. Por estar em terreno relativamente plano, seu porão é baixo, não aproveitável, sendo mais alto apenas na cozinha. A divisão interna permanece bastante original. Nas alcovas de ligação utilizam-se armários embutidos para criar o sifão visual, tal como se observa na fazenda Água Limpa de Pedralva. Na parte da frente, há uma sala de entrada que dá para uma alcova e a sala nobre. Por uma alcova de ligação, chega-se à sala da família e aos demais quartos. A sala da família estende-se até o corpo de serviços, formando um L. Na junção dos dois corpos, há uma janela e uma porta, separadas apenas pelo umbral comum a ambas. O corpo da cozinha sofreu algumas alterações e ganhou uma varanda junto à porta. O telhado original foi substituído por telhas francesas, mantendo a cachorrada e os frechais.

Nas tábuas do piso da segunda alcova de ligação foi encontrada a marca de um antigo esteio. Este se apoiava diretamente na tábua, e não nos barrotes que a sustentam, o que mais uma vez demonstra a técnica construtiva descrita anteriormente.

Do lado esquerdo da casa ficam os terreiros; à frente, os currais; ao fundo, as demais benfeitorias, pomar e córrego.



Figura 349 - Sala da família ou "sala de dentro". Foto: CFC.

Figura 350 - Banco de madeira na sala de entrada. Foto: CFC.

Figura 351 - Fachada frontal e parte da lateral. Foto: CFC.

Figura 352 - Foto aérea. Fonte: Acervo da fazenda.

Fazenda Balainho
Município de Santa Rita do Sapucaí



Figura 353 - Vista dos fundos com terreiro. Foto: CFC.

Figura 354 - Fachada lateral. Foto: CFC.



Data provável: meados do século XIX

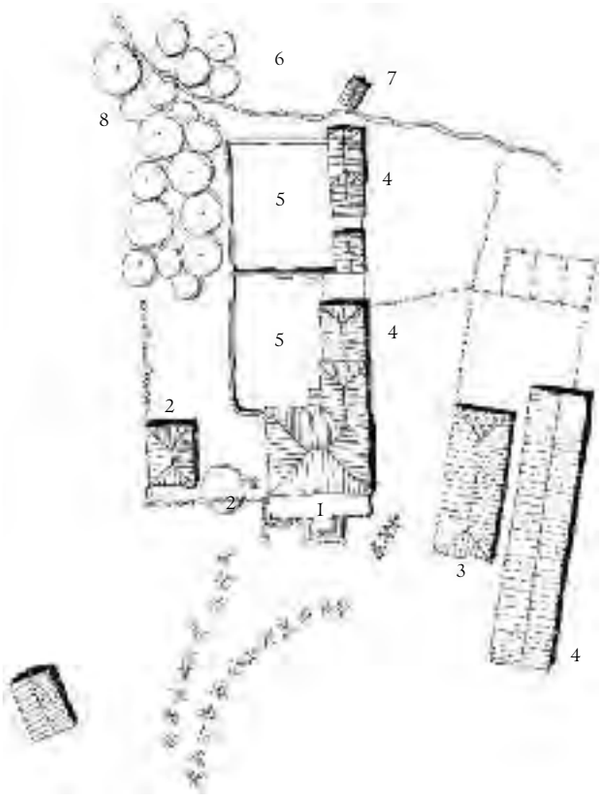
Pé-direito: 4,2m

Janelas: 1,08m x 1,9m

Portas internas: 1,08m x 3m

Umbrais: 16,5cm x 20cm

Ao que tudo indica, a fazenda Balainho é mais nova que a vizinha Balaio e, como vimos anteriormente, descende da mesma fazenda-tronco, Sobradinho. Sua planta é bastante parecida com a da Balaio, mas de dimensões um pouco menores. Não sabemos se havia sala nobre, pois hoje apenas o cômodo de entrada é usado como sala, ao lado da qual há um quarto. O corredor de ligação é reto. Seu corpo de serviços foi bastante reduzido, tendo perdido a cozinha, que hoje se encontra em um novo volume, com telhado mais baixo, pegado à casa.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Retiro
4. Construções complementares
5. Terreiro
6. Água
7. Moinho
8. Pomar



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Elevação Frontal
Esc: 1:500

Figura 355 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth.

Figura 356 - Sala "de dentro". Foto: CFC.





No conjunto da fazenda encontram-se o antigo paiol de madeira, ao lado da casa, e os terreiros, nos fundos. Continuando o corpo da cozinha, há uma série de construções auxiliares. Há ainda na fazenda uma boa estrutura para o gado leiteiro.

Na frente da casa há um terraço aterrado, estranhamente construído com pedras, como as do alicerce. Esse tipo de solução não era comum, tendo sido adotada posteriormente, mas com um grande cuidado, utilizando-se a mesma técnica da casa. Desse patamar sai uma escadaria que se esparrama para a frente e dos lados, e à sua frente forma-se uma alameda de palmeiras imperiais. Ambas as intervenções demonstram uma clara intenção de grandiloquência, com resultado um tanto pretensioso, considerando-se que a grande virtude dessas casas é justamente sua simplicidade e harmonia de proporções. Os terreiros, ao contrário, são singelos e bem-postos.

Fazenda Chapada
Município de Conceição dos Ouros



Figura 357 - Fachada frontal. Foto: CFC.

Figura 358 - Fachada lateral, porão alto com fechamento de pau a pique. Foto: CFC.

Data provável: meados do século XIX

Pé-direito: 4,00m

Janelas: 1,10m x 1,90m; h=1,00m

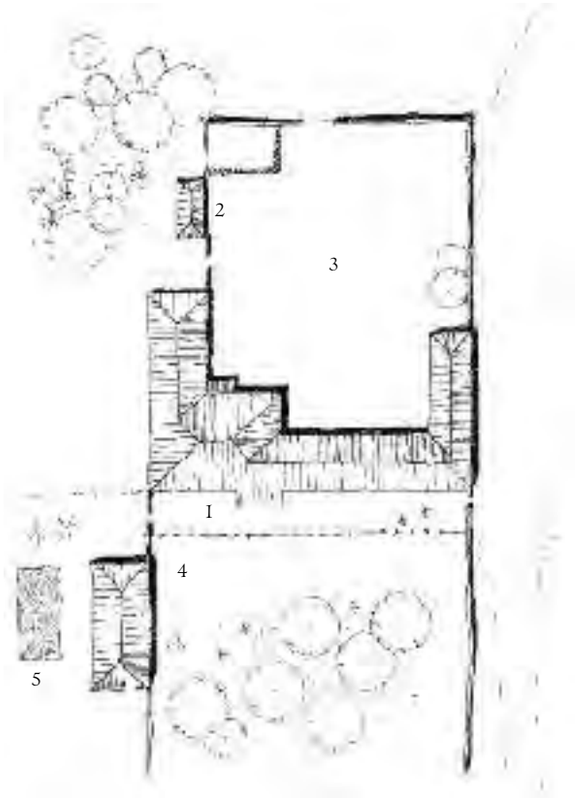
Portas: internas 1,10m x 2,90m

Umbrais: 17cm x 20cm

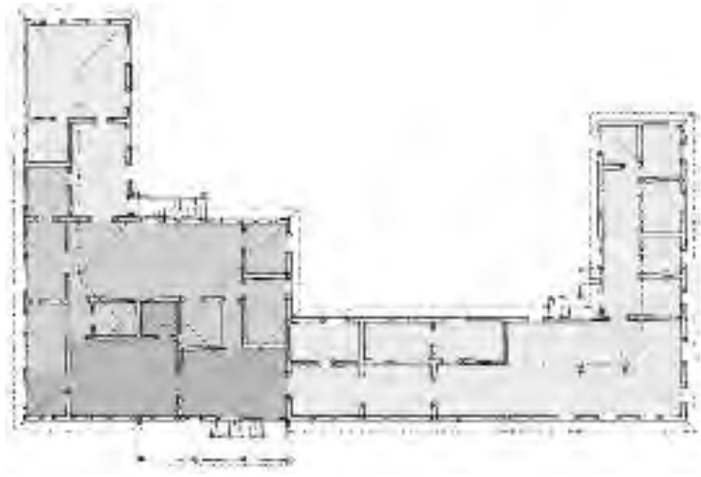
Das fazendas com as características mencionadas, a Chapada e a Cachoeira são as que se localizam mais ao sul da comarca, com exceção da fazenda Barreiro, na serra da Mantiqueira. Ambas pertenceram, em algum momento de suas histórias, ao barão de Mota Paes.

A Chapada é hoje uma imensa fazenda, provavelmente a única desse levantamento que se constitui como empresa, uma "pessoa jurídica". Está localizada em uma vasta área relativamente plana, junto ao ribeirão Chapada, um afluente do rio Sapucaí-Mirim. Possui duas casas: uma mais nova, do começo do século XX, onde ficam a parte administrativa e modernas instalações ligadas à





Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Pátio cercado
4. Construções complementares
5. Piscina
6. Ruínas de pedra



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Frontal
Esc: 1:500



Elevação Lateral
Esc: 1:500

produção de café, e outra mais antiga, em área isolada, que funciona como residência esporádica. Nosso objeto de estudo é essa casa mais antiga, provavelmente de meados do século XIX. Trata-se de uma imensa construção, com infindável sequência de janelas, mas a análise da planta mostra que a parte residencial da casa original restringia-se a apenas uma parte dela, em um L clássico. Este é facilmente identificado quando se tem um panorama vasto da arquitetura em questão.

O uso atual envolve todo o conjunto em uma única residência, dificultando a leitura da planta original. O que seria a antiga cozinha, por exemplo, foi transformado em quarto principal. Não havia residências tão grandes nesse local e nessa época. A casa original, um L clássico, se juntou a outro corpo de construções da fazenda, provavelmente um setor de serviços, ou pelo menos parte dele.



Figura 359 - Imagem de satélite. Fonte: Google Earth.







Figura 360 - Fachada dos fundos. Foto: CFC.

Figura 361 - Vista frontal. Foto: CFC.

Figura 362 - Casa nova. Foto: Carla Pacheco.

Nota-se claramente a distinção entre o que era a casa original e o corpo de serviços. Por meio de outros levantamentos, vimos que as janelas do corpo de serviços eram guarnecidas apenas por paus de fechamento a 45 graus e, quando muito, por folhas de calha na parte interna. Sabemos também, pelos levantamentos, que os edifícios industriais não apresentavam o mesmo requinte que os de morada e, apesar de usarem a mesma técnica, deixavam seus esteios à mostra nas fachadas. Pois bem, essas duas características são notadas no L alongado que se conecta ao volume original. A bem da verdade, as três primeiras janelas após o corpo principal também são de folhas de guilhotina com vidros – o que pode ser indício não apenas de uma reforma atual, mas de uma antiga ampliação ou extensão da parte residencial, como ocorreu na vizinha Cachoeira.

O corpo principal é formado por um retângulo de dimensões bastante comuns, 13,5m x 18m, sendo o corpo de serviços perpendicular a ele. Entra-se na casa por uma varanda paralela à fachada, com escada também paralela vazando o seu piso, como nas antigas fazendas mineiras da região mineradora no século XVIII. Pode-se pensar que essa é uma característica repetida também no Sul de Minas, mas o telhado de prolongo denuncia o falso histórico que a varanda possa eventualmente sugerir. Sobre as varandas comuns nas fazendas do século XVIII, notou o professor Menezes:

> *A varanda é quase indispensável nas construções rurais do século XVIII e início do XIX, localiza-se fronteira à construção, fazendo parte do corpo da casa, coberta pelo mesmo telhado do conjunto ou como prolongamento deste telhado.*



Como no exemplo paulista, poderá a varanda ficar embutida entre o quarto de hóspedes e a capela, ou abranger toda a fachada, ocupando parte desta ou ser ladeada pela capela ou outro cômodo. Estende-se muitas vezes à fachada lateral, onde, ocasionalmente, termina com a capela. [...] Elemento necessário para o acesso ao andar nobre da sede, a escada apresenta-se, ora sequencial à varanda fronteira, ora nela embutida, ora interna à construção, ora ainda externa, lateral à varanda, quer em degraus tornejados, quer perpendiculares a ela[30].

As varandas descritas acima nada têm a ver com a da fazenda Chapada, que possivelmente é uma aquisição posterior, inspirada em varandas "coloniais" mais antigas.

Ao passar por essa varanda, chega-se à sala de distribuição, que dá acesso à sala nobre e a um corredor reto de ligação com a sala da família. Suspeitamos, por causa desse corredor reto, que a casa não seja anterior à metade do século XIX. A sala nobre tem outra ligação com a sala da família, como na fazenda Pouso Alegre Carmo de Minas (p. 249). Há três alcovas centrais e quartos distribuídos pelas laterais. A sala da família dá acesso ao corpo de serviços, hoje transformado em suíte.

Toda a base da casa, onde se assentam os baldrames, é de pedra, com exceção do lado oeste, onde o porão é mais alto, com paredes de pau a pique. O mesmo se observa em outras fazendas, como Conceição (p. 315) e do Mato (p. 228). Ao redor da casa, envolvendo-a em pátios cercados, há muros de pedra. Nos fundos ainda há um paiol de madeira e, no canto do pátio, as ruínas de uma antiga construção.



Figura 363 - Aspecto geral do conjunto com antigo corpo de serviços em primeiro plano. Foto: CFC.

Figura 364 - Sequência de portas a partir do setor de serviços para o setor social. Foto: CFC.

Fazenda Cachoeira
Município de Conceição dos Ouros





Figura 365 - Fachada frontal. Foto: CFC.

Figura 366 - Vista dos fundos. Foto: CFC.

Data provável: meados do século XIX

Pé-direito: 4,00m

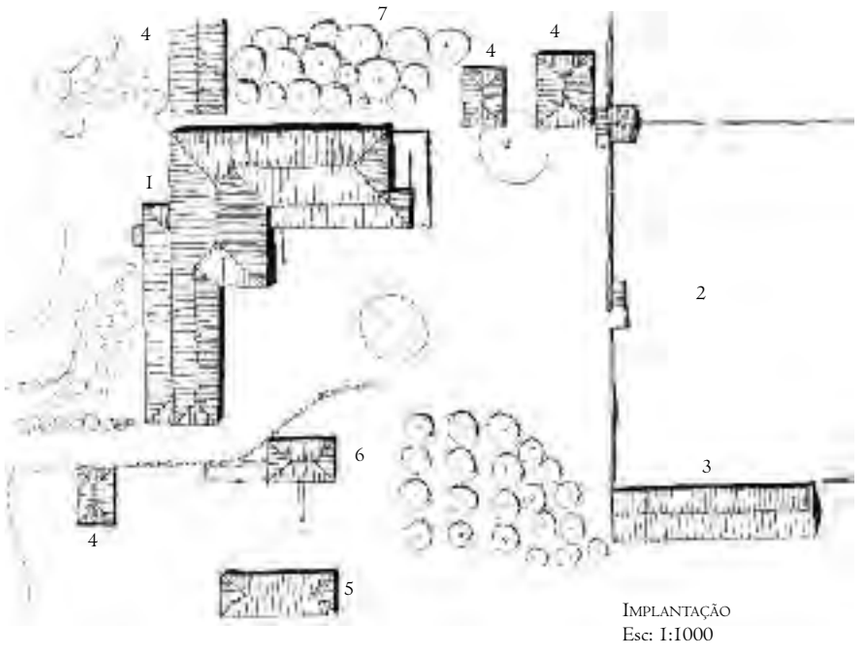
Janelas: 1,22m x 2,00m

Portas internas: 1,10m x 2,90m

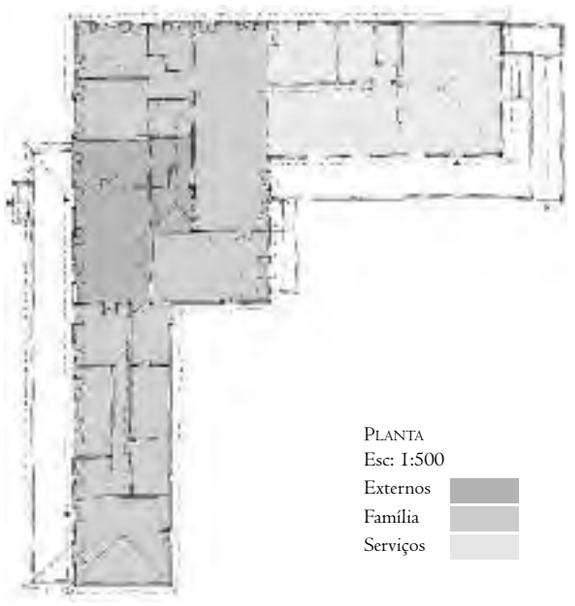
Umbrais: 17cm x 21cm; cunhal: 21cm x 21cm

Localizada às margens do rio Sapucaí-Mirim, a fazenda Cachoeira tem histórico parecido com o da fazenda Chapada. Sua planta também é bastante semelhante em dimensões e agenciamento. Seria um L clássico, não fosse o anexo em direção oposta ao corpo da cozinha, construído ainda no tempo do pau a pique.

A planta está muito mudada, mas sobrepondo-a à planta da Chapada, bem-conservada, pode-se supor que as divisões internas eram muito parecidas. Os dois quartos à esquerda da sala de entrada deveriam ser a sala nobre; a sala



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Terreiro
3. Antiga tulha
4. Construções complementares
5. Caseiro
6. Maquinário de café
7. Pomar



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Elevação Frontal
Esc: 1:500

da família talvez não chegasse até a fachada sul e a ligação entre ela e a sala nobre se repetisse por outro corredor, ao redor das alcovas. As dimensões dessa casa são ligeiramente superiores às da Chapada, tanto no comprimento do corpo principal quanto em relação ao corpo de serviços. As janelas também possuem larguras superiores à média, encontradas somente nas grandes casas. Foram acrescentadas modernas varandas – uma ao longo da fachada da frente e outra aos fundos.

No complexo da fazenda há muitas construções modernas e antigas. O mais importante é o conjunto cafeeiro do fim do século XIX, que inclui terreiros, muros de arrimo de pedra e uma tulha/casa de máquinas construída de alvenaria portante de tijolos, perfeitamente de acordo com as melhores técnicas da época, com cimalhas de argamassa frisada, arcos plenos nas portas e janelas e telhado de duas águas.



Figura 367 - Tulha de tijolos. Foto: CFC.

Fazenda Monjolinho
Município de Conceição dos Ouros

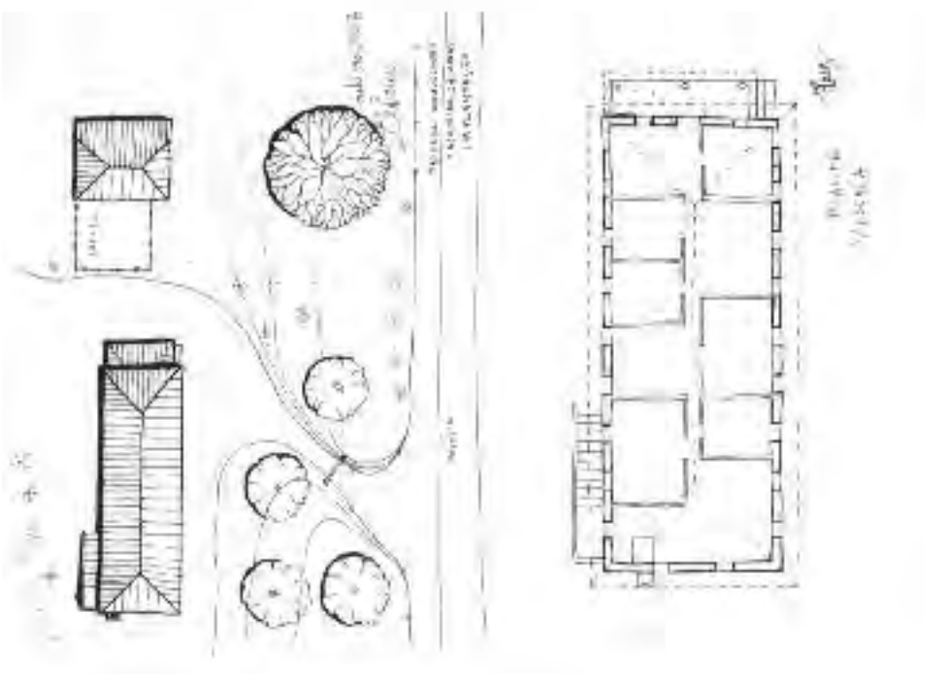


Figura 368 - Implantação e planta. Desenho: Eneida C. F. Cruz.

Monjolinho pertence à fazenda Cachoeira. Sua casa não faz parte do grupo estudado – é construída de alvenaria portante de tijolos e está abandonada, mas ainda assim foi possível fazer um levantamento sumário. Sua planta retangular compõe-se de um longo corredor de distribuição, com duas peças maiores nas pontas, a sala de entrada e a cozinha. Ao longo do corredor, encontram-se os quartos e, entre eles, alternadas ora à direita, ora à esquerda, duas salas. Essa fazenda é mais um exemplo da nova arquitetura rural que se implantou a partir do fim do século XIX e suplantou a anterior como na Fazenda das Posses (p. 217).

Figura 369- Fachada principal. Foto: CFC.



Grupo de São Gonçalo do Sapucaí

Este pequeno grupo fica exatamente na região central do Sul de Minas, bem próximo a Campanha, cidade considerada o "berço do Sul de Minas". Apesar dessa maior tradição, não foram encontradas na região um grande número de fazendas. Além das fazendas Santa Clara e Monte Alegre, foram visitadas as fazendas "Xicão", Nossa Senhora das Valias, Cachoeira e Cafelândia, em São Gonçalo do Sapucaí; e a fazenda Cafelândia, em Cordislândia. Elas, porém, não entraram no levantamento pelos motivos apresentados na introdução deste inventário.



Figura 370 - Microrregião de Santa Rita do Sapucaí. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/microrregião_de_santa_rita_do_sapucaí. Acesso em 20 março 2008.

Fazenda Santa Clara
Município de Careaçu





Figura 371 - À direita, FACHADA PRINCIPAL. Foto: CFC.

Figura 372 - Acima, VISTA GERAL em 1984. Foto: Helena Ferraz.

Figura 373 - Abaixo, VISTA GERAL (mesmo ângulo da anterior). Foto: CFC.



Data provável: primeira metade do século XIX

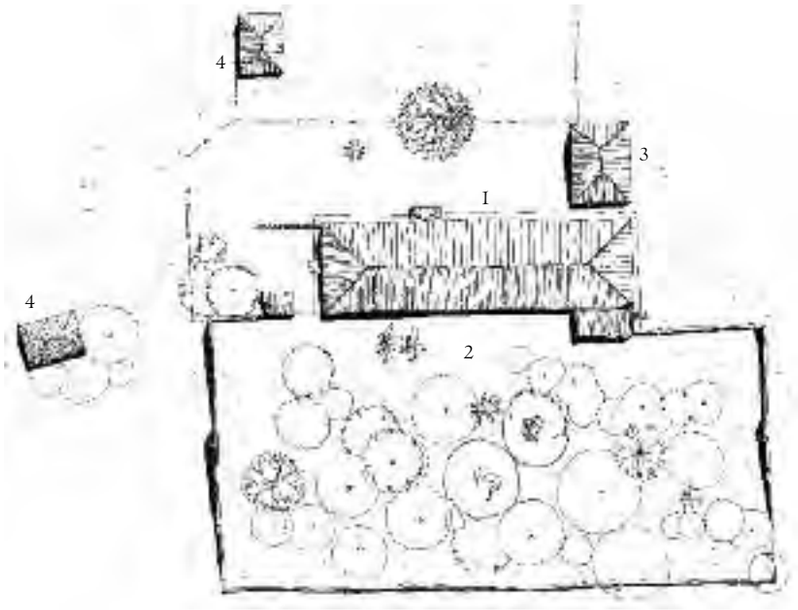
Pé-direito: 4,00m

Janelas: 1,20m x 2,00m

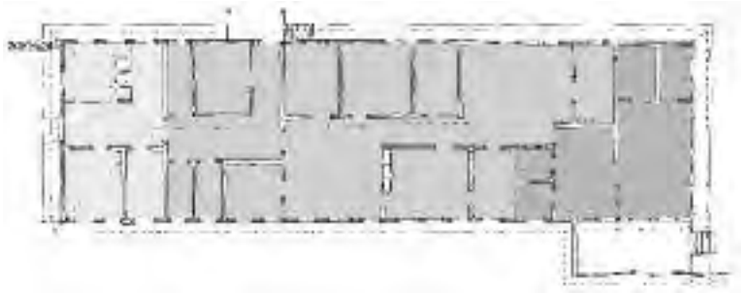
Portas: 1,20m x 3,00m

A fazenda Santa Clara foi a remanescente mais velha encontrada em local próximo à antiga vila de Campanha da Princesa da Beira. Por toda sua importância histórica, Campanha certamente deveria guardar vários exemplares da arquitetura rural sul-mineira do século XIX. Primeira vila da região (1789), seu termo era enorme, o que dificulta saber quais das diversas fazendas, registradas em documentos antigos como pertencentes a Campanha, situavam-se na área correspondente à do atual município de Campanha e seus vizinhos imediatos.

Santa Clara, embora se localize na região central do Sul de Minas, possui características que a ligam mais ao grupo do leste sul-mineiro. É implantada em vasto território, local ermo, dominando grande paisagem. Sua planta é um longo retângulo e ao fundo há um pomar totalmente murado. Essas características são semelhantes às das fazendas Bela Vista, Boa Vista e Narciso, todas em Cruzília.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Pomar
3. Senzala
4. Construções complementares



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Frontal
Esc: 1:500



Elevação Lateral
Esc: 1:500

O agenciamento da planta, um retângulo de aproximadamente 12m x 43m, é curioso, similar ao da Bela Vista, com setor social em uma ponta e de serviços na outra, ficando no meio a área da família. Chega-se à casa por um alpendre lateral, na mesma posição do alpendre da Bela Vista. Alpendre esse que talvez seja posterior, por sua porta de arco pleno. Dali se acessa o vestíbulo de entrada e, dele, a sala nobre, com sua alcova e mais um quarto. Essa alcova, ao contrário do comum, não fica em posição central e sim pegada a uma fachada; nem por isso é um cômodo com janelas. Conforme comentado no capítulo 5, trata-se de mais uma demonstração de que o fenômeno de permanência da alcova é de base cultural, não resultando de uma limitação técnica, como dizem muitos historiadores ao se referir às alcovas urbanas. O vestíbulo, por sua vez,



Figura 374 - Sala de entrada. Foto: CFC.

Figura 375 - Fachada frontal com entrada por alpendre lateral e porta de verga com arco pleno. Foto: CFC.

Figura 376 - Vista interna do alpendre. Foto: CFC.





liga-se a um quarto e a mais um cômodo, que deduzimos ser uma antiga capela, por possuir uma janela interna, abrindo-se para a sala próxima.

A casa possui duas salas, e é difícil dizer até que ponto vão o setor íntimo e o social. Provavelmente sua planta sofreu ampliações muito antigas no sentido longitudinal, empurrando o corpo de serviços e deslocando o uso do setor da família mais para "dentro". Hoje há uma sala grande ao lado do vestíbulo, que quase certamente foi uma sala do setor íntimo, como sugere a janela da capela. Há ainda outra sala grande, no centro do retângulo, com porta para fora, certamente uma sala íntima, com acesso direto para o pomar e ligada a vários quartos. Dali para diante, encontra-se o corpo de serviços, bastante completo, com diversos quartos e duas cozinhas. Esse setor possui ainda duas portas para fora, mas nenhuma delas ligada ao pomar cercado. O pomar é um elemento imprescindível nessas fazendas. Em estudos históricos/econômicos sobre itens comercializados, encontramos sempre a menção a toucinho, queijos, gado, porcos, mula, galinha, algodão, fumo, sola etc. Nunca há menção a frutas e legumes. A falta desses produtos é sentida nos caminhos entre a produção e a praça do Rio de Janeiro:

> *Leite, frutas, verduras eram raros; contavam pouco na dieta dos proprietários e vendeiros da beira das estradas e, por isso mesmo, eram postos em oferta*[31].

Por isso os pomares eram tão valorizados nas fazendas; só comia frutas quem as plantasse. A existência desse pomar cercado leva a crer que Santa Clara possuía grande população residente, mas não encontramos vestígios de senzala.

No mais, quanto ao conjunto da fazenda, pouco se pode dizer, pois não há vestígios de construções antigas. Acreditamos que a propriedade tenha sido ligada primordialmente à pecuária e à abertura de novas frentes de ocupação. Há fotos da casa na década de 1980 tiradas a partir da estrada e fotos do levantamento realizado em duas etapas, em 1997 e 2000. Já nessas fases as peças da casa estavam sendo retiradas para venda. Depois disso, a construção foi, aos poucos, sumindo da paisagem, restando apenas o pomar.

Fazenda Monte Alegre
Município de Cordislândia

Data provável: meados do século XIX

Pé-direito: 4,00m e 3,90m

Janelas: 1,15m x 1,85m; h=0,95

Portas internas: 1,15m x 2,90m

Umbrais: 17cm x 20cm



Figura 377 - Vista frontal do conjunto. Foto: CFC.

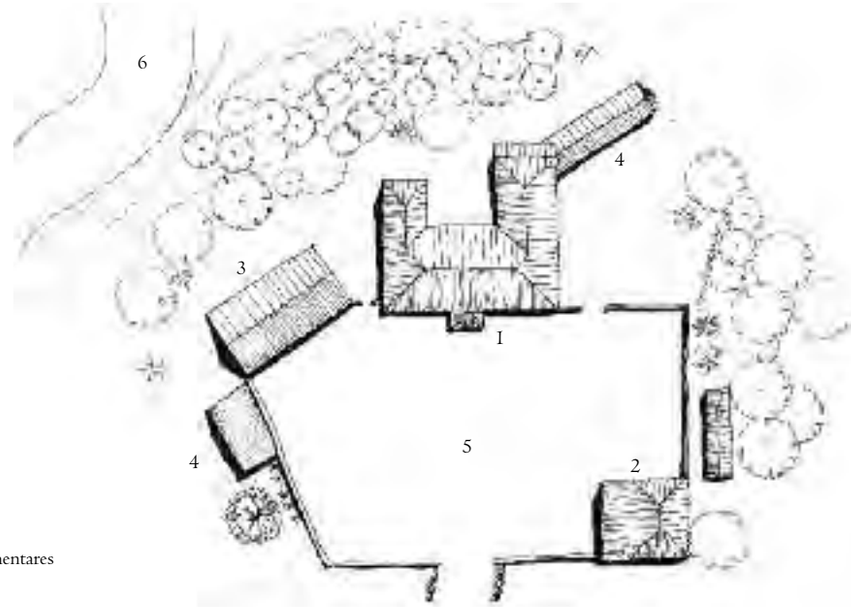
Figura 378 - Vista frontal e lateral da casa. Foto: CFC.

Situada à margem direita do rio Sapucaí, já em um trecho bastante caudaloso, a fazenda Monte Alegre é uma das poucas localizadas ao lado de grandes rios. A margem esquerda do Sapucaí permaneceu por muito tempo desocupada.

Atualmente, a casa da fazenda tem a forma de um U, mas originalmente teria sido um L clássico, sofrendo posterior ampliação do retângulo principal no sentido longitudinal.

Não sabemos ao certo quais alterações levaram à configuração atual de sua planta. O acesso é feito por um pequeno alpendre na fachada frontal; dali se passa à sala de entrada, que distribui para a sala nobre à esquerda, um quarto ao lado direito e corredor reto à frente, ligando com a sala da família. O forro contínuo entre o salão nobre e seus dois quartos orbitais indicam que o salão era maior antes da ampliação da casa, indo até a marca no forro dentro dos





Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Paiol
3. Retiro
4. Construções complementares
5. Pátio de pedra
6. Rio Sapucaí



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Elevação Frontal
Esc: 1:500



Figura 379 - Fachada lateral. Foto: CFC.

Figura 380 - Perna do U. Foto: CFC.

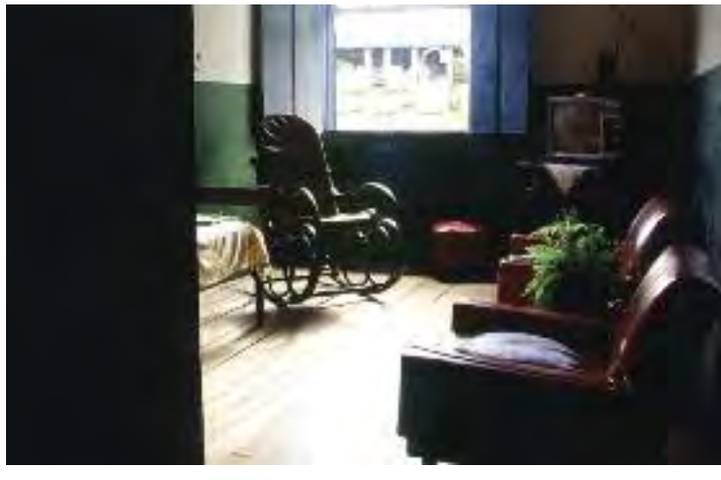
Figura 381 - Sala íntima. Foto: CFC.

quartos (ver tracejado) na planta. Do salão é possível chegar diretamente, sem o intermédio de um corredor, à sala da família. Essa é uma peça estreita e comprida, da qual se acessam mais dois quartos e uma alcova. Dela se passa ainda a uma copa, que faz a distribuição para outros quartos e para uma sala lateral, que é uma espécie de sala interna ao setor íntimo, como se observa também na fazenda da Barra em Delfim Moreira. Aos fundos, encontram-se os cômodos da cozinha, despensa e sanitário novo. As paredes desse lado da casa são bastante desalinhadas, o que sugere ter havido reformas também na parte interna da casa.

A volumetria da casa é bem-composta, apresentando perfeita técnica construtiva da estrutura autônoma de madeira, em que baldrames, frechais e cunhais se mostram claramente nas fachadas. O beiral deixa aparente a cachorrada, e os frechais arrematados em peito de pombo sustentam as tábuas do guarda-pó. As janelas são de verga reta e as folhas de guilhotina dividem-se em vinte partes de vidro. Na fachada lateral, há folhas com divisão em doze e em seis partes, demonstrando que houve reformas.

O conjunto da Monte Alegre é implantado em torno de um pátio/curral cercado por muros de adobe e por construções diversas. Na entrada, um longo muro de pedra atesta a idade da fazenda.





Grupo de Machado (antigas freguesias de Cabo Verde e Jacuí)



Figura 382 - Microrregião de Alfenas. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/microrregião_de_alfenas. Acesso em 20 março 2008.

Esse grupo fica em área à esquerda do rio Sapucaí, já no caminho para o oeste, antiga ligação com Goiás. Infelizmente está mal representado, em razão do pequeno número de fazendas levantadas. Acreditamos que haja mais fazendas antigas nessa região. Como nela se desenvolve hoje, devido ao café, uma forte economia agrícola, muitas das prováveis antigas fazendas foram reformadas e descaracterizadas.

Além das fazendas Tucum e Conceição, por nós levantadas, visitamos também a fazenda Espírito Santo. Registramos ainda a existência da fazenda Monte Alegre, que não foi visitada por nós, mas encontrada no arquivo da Cemig.

Na região focalizada havia uma importante fazenda de criação de gado, a fazenda do Centro, antiga conexão comercial entre o Sul de Minas, Goiás e Rio de Janeiro:

> *Operava nestes moldes a fazenda do "Centro", propriedade administrada pelo pe. José Custódio Dias e seu irmão, também político mineiro, Custódio José Dias. Além da produção interna, esta propriedade, situada onde hoje fica o município de Alfenas, era conhecida como grande centro de invernadas, permitindo a seus proprietários manipular expressivo comércio regional. Daí provém, inclusive, a origem de nome desta grande propriedade, hoje denominada Machado. Seus ponteiros tinham larga faixa de atuação, alcançando principalmente a produção do gado goiano*[32].

Fazenda Tucum
Município de Machado



Data provável: meados do século XIX

Pé-direito: 4,00m

Janelas: 1,20m x 2,00m; h=1,00m

Portas internas: 1,20m x 3,00m

Umbrais: 16cm x 20cm

A casa da fazenda Tucum é um tanto pequena em relação à média das fazendas, mas é um exemplo perfeito da boa utilização da técnica da estrutura autônoma de madeira. Sua planta é um L clássico, com o corpo principal medindo 15m x 12m. Enxuta e bem-proporcionada, possui todos os elementos estruturais à mostra – barrotes, frechais e cunhais. Em seu programa, conta com todas as peças tradicionais, com exceção da capela ou ermida, como é chamada na região.



O agenciamento das peças também é bastante exemplar: entra-se por uma sala que dá acesso à sala nobre e, por um corredor reto, à sala da família. Ligados à sala nobre há duas alcovas centrais e um quarto. Uma das alcovas faz novamente a ligação interna com a sala da família. Esta, a maior peça da casa, liga-se aos demais quartos e ao corpo de serviços. Um dos quartos tem outro quarto voltado para dentro. O setor de serviços não tem saída. A cozinha é uma peça quadrada e fica na ponta desse volume, que tem mais dois cômodos, usados como despensa. Uma escada, saindo da sala da família, faz a ligação com o exterior. Por todos esses motivos, ao construir a maquete da estrutura autônoma de madeira, escolhemos a fazenda Tucum.

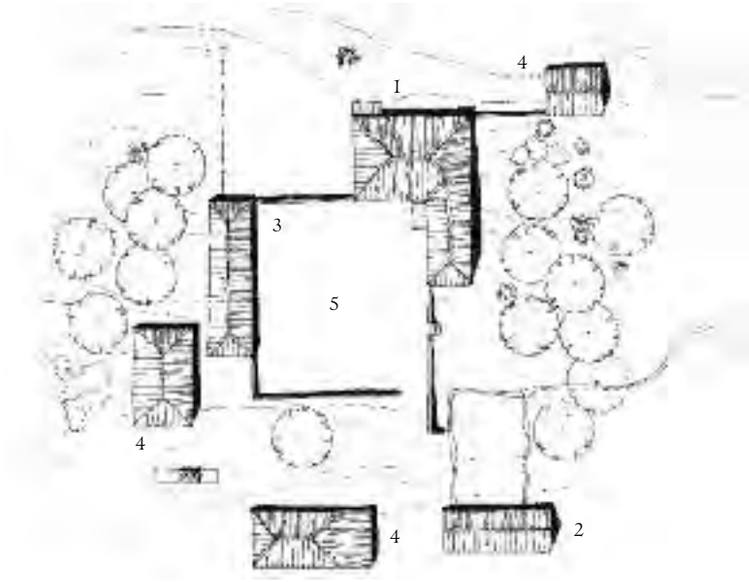
No conjunto da fazenda há ainda senzala, paiol, moinho e monjolo.



Figura 383 - Fachada frontal e escada de acesso. Foto: CFC.

Figura 384 - Oratório. Foto: CFC.

Figura 385 - Fachada lateral e dos fundos. Foto: CFC.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Monjolo/Casa de máquinas
3. Senzala
4. Construções complementares
5. Terreiro



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Elevação Fundos
Esc: 1:500



Elevação Frontal
Esc: 1:500



Elevação Lateral
Esc: 1:500

Fazenda Conceição
Município de Machado



Figura 386 - Fachada frontal e alpendre de acesso. Foto: CFC.

Figura 387 - Fachada dos fundos a partir do terreiro. Foto: CFC.

Data provável: meados do século XIX

Pé-direito: 4,00m

Janelas: 1,20m x 2,00m; h=1,00m

Portas internas: 1,20m x 3,00m

Umbrais: 16cm x 20cm

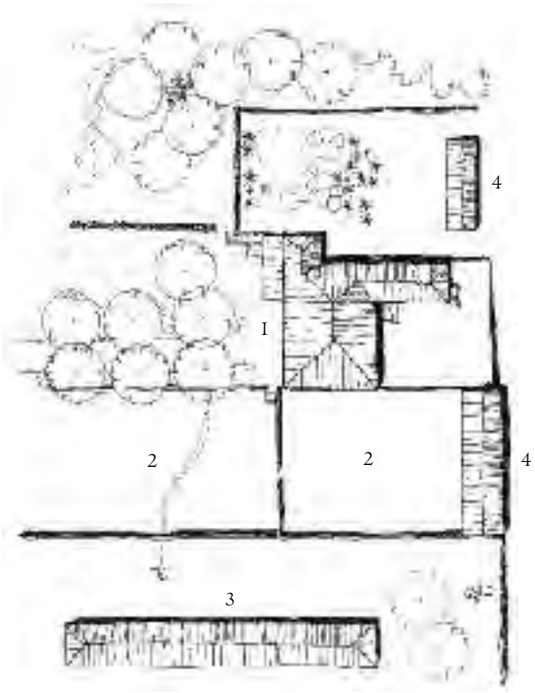
A volumetria da casa da fazenda Conceição é a de um L clássico, com o retângulo principal apresentando medidas bastante comuns, 13m x 17m, o que mostra, mais uma vez, que a tipologia consolidada no Sul de Minas também ocorre a oeste do rio Sapucaí. Sabemos que São Carlos do Jacuí (1814) foi, das sete vilas erigidas no fim do período colonial, a única a oeste do Sapucaí, e isso certamente ajudou a promover a ocupação da região ocidental do Sul de Minas, que já vinha ocorrendo de maneira incipiente.

Em planta, essa casa apresenta uma configuração um pouco confusa – não se sabe se em decorrência de reformas ou se era assim desde o início. Observa-se nela um esboço do agenciamento do L clássico, mas com algumas diferenças. Há alcovas centrais, a sala da família está na posição tradicional, há sala de entrada e quartos na periferia do retângulo. Porém não há sala nobre, apenas a sala de entrada, e a sala da família não faz ligação direta com o corpo de serviços. Além disso, dois quartos na casa possuem dimensões superiores às





Figura 388 - Imagem de satélite.
Fonte: Google Earth.



Implantação
Esc: 1:1000
1. Casa principal
2. Terreiro
3. Tulha/senzala
4. Construções complementares



Planta
Esc: 1:500
Externos
Família
Serviços



Elevação Lateral
Esc: 1:500



Elevação Frontal
Esc: 1:500





Figura 389 - Vista geral do conjunto. Foto: CFC.

Figura 390 - Antiga senzala. Foto: CFC.

da sala da família, que, normalmente, é a maior peça da casa. Junto à sala de entrada, os dois quartos que se ligam a ela formam um volume que fica para fora do retângulo principal. Acreditamos que tenha sido uma ampliação antiga, ainda do século XIX, pois a técnica construtiva utilizada é a mesma. O antigo cunhal, entretanto, fica aparente na fachada, mostrando que foi uma alteração posterior à data da construção.

Implantada em declive, a casa ficou com a face noroeste bastante alta. Nessa porção da casa, o fechamento do porão é de pau a pique e a estrutura é marcada por esteios aparentes sustentando o baldrame.

No conjunto da fazenda existia ainda, quando foi feito o levantamento, um antigo edifício estreito e comprido que abrigava a tulha/casa de máquinas e, muito provavelmente, também as senzalas. Esse edifício ruiu, como se pode observar pela imagem de satélite.



Figura 391 - Fachada frontal. Fonte: Acervo CEMIG.

Fazenda Espírito Santo
Município de Machado

Chegamos a visitar essa fazenda e verificamos que realmente pertence ao período estudado, tendo sido, inclusive, sede de sesmaria. Porém, achamos que as alterações internas a descaracterizaram. Posteriormente, verificamos que foi apresentada em livro comemorativo da Cemig, onde constam as seguintes informações:

> *Tem sua origem em uma sesmaria de 50.000 hectares doada por D. Pedro I ao Capitão Mor Marco Aurélio. Dedica-se atualmente à produção de café e leite. A sede possui cerca de 180 anos e foi toda restaurada recentemente, preservando as características originais arquitetônicas e o mobiliário*[33].

Talvez o autor tenha se enganado quanto aos conceitos de preservação e conservação; a casa está bem-conservada externamente, apesar da imensa varanda nova do mesmo "estilo" da casa, mas, para efeito de estudo de plantas, não é possível aproveitá-la.



Figura 392 - Fachada frontal. Fonte: Acervo CEMIG.

Fazenda Monte Alegre
Município de Areado

Não fizemos o levantamento da fazenda Monte Alegre, mas sua foto é aqui reproduzida à guisa de documentação.

Grupo de Guaxupé (antiga freguesia de Jacuí)

Esse grupo carece da mesma falta de levantamento de campo dos grupos de Machado e de Poços de Caldas. Duas fazendas dessa região, selecionadas por nós, foram retiradas do levantamento do arquiteto Moacir Cyrino.



Figura 393 - Microrregião de São Sebastião do Paraíso. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/microrregião_de_são_sebastião_do_paraíso. Acesso em 20 março 2008.

Fazenda Correnteza
Município de Guaxupé



Figura 394 - Fachada lateral.
Foto: Moacir Cyrino.

Fazenda Doutor Izaac
Município de Guaxupé



Figura 395 - Fachada frontal.
Foto: Moacir Cyrino.

Grupo de Poços de Caldas (antiga freguesia de Ouro Fino)

Também nesse grupo há a mesma falta de levantamento de campo dos grupos anteriores. Sabe-se, entretanto, da existência de antigas fazendas, cuja foto exemplar nos foi gentilmente cedida pelo arquiteto Antono Carlos Rodrigues Lorette.



Figura 396 - Microrregião de São Sebastião do Paraíso. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/microrregião_de_são_sebastião_do_paraíso. Acesso em 20 março 2008.

Fazenda Barreiro

Fazenda Chapadão



Figura 397 - Fazenda Chapadão.
Fonte: Acervo Antonio Lorette.



Anexo 2
Fazendas de outras regiões de Minas



Fazenda dos Tachos

Anexo 2

Fazendas de outras regiões de Minas

Campo das Vertentes

Fazenda Bom Jardim
Município de Bom Sucesso





Planta fazenda B. Jardim. Fonte: Martins (1998).
Fazenda B. Jardim. Fonte: Martins (1998).

Fazenda Bom Retiro
Município de Oliveira





Planta fazenda B. Retiro. Fonte: Martins (1998).
Fazenda B. Retiro. Fonte: Martins (1998).

Fazenda Cachoeira
Município de Bom Sucesso







Fazenda Cachoeira.
Fonte: Martins (1998).

Planta fazenda Cachoeira.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda Cachoeira.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda Cachoeira
Município de Ritápolis





Fazenda Cachoeira. Fonte: Martins (1998).

Planta fazenda Cachoeira. Fonte: Martins (1998).



Planta fazenda Cachoeira.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda Cachoeira
Município de Santo Antônio do Amparo



Fazenda Cachoeira.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda Capão Seco
Município de Lagoa Dourada



Planta fazenda Capão Seco.
Fonte: Martins (1998).



Fazenda Capão Seco.
Fonte: Martins (1998).



Fazenda Capão Seco.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda Contramestre
Município de Barbacena



Fazenda Contramestre.
Fonte: Menezes (1983).

Fazenda Córrego da Prata
Município de São Tiago





Fazenda Córrego da Prata.
Fonte: Martins (1998).

Planta fazenda Córrego da Prata.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda Córrego da Prata.
Fonte: Martins (1998).



Fazenda da Lagoa
Município de Oliveira



Planta fazenda da Lagoa.
Fonte: Martins (1998).

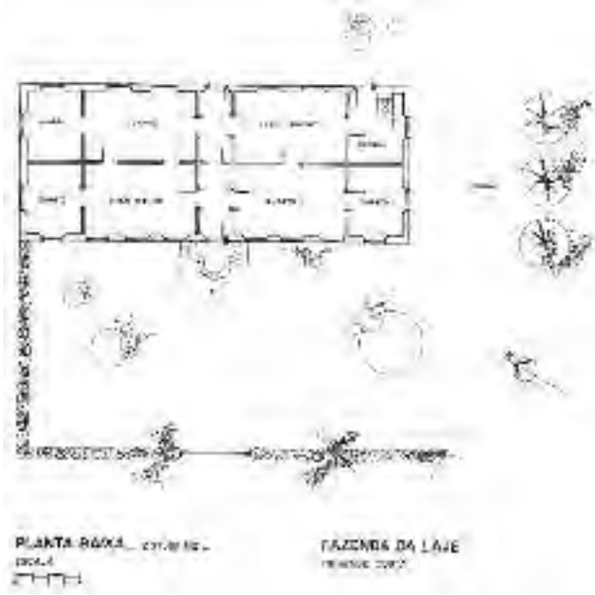


Fazenda da Lagoa.
Fonte: Martins (1998).



Fazenda da Lagoa.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda da Laje
Município de Resende Costa



Planta Fazenda da Laje.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda das Éguas
Município de Resende Costa





Fazenda das Éguas.
Fonte: Martins (1998).

Planta fazenda das Éguas.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda das Pedras
Município de Carmópolis





Fazenda das Pedras.
Fonte: Martins (1998).

Planta fazenda das Pedras.
Fonte: Martins (1998).



Planta fazenda do Andrade.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda do Andrade
Município de Resende Costa



Fazenda do Andrade.
Fonte: Martins (1998).



Planta fazenda do Pinhal.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda do Pinhal
Município de Resende Costa



Fazenda do Pinhal.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda do Vau
Município de Oliveira





Fazenda do Vau .
Fonte: Martins (1998).

Planta fazenda do Vau.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda Engenho Grande dos Cataguás
Município de Lagoa Dourada



Fazenda Engenho.
Fonte: Martins (1998).

Planta fazenda Engenho.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda Engenho.
Fonte: Martins (1998).





Fazenda Lambari
Município de São Francisco de Paula





Planta fazenda Lambari.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda Lambari.
Fonte: Martins (1998).

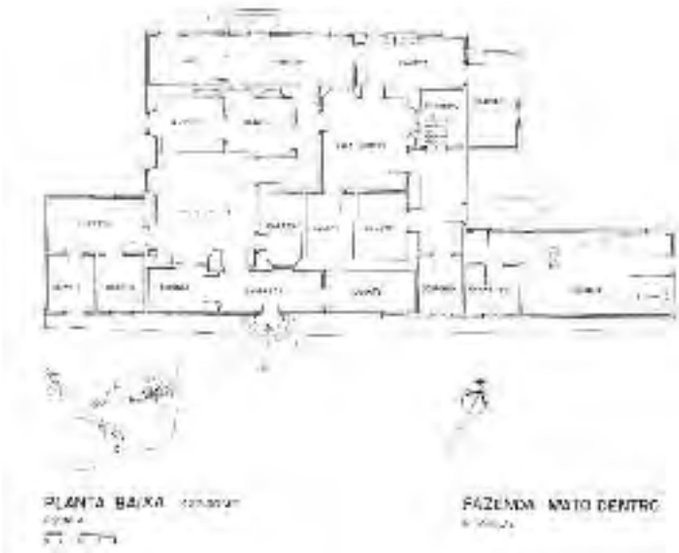
Fazenda Lambari.
Fonte: Martins (1998).



Fazenda Mato Dentro
Município de Ritápolis







Fazenda Mato Dentro.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda Mato Dentro.
Fonte: Martins (1998).

Planta fazenda Mato Dentro.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda Rio do Peixe
Município de São Tiago



Planta fazenda Rio do Peixe.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda São Miguel
Município de Ritápolis



Planta fazenda São Miguel.
Fonte: Martins (1998).



Fazenda São Miguel.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda Sobrado
Município de Carmópolis





Fazenda Sobrado.
Fonte: Martins (1998).

Planta fazenda Sobrado.
Fonte: Martins (1998).

Fazenda Tabatinga
Município de Bom Sucesso



Fazenda Tabatinga.
Fonte: Martins (1998).

Planta fazenda Tabatinga.
Fonte: Martins (1998).



Fazenda Tartária
Município de Santo Antônio do Amparo



Planta fazenda Tartária.
Fonte: Martins (1998).



Fazenda Tartária. Fonte:
Martins (1998).

Fazenda Xavier
Município de São João del-Rei



Planta fazenda Xavier.
Fonte: Martins (1998).



Fazenda Xavier.
Fonte: Martins (1998).

Região Metropolitana

Fazenda Boa Esperança
Município de Belo Vale





Fazenda Boa Esperança.
Fonte: Glauco Umbelino (2007).

Fazenda Boa Esperança.
Fonte: Glauco Umbelino (2007).

Fazenda Caieiras
Município de Ouro Branco







Fazenda Caieiras.
Fonte: Menezes (1984).

Fazenda Caieiras.
Fonte: Menezes (1984).

Fazenda Caieiras.
Fonte: Menezes (1984).

Fazenda Boa Vista/Martins
Município de Brumadinho











Fazenda Boa Vista/Martins.
Fonte: Menezes (1984).

Fazenda Boa Vista/Martins.
Fonte: Menezes (1984).

Fazenda Boa Vista/Martins.
Fonte: Menezes (1984).

Fazenda Boa Vista/Martins.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Boa Vista/Martins.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Fonte Limpa
Município de Santana dos Montes



Fazenda Fonte Limpa.
Fonte: Menezes (1984).

Fazenda Gualacho
Município de Mariana



Fazenda Gualacho.
Fonte: Menezes (1984).

Fazenda Leitão
Município de Belo Horizonte



Fazenda Leitão.
Fonte: Acervo do Museu Abílio Barreto.

Fazenda Minhocas
Município de Lagoa Santa



Fazenda Minhocas.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Rio de São João
Município de Bom Jesus do Amparo



Fazenda Rio de São João.
Fonte: CEMIG.



Fazenda Rio de São João.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Pé do Morro
Município de Ouro Branco













Fazenda Pé do Morro. Fonte: Menezes (1984).

Fazenda Pé do Morro. Fonte: Menezes (1984).

Fazenda Pé do Morro. Fonte: Menezes (1984).

Elevações fazenda Pé do Morro. Fonte: Eolo Maia.

Planta fazenda Pé do Morro. Fonte: Eolo Maia.

Fazenda São Nicolau
Município de Nova Era



Fazenda São Nicolau.
Fonte: Menezes (1984).

Fazenda São Sebastião
Município de Sete Lagoas



Fazenda São Sebastião.
Fonte: CEMIG.

Zona da Mata

Fazenda Ana Florência
Município de Ponte Nova



Fazenda Ana Florência.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Bananeiras
Município de Presidente Bernardes



Fazenda Bananeiras.
Fonte: Menezes (1984).

Fazenda Boa Vista
Município de Juiz de Fora



Fazenda Boa Vista.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Bom Jardim
Município de Juiz de Fora



Fazenda Bom Jardim.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Floresta
Município de Juiz de Fora



Fazenda Floresta.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Santana
Município de Juiz de Fora



Fazenda Santana.
Fonte: CEMIG.

Fazenda São Mateus
Município de Juiz de Fora



Fazenda São Mateus.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Conceição das Corvinhas
Município de Barra Longa



Fazenda Conceição das Corvinhas.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Quebra Canoa
Município de Ponte Nova



Fazenda Quebra Canoa.
Fonte: CEMIG.



Fazenda Quebra Canoa.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Santa Clara
Município de Santa Rita do Jacutinga



Fazenda Santa Clara.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Arapoca
Município de Além Paraíba



Fazenda Arapoca.
Foto: CFC.

Fazenda Barra do Peixe
Município de Além Paraíba



Fazenda Barra do Peixe.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Castelo
Município de Além Paraíba



Fazenda Castelo.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Conceição
Município de Além Paraíba



Fazenda Conceição.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Piedade
Município de Volta Grande



Fazenda Piedade.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Fortaleza
Município de Além Paraíba



Fazenda Fortaleza.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Monte Alegre
Município de Além Paraíba



Fazenda Monte Alegre.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Ouro Fino
Município de Além Paraíba



Fazenda Ouro Fino.
Fonte: CEMIG.

Fazenda Abaíba
Município de Leopoldina



Fazenda Abaíba.
Fonte: CEMIG.

Triângulo Mineiro

Fazenda Melancias
Município de Uberaba





Fazenda Melancias.
Fonte: Bastos (1980).

Fazenda Melancias.
Fonte: Bastos (1980).

Aérea F. Melancias.
Fonte: Bastos (1980).



Fazenda São Mateus
Município de Ibiá



Fazenda São Mateus.
Fonte: CEMIG.

Oeste de Minas

Fazenda Bom Retiro
Município de Oliveira



Fazenda Bom Retiro.
Fonte: Fundação Fiocruz.

Região Central

Fazenda da Pedra
Município de Curvelo



Fazenda da Pedra.
Fonte: Menezes (1984).

Prefácio

1. AMARAL, Amadeu. *O Dialeto Caipira.* São Paulo, Casa Editora "O Livro", 1920.

2 . PIRES, Cornélio. *Conversas ao pé do fogo*. São Paulo, Edição fac-similar, IMESP, 1987.

3. RIBEIRO, Orlando. *Portugal - o Mediterrâneo e o Atlântico.* Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1963.

Capítulo 1. Sertão e território

1. MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço.* Tese de doutorado. São Paulo, 2005. p. 124.

2. Idem, p. 113.

3. BRUNO, Ernani da Silva. *História do Brasil (geral e regional).* 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1967. p. 51.

4. RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira. In *Revista Brasileira de História*. v. 23, n. 46. São Paulo, 2003. p. 254.

5. VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento; residências.* São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 121.

6. MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço.* Tese de doutorado. São Paulo, 2005. p. 134.

7. ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil.* 3. ed. Belo Horizonte : Itatiaia/Edusp, 1982. p. 78. (Primeira edição em Lisboa, 1711.)

8. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado & BRIOSCHI, Lucila Reis. *Na estrada do Anhanguera.* São Paulo: Edusp, 1999. p. 47.

9. RODRIGUES, André Figueiredo. Os sertões proibidos da Mantiqueira. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 46, p. 255, 2003.

10. SOUZA, Laura de Mello. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII.* 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 117.

11. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 23.

12. Idem, ibidem, p. 48.

13. RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

14. MORAES, Fernanda Borges de. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço.* Tese de doutorado. São Paulo, 2005. p. 378.

15. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 77.

16. ABECEDÁRIO de moradores da capitania de Minas Gerais – Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ano 1792, Livro n. 5. Comarca do Rio das Mortes.

17. MARTINS, Helena Teixeira: *Sedes de fazendas mineiras. Campos das Vertentes. Séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998. p. 34.

18. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura, 1993. p. 62-63.

19. LEMOS, Carlos A. C. *Casa paulista*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 76.

20. Idem, ibidem, p. 136.

21. TOLEDO, Luís Barcelos de. *Sertão da Pedra Branca.* Disponível em http://www.cristina.mg.gov.br/imagens/downloads/osertaodapedrabranca_parte4.pdf. p. 10.

22. O termo designava, na época, exportação para outras províncias e não para fora do país, como hoje.

23. PRADO JR., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1972. p. 162.

24. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1842.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura, 1992. p. 61.

25. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a Minas Gerais e São Paulo* . Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 41.

26. Idem, ibidem, p. 48.

Capítulo 2. Arquitetura das fazendas: um panorama

1. VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura colonial mineira.* Separata do I° Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: UFMG, 1957. p. 13-14.

2. MENEZES, Ivo Porto de. Arquitetura rural em Minas Gerais: Século XVIII e inícios do XIX. *Revista Barroco.* Belo Horizonte: UFMG, 1982/1983. v. 12, p. 218.

3. Idem, ibidem, p. 218.

4. GOMES, Geraldo. *Engenho e arquitetura*. 2 ed. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998. p. 85.

5. LEMOS, Carlos A. C. *Casa paulista*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 64.

6. VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica: formação e desenvolvimento; residências.* São Paulo: Perspectivas, 1977. p. 121.

Capítulo 3. Sítio, implantação e conjunto arquitetônico

1. VASCONCELLOS, Sylvio de. Arquitetura colonial mineira. *Revista Barroco.* Belo Horizonte: UFMG, 1979. v. 10, p. 133.

2. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 46.

3. LEMOS, Carlos A. C. *Casa Paulista*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 188.

4. CUNHA, Alexandre Mendes. *A diferenciação dos espaços econômicos e a conformação de especificidades regionais na elite política mineira entre os séculos XVIII e XIX*. Disponível em http://www.anpuh.uepg.br/XXIII-SIMPOSIO/anais/textos/ALEXANDRE%20MENDES%20CUNHA.pdf. p. 7.

5. ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM). Listas Nominativas de 1838/1839.

6. Informação fornecida em entrevista concedida por dona Alaíde Procópio Bueno em Varginha, no ano de 1999.

7. JUNQUEIRA, Walter Ribeiro. *Fazendas e famílias sul-mineiras.* São Lourenço: Novo Mundo, 2004. p. 99.

8. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem de São Paulo a Minas Gerais e São Paulo.* Belo Horizonte: Itatiaia 1974. p. 37.

Capítulo 4. Técnica construtiva

1. AMARAL, Francisco Keil et al. *Arquitectura popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961.

2. LEMOS, Carlos A. C. *Casa paulista*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 126-7.

3. FRANÇA, José Augusto. *Lisboa pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Bertrand, 1977. p. 323-4.

4. RIBEIRO, Orlando. *Geografia e civilização – temas portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. p. 109.

5. COSTA, Lúcio; XAVIER, Alberto, org. *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: UniRitter, 2007. p. 91.

6. RIBEIRO, Orlando. *Geografia e civilização – temas portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. p. 65.

7. GOMES, Geraldo. *Engenho e arquitetura*. 2. ed. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998. p. 85.

8. VON SPIX, Johan Baptist. *Spix e Martius*: *Viagem pelo Brasil 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia/São Paulo: Edusp, 1981. p. 185.

9. VASCONCELLOS, Sylvio de. Arquitetura colonial mineira. In *Seminário de Estudos Mineiros,* 1957. Belo Horizonte: UFMG, 1957. p. 13.

Capítulo 5. Programa de necessidades e esquemas de plantas

1. LEMOS, Carlos A. C. *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1979. p. 188.

2. LEMOS, Carlos A. C. *Casa paulista*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 97.

3. MUSEU do Oratório. *Oratórios*. Disponível em www.oratorio.com.br/port/colecao_txt.asp?id_categoria=5&id_subcategoria=0. Acesso em 27/7/2009.

4. RIBEIRO, Orlando. *Geografia e civilização: temas portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992. p. 61.

5. REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1969. p. 22.

6. COSTA, Lúcio; XAVIER, Alberto, org. *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: UniRitter, 2007. p. 86-7.

7. REIS FILHO, Nestor Goulart. Notas sobre o urbanismo no Brasil. Primeira parte: período colonial. In *Cadernos de Pesquisa do LAP*, n. 08. São Paulo, 1995. p. 49.

8. REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1969. p. 24 e 28.

9. VASCONCELLOS, Sylvio de. Arquitetura colonial mineira. In *Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1957. p. 9.

10. COSTA, Lúcio; XAVIER, Alberto, org. *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: UniRitter, 2007. p. 90.

Capítulo 6. Intenção plástica e preceitos estéticos

1. REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial.* - São Paulo: Editora da USP: Imprensa Oficial do Estado: FAPESP, 2000. p. 9.

2. COSTA, Alexandre Vieira Pinto Alves. *Seis lições: introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa*. Porto: Faup, 1995. p. 43.

3. Idem, ibidem, p. 28.

4. Idem, ibidem, p. 46.

5. Idem, ibidem, p. 47.

6. Idem, ibidem, p. 47.

7. VASCONCELLOS, Sylvio de. Arquitetura colonial mineira. In *Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1957. p. 13.

8. COSTA, Alexandre Vieira Pinto Alves. *Seis lições: introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa*. Porto: Faup, 1995. p. 45.

9. RAINVILLE, César. *O Vinhola brazileiro – Novo manual practico do engenheiro, architecto, pedreiro, carpinteiro, marceneiro e serralheiro*. Rio de Janeiro: Laermert, 1880. p. 501.

Anexo I - Inventário das Fazendas

1. ESCOLA Desempenho de Equitação. *História do manga-larga marchador*. Disponível em http://www.desempenho.esp.br/coudelaria/get_coudelaria.cfm?id=205. Acesso em 27/7/2009.

2. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 48.

3. NICOLIELLO, P.T.; CARVALHO, E. de B. *Levantamento arquitetônico, histórico e reconstituição da fazenda Traituba,* 1985. Monografia. Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Taubaté, 1985.

4. JUNQUEIRA, Walter Ribeiro. *Fazendas e famílias sul-mineiras.* São Lourenço: Novo Mundo, 2004. p. 137.

5. ANDRADE, Marcos Ferreira. Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira – século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 12, 2004. p. 94.

6. INVENTÁRIO de Gabriel Francisco Junqueira, cartório de Baependi, 1868.

7. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a Minas Gerias e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 47-48.

8. Idem, ibidem, p. 47 e 53.

9. ANDRADE, Oswald. Obras Completas VII *Poesias reunidas.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. p. 33.

10. MARTINS, Maria do Carmo Salazar; SILVA, Helenice Carvalho Cruz. Produção econômica em Minas Gerais em meados do século XIX. *http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_90.pdf*. p. 21.

11. MARTINS, Helena Teixeira. (1998). *Sedes de fazendas mineiras, Campos das Vertentes séc. XVIII e XIX*. Belo Horizonte: BDMG Cultural.

12. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p. 48.

13. VASCONCELOS, Sylvio. (1957). Arquitetura colonial mineira. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS,1957, Belo Horizonte. Belo Horizonte: UFMG. p. 57.

14. Informações obtidas em 1999, por meio de entrevista com D. Alaide Procopio Bueno, proprietária da fazenda, que coletou esses dados em pesquisa feita no Museu Paulista.

15. MENEZES, Ivo Porto de. Arquitetura rural em Minas Gerais: Século XVIII e inícios do XIX. *Revista Barroco.* Belo Horizonte: UFMG, 1982/1983. v. 12. p. 218.

16. JUNQUEIRA, Walter Ribeiro. *Fazendas e famílias sul-mineiras*. São Lourenço: Novo Mundo, 2004. p. 18 e 31.

17. JUNQUEIRA, Walter Ribeiro. *Fazendas e famílias sul-mineiras*. São Lourenço: Novo Mundo, 2004. p. 95.

18. JUNQUEIRA, Walter Ribeiro. *Fazendas e famílias sul-mineiras*. São Lourenço: Novo Mundo, 2004. p. 100.

19. JUNQUEIRA, Walter Ribeiro. *Fazendas e famílias sul-mineiras*. São Lourenço: Novo Mundo, 2004. p. 59.

20. JUNQUEIRA, Walter Ribeiro. *Fazendas e famílias sul-mineiras*. São Lourenço: Novo Mundo, 2004, p. 11-12.

21. LEFORT, Monsenhor José do Patrocínio. (1972). *Cidade de Campanha: Monografia Histórica*. Belo Horizonte. p. 23-24.

22. TOLEDO, Luís Barcelos de. *Sertão da Pedra Branca*. Disponível em http://www.cristina.mg.gov.br/imagens/downloads/osertaodapedrabranca_parte4.pdf. p. 7.

23. Idem, ibidem, p. 8.

24. TOLEDO, Luís Barcelos de. *Sertão da Pedra Branca.* Disponível em http://www.cristina.mg.gov.br/imagens/downloads/osertaodapedrabranca_parte4.pdf. p. 12.

25. CRUZ, Eneida Carvalho Ferraz. *Inventário do patrimônio material rural*. Depam e Superintendência Regional Minas Gerais: Iphan, 2007.

26. TOLEDO, Luís Barcelos de. *Sertão da Pedra Branca.* Disponível em http://www.cristina.mg.gov.br/imagens/downloads/osertaodapedrabranca_parte4.pdf.

27. TOLEDO, Luís Barcelos de. *Sertão da Pedra Branca.* Disponível em http://www.cristina.mg.gov.br/imagens/downloads/osertaodapedrabranca_parte4.pdf

28. JUNQUEIRA, Walter Ribeiro. *Fazendas e famílias sul-mineiras*. São Lourenço: Novo Mundo, 2004, p. 18.

29. Idem, ibidem, p. 33-34.

30. MENEZES, Ivo Porto. Arquitetura rural em Minas Gerais – Século XVIII e inícios do XIX. *Revista Barroco.* Belo Horizonte: UFMG, 1982/1983. v. 12. p. 218-219.

31. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Prefeitura, 1993. p. 62.

32. Idem, ibidem, p. 82.

33. Companhia Energética de Minas Gerais. *Fazendas de Minas.* Belo Horizonte: Cemig, 1987.

Entrevistas

D. Alaíde Procópio Bueno, proprietária da Fazenda Barra do Palmela. Varginha, MG.

Moacir Cyrino, arquiteto pesquisador de Guarupé, MG.

Antônio Carlos Lorette, professor da PUC - Possos de Caldas, MG.

Sr. José Ferraz, proprietário no município de Cristina, MG.

Siglas

CFC: Cícero Ferraz Cruz

CEMIG: Centrais Elétricas de Minas Gerais

ALVES, José Xaides de Sampaio. (1992). *O sertão da Mantiqueira/Liberdade*. São Paulo, 1992. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

AMARAL, Francisco Keil et al. *Arquitectura popular em Portugal*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961.

ANDRADE, Antônio Luiz Dias. *Vale do Paraíba: sistemas construtivos*. São Paulo, 1984. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

ANDRADE, Marcos Ferreira. Casas de vivenda e de morada: estilo de construção e interior das residências da elite escravista sul-mineira, século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 2004, v. 12.

_____. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

ANDRADE, Oswald de. *Poesias reunidas*. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1982. (Primeira edição, Lisboa, 1711.)

BACELLAR, Carlos Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis, orgs. *Na estrada do Anhangüera. Uma visão regional da história paulista*. São Paulo: Humanitas, FFLCH/USP, 1999.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971.

BASTOS, Adélia Junqueira. *Lendas e tradições da família Junqueira (1816-1966)*. São Paulo: Hucitec, 1980.

BENINCASA, Vladimir. *Velhas fazendas. Arquitetura e cotidiano nos campos de Araraquara, 1830-1930*. São Carlos/São Paulo: EdUscar/Imesp, 2003.

BOXER, Charles R. *A Idade do ouro do Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1969. (Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 5: Brasiliana, 341.)

BRUNO, Ernani Silva. *História do Brasil (geral e regional)*. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1967.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

CARRILHO, Marcos J. *As fazendas de café do Caminho Novo da Piedade*. São Paulo, 1994. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

CARVALHO, Sérgio Luís. *Cidades medievais portuguesas – uma introdução ao seu estudo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Dicionário da arquitetura brasileira*. São Paulo: Companhia das Artes, 1998.

COSTA, Alexandre Vieira Pinto Alves. *Seis lições: introdução ao estudo da história da arquitectura portuguesa*. Porto: Faup, 1995.

COSTA, Antônio Gilberto, org. *Cartografia da conquista do território das Minas*. Belo Horizonte/Lisboa: Editora UFMG/Kapa Editorial, 2004.

COSTA, José Pedro Oliveira. *Aiuruoca: Matutu e pedra do Papagaio – um estudo de conservação do ambiente natural e cultural*. São Paulo: Edusp, 1994.

COSTA, Lucio. *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: UniRitter, 2007. (Organizado por Alberto Xavier.)

CUNHA, Alexandre. Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX. In *Revista Brasileira História*, São Paulo, 2007, v. 27, n. 53. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100006. Acesso em 11 jun. 2010.

CUNHA, Mariano Carneiro. *Da senzala ao sobrado*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1985.

FERNANDES, Francisco Barata. *Transformação e permanência na habitação portuense*. Porto: s.ed., 1996.

FERNANDES, José Manuel. *A arquitetura – sínteses da cultura portuguesa*. Portugal: Europália/Imprensa Nacional, 1991.

FLORES, Carlos. *Arquitectura popular española*. Madrid: Aguilar, 1973.

FRANÇA, José Augusto. *Lisboa pombalina e o iluminismo*. Lisboa: Bertrand, 1977.

FREITAS, Daici Ceribeli Antunes. *Arquitetura rural do nordeste paulista – influências mineiras 1800-1874*. São Paulo, 1986. Tese (mestrado). Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1990.

GOMES, Geraldo. *Engenho e arquitetura*. 2 ed. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998.

GOODWIN, Philip L. *Brazil Builds*. New York: The Museum of Modern Art, 1943.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

JUNQUEIRA, Walter Ribeiro. *Fazendas e famílias sul-mineiras*. São Lourenço: Novo Mundo, 2004.

KATINSKY, Júlio Roberto. *Um guia para a história da técnica no Brasil Colônia*. 2 ed. São Paulo: FAU/USP, 1980.

LEFORT, José do Patrocínio. *Varginha: monografia histórico-geográfica e estatístico-religiosa pelo centenário da paróquia a 1° de junho de 1950*. São Paulo: São José, 1950.

LEMOS, Carlos A. C. *Arquitetura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1979.

_____. *Casa paulista*. São Paulo: Edusp, 1999.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas, 2003.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. *Arquitetura popular açoriana-brasileira*. s.l.: Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1991.

_____. *Arquitetura popular do Ramo Grande*. s.l.: Câmara Municipal da Praia da Vitória, 1991.

MARTINS, Helena Teixeira. *Sedes de fazendas mineiras. Campos das Vertentes: século XVIII e XIX*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998.

MARX, Murilo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1980.

MENEZES, Ivo Porto. Arquitetura rural em Minas Gerais – século XVIII e inícios do XIX. *Revista Barroco*, Belo Horizonte, 1983, n. 12.

_____. *Documentário arquitetônico: fazendas mineiras*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura, 1969.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil – o território colonial brasileiro no longo século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Fernanda Borges. *A Rede urbana da minas coloniais*: *na urdidura do tempo e do espaço*. São Paulo, 2006, 3 v. Tese (doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

PARANHOS, Paulo. Primeiros núcleos habitacionais no sul das Minas Gerais. *Revista Eletrônica do Arquivo do Estado*, São Paulo, 2005, ano I, n. 7. Disponível em http://www.historica. arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao07/materia 03. Acesso em 29 fev. 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RAIVILLE, César. *O Vinhola brasileiro – novo manual prático do engenheiro, arquiteto, pedreiro, carpinteiro, marceneiro e serralheiro*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1880.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Nota sobre o urbanismo no Brasil. Primeira parte: período colonial. *Cadernos de Pesquisa do LAP*, São Paulo, 1995, n. 3.

_____. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1969.

REIS, José Ovídio. *Família Reis. Domingos dos Reis Silva – o patriarca e seus descendentes*. Varginha: Gráfica Bom Pastor.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Orlando. *Geografia e civilização – temas portugueses*. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais. Memória histórica da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

RODRIGUES, André Figueiredo. Os Sertões proibidos da Mantiqueira. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2003, v. 23, n. 46, p. 253-270.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Segunda viagem a Minas Gerais e São Paulo*. São Paulo: Nacional, 1938.

_____. *Viagem a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

SOUZA, Laura de Melo. *Desclassificados do ouro, a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. P. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.

VASCONCELOS, Sylvio. Arquitetura colonial mineira. In *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: UFMG, 1957.

_____. *Arquitetura no Brasil, sistemas construtivos*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, 1959.

_____. *Vila Rica. Formação e desenvolvimento – residências*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

ZANINI, Walter. *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Moreira Sales/Fundação Djalma Guimarães, 1983.

Este livro foi impresso em offset pela Ricargraf Gráfica, em papel couché fosco 115 g/m². A família tipográfica é a Centaur MT. Esta edição tem 3.000 exemplares.

BID

UNESCO
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Representação no Brasil

MONUMENTA



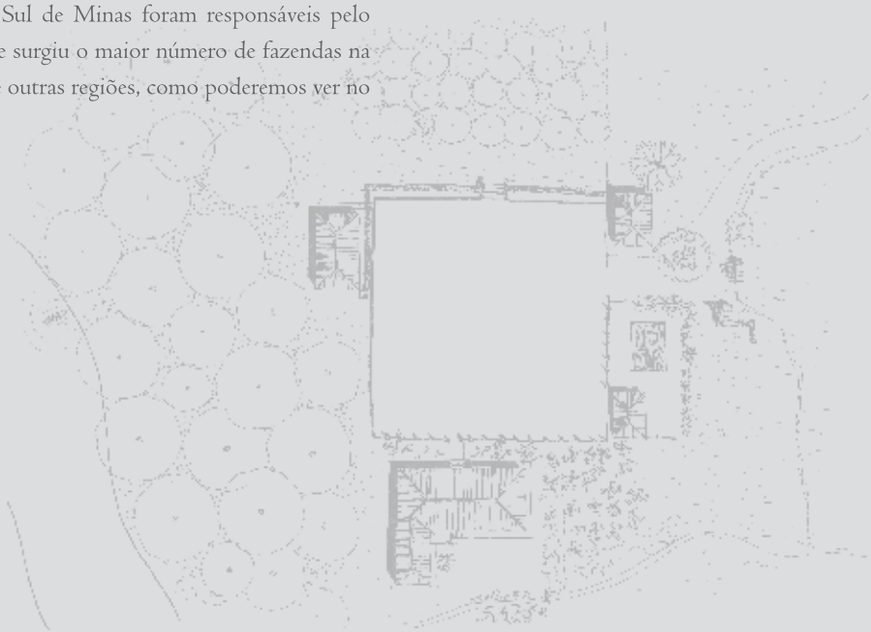
Ministério da Cultura

Nos dois primeiros séculos da ocupação do território brasileiro, a exploração restringiu-se à faixa litorânea. Não havia qualquer preocupação em fincar raízes nos sertões povoados por indígenas, pois, para o colonizador português, povoamento significava apenas criar feitorias na costa brasileira, permitindo um rápido escoamento de mercadorias de fácil e rápida extração. Esses colonizadores, entretanto, sempre alimentaram a esperança de encontrar ouro e metais preciosos nos sertões e, enfim, fazer cumprir o destino de colônia como já acontecera na América Espanhola.

Com a descoberta do ouro no fim do século XVII, uma revolução sem precedentes foi desencadeada, surtindo efeitos de ordem política, econômica e sociocultural. Do ponto de vista político-administrativo, o eixo administrativo deslocou-se para o sudeste; em 1763, a capital do vice-reino foi transferida para o Rio de Janeiro. Um verdadeiro rush migratório trouxe gentes de várias partes de Portugal e de outras províncias brasileiras. Surgiu uma complexa rede urbana que atou o Brasil disperso dos dois primeiros séculos por meio de uma complexa malha viária. Aos poucos foram sendo criadas fazendas nas regiões das minas e ao longo dos caminhos.

A mudança da condição de Colônia para sede do Império, a partir de 1808, veio consolidar essa tendência e, durante o século XIX, os proprietários do Sul de Minas foram responsáveis pelo abastecimento da Capital. No século XIX, portanto, é que surgiu o maior número de fazendas na região, produzindo uma arquitetura própria, diversa das de outras regiões, como poderemos ver no presente estudo.







MONUMENTA IPHAN Ministério da Cultura